



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**AS INVISÍVEIS DO CÁRCERE:
INTERFACES IDENTITÁRIAS DE MULHERES APRISIONADAS**

GISELIANE MEDEIROS ALMEIDA

SÃO CRISTOVÃO- SE

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**AS INVISÍVEIS DO CÁRCERE:
INTERFACES IDENTITÁRIAS DE MULHERES APRISIONADAS**

GISELIANE MEDEIROS ALMEIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Helena Santana Cruz

SÃO CRISTOVÃO- SE

2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A447i Almeida, Giseliane Medeiros
As invisíveis do cárcere : interfaces identitárias de mulheres
aprimadas / Giseliane Medeiros Almeida ; orientador Maria
Helena Santana Cruz. – São Cristóvão, 2018.
201 f. : il.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal
de Sergipe, 2018.

1. Educação. 2. Criminologia - Mulheres. 3. Dignidade -
Mulheres. 4. Mulheres – Aspectos sociais. Cruz, Maria Helena
Santana, orient. II. Título.

CDU 37:343.81-055.2(813.8)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO

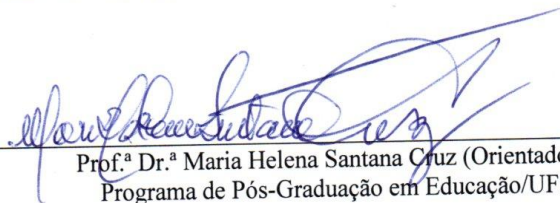


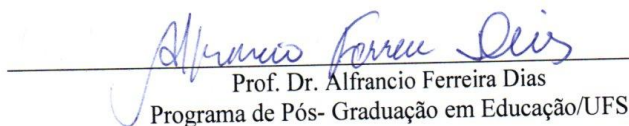
GISELIANE MEDEIROS ALMEIDA

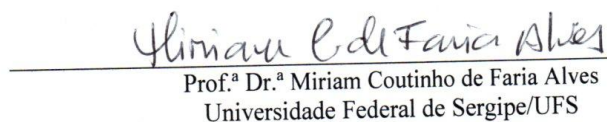
" AS INVISÍVEIS DO CÁRCERE: INTERFACES IDENTITÁRIAS DE MULHERES
APRISIONADAS "

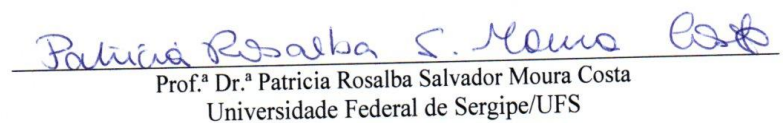
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
Federal de Sergipe e aprovada pela Banca
Examinadora.

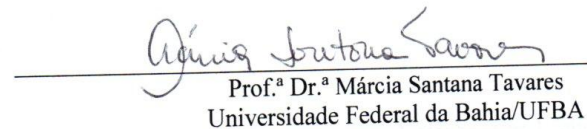
Aprovada em: 23.01. 2018


Prof.ª Dr.ª Maria Helena Santana Cruz (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS


Prof. Dr. Alfrancio Ferreira Dias
Programa de Pós- Graduação em Educação/UFS


Prof.ª Dr.ª Miriam Coutinho de Faria Alves
Universidade Federal de Sergipe/UFS


Prof.ª Dr.ª Patricia Rosalba Salvador Moura Costa
Universidade Federal de Sergipe/UFS


Prof.ª Dr.ª Márcia Santana Tavares
Universidade Federal da Bahia/UFBA

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2018

DEDICATÓRIA

À minha filha Lívia Medeiros que acompanhou este processo formativo desde o ventre, a quem coube renúncias, lágrimas e risos.

AGRADECIMENTOS

Esta Dissertação representa minha forma de ver e viver no mundo. Por meio dela, é possível perceber nas entrelinhas a minha face, esta, repleta de traços relativos à vida em sociedade. Traços marcados pela família, amizades, amores, companhias físicas, virtuais, institucionais e não institucionais, marcados pelo fato de ser mãe, educadora, professora, coordenadora, atribuindo-me múltiplas identidades que a todo momento proclamam o outro como constituinte do meu ser. Neste momento, apresento minha dissertação, como proliferação de um título que em outrora foi um sonho e hoje concretiza-se como realidade, sonho este marcado por uma trajetória de muitas vivências sem as quais não seria possível narrar este momento.

Assim, chega o momento de agradecer! A fé em Deus me forneceu esperanças e forças para concluir este trabalho e superar meus limites. As emoções que atravessam a memória de quem aqui vos escreve refletem múltiplos acontecimentos e nomes. Assim, dedico este espaço do meu texto a essas pessoas.

Agradeço à minha professora/educadora e orientadora Dr^a Maria Helena Santana Cruz, por ensinar, descomplicar, acompanhar-me durante toda essa caminhada de superação e aprendizagem, bem como pela paciência e atenção às minhas necessidades enquanto mestranda/mãe/professora.

À minha filha Lívia que desde o ventre participa deste processo de idas e vindas, viagens, angústias, leituras, risos e lágrimas. Ao engravidar, chorei pensando na possibilidade de perder tudo o que havia conquistado e que ainda iria conquistar, mas, logo em seguida, percebi que te ter em meus braços seria a força que me impulsionaria para frente. Ser mãe de Lívia me proporcionou muitas renúncias, angústias, noites sem dormir, mas também me proporcionou um equilíbrio e força que jamais pensei possuir. Estudar com ela nos braços, colocá-la em meio aos livros, conversar sobre a epistemologia da pesquisa com voz engraçada, chorar, rir, escrever, não conseguir escrever, parar para dar atenção e acalento... Tudo isso perpassou a constante e difícil tarefa de realizar um mestrado e ser mãe, concomitantemente.

À minha amada mãe que, mesmo diante de todas as dificuldades, sempre me encorajou, orgulhando-se, apoiando e aplaudindo cada conquista minha como se fosse sua. Por encorajar-me quando chorava e por cuidar da minha filha, para que eu pudesse estudar e trabalhar, sempre com palavras de consolo e esperança, me dizia que eu iria conseguir!...

Ao meu pai que, em sua simplicidade, me fez pensar sobre a vida em sua inocência, indo além de bens materiais, mostrando-me que o maior bem que se pode conquistar é o amor e união da família. Ele que sempre me indagou sobre meus sonhos que pareciam tão impossíveis, hoje se orgulha ao falar para os amigos que tem uma filha coordenadora e agora, Mestre em Educação.

Ao meu esposo Alexandre, pela força e incentivo durante o processo de seleção, a quem coube um distanciamento físico e emocional na dura jornada de idas e vindas. Nossas vidas se compartilham e se cruzam há oito anos, entre choros e risos seguimos nos aplaudindo.

Aos meus irmãos de sangue Gislaine, Kleiton e Carlos que acompanham minha trajetória de lutas e que sempre se fazem presentes, dando-me forças e acreditando em mim, mesmo quando eu mesma não acreditava.

À minha prima e irmã de coração Liliane que desde a infância tenho o privilégio de sua cumplicidade, amizade e amor que me impulsionam a lutar.

Aos meus sobrinhos queridos que me proporcionam alegrias e risos, mesmo quando o coração parece que vai desabar.

À minha prima Paulinha que sempre se fez presente em minha vida, entre brigas e abraços, fazendo sentir-me especial.

Às minhas amigas de infância Bruna, Érika e Fernanda que perpassam décadas de amizade, cumplicidade, “arengas”, amores e vivências. À Fernanda, por todas as vezes que ficou com minha bebê para que eu pudesse estudar, às vezes que me via no quarto com ela entre os livros e chegava de mansinho retirando-a dali para que eu pudesse produzir; pelas vezes que ficou com ela para que eu pudesse ir à biblioteca, em busca de um lugar mais tranquilo para os estudos.

A Isabel e Lenilda, pela alegria de compartilhar todo o percurso formativo do mestrado, pelos risos e choros compartilhados, pelas vivências, alegrias e aprendizagens que se proliferarão por toda a vida.

A Viviane, Taíla e Adriana Lohanna, amigas com as quais convivi durante o mestrado e levarei para toda a vida. Desejo que nossas experiências de vida possam se entrecruzar em meio a esta caminhada tão enigmática.

À minha tia Gené que hoje é um anjo em nossas vidas, abrigando morada no céu.

À minha vizinha Lourdes, por seu cheirinho, carinho e amor, dando-me forças diárias.

Aos professores da banca de qualificação e de defesa, pelo tratamento acadêmico dado na leitura desse trabalho e contribuições.

A todos/as os meus professores/as de graduação e pós-graduação, os quais marcaram em mim o amor pelo conhecimento.

Às mulheres presas estudadas.

Ao diretor e coordenador de atividades educacionais e laborais do presídio pesquisado, os quais me apoiaram e deram sustentação ao trabalho aqui realizado.

Meus sinceros agradecimentos a todos/as!

O universo da educação é assumido, nesta tese, como um amplo espectro de situações e oportunidades educativas que possibilitam o desenvolvimento integral do homem em suas dimensões social, psicológica e cultural, a promoção da cidadania, da inclusão social, a apropriação e uso inteligente das ferramentas tecnológicas atuais. Diz respeito a esforços institucionais e não institucionais que se conjecturam e constituem redes educativas [...]. Mais do que empreender mecanismos educativos que conformem os sujeitos a aceitarem a realidade como produto naturalmente dado [...] é necessário desencadear nos diversos espaços educativos reflexões críticas acerca da participação e autonomia que o sujeito tem na construção de processos humanizatórios, compreendidos com a transformação social. (SEVERO, 2015, p. 77).

RESUMO

Esta pesquisa objetiva descrever e analisar o processo de construção histórica de subjetividades de mulheres presas do Conjunto Penal de Paulo Afonso/BA, destacando a diversidade de experiência e invisibilidade da condição do público feminino comparativamente ao público masculino prisional. Os pressupostos epistemológicos da metodologia qualitativa interpretativa de inspiração pós-crítica constituem o norte teórico da compreensão das categorias gerais de produção dos saberes (conhecimentos, verdades, relações de poder e discursos) referente a gênero, educação e criminalidade. A revisão da literatura concernente à criminalidade feminina, comparativamente à criminalidade masculina, expõe a exiguidade de estudos e pesquisas sobre o tema particularmente no âmbito educacional. Foram consultadas várias fontes de informação e instrumentos de coleta de dados como: observação participante, registro em diário de campo e entrevistas semiestruturadas realizadas com 15 mulheres e 10 homens, atribuindo-se especial destaque à voz das mulheres, à construção cultural de identidades e modos de subjetivação. A análise textual discursiva desvela dimensões das relações de gênero, vivências desvantajosas de uma intimidade forjada- enclausurada por relações de poder, grades de ferro e paredes no cárcere. As histórias de vida descobrem episódios de violência, paixão, medo, dor e sofrimento no cotidiano. O sistema prisional intercala gênero e educação aos processos educativos em sentido amplo, diversificando, abarcando os vários âmbitos formais e informais, institucional e não institucional. Em contrapartida, ambos os cenários educativos refletem a perspectiva binária de gênero (classe, raça, idade/geração, orientação sexual) estabelecendo padrões e modos de ser e viver enquanto mulher ou homem na sociedade. Os resultados questionam as diretrizes com vistas à humanização das condições de atendimento, garantia dos direitos e dignidade, assistência jurídica gratuita, oportunidades de qualificação, para que as apenadas possam vislumbrar um futuro sem discriminações. É meritório destacar que em lugar de fechar parênteses e apresentar conclusões fechadas, destacamos a sensação de ter tocado e atingido o centro e objeto desta pesquisa, que diz respeito às mulheres presas.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Educação. Criminalidade Feminina.

ABSTRACT

This research aims to describe and analyze the process of historical construction of subjectivities of women prisoners of Paulo Afonso's Penal Set, highlighting the diversity of experience and invisibility of the condition of the female public relatively to male prison public. The epistemological assumptions of qualitative-interpretative methodology of post-critical inspiration, stands as theoretical north for comprehension of general categories of knowings production (knowledge, truth, power relations and speeches) concerning to gender, education and crime. The review of the literature concerning the female crime relatively to male crime disclose the exiguity of studies and researches about the theme, particularly in educational scope. It were consulted several informational sources and instruments of data collection, such as: participative observation, record at field diary, and semi-structured interviews conducted with 15 women and 10 men, giving special highlight to women voices, the cultural construction of identities and ways of subjectivation. Discursive textual analyze reveals dimensions of gender relations, disadvantageous experiences of forged intimacy, cloistered by power relations, iron grids and walls in jail. The life's histories uncover episodes of violence, passion, fear, pain and suffering in daily life. The prison system intercalates gender and education into the educative processes in a wide, diversified sense, encompassing the several formal and informal ambit, institutional and non-institutional. On the other hand, both educative scenarios reflect the binary conception about gender (class, race, age/generation, sexual orientation) stating standards and ways of being and living as a woman or a man in society. The results question the guidelines, aiming the humanization of the service conditions, guarantee of rights and dignity, free legal aid, qualifications opportunities, so the prisoners may glimpse a future without discrimination. It is worth emphasizing that, instead of closing parentheses and present closed conclusions, we point the sensation of having touched and hit the center and object of this research, which concerns to the female prisoners.

KEY WORDS: Gender. Education. Female Criminality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Nível escolar dos presos.....	117
Gráfico 2: Nível escolar das presas.....	118
Gráfico 3: Crimes de acusação dos presos pesquisados.....	127
Gráfico 4: Crimes de acusação das presas pesquisadas.....	132

Quadro 1: Teses e dissertações da capes: Mulheres presas.....	52
Quadro 2: BDTD- Assunto- Penitenciária feminina- 4 dissertações encontradas.....	54
Quadro 3: BDTD- Assunto-Presídio Feminino- 2 dissertações encontradas.....	55
Quadro 4: Biblioteca digital de teses e dissertações da UFS.....	56

Figura 1: Figura 1: Mapa de localização da cidade de Paulo Afonso e do Presídio Regional de Paulo Afonso, Bahia.....	96
Figura 2: Conjunto Penal de Paulo Afonso, Bahia.....	98
Figura 3: Mulheres.....	136
Figura 4: Oficina de boneca de pano realizada pelas presas.....	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Categorização e descrição do perfil da população que cumpre pena em Paulo Afonso/ BA- sexo masculino e feminino.....	112
Tabela 02: Categorias de análise sobre os crimes de acusação e julgamento- Presas.....	136
Tabela 03: Como os presos e presas entrevistados/as ocupam o tempo na prisão.....	146
Tabela 04: Comparativo entre respostas de presos e presas sobre diferenças na prisão.....	151
Tabela 05: Comparativo de vivências de maus tratos na família entre internos e internas.	156
Tabela 06: Categorias de respostas sobre o que mais os presos e presas sentem falta na prisão	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INFOPEN- Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

IBICT- Instituto Brasileiro em Informação em ciência e tecnologia

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

BDTD- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

PPGED- Programa de Pós-Graduação em Educação

UFS- Universidade Federal de Sergipe

DEPEN- Dados do Departamento Penitenciário Nacional

SAP- Superintendência de Assuntos Penais

SJDH- Secretaria da Justiça e Direitos Humanos

LEP- Lei de Execução Penal

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FJP- Fundação João Pinheiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO, QUESTÕES E OBJETIVOS.....	19
1.2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	28
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	39
2 REVISÃO DE LITERATURA: EDUCAÇÃO, GÊNERO E CRIMINALIDADE FEMININA	43
2.1 EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL E CONSCIÊNCIA POLÍTICA.....	49
2.2 ESTADO DO CONHECIMENTO	54
2.3 PUNIÇÃO COMO PROCESSO EDUCATIVO: INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA PRISÃO	61
2.4 AS EXCLUÍDAS DA HISTÓRIA: A MULHER NO BRASIL	66
2.5 MULHER IDEAL X MULHER CRIMINOSA	72
2.6 INTERFACES IDENTITÁRIAS/SUBJETIVAS DE MULHERES APRISIONADAS	77
2.7 UM RETRATO DA VIDA DE MULHERES DO CRIME E SUA RELAÇÃO COM A FIGURA MASCULINA	81
3. AS INVISÍVEIS DO CÁRCERE BRASILEIRO	91
3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL: CRIMINALIDADE NO BRASIL, BAHIA E CIDADE DE PAULO AFONSO	91
3.2 PAULO AFONSO, BAHIA: CONHECENDO O CAMPO DA PESQUISA	97
3.3 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PRESÍDIO REGIONAL DE PAULO AFONSO, BAHIA	100
4. O CAMPO DA PESQUISA E SEUS ENTRELAÇES DISCURSIVOS / REPRESENTATIVOS	109
4.1 VISITANDO O XILINDRÓ	109
4.2 PERFIL DOS/AS PRESOS E PRESAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE PAULO AFONSO	112
4.3 EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA OS PRESOS E PRESAS: PRISIONEIRO E PRISIONEIRA SOB AS CORRENTES DOS SONHOS	119
4.3.1 “Meu sonho era estudar, não estudei porque não tinha condições”	123
4.4 CRIMES DE ACUSAÇÃO E JULGAMENTO: NÃO FUI EU/ NUNCA/ JAMAIS/ DEUS ME LIVRE!.....	129
4.4.1 Mulheres presas reinventando-se: Discursos sobre os crimes de acusação e julgamento..	137
4.5 CONTEXTO DE VIDA ANTES, DURANTE E APÓS A PRISÃO: ENTRELAÇES DISCURSIVOS E REPRESENTATIVOS	145
4.6 DIFERENÇAS PERCEBIDAS POR PRESOS E PRESAS NOS PROCESSOS VIVENCIADOS DENTRO DA PRISÃO.....	153
4.7 EXPRESSÃO DA SEXUALIDADE FEMININA NA PRISÃO: AEROSSOL E CHUPA CHARQUE	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS	179
APÊNDICES.....	Erro! Indicador não definido.
ANEXOS	196

INTRODUÇÃO

Por meio desta pesquisa, convidamos o/a leitor/a a pensar naqueles/as que cometem crimes, isto é, aqueles que seriam os estorvos sociais, e que, por algum motivo, não “deram certo” na fôrma social. Diante disso, apresenta-se a necessidade de falar sobre os “monstros” que devem ser vomitados do corpo social formado pelos “sadios”. Tais “monstros” muitas vezes, causam medo, dor e sofrimento aos chamados “cidadãos de bem”.

São essas pessoas “assombrosas” seres intangíveis, com vidas paradoxais, as contempladas deste estudo; pessoas que infringem as leis, normas e padrões da sociedade, e que, portanto, deveriam ser varridas do meio social, e, do ponto de vista jurídico, devem ser punidas, por serem tidas como perigosas, libidinosas e repulsivas. Afinal, em geral considera-se que “bandido bom, é bandido morto”, como defende o senso comum.

Com base nas ciências humanas e educacionais, destacamos a necessidade de se pensar sobre essas pessoas complexas que cometem crimes, especialmente, o público prisional feminino, que faz parte da sociedade em que vivemos, refletindo, assim, sobre as múltiplas identidades/ subjetividades que vão além do ser criminoso. Trata-se de um estudo desafiador, na medida em que trazemos, de forma primordial, a necessidade de pensar sobre a condição de ser mulher e de estar presa, considerando suas interfaces no que se refere a trajetórias de vidas, processos indenitários e subjetivos que se formam em meio à uma educação que dita modelos para o feminino e masculino.

Atualmente, os debates sobre a condição da mulher e, principalmente, sobre a produção de conhecimento na visão feminista e de gênero vêm desenvolvendo-se e ganhando espaços na política, na sociedade e na academia. Particularmente, a discussão sobre gênero e diversidade tem ocupado amplo espaço no campo da educação sendo alvo de muitas disputas nos campos políticos e ideológicos, seja através de áreas de pesquisa e ensino na educação superior (graduação, pós-graduação), seja por meio da criação de processos formativos para profissionais da educação em todos os níveis, ou ainda, nos próprios componentes curriculares das escolas.

Os estudos acerca das relações de gênero são inúmeros, porém, ainda são escassos quando se pretende estabelecer uma relação entre o papel da mulher na sociedade e seus atos indesejáveis e/ou criminosos. Neste sentido, torna-se necessário reconhecer o vínculo da mulher

com a perspectiva de gênero, pois, a mulher criminosa- privada de liberdade rompe com os modelos historicamente atribuídos ao estereótipo de feminilidade, e/ou “mulher de verdade”.

Sobre o tópico 'gênero', encontram-se as questões relacionadas à masculinidade e feminilidade, sobre como se dão as relações sociais, quais são as bases para o estabelecimento dos gêneros e quais as implicações de cada gênero. Embora as discussões tenham ganhado algum espaço, em geral, ainda persiste um quadro de violência sexista na sociedade como um todo, e, em particular, no interior dos presídios, estabelecimentos escolares e na sociedade como um todo. Toma-se como base a premissa de que as mulheres adentram o mundo do crime como meio de sujeição ao masculino, ou como forma de libertação obscura. Ainda, identifica-se em estudos a presença do possível abrandamento da pena feminina, em relação ao público masculino. Em contraposição, destaca-se a discrepância de que as mulheres podem estar sendo tratadas como homens na prisão.

Estudar sobre criminalidade e mulher, sob a perspectiva de gênero, permite refletir sobre as representações que autorizam a violência e a violação dos direitos, no sentido de coibir práticas de discriminação interpessoal e institucional, que produzem impactos na percepção do nosso corpo e da nossa saúde; e, que também negam ou dificultam o acesso aos serviços e às políticas públicas para grupos socialmente discriminados nos os quais se inserem as mulheres. É essencial questionar as relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou de exclusão no cotidiano e nas rotinas institucionais.

Compreender em quais contextos se forjam os indivíduos na sociedade contemporânea e os papéis que esses indivíduos exercem em seus mais variados contextos é tema fundamental para as reflexões relacionadas à educação. Também é fundamental que aqueles que estão no poder, na administração pública, na máquina ou nos governos, tenham atenção para a diversidade, significando uma abertura política. Assim, esta temática trata-se de um fenômeno que não é estático, mas que vai se definindo na medida em que os atores se apresentam. “Estar aberto” significa reconhecer a diversidade e, uma vez reconhecida, saber como é que a política é determinada atinge as mulheres em geral, particularmente, as mulheres pobres e negras, como atinge as meninas, idosas, entre outros grupos.

É inegável a importância do debate nas diversas instituições da sociedade, particularmente, nas instituições da educação, consideradas instituições por excelência de aprendizado e troca de conhecimentos nas várias etapas da vida. Cresce no país a percepção da importância da educação como um instrumento necessário para enfrentar situações de preconceitos e discriminação e garantir oportunidades efetivas de participação de todos nos

diferentes espaços sociais. Sabemos que a sociedade brasileira vive profundas transformações que não podem ser ignoradas por nenhuma instituição democrática. A questão do indivíduo, da educação e da criminalidade podem ser consideradas temáticas de interesse social.

Neste cenário paradoxal, repleto de dúvidas e contradições, situa-se esta pesquisa voltada para as mulheres presas, estabelecendo relação com o processo educacional por meio da socialização primária e secundária. A linguagem e o discurso centrados em estereótipos da cultura heterossexual compulsória e sexista normatizam modelos de como ser mulher, baseados no sexo biológico de mulher dócil e frágil, destinada ao espaço privado. Neste âmbito, as mulheres presas ludibriam essa imagem, apresentando outras trajetórias, identidades subjetivas e meios de ser e viver enquanto mulher na sociedade.

Evidencia-se a necessidade de dar continuidade ao tema da criminalidade feminina, particularmente, sob a perspectiva de gênero, apresentando algumas inquietações concernentes à mulher encarcerada, em seus entrelaces afetivos, no contexto político, social e histórico que retratam as múltiplas identidades atribuídas dentro e fora do cárcere com relação à figura masculina. Nesse sentido, esta pesquisa visa multiplicar os sentidos dados à educação, gênero e criminalidade feminina, ziguezagueando sobre o objeto de investigação, aquilo que já foi produzido por ele e o que pode ainda ser produzido.

Compreende-se que os processos educativos e de aprendizagem acontecem de múltiplas maneiras e em diferentes contextos e momentos ao longo da vida dos indivíduos. Nessa perspectiva, a educação é concebida como processos de socialização, como relações sociais historicamente construídas. Esta pesquisa tem por base o pressuposto de que as instituições prisionais, embora sejam marcadas por processos de dominação e subjugação dos sujeitos nelas inseridos, desenvolvem uma dinâmica particular que condicionam os/as presos/as a construir novas estratégias de sobrevivência, novas sociabilidades e, conseqüentemente, a aquisição de novas e diferentes aprendizagens.

Durante a graduação percebi-me com vocação para lidar profissionalmente com questões relativas àqueles que ficam à margem da sociedade. Posteriormente, tive a oportunidade de conviver com inúmeras pessoas vítimas e autores de atos de violência, o que motivou o interesse pelo presente trabalho. Alguns amigos de infância, particularmente, encontram-se na condição de presidiários, pois envolveram-se no mundo das drogas. Estes amigos, por sua vez, vivenciam a intolerância e relações de conflito na sociedade.

Buscando possíveis elucidações sobre tais paradoxos, resolvi ingressar no Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe o que ensejou a continuidade deste estudo no

sistema prisional, pois, falar em sistema prisional, mulheres, violência e identidade são questões complexas que podem ser melhor compreendidas à luz de estudos decorrentes da realidade.

Destarte, apresentam-se enquanto questões/problemas para esta pesquisa: Qual o perfil da população do Conjunto Penal de Paulo Afonso (BA)? Como o público prisional feminino vivencia as diferenças e seletividade de gênero comparativamente ao público prisional masculino? Como as mulheres vivenciam suas experiências nos discursos sobre o seu dia a dia e constroem estratégias de sobrevivência na prisão? Qual relação se estabelece entre gênero, criminalidade feminina e educação? O processo de aprisionamento constitui processos formativos educacionais?

A preocupação deste estudo volta-se, sobretudo, à compreensão das ações entre atores que atuam na dinâmica da ordem prisional; tornar visível as práticas do sistema prisional no país, estabelecendo relação com gênero e educação de forma a contribuir para ampliar os direitos das mulheres brasileiras. Os resultados obtidos, não obstante, nos levam a pensar sobre as relações discursivas das mulheres reveladoras do envolvimento com o mundo do crime, mas também sob este prisma complexo de formação da identidade feminina. Além disso, procura-se visibilizar o cotidiano no qual as mulheres em situação de privação de liberdade se inserem, relacionando suas vivências com o seu contexto como indivíduos sociais, como uma e outra se relacionam entre si e os desdobramentos de suas biografias.

A questão supramencionada é de fundamental importância, pois impõe a necessidade de se pensar em mudanças profundas de paradigmas que vão além da adoção de mecanismos e estratégias exclusivamente jurídicas e de segurança, uma vez que exige uma visão educacional, um olhar pedagógico-social para a questão, ou seja, uma nova composição que envolve inclusive as estruturas políticas, institucionais e gerenciais.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO, QUESTÕES E OBJETIVOS

Tomando como base os pressupostos epistemológicos de pesquisa pós-crítica em Educação, estabeleceram-se alguns objetivos a fim de pensar sobre seu caráter flexível e em constante transformação, uma vez que existem inúmeras definições quando se trata dos conceitos de teorias em prol da educação, pois uma única teoria não revelará uma verdade absoluta, mas sim um discurso particular da concepção de educação.

Toma-se como base o objetivo de descrever e analisar o processo de construção histórica de subjetividades de mulheres presas do Conjunto Penal de Paulo Afonso (BA), destacando a

diversidade de experiência e invisibilidade da condição do público feminino comparativamente ao público masculino prisional.

Os objetivos específicos alinhados ao objetivo geral desta pesquisa são:

- Descrever e caracterizar a população carcerária que cumpre pena, com foco para a temática da criminalidade no Brasil e a participação da mulher nesses índices;
- Analisar as relações de poder e interfaces subjetivas vividas por mulheres inseridas no crime e sua relação com a figura masculina;
- Entender a concepção feminina de identidade e o modo como as detentas constroem e representam essas identidades nas experiências compartilhadas no cotidiano do sistema prisional;
- Refletir sobre as múltiplas aprendizagens e processos educacionais que o sistema prisional impõe.

Aventou-se a hipótese de que o presídio é considerado um espaço educativo/ reeducativo/ ressocializador, portanto, apresenta uma pedagogia própria, que contribui sobremaneira para a construção do imaginário social de mulheres e homens presos, reproduzindo os discursos sexistas, racistas e classistas, caracterizados na formação social do Brasil, sendo interessante descortinar e problematizar as verdades nesse âmbito. Nesta linha de reflexão, provavelmente, a criminalidade das mulheres poderá ser associada ao processo educacional estruturado em uma cultura heterossexual compulsória e sexista, constituindo-se como estratégia de saída da invisibilidade social feminina, como forma de libertação, ou sujeição ao homem.

Parte-se do pressuposto de que as instituições prisionais embora sejam marcadas por processos de dominação e subjugação dos sujeitos nelas inseridos, têm uma dinâmica na qual faz-se necessário construir novas estratégias de sobrevivência, novas sociabilidades e, conseqüentemente, a aquisição de novas e diferentes aprendizagens no cotidiano. A rotina do dia a dia se constitui como atos que repetimos sem nos darmos conta do seu significado e de sua importância. Conforme Heller, o cotidiano é o “mundo da vida” que produz e reproduz diariamente, num eterno movimento:” [...] é o mundo de objetivações¹ (HELLER, 1977, p.7). O cotidiano (ou cotidianidade) se distingue da rotina da vida exposta no dia a dia. A vida

¹O *cotidiano* é considerado por muitos filósofos e historiadores muito importante na vida do ser social, principalmente, nos dias atuais conturbados por tantas mudanças. Pensar o cotidiano vivido num universo contraditório constitui um campo infundável e desafiador a ser desvelado.

cotidiana não é somente heterogênea, mas também hierárquica. Tal hierarquia vai se modificando de acordo com as estruturas econômicas e sociais de sua época.

A pretensão deste trabalho também incide em dar visibilidade ao contexto prisional como um *locus* de múltiplas aprendizagens, sejam elas voltadas ou não para a emancipação. Pensar nessas categorias para a coleta e análise dos dados é pensar na perspectiva humanitária, na qual a educação se destina, enquanto ciência humana.

A temática ganha significado uma vez que destaca a vida de mulheres marginalizadas, aquelas que ficam fora do campo simbólico representável, dentro do ideal valorizado no imaginário social e seletivo. Trata-se de um campo demasiadamente paradoxal, contudo, de fundamental importância para a ciência educacional. A criminalidade foi historicamente associada à população masculina, à construção da masculinidade violenta – situada nas relações de gênero – entendida como um conjunto de atributos, valores, funções e condutas esperadas do homem em uma determinada cultura (CONNEL, 1995, p.189). A criminalidade é conhecida como um fenômeno masculino, em que o poder, o crime e as relações sociais se estabelecem sem levar em consideração a abordagem significativa sobre a distinção de gênero presente neste campo social, mas que também sofre influência na cultura, isto é, no processo de socialização, ou seja, na formação do indivíduo em sociedade. Segundo Lima,

Parece que não é dado ao universo feminino o direito à violência, somente podendo atingir seus fins maléficos com a malícia. Não lhes é permitida a prática de condutas que demonstrem a capacidade de inverter o papel social de inferioridade que lhes é imposto, o uso de violência por parte das mulheres choca, pois demonstra, em verdade, a equivalência dos seres na espécie humana. A criminalidade da mulher sempre foi vista em relação ao homem, da mesma forma ocorria com relação ao comportamento criminoso. A docilidade "inerente" à mulher poderia ser responsável pelo aumento da sua periculosidade e, ao mesmo tempo, pela dificuldade de determinar uma conduta criminosa à mulher. Os mitos da santa e da puta permeavam nas determinações do comportamento feminino (LIMA, 2007, p.317- 318).

No imaginário social, existe a formulação de um arquétipo de mulher inserida na criminalidade como negligente com a família, imoral e desvirtuada. Particularmente, as detentas, conforme teoriza Goffman (1988), são estigmatizadas com atributos indesejados (que produzem descrédito na vida do sujeito), são nomeadas como defeito/falha ou desvantagem em relação ao outro, constituindo uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade real. Para os estigmatizados a sociedade reduz as oportunidades, esforços e momentos, não atribui valor, impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada, de acordo com o modelo que interessa para manter o padrão de poder, anulando todos que tentam

romper com esse modelo. Os estigmas da criminalidade permanecem fortes na nossa sociedade e, com relação às mulheres, define as posturas e, sobretudo, as condutas sexuais que devem seguir. Não à toa, as mulheres que mais sofrem preconceitos são as que demonstram atitudes sexuais consideradas fora do “ideal feminino” – a homossexualidade, a prostituição, a sexualidade “exacerbada”, livre, etc. Perceber a origem dos estereótipos é o primeiro passo para desestigmatizar determinados grupos sociais e iniciar um processo de aceitação dos seres humanos, independente da forma como se apresentem ou conduzam suas vidas. Tratar homens e mulheres como dotados da mesma capacidade é não utilizar a sexualidade para punir as mulheres e favorecer os homens (p. 83).

No contexto da prisão, estudar a mulher implica estudar também o homem, conforme Scott (1990), uma vez que os contextos culturais e políticos das relações sociais condicionam escolhas dos lugares que a mulher e o homem ocupam na vida social e no cárcere. Desta forma, revelam-se diferenças existentes entre a vida de mulheres e homens e presos que cometem crimes em suas interfaces sociais e prisionais (p. 47).

Ainda que a preocupação desta pesquisa recaísse sobre as experiências desenvolvidas entre o feminino e o masculino no cárcere, procurou-se privilegiar o discurso sobre o feminino, sem deixar de recorrer, quando necessário, ao discurso sobre o masculino, para entender como vivem as mulheres do cárcere na perspectiva de gênero. De acordo com Sardenberg (1998) o conceito de gênero não substitui a categoria mulher, tampouco torna irrelevante pesquisas/reflexões sobre mulheres enquanto um grupo social discriminado. Ao contrário, permite que se pense essa categoria como uma construção social historicamente específica e como é legitimada a situação de discriminação, exploração e subordinação das mulheres. Gênero dá conta da diversidade da condição/experiência feminina em sociedades distintas, no tempo e espaço, possibilita pensar as relações entre os sexos no plano das relações sociais de gênero (entre mulheres e homens, bem como entre mulheres e mulheres e entre homens e homens).

Segundo a antropóloga Machado,

O uso do conceito de gênero ultrapassou seu âmbito acadêmico e multidisciplinar (antropologia, sociologia, história, ciência política, linguística, literatura, filosofia, psicologia, ...), e seu âmbito de utilização nos estudos feministas. Ganhou espaço legítimo e consolidado na circulação internacional do campo dos direitos humanos e na formulação de projetos de políticas públicas nos mais diversos âmbitos. Como conceito presente no campo político, suas referências se tornam mais flutuantes, conforme o contexto. [...]. Gênero é uma categoria engendrada para se referir ao caráter fundante da construção cultural das diferenças sexuais, a tal ponto que as

definições sociais das diferenças sexuais é que são interpretadas a partir das definições culturais de gênero. Gênero é assim uma categoria classificatória que, em princípio, pode metodologicamente ser o ponto de partida para desvendar as mais diferentes e diversas formas de as sociedades estabelecerem as relações sociais entre os sexos e circunscreverem cosmologicamente a pertinência da classificação de gênero. Este conceito pretende indagar metodologicamente sobre as formas simbólicas e culturais do engendramento social das relações sociais de sexo e de todas as formas em que a classificação do que se entende por masculino e feminino é pertinente e faz efeito sobre as mais diversas dimensões das diferentes sociedades e culturas (MACHADO, 2000, p. 2).

É por meio da transversalidade inerente a estes conceitos que a relação entre eles se estabelece e ao mesmo tempo os seus desafios se colocam. Um deles, se não o principal, é o desafio de ir além das definições e buscar entrelaçar o conhecimento desenvolvido por cada um deles. Nessa perspectiva, buscou-se descortinar a vida de mulheres encarceradas, dando-lhes voz, trazendo à tona uma temática ainda tão enigmática e velada.

Corroborando com o que defende o estudioso Alves (2001), entende-se o imaginário social enquanto uma categoria de identidade que: “[...] pretende descrever e analisar o processo de produção histórica, trajetória subjetiva de identidades de internas [...]” (p. 19). Focando na disciplina, mecanismos discursivos de relações de poder e subordinação, os estudos neste contexto, possibilitam dar voz àqueles/as que são muitas vezes silenciados/as, e invisíveis do cárcere. Problematizações referentes às relações de poder tornam-se fundamentais para desvelar processos que constroem os estereótipos e para que novas relações humanas e sociais sejam modificadas.

Segundo Hall (1999), ao invés de tomar a identidade por um fato que, uma vez consumado, passa em seguida a ser representado pelas novas práticas culturais, deveríamos pensá-la, talvez como produção que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação (HALL, 1999, p.68).

Destacamos, também, que este estudo se articula ao processo educacional considerando a sua historicidade e multiplicidade abarcando os vários âmbitos formais e informais, institucional e não institucional. Muitos são os fatores que contribuem para explicar a criminalidade e a violência, porém, são poucos os se aproximam de um consenso entre os especialistas como o fator educacional. Toda mudança estrutural do universo emocional se faz entre a percepção dos conceitos educacionais com a materialidade das experiências de pobreza vivenciadas no núcleo da família e no convívio de inserção social, do meio subsistente, onde frequentemente a lacuna da falta de cidadania impera e sujeita as pessoas ao ingresso na criminalidade. Destarte, também é importante para o educador perceber e entender, a

complexidade social e as variantes de características que podem levar um ser humano, particularmente, ao mundo do crime.

Neste ponto, a importância do conceito de gênero, enquanto instrumento teórico permite uma abordagem empírica e analítica das relações sociais. As relações sociais de gênero enquanto categoria de análise, são entendidas como um processo de construção histórica e social de cunho político, justificando articulações entre o campo educacional em interface com questões da Sociologia da Criminalidade, mediante a abordagem que permite a análise de processos de socialização/formação das mulheres detentas.

A sociologia da criminalidade é um ramo da Sociologia, cujo objeto de estudo, como o próprio nome indica, é estudar os fenômenos sociais como o crime e violência. Com base em pesquisas sociológicas tem-se a possibilidade de compreender os processos e mecanismos que levam a existência do crime na sociedade. A importância da Sociologia quanto ao estudo do crime e da violência está na possibilidade de oferecer subsídios teóricos e metodológicos, por meio de pesquisas sobre o crime e a violência nos seus diversos aspectos. Para estudar sobre crime na sociedade a sociologia oferece conceitos e teorias que permitam analisar criteriosamente o fenômeno em questão e, por sua vez, uma compreensão mais próxima possível da realidade como objeto de estudo. É, pois, a partir de estudos e pesquisas sociológicas que se podem planejar ações concretas para o controle da criminalidade e da violência na sociedade.

Na tentativa de preencher as lacunas deixadas pelos estudos em criminologia e educação de uma forma geral, estudiosas feministas têm investigado as especificidades da criminalidade feminina.

Nessa perspectiva, abre-se um diálogo desafiador para a compreensão do fenômeno educativo nas suas múltiplas dimensões, apreendendo o educativo no tecido das relações sociais e apontando para a historicidade, para as formas como trabalhadores mulheres e homens nas sociedades capitalistas pensam, interagem e se educam.

Conforme Foucault (2013), a prisão também se caracteriza pelo papel de “aparelho transformador dos indivíduos”, servindo desde os primórdios como uma,

[...] detenção legal [...] encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal. Em suma o encarceramento penal, desde o início do século XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos (FOUCAULT, 2013, p. 112).

As prisões são objetos históricos significativos quando nos mostram, no rigor de seus rituais, os limites que governam o exercício do poder. Notamos, desta maneira, que o poder não é uma propriedade do Estado, mas uma estratégia de ação. Não é atributo, mas relação de forças que passam tanto pelos dominados quanto pelos dominantes, ambos constituindo singularidades. O significado de poder na análise foucaultiana (1970) é que ele produz a assimetria, em vez de derivar de uma superioridade; ele se exerce permanentemente, em vez de se exercer de forma intermitente; ele se irradia de baixo para cima, sustentando as instâncias de autoridade legal; incentiva e faz produzir, em vez de esmagar e confiscar.

Na prisão, não há cooperação sem negociação e transigência do preso. Mas trata-se simplesmente de mais um dos dilemas inscritos na natureza da prisão que produz criminoso, e prepara-os convenientemente para ingressarem no mundo do crime. Os presos terão, assim, facilidade para adquirirem instrução para a prática do crime, e se associarem, a fim de constituírem órgãos eficazes de delinquência plural.

O sistema prisional está centrado preponderantemente na premissa da exclusão social do criminoso, visto como perigoso e insubordinado. O confinamento e a vigilância a que está submetido é estrategicamente ordenado por mecanismos de opressão. Isto faz com que o Estado coloque prenda pessoas, às vezes, nem tão perigosas, mas que no convívio com a massa prisional iniciam um curto e eficiente aprendizado de violência, corrupção, promiscuidade e marginalidade, manifestada quer no comportamento dos presos, quer no dos agentes incumbidos de preservar a ordem interna. As regras de funcionamento da prisão são impostas ao preso com rigor e coerção. Este, por sua vez, também dispõe de um conjunto de regras, chamado "código dos presos" que tem vigência entre eles e é aplicado por alguns sobre os demais.

Dentro das penas, o regime de controle disciplinar apresenta dois aspectos antagônicos: por um lado, o policiamento tático, metucioso, que controla uma possível insubordinação, impondo ao preso o mecanismo de disciplina individualizante. Por outro lado, a universalidade do controle disciplinar que lhe permite conhecer seu protótipo ideal. Assim, ele adota um comportamento, uma personalidade de fachada, destinada a salvar as aparências e livrá-lo do sistema prisional.

Descrente da legislação vigente e em face da forma como é tratado, o preso, em geral, vê com ceticismo e desconfiança a perspectiva de sua recuperação pelas regras impostas através do sistema prisional, e desenvolve uma aguda sensibilidade aos excessos de punição que lhe infligem às precárias condições da prisão e às penas privativas de liberdade.

Conforme Thompson (1980), ao ingressar no sistema penitenciário, o sentenciado deve adaptar-se, rapidamente, às regras da prisão. Seu aprendizado nesse universo é estimulado pela necessidade de se manter vivo e, se possível, ser aceito no grupo. Portanto, longe de ser ressocializado para a vida livre, é, na verdade, socializado para viver na prisão. Thompson observa que essa meta tem uma série de denominações, tais como: terapêutica, cura, recuperação, regeneração, readaptação, reabilitação, ora sendo vista como semelhante à finalidade do hospital, ora como da escola (172).

Não devemos esquecer que desde o descobrimento do Brasil, observa-se um estado crônico de violência na sociedade. A ocupação e colonização do território brasileiro pelos portugueses configurou-se na primeira manifestação desse estado. Recorrendo sistematicamente ao uso da força, domesticaram os gentios da terra, reduzindo-os à condição de escravos. E, uma vez expropriados de suas terras e tradições, foram aculturados, massacrados e mortos. Políticas que ainda se fazem sentir nos dias atuais. Expostos à cultura de massa e a dependência da indústria de consumo, aumentaram-se a desagregação das tradições, “[...]os conflitos intra e intergrupos; remanescendo a perda de suas terras, agora sob um processo de espoliação e guerra garantidas pelo império da lei” (HOLANDA, 1995, p. 5).

Assim, esse processo histórico de escravidão deu margem aos estereótipos atribuídos aos negros, de modo que se faz necessário pensar na simbiose entre racismo, classe e gênero na prisão. Uma vez que este é o público, ao qual as punições do país de modo geral se destinam. Conforme Cruz (2005), as formas de sociabilidade no Brasil são marcadas por traços de organização patriarcal calcada no modelo cristão, em que a mulher ocupava papel secundário. Herdeiras da tradição portuguesa, as mulheres brasileiras viviam enclausuradas no lar, sujeitas à obediência ao pai ou ao marido, cozinhando, bordando e fazendo suas orações; não era costume aprender as artes da escrita e da leitura; deviam andar de olhos baixos e permanecer caladas, a não ser que lhes fosse dirigida a palavra. O lugar da mulher era a esfera privada, no âmbito da família, o âmbito doméstico; a esfera pública, o poder, caracterizava-se como eminentemente masculino. Esse imaginário, mesmo sofrendo algumas pequenas alterações, ainda tende a permanecer, conforme observado em vários estudos sobre a temática feminina (p. 98).

Entende-se que a realidade social na qual, efetivamente homens e mulheres se educam é contraditória, e os elementos fundidos na experiência de gênero que os grupos sociais vivenciam em seu cotidiano tornam tal contradição o elemento que, ao mesmo tempo, oculta e desvela tal realidade.

Em decorrência dessas situações, emergem formulações teóricas orientadoras da compreensão dos fenômenos educativos na sociedade, identificam-se as concepções e práticas espaciais e temporais, e abrem-se possibilidades para selecionar as várias formas pelas quais os grupos sociais produzem e avaliam os vários tipos de conhecimento no interior de formas dominantes de vida institucional e social, de forma que se possa refletir sobre alternativas de mudanças. Parece também que, no campo da educação, teóricos vêm buscando constantemente repensar e compreender a questão da identidade do conhecimento, por exemplo, na perspectiva de construção de um projeto político (CRUZ, 2005, p. 105).

A ideia principal é a de que hoje, as barreiras existentes ao sucesso da mulher são menos intransponíveis em qualquer das profissões que ela venha a escolher, desde que possua as qualificações necessárias e se disponha, como qualquer homem, a entregar-se à profissão escolhida como justificativa de sua existência.

Historicamente, a educação se caracteriza por seu caráter modelador, formando sujeitos desejáveis. No que se refere à educação de mulheres, Follador (2009) nos orienta que ao longo da história o olhar masculino (daquele que escreveu a história) atribuía às mulheres imagens diferentes, como, por exemplo, a imagem de Eva, que denegriria a imagem da mulher e a de Maria, uma santa e mãe zelosa, que deveria ser alcançada por toda mulher honrada e de família (p. 69).

Em *a história das mulheres no Brasil*, Louro (2008) também relata essa dicotomia entre Eva e Maria associada às mulheres na época da república, que, muito embora houvesse a separação entre igreja e Estado, a referência era o catolicismo, permanecendo dominante a moral religiosa atribuindo modelos de ser mulher. Esse ideal da mulher santa, virgem, mãe e dona de casa é um discurso que, de acordo com Louro (2008), é hegemônico no que se trata da história da educação das mulheres, que deveriam ser:

[...] mais educadas do que instruídas, ou seja, para ela, a ênfase deveria recair sobre a formação moral. [...] não havia porque mobilizar a cabeça da mulher com informação ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe- [...] educadora do futuro (LOURO, 2008, p. 446).

Deste modo, havia um currículo escolar diferenciado destinado às mulheres, no que se refere ao desenvolvimento de habilidades relacionadas ao bordado, culinária, moralidade, dentre outras que tinham como objetivo manter a mulher no seu “lugar” de subordinação e papel social lhe atribuído. Essa herança histórica para mulheres no âmbito educacional, político e

social nos leva a pensar nos seus respaldos na vida de mulheres que transgridam as regras, aquelas que fogem ao ideal e se tornam criminosas.

Entretanto, é importante considerar uma camada da população que não teve acesso à escola, desta camada, podemos que muitas mulheres embora não tenham tido acesso à educação escolar, tiveram uma educação não escolar, que também impuseram modelos patriarcais, sexistas e androcêntricos.

Mudanças sociais no papel da mulher têm propiciado transformações sociais nos aspectos econômicos, sociais e culturais, ao mesmo tempo, produzindo a subalternização das mulheres, ao personificar, tornar presente a introdução de atos de violência, culpabilização de incontáveis manifestações de discriminações que reduzem o papel da mulher na sociedade.

É meritório, também, considerar que a interseccionalidade entre raça, classe e gênero que se faz presente na pesquisa, considerando que o sistema prisional é composto, em sua maioria (como mostram os dados do Informativo Penitenciário Nacional-INFOPEN 2016), por pobres e negros, e, ao se pensar nas mulheres presas, o mesmo documento evidencia a incongruência do sistema penal ser pensado para o público prisional masculino. Assim, temos um sistema penal sexista, racista, patriarcal, homofóbico e classista.

Nesse sentido, o estudo nos instiga a refletir acerca da criminalidade feminina e da educação enquanto um fenômeno sexuado, apresentando características através de modelos de identificação, de expectativas de papéis de ser homem e mulher, constituindo-se, portanto, em estudos de gênero. A educação atrelada a estudos de gênero e criminalidade, proposta nesta investigação, nos instiga a pensar naqueles que ficam à margem da sociedade dita correta, pensando num contexto macro e micro, bem como a consciência de que falar em mulheres presas não é romantizá-las apenas como vítimas, mas voltar o olhar ao cenário social, educacional e político cujas mulheres estão inseridas e formando suas múltiplas identidades.

Evidencia-se a necessidade de dar voz às mulheres detentas e às condições de miserabilidade das presas para que, de alguma forma, possa fomentar discussões na sociedade, de um tema que ainda é velado e que amedronta parte dos cidadãos, evidenciando a necessidade de expandir estudos nessa área que ainda é um campo nebuloso, e precisa ser, portanto, descortinado em suas esferas.

1.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia da pesquisa trata de caminhos a serem percorridos, portanto, é sempre pedagógica, pois é o que nos conduz ao acesso, produção e transformação do conhecimento. Neste processo metodológico, faz-se necessário explicitar os pressupostos epistemológicos que guiaram a pesquisa qualitativa em educação, delimitando o campo teórico, a fim de contextualizar as perguntas e objetos da pesquisa em uma postura ética e política.

Escolheu-se, assim, enquanto vertente epistemológica a teoria pós-crítica em educação, considerando que esse tipo de abordagem teórico-metodológica se caracteriza por tratar o conhecimento como algo inacabado, que sempre coloca em xeque as verdades produzidas, multiplicando sentidos e discursos acerca do objeto de pesquisa. Segundo Meyer e Paraíso (2004), as pesquisas pós-críticas constituem-se em um campo aberto, composto por linhas variadas, tomando emprestadas algumas teorias e construindo outras. Meyer e Paraíso (2012) nos orientam que o mais potente desse ato de pensar é a alegria do ziguezaguear, de modo que temos a possibilidade de movimentarmo-nos entre nossos objetos de investigação e aquilo que já foi produzido sobre ele, para aí questionar e inventar algo sobre o mesmo. Portanto, “essas pesquisas usam ou se inspiram em uma ou mais abordagens teóricas que conhecemos sob o rótulo de “pós”, - pós-estruturalismo, pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-gênero, pós-feminismo [...]” (MEYER E PARAÍSO, 2012, p. 17).

Além disso, caracteriza-se de abordagens que fizeram deslocamentos, no que se refere à teoria crítica, trazendo à tona as diferenças, buscando rever, problematizar os percursos trilhados por outros a fim de renovar e reinventar os modos de pensar. Meyer e Paraíso (2012) afirmam, também, que a pesquisa pós-crítica segue algumas premissas e pressupostos, abordando os princípios de que vivemos uma nova realidade em que os saberes e modos de ver e viver no mundo mudaram, uma vez que os nossos movimentos em prol de pensar e fazer educação não podem ser mais os mesmos (ibidem).

Um dos pressupostos primordiais da pesquisa pós-crítica, baseada em Foucault (1970), é entender que a verdade é uma construção discursiva, fazendo-nos pensar que tudo o que lemos faz parte da luta de obtenção da verdade e que em nossos estudos também estaremos produzindo uma verdade própria. Trabalhamos com as micro relações de poder presentes no campo educacional, considerando as inúmeras pesquisas que demonstram como este ambiente tem sido por excelência campo de produção e reprodução de uma cultura sexista, classista e racista, excluindo os diferentes daquilo que se espera como padrão.

Nesse sentido, o pressuposto de que os raciocínios operados na educação são generificados nos faz considerar os diferentes espaços educativos que

investigamos tanto como território em que as relações desiguais de gênero são produzidas e reforçadas como resistências e lutas que podem ser empreendidas e fortalecidas (MEYER, 2001, apud PARAÍSO, 2010, pp. 30 a 31).

Este pensamento nos instiga a refletir sobre as diferentes mediações, campos educativos em que se proliferam nas relações de poder, produções de discursos que ditam normas de como ser homem ou mulher. Conforme Paraíso (2012, p. 33), os procedimentos frequentes de como se fazer pesquisa pós-crítica, como o articular e bricolar; ler demoradamente; montar, desmontar e remontar; compor, decompor e recompor; perguntar e interrogar; descrever; analisar as relações de poder; multiplicar; poetizar; estar à espreita. No que diz respeito à bricolagem, trata-se da articulação de saberes, sem o suporte de uma única teoria metodológica para subsidiar este estudo, em um movimento que proporciona transgressões, construção de novos territórios, desconstruindo as oposições binárias e explodindo a separação entre teoria e prática, discurso e realidade.

O pesquisador que assume essa postura precisa ter em mente um constante movimentar-se, na tentativa de trazer o impensado no território que se propor. Esse terreno possibilita ser inventivo e rigoroso e ao mesmo tempo flexível, uma vez que o remontar/refazer faz parte dessa perspectiva de estudo. É um constante ir e vir movendo o conhecimento em sua produção de discursos que proliferam verdades. Com essa referência epistemológica orienta a perspectiva de pensar a educação em sua complexidade social, descrever e analisar alguns dos percursos trilhados pelos estudiosos em gênero, educação e criminalidade feminina, trazendo à luz novas reflexões sobre esta realidade.

De acordo com Demo (1997), todo cientista criativo e produtivo marcou sua presença no mundo científico não só pela teoria ou prática, mas por sua descrição e compromisso metodológico. Portanto, a fim de elencar a pesquisa aqui proposta na imprescindível seriedade científica, ampliando sua credibilidade e confiabilidade, o presente trabalho foi apresentado ao Comitê de Ética vinculado ao Hospital Universitário de Aracaju e à Universidade Federal de Sergipe, durante o mês de outubro de 2016, obtendo o parecer final de aprovação no dia 10 de fevereiro de 2017, como consta no anexo I (p. 26).

De início, é válido ressaltar que, a fim de obter a autorização da pesquisa por parte do diretor do presídio, foi feita uma visita explicando os objetivos da pesquisa, sendo entregue uma cópia do projeto junto com uma carta do Programa de Pós-Graduação indicando a seriedade da pesquisa e uma carta de anuência (Apêndice I) que foi assinada pelo diretor do presídio, em outubro de 2016, autorizando a pesquisa na unidade prisional. A partir dessa autorização inicial no campo da pesquisa iniciou-se os trâmites legais referentes à autorização

do Comitê de Ética no site da Plataforma Brasil. O projeto “As Invisíveis do Cárcere: Interfaces Identitárias de Mulheres Aprisionadas com número 62429816.0.0000.5546, foi aprovado, com data de início de coleta de dados para o dia 04 de fevereiro de 2017.

A população estudada integra homens e mulheres do Presídio Regional de Paulo Afonso (BA), com destaque para as mulheres. Vale ressaltar que a unidade prisional é destinada, predominantemente, à população masculina (394 internos), contudo, possui uma ala improvisada para o público feminino minoritário (19 internas) no momento da pesquisa de campo. É importante destacar que o sistema penitenciário apresenta uma rotatividade constante com relação ao número de presos que diariamente pode mudar, de acordo com as penas e chegadas de novos internos.

Com ênfase na metodologia qualitativa e interpretativa de inspiração pós-crítica realizou-se por meio do estudo de caso do tipo etnográfico realizado no Presídio Regional de Paulo Afonso (BA). Para André e Dalmazo (2005) a abordagem etnográfica na qual a condição de observação participante é justificada como uma das opções metodológicas na pesquisa em educação – trabalha com a categoria *cultura* na compreensão do ambiente seja escola ou no presídio estudado (p. 34), a partir da ‘descrição densa’ de Clifford Geertz (1989) que pressupõe ir além das descrições superficiais com uma atitude sempre aberta em relação ao *estranhamento* e a de *desfamiliarização*, uma vez que, a categoria cultura auxilia na compreensão do ambiente seja escola ou no presídio estudado

Buscou-se estabelecer uma ponte entre universalidade e contexto social, pensando em seres humanos paradoxais que muito tem a nos dizer com relação à vida em suas interfaces. Assim considerou-se alternativas e evidências de explorar o objeto da pesquisa de maneira a pensar sobre o que ele revela a respeito do todo. Conforme Ventura (2016) o *estudo de caso*, observa que é preciso ter cuidado, uma vez que “[...] deverá haver sempre a preocupação de se perceber o que o caso sugere a respeito do todo e não o estudo apenas daquele caso. Portanto, pesquisar significa fazer uma escolha, pois, em cada caso concreto, deve-se definir um determinado nível de agregação” (VENTURA, 2016, p. 383). Conforme orienta YIN (2001): faça um estudo de caso, mas faça-o com a compreensão de que seus métodos serão postos em cheque a partir de perspectivas racionais (e tradicionais) e que os insights obtidos com seus estudos de caso podem ser depreciados, mesmo considerando tal perspectiva. O caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O interesse, portanto, incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que

posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações. Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda.

Neste ponto, esta pesquisa também é caracterizada como um estudo de caso etnográfico abordando em profundidade, o que supõe o contato direto e prolongado da pesquisadora com o ambiente e a situação que está sendo investigada através do trabalho intensivo de campo. Procurou-se revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando-o como um todo. Esse tipo de abordagem enfatiza a complexidade natural das situações, evidenciando a inter-relação dos seus componentes. O interesse do pesquisador ao estudar o problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

Se o foco de interesse do etnógrafo é descrever a cultura (práticas, hábitos, crenças, valores, linguagens e significados de um grupo social, a preocupação central dos estudiosos da educação é com o processo educativo (ANDRE, 2008, p. 25). Procurou-se entender o fenômeno educacional levando em conta sua singularidade e particularidade, o contexto e complexidade, neste caso com o foco no cotidiano da cultura prisional. A observadora procurou se fazer aceita, envolvendo-se nas atividades (almoço, café da manhã, lavagem de roupas, fábrica de corte e costura, confecção de artesanatos) tentando não se identificar com nenhum grupo particular. Esses cuidados foram fundamentais para conseguir obter as informações desejadas, exercer o papel subjetivo de participante e o papel objetivo de observador, colocando-se numa posição ímpar para compreender e explicar o comportamento humano.

Até muito recentemente as técnicas etnográficas eram utilizadas quase que exclusivamente pelos antropólogos e sociólogos. Conforme André (2008), no início da década de 70, entretanto, os pesquisadores da área de educação começaram também a fazer uso dessas técnicas, o que deu origem a uma nova linha de pesquisa, que tem recebido o nome de "antropológica" ou "etnográfica".

Assim, por meio da epistemologia pós-crítica, com tipo geral de caráter qualitativo, pensando na perspectiva flexível da pesquisa, utilizou-se como suporte o subtipo metodológico referente ao estudo de caso etnográfico, considerando que deu-se um destaque de forma aprofundada aos múltiplos sentidos e significados da prisão.

Considerou-se que a modalidade de pesquisa qualitativa pode prescindir de processos de amostragem sistemáticos. Ainda conforme Minayo (1992),

A ideia de amostragem não é a mais indicada para certas pesquisas sociais, especificamente aquelas de cunho qualitativo. Isso se deve ao fato de que o

‘universo’ em questão não são os sujeitos em si, mas as suas representações, conhecimentos, práticas, comportamentos e atitudes. Como se vê, seria impossível demarcar o número total dessas variáveis, muito menos o tamanho da amostra que seria representativa dessa totalidade. Diante disso, costumeiramente se opta por definir o número de sujeitos por inclusão progressiva (sem demarcar a priori o número de participantes) que é interrompida pelo critério de saturação, ou seja, quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos (MINAYO, 1992, p. 48).

O tamanho da amostra pode não seguir o rigor estatístico, mas devemos compor uma amostra que seja um retrato da população estudada, refletindo suas características. Neste sentido, não houve critérios de seleção de entrevistados, foi deixado aberto para aqueles que quisessem participar, obtendo 1 entrevista com o coordenador de atividades laborais e educacionais, 15 entrevistas com as mulheres presas e 10 com os homens presos, totalizando 26 entrevistas gravadas, respeitando-se a vontade dos/as respondentes para falar. Ao todo, foram realizadas 18 visitas ao Presídio Regional de Paulo Afonso (BA), seguindo os procedimentos de coleta e análise dos dados de maneira sistematizada e comprometida com as técnicas metodológicas adotadas.

A análise textual discursiva desenvolveu-se por meio da gravação de falas, organizadas em sessões de 5 grupos: Grupo 1 de entrevista com o coordenador de atividades laborais e diretor geral do presídio; Grupo 2 com as mulheres para realização de observação participante e conversas coletivas; Grupo 3 com indivíduos do sexo masculino para observação participante e conversas coletivas; Grupo 4 com as entrevistas semiestruturadas com o público feminino; Grupo 5 com as entrevistas semiestruturadas com o público masculino. As sessões de observação foram divididas em 4 sessões, ou seja, 2 dias na ala feminina e 2 dias na ala masculina, e realizadas no turno matutino, observando-se e entrevistando-se as presas uma a uma.

De início, conversou-se com o diretor geral da Unidade, a fim de obter sua autorização, que foi concedida, entretanto, ele delegou a função de orientação e acompanhamento ao coordenador de atividades laborativas e educacionais. Logo após iniciar os trâmites referentes ao comitê de ética, outras visitas foram necessárias, algumas foram interditadas por questões internas, outras por motivos aleatórios e, enfim, chegou-se ao referido coordenador que se comprometeu com a pesquisa e agendou todas as posteriores visitas que seriam realizadas, avisando aos profissionais da instituição. A priori, o coordenador de atividades laborais e educacionais, proporcionou uma visão geral da unidade prisional, que aceitou ser entrevistado e apresentou toda a estrutura física de funcionamento, explicando aos funcionários o objetivo da pesquisa e autorizando a entrada da pesquisadora de acordo com os dias agendados.

Os procedimentos de coleta dos dados foram explicitados conforme cronograma aprovado pelo Comitê de Ética, havendo algumas adaptações necessárias em decorrência das especificidades do campo de pesquisa. A partir desse contato inicial ocorreu a observação participante, com registro em diário de campo, nas celas e pátios destinados aos homens e as mulheres.

Logo em seguida, foram marcadas as sessões de entrevistas semiestruturadas, de modo que foram divididas por dia e quantidade de internos que seriam entrevistados. É importante destacar que neste âmbito não houve monitoramento, nem a presença de agentes como segurança, estavam presentes apenas as detentas e a pesquisadora. Elas de fato não pareciam se importar com o objetivo da pesquisa, expressavam forte necessidade de serem ouvidas e de externar suas justificativas ou defesas para alguém de fora do sistema.

Diferentemente da ala feminina, na ala masculina existia policiamento e separação por grades entre os internos e a pesquisadora. Nesta ala, por sua vez, foram realizadas 8 visitas, sempre com muita cautela, agentes acompanhando e grades separando. Nestas visitas, diferente da ala das internas, os agentes “escolhiam” alguns presos para realização das entrevistas. Como o público masculino é maior e possui algumas atividades de ressocialização, foi solicitado dividir os entrevistados. E assim, foram feitas 5 entrevistas nas celas, 2 na fábrica de corte e costura e 3 na horta orgânica.

Enquanto categoria de organização e análise dos dados coletados, aplicou-se a técnica de análise textual discursiva que se trata de uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso” (MORAES, GALIAZZI, 2006, p. 118). Esta análise proporciona interlocuções entre a pesquisa empírica, teórica e das interpretações do pesquisador. Se caracteriza por sua abrangência com relação a incluir outras análises. Esta categoria exige que o pesquisador mergulhe nos dados assumindo-se enquanto sujeito de interpretações, seu ciclo é de um exercício de elaborar sentidos ao que se pesquisa.

O caminho metodológico percorrido baseou-se nesta perspectiva de análise, pensando no ziguezaguear que as duas correntes permitem (análise do conteúdo e do discurso). Entretanto, faz-se necessário levar em consideração o rigor científico ao transitar por essas correntes do pensamento. A fim de categorizar/caracterizar os dados obtidos, de início, trabalhou-se com alguns aspectos concernentes à análise do conteúdo, de modo que a partir de uma pré-análise foram realizadas leituras flutuantes, criando hipóteses e indicadores. Este

momento de contato inicial com a pesquisadora e organização dos dados foi marcada por conflitos, revisão, organização e reorganização, em um longo e árduo processo de ir e vir.

Logo após a seleção dos dados, na segunda etapa, buscou-se fazer codificações a partir das unidades de sentido, nesse momento, os depoimentos foram agrupados por pergunta dentro dos quadros discursivos. Em seguida, com os dados agrupados, seguimos para a classificação e categorização dos elementos, separando as semelhanças de respostas através de destaque em cor azul, e divergências em cor verde.

As categorias foram criadas a partir do ordenamento de respostas mais citadas e reordenamento, a partir de maior número de respostas similares. Por exemplo, para o quesito de respostas concernentes à pergunta: você se considera um criminoso? 100% dos entrevistados de ambos os sexos responderam que não/nunca/jamais. Nesse percurso, foram sendo criadas as categorias com base no recorte das falas, interrogando os dados, identificando a importância de cada categoria de acordo com a quantidade de vezes que tais afirmações apareceram.

Logo após a criação das categorias, por meio de um capítulo destinado à análise dos dados, tais classificações foram divididas em blocos de análise, concernentes à caracterização geral do presídio pesquisado; perfil da amostra de presos e presas pesquisados/as; Diferenças percebidas por presos e presas nos processos vivenciados dentro da prisão; Expressão da sexualidade feminina na prisão.

Com esses dados caracterizados e organizados, foi possível seguir com as análises detendo-se sobre a análise textual discursiva, só que desta vez, prestando atenção nas falas para além do que foi dito, utilizando-se de recursos da análise do discurso, conforme Foucault (1979). Como por exemplo, a frieza ou ódio percebido nas falas, os cortes de fala por parte da pesquisadora que pode indicar ações inconscientes de recusa a defesa discursiva do/a criminoso/a de acordo com seu delito (esses cortes foram identificados no processo de análise dos dados, principalmente, durante as entrevistas com estupradores).

Trata-se de uma análise de construção crítica, assim, percorreram-se algumas etapas, são elas: Desconstruir (unitarizar, fragmentar as unidades de sentido ou análise, examinando o material coletado em seus detalhes); Reordenação (Comparação entre as unidades de análise; agrupamento de elementos semelhantes; processo de criação, ordenamento, organização e síntese); Teorização (Estabelecer pontes entre as categorias; descrição, argumentação e interpretação).

Nessa perspectiva, as etapas não se excluem, se delimitam e dialogam, de modo que as categorias de análise tendem a ir surgindo com a pesquisa empírica e textual. Trata-se de uma

abordagem aberta que possibilita reconstruir caminhos de acordo com os dados coletados na prática, porém, também exige disciplina e rigor, acarretando de modo simultâneo o prazer propiciado por um trabalho criativo e original. Assim, bebemos da fonte pós-crítica que permitiu esse ir e vir, ordenar e reordenar, de acordo com os dados que foram emergindo da pesquisa empírica analítica.

Assim, as técnicas metodológicas foram organizadas da seguinte maneira:

- 1) Caracterização do público estudado na perspectiva macro e micro por meio de pesquisas documentais e práticas. Inicialmente, mapeou-se a população de presos e presas no Brasil, no Estado da Bahia e na cidade de Paulo Afonso, com a finalidade de estabelecer dados comparativos. Em seguida, caracterizamos a instituição prisional, de Paulo Afonso (BA), desatacando-se os profissionais e pessoas que fazem parte daquele ambiente. Logo depois, se teve o acesso à toda população carcerária feminina e masculina;
- 2) Foram marcadas entrevistas previamente com os dirigentes da instituição, que solicitaram o roteiro de entrevistas, bem como o cronograma de visitas (em apêndice);
- 3) Por meio da técnica de observação participante, foram realizadas visitas e conversas informais nos setores administrativos da unidade, tanto na ala dos homens quanto na ala das mulheres, a fim de observar o social em que vivem, as diferenças existentes e a relação estabelecida entre eles. As observações foram registradas em diário de campo. Nesta etapa, inclui-se a observação, sendo esta extremamente valorizada pelas pesquisas qualitativas, assim como evidenciam Mazzoti e Gewandsnajder (1998, p. 112) que pode incluir a observação estruturada com roteiros, ou mais livres;
- 4) Logo em seguida, utilizando-se da entrevista semiestruturada, foram entrevistados 10 presos e 15 presas, totalizando 25 entrevistados, por meio de um roteiro prévio. As entrevistas foram autorizadas de modo individual, por meio de termos de consentimento livres e esclarecidos, garantindo o anonimato dos/as entrevistados/as;
- 5) Organizou-se o diário de campo por data de visita, anotando informações paralelas ao que se esperava com a análise;
- 6) Por meio da transcrição das entrevistas, foram organizadas tabelas criando uma identificação própria para cada entrevistado/a, assim como organizando todas as respostas por pergunta, separando um quadro de respostas discursivas para o público masculino e outro para o feminino. Para organização das respostas, seguiram-se três

unidades de sentido, referentes ao perfil dos internos e internas; sobre a sua vida antes, durante e depois da prisão; elaboração de categorias de análise;

- 7) Para elaboração dos quadros de análise, seguiram-se as especificações da análise textual discursiva, de modo que o primeiro momento foi de transcrição e seleção das entrevistas, o segundo momento de agrupamento de depoimentos criando unidades de sentido, 1ª categorização e descrição do perfil da população que cumpre pena em Paulo Afonso (BA) sexo masculino e feminino; 2ª categorização e descrição de trajetória criminal- antes, durante e após a prisão; e o terceiro momento de teorização e elaboração de categorias de análise- estabelecendo pontes entre as categorias, descrição e interpretação dos dados;
- 8) Com os depoimentos agrupados por pergunta em quadros discursivos, seguimos para a classificação e caracterização dos elementos, separando as semelhanças (destacando de azul) e divergências (destacando na cor verde). Fazendo o ordenamento de respostas mais citadas, a partir do maior número de respostas criaram-se as categorias com base no recorte das falas dos entrevistados. Já com as categorias, dividiram-se as classificações obtidas em blocos de análise;
- 9) A partir desses blocos, dividiu-se o capítulo de análise em subtópicos, referenciando-se na revisão de literatura para efetiva análise dos dados empíricos e teóricos obtidos até o presente momento.

Considera-se que a análise das informações constitui um dos momentos de grande importância para o pesquisador, especificamente, dentro da perspectiva qualitativa. Com o objetivo de analisar os dados obtidos entre entrevistas, documentos, teorias e observações. Optou-se pela técnica de análise textual discursiva, análise esta que, de acordo com Moraes e Galiuzzi (2006, p. 113), trata-se de um movimento contínuo de idas e vindas ao objeto de estudo, analisando o contexto de características sociais, econômicas e políticas que vão além do discurso falado.

De acordo com Moraes e Galiuzzi (2006), a análise textual discursiva proporciona interlocuções entre a pesquisa empírica, teórica e das interpretações do pesquisador, além disso,

A análise textual discursiva é descrita como um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado. Estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador. Neste movimento de interpretação do significado atribuído pelo autor exercita-se a apropriação das palavras de outras vozes para compreender melhor o texto. Depois da realização desta unitarização, que precisa ser feita com intensidade e profundidade, passa-se a fazer a articulação de significados semelhantes em um processo denominado de categorização.

Neste processo reúnem-se as unidades de significado semelhantes, podendo gerar vários níveis de categorias de análise. A análise textual discursiva tem no exercício da escrita seu fundamento enquanto ferramenta mediadora na produção de significados e, por isso, em processos recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica, que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos. Este processo todo gera meta-textos analíticos que irão compor os textos interpretativos (MORAES, GALIAZZI, 2006, p. 118).

A análise textual discursiva se caracteriza por sua abrangência de modo a incluir outras análises. Deste modo, é importante ressaltar que existem diferenças entre análise do conteúdo, análise do discurso e análise textual discursiva. Considerando os seguintes aspectos: a análise do conteúdo não faz relação para além do conteúdo, ou seja, enquadra-se na perspectiva qualiquantitativa, e possui as seguintes características: construção teórica, pesquisador leitor, textos escritos enquanto corpus, descrição e interpretação. Enquanto a análise do discurso se enquadra no contexto que se fala ou escreve, sob a perspectiva qualitativa. A análise do discurso constitui-se enquanto um campo de forças e complicações, que podem dar sustentação para a obtenção da verdade, ou dificultar ainda mais a situação.

Esse processo constitui-se de modo complexo, repleto de incertezas, carecendo do pesquisador buscar caminhos com clareza e precisão de análise, uma vez que

a análise textual discursiva mais do que um conjunto de procedimentos definidos constitui metodologia aberta, caminho para um pensamento investigativo, processo de colocar-se no movimento das verdades, participando de sua reconstrução (MORAES, GALAZZI, 2006, p. 119).

Trata-se de uma abordagem aberta que possibilita reconstruir caminhos de acordo com os dados coletados na prática, porém, também exige disciplina e rigor, acarretando de modo simultâneo o prazer propiciado por um trabalho criativo e original. Objetivando, desta forma, analisar os dados coletados no presídio Regional de Paulo Afonso (BA), considerou-se esse procedimento de análise pertinente, na medida em que, este ambiente hostil e pragmático requer um constante ir e vir, pois “o processo da análise textual discursiva é um constante ir e vir, agrupar e desagrupar, construir e desconstruir”. É um processo em que o pesquisador se movimenta com as verdades que tenta expressar” (MORAES, GALAZZI, 2006, p. 122).

As presas são julgadas legalmente por meio de discursos que são muito utilizados por promotores e advogados de defesa e acusação. Isso demonstra o poder das palavras que podem definir o futuro de muitos seres humanos, sendo considerados inocentes ou não. Nesse contexto, Foucault (1970) defende que

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1970, p. 9).

Assim, os discursos possuem poder extraordinário, que vão além das simples palavras, podendo reproduzir ideologias dominantes, bem como denunciá-las. Cabe ressaltar que discursar não se trata de verdades ou falsidades, pois a verdade é construída por cada um em seu discurso, ou seja, a verdade vai se redigir no que diz o discurso no momento e no espaço em que se fala. Sendo assim, diante dessa situação o indivíduo vai obter o que Foucault chama de vontade de verdade, que nunca cessa, mas apenas se transforma.

Assim, a partir desses métodos de coleta e análise dos dados, foi possível obter um panorama de como funciona a Unidade Prisional de Paulo Afonso (BA) ouvindo os internos e internas, percebendo o contexto sob a perspectiva de gênero, prestando atenção na divisão sexual existente na prisão e os processos formativos educacionais que os presos e presas carregam e que, de alguma maneira, contribui para as diferenciações emergidas entre homens e mulheres no cárcere, destacando a ala feminina e suas especificidades emergentes.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Pesquisar a criminalidade feminina sob a perspectiva de gênero e educação é descortinar as mais íferas marginalidades sociais, deleitando-se sobre vidas que se materializam sob o visível e o invisível. Corpos que nos dizem muito sobre os processos de disciplina, socialização, direitos e deveres sociais. Atrelado à perspectiva pós-crítica em educação, este estudo se une a outras áreas do saber relativas à antropologia, sociologia, serviço social, âmbito jurídico, dentre outras, que somadas nos favorecem pensar sobre a educação em sua perspectiva multirreferencial, uma educação que celebra a vida dos indivíduos em todas as suas esferas formativas. Evidenciando as inúmeras contradições do sistema penitenciário, a pesquisa aqui descrita foi dividida em 4 capítulos, a fim de estabelecer uma maior compreensão das questões proferidas, bem como apresentar os resultados obtidos durante a produção científica deste trabalho.

O *primeiro capítulo* diz respeito à introdução, em que buscou-se situar o tema da pesquisa, apresentando, ainda, a justificativa, problemas, objetivos propostos e metodologia

abordada. Por meio deste tópico, é possível visualizar um panorama relativo ao que a pesquisa se propôs a responder/problematizar/analisar/descrever, pautando-se do objetivo geral concernente à descrição e análise do processo de construção histórica, trajetória subjetivas de mulheres presas no Conjunto Penal de Paulo Afonso (BA), com vista à sua invisibilidade diante do público prisional masculino, atrelando-se ao processo histórico educacional. Procurou-se, também, delinear os caminhos, com os quais a pesquisa foi realizada, pautando-se da epistemologia pós-crítica, sob uma metodologia qualitativa, com observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise textual discursiva. Vale ressaltar que o foco da pesquisa está voltado às prisioneiras, mas reporta-se aos prisioneiros como um aprofundamento em torno das diferenciações relativas ao gênero na prisão.

O *segundo capítulo*, por sua vez, apresenta a revisão de literatura relativa às categorias de educação, gênero e criminalidade feminina. Subdividido em 6 tópicos, oferece um olhar crítico em torno de teorias que fundamentam o trabalho, em prol da educação como prática social; pensando a punição como um processo educativo; assim como o processo de interseccionalidade entre raça, gênero e classe na prisão. Por conseguinte, apresenta um panorama histórico das mulheres no Brasil em seu constante e inquietante silenciamento, pensando sobre os respingos das contextualizações e modelos atribuídos de ser mulher ideal, no seu contexto dócil e frágil a quem cabe o lar e os filhos, refletindo sobre esta variante em contrapartida com as mulheres presas que rompem com os estereótipos de gênero atrelados na historicidade brasileira, mas que ao mesmo tempo, reproduzem alguns padrões e sofrem com o sexismo na prisão. O capítulo também traz elucidações sobre as mulheres prisioneiras que apresentam múltiplas identidades e subjetividades, que constroem um outro de si, e se resignificam na ânsia de serem aceitas. Por fim, denota a conjuntura histórica, social e prisional em torno das diferenciações por gênero vividas por homens e mulheres na prisão, retratando a vida de mulheres do crime e sua relação com a figura masculina.

O *terceiro capítulo* é intitulado como: As Invisíveis do Cárcere Brasileiro, subdividido em 3 tópicos, e estabelece uma relação geral em torno da criminalidade feminina em seu contexto nacional (Brasil), estadual (Bahia) e municipal (Paulo Afonso), no que tange à esta cidade, este capítulo apresenta uma reflexão em seu sentido macro e micro, do geral para o particular, logo em seguida retrata um pouco da história dessa cidade, seus IDHs e formas de vida, a fim de situar o leitor/a sobre essa cidade citada neste trabalho, bem como, contextualizar com a realidade onde o presídio pesquisado encontra-se inserido, por fim, faz-se uma caracterização do presídio regional de Paulo Afonso (BA) que, de modo geral, não se distancia

da perspectiva nacional e estadual prescritas no INFOPEN (2014), no sentido de organização, disciplinamento, regras, arquitetura dos espaços, funcionários/as, presos/as, superlotação, pouca atividade de ressocialização, ociosidade dos presos/as, assim como a constante de disciplinamento, coerção e controle dos corpos como dóceis e manipuláveis assim como profere Foucault (2013).

O *quarto capítulo* concernente ao campo da pesquisa e seus entrelaces discursivos/representativos, discute/descreve/analisa os dados coletados junto à ala prisional feminina e masculina do presídio pesquisado. Subdividido em 6 sessões de análise, apresenta um tópico nomeado de: Visitando o Xilindró, em que se destaca o diário de campo, percepções, vivências e contextualizações de entrada na prisão. Em seguida, profere-se a respeito do perfil dos presos/as do presídio, de modo que em sua maioria são pobres, negros/as, com pouca ou nenhuma escolarização, se equiparando mais uma vez aos dados nacionais, relativos a criminalidade masculina e feminina. Além disso, ainda nesta sessão, apresentam-se os crimes de acusação e julgamento de ambos os públicos, aos quais demonstraram-se variados, se sobressaindo a tentativa de homicídio com as prisioneiras e o estupro de vulnerável realizado pelos presos. Esses dados demonstram incongruências com relação aos dados nacionais, de modo que as mulheres rompem com os estigmas de crimes praticados sem força física e de caráter secundário, e os homens por sua vez, refletem a constante cultura do estupro e educação (escolar e não escolar) androcêntrica que fomenta a liberdade e o extinto ao público masculino.

Neste mesmo capítulo, apresenta-se a educação para os presos/as que relatam-na enquanto um importante mecanismo de crescimento na vida, destacando-a enquanto uma “válvula de escape”, a qual a maioria não teve acesso à educação escolar, por conseguinte, enxergam a educação como detentora e salvadora da humanidade. Além disso, destaca-se as categorias (não fui eu/nunca/jamais/Deus me livre), elaboradas através de 100% das respostas dos presos/as que ao proferirem sobre os crimes de acusação e julgamento, afirmam-se vítimas e/ou inocentes, focando nos discursos das mulheres que se reinventam e constroem um outro de si, se apegando às múltiplas identidades consideradas aceitáveis socialmente, menos a identidade de criminosas. No que tange à sessão de análise relacionada aos contextos de vida antes, durante e após a prisão (perspectiva futura). Além disso, esta sessão aponta que os presos/as se reportam a sonhos, vidas de trabalho, educação e família antes da prisão como meio de estratégias de sobrevivência no presente da prisão, se reportando ao futuro com esperanças de melhorias e mudanças, dos quais 100% dos entrevistados ratificam de maneira enfática sobre

um viés positivo de si mesmo, pensando em um futuro de transformações, sonhos, angústias e retomada da identidade que fora perdida ao adentrar na prisão.

Também sobre a sessão referente às diferenças percebidas por presos e presas nos processos vivenciados dentro da prisão, salienta-se sobre as diferenciações concernentes ao gênero, das quais 80% das presas indagam sobre diferenciações no que se refere ao trabalho de ressocialização e visita íntima que apenas os presos possuem direitos. Assim como as penas, as quais, todos os homens entrevistados já foram julgados em detrimento de 30% das mulheres entrevistadas que foram julgadas; o cumprimento de pena, ao qual os homens estão a mais tempo na prisão, enquanto que as mulheres em sua maioria estão há meses, com exceção de uma que cumpre pena há 7 anos e outra que cumpre há 1 ano.

Ao se questionar do que mais sentem falta na prisão se sobressai a liberdade em 80% dos homens entrevistados, em detrimento de 80% das mulheres que sentem falta dos filhos e/ou da família. Assim, esses dados são apresentados demarcando as diferenciações no que se refere ao gênero na prisão, sendo esta evidenciada em seu caráter interseccional relativo a gênero/raça/classe, a qual tem se mostrado com uma estrutura sexista, racista e classista.

Ainda no *quarto capítulo*, adelaça-se sobre a expressão da sexualidade feminina na prisão, dado que se fez presente durante a coleta e expressão das estratégias de sobrevivência e fugas do disciplinamento dos corpos, uma vez que por meio do ato sexual as mulheres se deleitam uma sobre as outras, infringindo as normas e se refazendo em suas interfaces. Em Foucault, aprendemos que existem as relações de poder nos variados mecanismos sociais, mas também as fugas desses poderes e estratégias de disciplinamento. As mulheres presas, por sua vez, desmantelam as conjunturas sociais, questionam os padrões de mulheres dóceis e frágeis, e ao mesmo tempo se inserem nas mais variadas identidades de mulher ideal e mulher criminosa.

Por fim, apresentam-se as *considerações finais*, as quais como fruto de incertezas e inquietudes, salientam-se que as mulheres presas passam por um processo ao qual se chamou de hipervisibilidade e invisibilidade, assim como o paradoxo de que todo o processo de punição, criminalidade (que envolve dor, sofrimento, angústias, perdas, risos, lágrimas, descobertas, identidades, etc.) são processos de aprendizagem que perpassam a educação escolar e não escolar dos presos e presas contemplados nesta pesquisa. Finda-se o trabalho celebrando a vida de mulheres presas, dando-lhes voz, expressando-as para além do crime, como seres humanos.

2 REVISÃO DE LITERATURA: EDUCAÇÃO, GÊNERO E CRIMINALIDADE FEMININA

É a partir da observação de locais e contextos diferenciados que se constroem diferentes teorias. Sendo a teoria um objeto que busca refletir-se na realidade sem se limitar nela mesma. A educação, em seus múltiplos aspectos, é marcada por inúmeros fundamentos que buscam entendê-la em seus complexos paradigmas.

Nesse sentido, delineou-se para o presente trabalho categorias teóricas de análise como: gênero, criminalidade feminina e educação, na perspectiva de traçar um caminho de pesquisa que apresente estudos referentes a estas temáticas, proporcionando uma análise da realidade e suas múltiplas esferas e discursos produzidos. É importante destacar que não se busca dar conta da totalidade ou produzir um saber ideal, pois tentar tamanho feito seria estar sempre com máscaras (FOUCAULT, 1970, p. 56). Porém, pretendeu-se explorar modos alternativos de se pensar a educação, pensando em um saber que está sempre inacabado e passível de reflexão.

Com base na revisão da literatura, observa-se escasso o interesse pela criminalidade feminina, sendo pouco estudada na área de educação, bem como pelos criminólogos. Os estudos de Moreira (2007), comprova o baixo índice de interesse por esta temática quando comparado pela exiguidade de estudos e pesquisas concernentes a criminalidade masculina. De acordo com a autora “a criminalidade feminina é tratada de forma genérica, não havendo uma preocupação em individualizar as características, causas e problemas sobre a mulher delinquente” (MOREIRA, 2007, p. 1).

Autores mais recentes apontam que a razão do interesse pode estar ligada a visões machistas sobre o papel da mulher na sociedade, tratando-as enquanto dóceis e frágeis, onde não caberia lugar para elas dentro da criminalidade. Essa visão arraigada perpassa a educação desde a infância, corroborando com as leis e penalidades do país, na medida em que estudos apontam para o abrandamento da pena feminina, bem como a falta de desconfiança para com a mulher pautada em aspectos referentes ao cenário social atual que a localiza em uma posição subalterna e doméstica. Não obstante, existe a regra de igualdade entre homens e mulheres perante a lei, porém, predomina-se a visão machista sobre a condição feminina, acarretando no escasso interesse pela criminalidade feminina, bem como um sistema que reproduz os aspectos gerais da criminalidade masculina, tratando-as enquanto homens na prisão.

Ainda de acordo com Moreira (2007), outra razão para o baixo interesse sobre esta temática seria a menor incidência numérica da criminalidade feminina em relação à masculina.

Pois, mesmo que a mulher pratique vários crimes considerados comuns ao homem, pesquisas demonstram que suas estatísticas continuam muito menor do que a criminalidade masculina, apesar das inúmeras transformações sociais das últimas décadas. Estudiosos demonstram ainda, para o papel desempenhado pela discriminação social e pela pobreza no delineamento de crimes femininos (GILFUS, 1992; MUSUMECI, B.; ILGENFRITZ, I. 2002).

Demarcando o caráter interseccional referente ao sistema prisional, uma vez que, de acordo com Alves (2015), o sistema prisional se caracteriza por uma constante vulnerabilidade social, reproduzindo estereótipos referentes à classe, raça e gênero na prisão. Em um contexto caracterizado por relações patriarcais de poder, a vitimização, a marginalização e a invisibilidade criam um cenário propício à criminalidade feminina. Portanto, a partir da perspectiva do lugar ocupado socialmente pelas mulheres, o entendimento da criminalidade feminina deve necessariamente envolver um nível mais amplo de análise, que inclua o papel exercido pelo controle e pela opressão sobre as mulheres em diferentes esferas, do espaço privado das relações familiares ao espaço público da divisão do trabalho (SAFFIOTI, 1989; MOREIRA, 2007, p.8).

De uma maneira geral, as teorizações acerca dos comportamentos criminosos têm sido baseadas nas experiências de homens, sem reflexões sobre as teorias, os conceitos e os resultados encontrados devem ser tratados sob uma perspectiva das diferenças de gênero.

Gilfus (1992) destaca a falta de estudos em criminologia baseados numa apreciação direta das percepções, experiências e motivações exclusivamente femininas. Ao invés de procurar entender os motivos da disparidade entre o número de crimes cometidos por homens e mulheres, a autora acredita que as teorias deveriam se ocupar das experiências de mulheres "reais" que decidem entrar para o crime, contribuindo assim para um retrato mais fiel da criminalidade feminina (p. 67).

A partir da perspectiva de gênero podemos compreender que, para além da reduzida relevância social atribuída à criminalidade feminina, a ausência de estudos sobre mulheres envolvidas em atividades criminosas se deve também ao fato de que a violência, a agressividade e a transgressão não estarem previstas nos discursos acerca da ideologia da feminilidade. O discurso científico de cunho androcêntrico diz que o destino biológico da mulher é ser mãe, deixa sua sexualidade restrita à reprodução. Em pleno século XXI, a sociedade e também as políticas públicas de saúde, ainda focalizam a mulher como parte da natureza.

Além das características associadas ao feminino servirem teoricamente como elementos protetivos à prática criminosa, a socialização feminina, com sua ênfase no espaço privado como

domínio privilegiado de atuação das mulheres, seria a origem da participação subalterna das mulheres em atividades ilícitas e da característica não violenta dos crimes. A invisibilidade das -mulheres nas teorias acerca da criminalidade seria, então, justificada pelo caráter atípico dos crimes por elas cometidos.

Ao teorizar acerca das especificidades dos crimes femininos, autores remetem para o seu caráter relacional (MUSUMECI e ILGENFRITZ, 2002; MARTINS, 2009). Neste sentido, as mulheres criminosas, geralmente, enfatizam seus papéis de cuidadoras e seu envolvimento é justificado através da proteção das suas relações afetivas (românticas) e familiares. O papel dos parceiros é novamente enfatizado, porém, através de uma perspectiva que inclui a iniciativa feminina na manutenção de suas relações, ainda que motivadas, principalmente, pelo desejo de proteger aqueles ao seu redor. Esse entendimento acerca da criminalidade feminina pressupõe algum nível, mesmo dentro de limites rígidos, de exercício do desejo e da atividade pessoal das mulheres.

Ao se falar em mulheres presas, faz-se necessário considerar o contexto, ouvindo o que elas têm a dizer. Entretanto, dar voz às internas não é tarefa fácil, considerando que, de acordo com Silva (2014), as presas constroem um outro de si, ressignificando suas narrativas e identidades, povoadas pelo desejo de existir e de obtenção de novas verdades. Em cada palavra pronunciada, é comum ouvir esse desejo de ser aceita reconstruindo um ideal imaginário de ser mulher (p. 91).

Um imaginário social labiríntico e machista que dita regras de comportamento para a figura feminina, considerada na maioria das vezes um ser puro e inofensivo, contudo, essas definições são arcaicas e ultrapassadas, não significando a complexidade do ser feminino. Essas concepções são ainda mais equivocadas ao se pensar em mulheres no mundo do crime.

Segundo Beauvoir (1970), mesmo quando as mulheres começam a ganhar parte na construção do mundo, mundo este pertencente aos homens, elas constituem-se como o outro do homem, buscando meios estranhos de se afirmar como sujeito, pois “é um caminho nefasto porque passivo, alienado, perdido, e, então, esse indivíduo é presa de vontades estranhas, cortado de sua transcendência, frustrado de todo valor” (BEAUVOIR, 1970, p. 15).

De acordo com a autora supracitada, a mulher como o outro do homem, frustrada em seus valores enquanto ser humano, presa por laços afetivos que a prende ao seu opressor, busca maneiras frustradas de obter um valor perante a sociedade, como por meio do crime, na tentativa de gritar e se auto afirmar que existe. Esta pesquisa, pois, celebra as vidas paradoxais de mulheres que forjam a lei, e que ludibriam a imagem de “mulher de verdade”.

Silva (2014) afirma a necessidade de pensar no feminismo que foge às regras e à disciplina, um feminino que comete crimes, considerando que “[...] é necessário continuar o movimento de mudança, discutir outras histórias: as infâmias das mulheres que matam, roubam e violentam, porque esse é também o direito das sujeitas que burlam a ordem [...]” (SILVA, 2014, p.33).

Nesse sentido, a autora destaca que não se pode contar apenas histórias de conquistas e liberdades sobre o feminismo, sendo necessário pensar nas vidas miseráveis, pois “o feminismo produz a liberdade, mas também a infâmia das mulheres” (SILVA, 2014, p. 39).

Costa (2008), por sua vez, sob outra perspectiva reflete acerca dos vínculos afetivos que levam a mulher ao tráfico de drogas, enfatizando que o machismo e as formas de sujeição influenciam nas escolhas dessas mulheres, pois, na perspectiva de obedecer, proteger e acompanhar os homens da família acabam se tornando também criminosas. Desse ponto de vista, a mulher não entra no crime como um meio de libertação, mas sim, como mais um dos elementos de subordinação e assujeitamento do feminino sobre o masculino (p. 75).

Longe de colocar as mulheres criminosas apenas como vítimas, pretende-se, por meio deste estudo, discutir sobre as múltiplas identidades que constituem essas mulheres e sua forte ligação com a figura masculina sobre as práticas ilícitas cometidas.

Nessa perspectiva, situamos nossa pesquisa no campo de estudos de gênero, buscando entender como são concebidas as interfaces identitárias de mulheres inseridas no crime e sua relação com a figura masculina, considerando que, de acordo com Scott (1990), não é possível estudar gênero e a vida das mulheres sem falar também dos homens, enfatizando a necessidade de articular os sujeitos nas organizações sociais.

Scott nos permite pensar no gênero enquanto uma categoria vasta que ultrapassa o determinismo biológico e vai em direção à construção social de identidades dos sujeitos, nesse contexto, a autora destaca a seguinte definição de gênero:

O núcleo de definição repousa numa conexão integral entre as duas proposições: 1) O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; 2) Gênero é uma forma primária de dar significados às relações de poder (SCOTT, 1990, p. 86).

Nessa perspectiva, gênero é entendido enquanto um elemento constitutivo nas relações sociais baseando-se nas diferenças, implicando ainda quatro elementos que se interacionam, primeiro, as representações simbólicas (Eva e Maria), segundo, os conceitos normativos (doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas), terceiro, o desafio de

explodir a noção de fixidez ou binarismo de gênero e o quarto elemento diz respeito à identidade subjetiva (SCOTT, 1990, pp. 86-87).

Corroborar-se com a autora quando esta versa sobre a emergência de explodir a perspectiva binária de gênero, considerando as múltiplas identidades que se formam no seio social. Pensar em mulheres presas requer pensar no campo complexo e enriquecedor de gênero, raça e classe, uma vez que a vida das pessoas no cárcere está imbricada dentro dessa relação estabelecida entre os pares.

Safiotti (1987) também nos orienta que pensar em mulheres, requer pensar no contexto masculino a qual elas fazem parte. A ilustre estudiosa cita três sistemas de dominação-exploração que estão imbricados, sendo eles: o patriarcado-racismo-capitalismo, discorrendo sobre as minúcias e importância de cada luta, destacando a impossibilidade de exaltar uma em detrimento da outra, sendo esta uma tríade do desprazer, de modo que ninguém é beneficiado de fato (p. 115). Nessa tríade, podemos situar as mulheres do crime, enquadradas nessas categorias que se relacionam com o patriarcado, bem como o racismo e o capitalismo em suas condições de vulnerabilidade social e pobreza, uma vez que, assim como argumenta Leme (2010), as prisões basicamente estão povoadas por pobres e negros. Evidenciando a perspectiva da interseccionalidade entre classe, raça e gênero.

Esta pesquisa utiliza-se da categoria de gênero por ser ampla e possibilitar reflexões enriquecedoras dos papéis sociais estabelecidos para os sujeitos, contudo falar em gênero é também falar em feminismo em seu contexto amplo e diversificado. Nessa perspectiva, Safiotti nos proporciona pensar em um feminismo diferenciado, com base na humanização, prestando atenção nas características variantes entre a vida de homens e mulheres,

o feminismo, aqui descrito, [...] não representa, de forma alguma, uma guerra contra os homens. Ao contrário, a proposta consiste exatamente na humanização do homem, também castrado em muitas dimensões da vida. E para que este processo de humanização dos elementos masculinos tenha êxito faz-se necessário humanizar mulheres e negros. Este feminismo está muito longe de ser rancoroso, ressentido, amargo. A rigor, é o oposto disto, pois visa estabelecer a igualdade entre seres humanos para possibilitar-lhes o desfrute do prazer concebido amplamente (SAFIOTTI, 1987, p. 115-116).

Portanto, para se pensar na mulher do crime, cabe pensar em suas relações com a figura masculina, a fim de perceber as identidades constituídas nesse labiríntico processo social e prisional que dita formas de se comportar para homens e mulheres, vivendo em um constante desprazer, assim como salienta a autora.

Não obstante, destaca-se que o presídio historicamente é feito para a figura masculina, assim como evidencia Adorno (1990), tratando as mulheres enquanto presos que menstruam: “para o Estado e a sociedade, parece que existem somente 440 mil homens e nenhuma mulher nas prisões do país. Só que, uma vez por mês, aproximadamente 28 mil desses presos menstruam” (QUEIROZ, S/P, 2015). Nesse sentido, faz-se necessário dar voz ao sistema penitenciário, uma vez que as pesquisas feitas e livros lidos demonstram a necessidade de dar continuidade aos estudos acerca dessa temática que ainda é velada e mascarada. É preciso aprofundar-se sobre esse sistema na perspectiva de entender como vivem essas mulheres da prisão e qual a sua relação com a figura masculina. Mulheres que se reconstróem e possuem a necessidade de se afirmarem enquanto seres humanos.

Diante das argumentações proferidas, destaca-se o estudo enquanto necessário na perspectiva de compreender como as mulheres do Presídio Regional de Paulo Afonso por meio de suas memórias passadas e presentes se identificam, buscando entender quais identidades carregam, e quais faces nos apresentam. Dando-lhes voz e trazendo à tona uma comunidade invisível para as atuais conjunturas sociais e prisionais da cidade.

Assim, a pesquisa aqui descrita pleiteou analisar a vida de mulheres presas a partir de uma análise de campo baseada em categorias empíricas e teóricas que, sob a epistemologia metodológica pós-crítica, questiona o conhecimento em seus discursos e efeitos de verdades e poder produzidos, buscando implodir e radicalizar aquilo que já foi significado na educação, procurando novos caminhos de pensar sobre o não significado (PARAÍSO, 2004, p. 287).

Paraíso (2004), por sua vez, afirma que existem as linhas mais exploradas pelas pesquisas pós-críticas em educação, são elas:

1. Relações de poder na educação; 2. A do sujeito (identidade, subjetividade e modos de subjetivação); 3. A da descrição e análise da artificialidade da produção de saberes na educação (conhecimentos, verdades, discursos) (PARAÍSO, 2004, p. 289).

Portanto, traçamos como objeto de análise do presente trabalho as categorias teóricas gerais de produção de saberes na educação (pensando nos conhecimentos, verdades, relações de poder e discursos) referentes a gênero, educação e criminalidade feminina. E, enquanto categorias empíricas norteadoras do campo de coletas, as categorias do sujeito (identidade e modos de subjetivação feminina).

Destarte, considera-se que pensar em gênero, criminalidade feminina e educação se faz necessário na contemporaneidade como forma de alargar mentalidades, problematizar a

perspectiva binária e, por conseguinte, contribuir com teorias em prol de estudos referentes à mulher que comete crimes e sua relação com os processos educativos que se constituem em cada prática, vivência e aprendizagens que se compõem no cárcere.

2.1 EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL E CONSCIÊNCIA POLÍTICA

Se cremos que ela [a educação] deve servir a um projeto de ser humano e de sociedade, teremos que aproveitar suas potencialidades e enfrentar os riscos, formando pessoas que possam reorientá-la. Educar para a vida é educar para um mundo em que nada nos é estranho. A educação vê-se obrigada a repensar suas metas e revisar seus conteúdos (SACRISTÁN, 2007, p. 15 apud SEVERO, 2015, p. 76).

A educação é entendida nesta dissertação em seu sentido plurirreferencial, abordando-a enquanto uma ferramenta de emancipação, consciência social, política, cultural e econômica, que promove o desenvolvimento do indivíduo de maneira integral.

A tarefa educativa na contemporaneidade se constitui num desafio complexo de articulação de formas de construção do conhecimento. A nova realidade em sua formatação pós-moderna impõe uma nova conceituação de formação do ser social, que vai além da perspectiva tradicional de educação escolar. Uma vez que, sob a perspectiva pós-crítica, se assume o compromisso de promover uma reflexividade em torno do contexto social no qual estamos inseridos.

Pensar a educação se pautando nesta epistemologia, significa descosturar as amarras educativas tradicionais, em prol de se pensar em um universo amplo de desenvolvimento do indivíduo como parte de um meio social extenso e pragmático. Assim como versa a citação no início desta sessão, a educação deve servir a um projeto de ser humano, evidenciando suas potencialidades, de modo que, educar para a vida seria educar para além das amarras sociais, pensar em contextos amplos, diversos e multiculturais, enquanto contextos formativos e constitutivos do ser humano.

Esta área se articula a estratégias educativas que se mobilizam em prol da formação de um ser social, esmiuçando os vários campos de construção/articulação e compartilhamento de conhecimentos.

O tempo presente inspira a necessidade de busca por reflexões em torno da realidade vivenciada, esta que é repleta de desafios sociais, como, por exemplo uma sociedade classista, racista, homofóbica, transfóbica, sexista, patriarcalista, que esmaga as minorias que não se enquadram em padrão engendrado de como ser e viver na sociedade. Em primeiro lugar, há que

discutir sobre o patriarcalismo, entendido como a base e suporte de todo o tipo de dominação autoritária e totalitária. E aqui prefere-se utilizar “patriarcalismo” e não “patriarcado”, afim de rechaçar as posições estática que nos levam a pensar em uma estrutura de opressão autônoma quanto ao resto de opressões e dominações que preponderam nas relações sociais capitalistas.

O patriarcado só afeta a um determinado coletivo (a mulher em abstrato). O patriarcalismo, por sua vez, é uma categoria que abarca o conjunto de relações que articulam um conjunto de opressões: gênero, sexo, etnia, classe social e orientação sexual, assim como o modo em que as relações sociais particulares se conjugam em uma dimensão pública de poder, exploração e submissão pessoal. O termo patriarcalismo é mais adequado porque nos faz ver como as relações de patriarcais se articulam com outras formas de relação social em um momento histórico dado. Isto porque as estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como variáveis independentes, pois, a opressão de cada uma está imbricada na outra. Ou seja, vivemos em uma ditadura de comportamentos, em meio às nossas vivências diárias, não é preciso se esforçar para perceber essa ditadura, que dita modelos de como ser “um cidadão correto”, entretanto, este cidadão “modelo/padrão/bonito/tradicional” advém de um contexto histórico Europeu, que padroniza o homem branco, de cabelos lisos, heterossexual, magro, etc., como o modelo de beleza e moral social.

Pensar que a resolução de todos os problemas está na escola, seria uma aleivosia, considerando que esta instituição, embora, significativa, não possui operativos que componham a totalidade das dimensões e aspectos da formação do sujeito, e sob a égide de tal compreensão, calcada apenas na educação escolar, muitas vezes ignora-se a pluralidade de possibilidades além da escola de socialização do conhecimento e de humanização do indivíduo.

Fomentar uma educação em seu sentido amplo, é analisar suas múltiplas esferas, potencializando um alargamento de mentalidades sob reflexões crítico-social. Assim, torna-se meritório/mister, ampliar a perspectiva de entendimentos em defesa da educação, incorporando novos arranjos que funcionem como ponto de intersecção entre diferentes redes sociais.

Severo (2015) em sua tese de doutorado enfatiza:

O universo da educação, é assumido, nesta tese, como um amplo espectro de situações e oportunidades educativas que possibilitam o desenvolvimento integral do homem em suas dimensões social, psicológica e cultural, a promoção da cidadania, da inclusão social, a apropriação e uso inteligente das ferramentas tecnológicas atuais. Diz respeito a esforços institucionais e não institucionais que se conjecturam e constituem redes educativas [...]. Mais do que empreender mecanismos educativos que conformem os sujeitos a aceitarem a realidade como produto naturalmente dado [...] é necessário desencadear nos diversos espaços educativos reflexões críticas acerca da

participação e autonomia que o sujeito tem na construção de processos humanizatórios, compreendidos com a transformação social. (SEVERO, 2015, p. 77).

Assim, a educação em seu sentido plural, tem buscado no Brasil somar processos institucionais e não institucionais em consonância com um processo de melhoria social, em específico no que concerne aos grupos socialmente marginalizados (como a população prisional, a qual esta dissertação se destina).

Para Geraldo Caliman (2011), fora e além da escola existem diversas formas de educação, trazendo à tona o conceito de pedagogia social, que tem como objeto a educação que abrange múltiplos processos formativos. Esta área que pertence ao rol das ciências humanas é sensível à sociabilidade humana, pois,

A criatividade do brasileiro em inventar novos processos educativos fora da escola é evidente na grande quantidade de instituições e atividades não formais voltadas para a educação: [...] atividades de lazer e esporte, centro juvenis, oratórios, atendimento ao menor aprendiz, comunidades de recuperação de tóxico-dependentes e para adolescentes em situação de risco e com conflito com a lei (CALIMAN, 2011, p. 237).

Destarte, a pedagogia social trata-se de práxis socioeducativa, de onde emergem inúmeras experiências de saberes e formação do sujeito social. Sua tarefa de acordo com Caliman, diz respeito a fazer com que os processos educativos latentes na sociedade sejam intencionalmente orientados onde quer que aconteçam, seja em escola, na família, em abrigos, hospitais, presídios, etc. Ainda, a pedagogia social “[...] tem a ver com pessoas e grupos que se encontram em geral em situação de risco, conflito, diversidade cultural e comportamental” (CALIMAN, 2011, p. 243). Vale ressaltar que a pedagogia social emerge no Brasil como uma ciência que fornece as bases metodológicas para a educação social, esta que por sua vez “[...] constitui-se em uma dimensão prática, onde acontece a aplicação das técnicas, metodologias, dinâmicas geradas no diálogo com a pedagogia social” (p. 243).

Entende-se que a pedagogia social é a teoria, e a educação social, a prática, de modo que ambas devem andar em conjunto em uma constante reflexão e ação. Essas áreas da ciência educacional estabelecem uma ponte entre a dimensão social, a vida cotidiana e a educação. Compreendendo que é possível construir soluções pedagógicas que ajudem na superação dos problemas vividos pelas pessoas e grupos. E a educação faz com que “tais soluções aconteçam a partir de dentro das pessoas, através do estímulo ao conhecimento, de sua capacidade de compreensão[...] e estímulo ao seu desenvolvimento integral” (CALIMAN, 2011, p. 245).

Essa ciência da educação favorece pensar em consonância com outras áreas do saber, Machado (2009), por sua vez, percebe a educação como uma área que se articula com a pedagogia, psicologia, assistência social, antropologia, sociologia e o direito, emanando descobertas e alargando mentalidades (p. 380). Moura e Zucchetti (2010) entendem a educação como um ato político e prática social, que se constitui pela abertura e acolhimento a um corpo de saber transdisciplinar. Elas apresentam a conceituação de educação *não escolar*. Consideram importante pontuar que em torno das práticas não escolares é necessário prestar atenção nas nomeações (formal, não formal e informal), de modo que,

[...] a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização- na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores, culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados: e a educação não- formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas (MOURA, ZUCCHETTI, 2011, p. 635).

Assim, chamam atenção para a incongruência de pensar a educação diferenciando por meio de intencionalidades, uma vez que todos os processos educativos possuem formalidades e objetivos. Ainda, reiteram a educação como um espaço de contradições, pensando-a para além de espaços hegemônicos de disseminação dos conhecimentos instituídos pela racionalidade científica. Ratificando a educação como um ato político.

O princípio constitucional no que se relaciona a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de número 9.394 de 1996, no seu art. 1º demarca que,

A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e suas manifestações culturais. (BRASIL, 1996).

A educação refere-se a dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais, em que a escola se insere como parte fundamental, mas que vai além de seus muros. A educação, portanto, “refere-se à educação do homem integral, em todas as suas relações com a sociedade, inclui a diversidade individual e social, abrange as transformações e os avanços do conhecimento e se dirige a todas as faixas etárias em todas as etapas da vida” (MACHADO, 2009, p.382).

Machado (2009) adverte para o fato da LDB que atribui ao pedagogo (como profissional da educação) o trabalho pedagógico escolar e não escolar, resgatando a educação em sua totalidade, superando a concepção do profissional da educação destinado apenas ao âmbito escolar. A resolução do Conselho Nacional de Educação- CNE/CP (2006), atribui ao curso de pedagogia uma ampla possibilidade de atuação crítica e comprometida com a realidade, compreendendo no Art. 2º,

§ 1º Compreende-se a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo (p. 1).

O Art. 5º da mesma resolução nos orienta que

O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a: I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo (BRASIL, 2006, p. 2).

A pedagogia como ação educativa ampla e interdisciplinar, é por excelência espaço de construção, ampliação e circulação de saberes, proporcionando uma consciência crítica frente à realidade. O saber pedagógico implica propiciar ao indivíduo o desenvolvimento em vários aspectos sociais, em múltiplos processos de socialização. A abordagem de Peter Berger e Thomas Lukmann (2006) apreende a sociedade como uma realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, como um processo dialético de exteriorização, objetivação e interiorização, produção humana e o homem como produção social. Os autores explicam a sociedade como realidade subjetiva, considerando que a socialização é o processo pelo qual ocorre a interiorização da realidade. A socialização é explorada num duplo viés, a dizer a socialização primária e a socialização secundária. “A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade” (p. 175).

A socialização secundária compreende a internalização dos códigos, das regras e normas que regulam as diferentes instituições, as quais compõem a nossa experiência na vida jovem e adulta. Para isso, numerosos mecanismos de imposição e controle social são acionados das diferentes instituições que compõem a sociedade. É um processo fundamental que habilita o

indivíduo para o desempenho dos diferentes papéis sociais que a sociedade reclamará no decorrer de toda a sua vida.

A prisão como uma das instituições da sociedade também promove, mediante uma pedagogia própria, a internalização dos códigos, regras e normas que regulam seu cotidiano, as quais compõem a experiência na vida de presos homens e mulheres.

Assim, definir educação torna-se um tanto difícil, uma vez que esta possui inúmeras significações, que vão além do termo, envolvendo um complexo de características e paradoxos de sociedades diferenciadas. Torna-se meritório delimitar de qual educação estamos falando, considerando que a pedagogia possui papel de suma importância dentro dos presídios, atendendo diferentes demandas sociais, por meio da investigação sobre processos educativos que vão além dos muros das escolas tradicionais.

Entendemos que exercer práticas de educação no campo social implica buscar sustentação em teorias e conceitos oriundos de diversas áreas do conhecimento; buscar apoio na filosofia, sociologia, economia, psicologia, antropologia, entre outras. Mais do que isso, exercer práticas de educação no campo social implica recuperar a educação popular como tendência pedagógica e metodológica, com o objetivo de promover relações humanas a um grau de melhoria (STRECK, 2006) e como um fio que costura as áreas de conhecimento entre si (MOURA e ZUCCHETTI, 2010, p. 646).

Pensar a educação sob o cenário e perspectiva do sistema prisional feminino, torna-se pertinente, uma vez que o próprio ato punitivo é um recurso educativo, outrora, aplicado às práticas vivenciadas de natureza carcerária, considerado marcante na vida dos indivíduos, constituindo-se enquanto um processo deliberativo/formativo/educacional de vida.

A educação como prática política e social, como processos de socialização remete as vidas infames, as minorias sociais, refletindo sobre seus processos de desenvolvimento de forma integral e contextualizada com a realidade.

2.2 ESTADO DO CONHECIMENTO

A produção do estado da arte possibilita perceber o balanço de pesquisas realizadas em uma determinada área, a fim de pensar sobre o objeto que se propõe a pesquisar e sua relevância social e científica. Nesse sentido, Romanowski e Ens (2006) defendem que

A realização de estados da arte possibilita a efetivação de balanço da pesquisa de uma determinada área. Na área de formação de professores os estudos realizados apontam a ampliação na última década do interesse pelo tema.

Destaca-se que este tipo de estudo, usual em outros países, foi ampliado na última década no Brasil, com a realização de estudos da arte tais como os desenvolvidos pelo INEP. A dificuldade de acesso aos textos de periódicos, teses e dissertações torna a investigação morosa, constituindo-se num dos complicadores de sua realização (ROMANOWSKI e ENS, 2006, p. 37).

Destarte, visitou-se o banco de teses e dissertações da CAPES a fim de demonstrar o quantitativo de pesquisas na área de 2013 a 2016. Sendo a pesquisa feita utilizando-se do termo: “mulheres presas”, da qual encontrou-se 35.614 resultados, refinando os resultados para a área ciências humanas e educação, encontrou-se 222² registros, desses, apenas sete registros tratam de educação para mulheres presas, sendo cinco teses de doutorado e duas dissertações de mestrado em educação. Vejamos:

Quadro 1: Teses e dissertações da capes: Mulheres presas

1-	CALICCHIO, MARIA DAS GRACAS DE MENDONCA SILVA. SENTIDOS DA SEXUALIDADE EM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE: A INTERFACE COM A EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA' 24/03/2015 139 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, Cuiabá Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Instituto de Educação e Biblioteca Central / IE / UFMT.
2-	GOMES, PRISCILA RIBEIRO. TECENDO FIOS NOS ESPAÇOS E TEMPOS DA ESCOLA NA PRISÃO' 06/09/2013 212 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Unicamp.
3-	ALMEIDA, SANDRA MACIEL DE. Educação de mulheres e jovens privadas de liberdade: um estudo de abordagem etnográfica' 26/03/2013 167 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Rede Sirius.
4-	LIVEIRA, JAILTON ALVES DE. Escolas de todas as perdições e degenerescências: Casa de Detenção da Corte e Penitenciária Nacional de Buenos Aires como espaços educativos (1856-1889)' 31/07/2013 240 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Rede Sirius.
5-	LUCENA, HELEN HALINNE RODRIGUES DE. ... “É o seguinte, na prisão a gente aprende coisa boa e coisa ruim!”: Interfaces das aprendizagens biográficas (re)construídas na prisão e os desafios e dilemas pós-prisionais enfrentados por egressas e reincidentes do sistema penitenciário paraibano' 25/04/2014 323 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA, João Pessoa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPB
6-	SANTOS, POLLYANA DOS. OS SENTIDOS DAS EXPERIÊNCIAS ESCOLARES NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE' 02/06/2014 227 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Santa Catarina.
7-	CARVALHO, ODAIR FRANCA DE. Entre a cela e a sala de aula: um estudo sobre experiências educacionais de educadores presos no sistema prisional paulista ' 28/08/2014 279 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: UFU - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA.

Fonte: Site de teses e dissertações da CAPES

²A pesquisa foi realizada no site do banco de teses e dissertações da CAPES, disponível em <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/> acesso em 2 de outubro de 2016 às 22:35.

O primeiro estudo refere-se a uma dissertação de mestrado que discute sobre os sentidos da sexualidade em mulheres privadas de liberdade, pensando em possibilidades de emancipação sexual. A segunda, por sua vez trata-se de uma tese de doutorado, que foi realizada numa escola prisional feminina no Estado do Rio de Janeiro, buscando por meio das memórias escolares escritas pelas presas, refletir sobre as narrativas e memórias de escolarização como fortalecimento da autonomia e empoderamento das sujeitas pesquisadas.

A terceira também se trata de uma tese que destaca a perspectiva sobre a situação educacional dentro e fora dos espaços de privação de liberdade, denunciando a incongruência de efetivação dos direitos humanos desses sujeitos em custódia do Estado. A quarta é uma dissertação de mestrado com o objetivo de discutir como a antiga Casa de Detenção da Corte, idealizada para ser um lugar para presos correccionais, pode ser considerada como um espaço de educação, traçando um recorte histórico entre 1856-1889. A quinta é uma tese e se propôs a refletir as experiências e aprendizagens do cárcere por egressas e reincidentes do sistema prisional da Paraíba. Focalizando o interesse na compreensão dos sentidos biográficos que elas atribuem a essas aprendizagens no processo de reinserção social, concluindo que a reintegração social desta população depende das articulações de diferentes aprendizagens, assim como o educar a população que irá aceita-los de volta. A sexta, também é uma tese e objetivou analisar os sentidos das experiências escolares vividas por mulheres em privação de liberdade em suas trajetórias de vida, apresentando a perspectivas de projetos educativos que podem melhorar a qualidade de vida dessas mulheres. O sétimo estudo aqui destacado diz respeito à uma tese e teve como objeto de estudo a experiência de presos monitores/educadores na educação de adultos presos do sistema penitenciário paulista.

Assim, as pesquisas analisadas ofereceram suporte de aprofundamento teórico e prático no que se refere a contribuir com o trabalho aqui descrito, sendo de fundamental importância pensar sobre o que já foi produzido, a fim de se somar às produções acadêmicas, alargando os significados e sentidos dados à educação sob a prisma da criminalidade feminina.

A fim de lapidar ainda mais o estado do conhecimento, visitou-se o site referente ao Instituto Brasileiro em Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)³ que mantém a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), proporcionando o conhecimento e reconhecimento da pesquisa científica no Brasil. Utilizando-se do termo: *mulheres presas*, foram encontrados 96 registros de trabalhos, sendo 68 dissertações e 28 teses, refiando a busca para os anos de 2013 a 2016, temos 29 dissertações e 15 teses, totalizando 44 trabalhos.

³Disponível em <http://bdtd.ibict.br/vufind/> Acesso em 03 de maio de 2017 às 1:25.

O site proporciona refinar a pesquisa através de temas/assuntos, sendo assim, vejamos a seguir as publicações por assuntos que nos interessam nessa discussão:

Quadro 2: BDTD- Assunto- Penitenciária feminina⁴- 4 dissertações encontradas

1- EM LIBERDADE : NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE MULHERES COM EXPERIÊNCIAS DE ENCARCERAMENTO Por Reif, Karina Schuh. Publicado em 2016
2- MULHERES ENCARCERADAS POR TRÁFICO DE DROGAS: REFLEXÕES ACERCA DA ESTRUTURA SOCIAL E DO PROTAGONISMO INDIVIDUAL Por Gil, Bruna Laudissi. Publicado em 2015
3- AS MÚLTIPLAS PRISÕES FEMININAS: UM ESTUDO SOBRE OS TEXTOS E CONTEXTOS MÍDIÁTICOS NO AMBIENTE PRISIONAL Por Braun, Helen Garcez. Publicado em 2013
4- CÁRCERE FEMININO, DIREITO À AMAMENTAÇÃO E A LEI Nº 11.942/2009 À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA HUMANIDADE E DA PESSOALIDADE DA PENA Por Antonini, Lisliê Carvalho. Publicado em 2014

Fonte: site IBIC

A primeira dissertação citada diz respeito a um estudo sobre a vida das mulheres após a prisão, analisando o estigma referente a ex-presas, visando contribuir para a compreensão da vida em liberdade após o encarceramento, apresentando como resultado a ideia de que as presas querem oportunidade e negando a hipótese de que o sistema penitenciário funciona apenas como uma escola do crime. A segunda dissertação discute o envolvimento das mulheres com a criminalidade, com enfoque para o tráfico de drogas, apresentando implicações de entender esse processo como complexo e que requer um estudo a partir da ótica de gênero.

A terceira, por sua vez, teve como objetivo analisar o contexto prisional feminino e como a mídia contribui na formação subjetiva dessas mulheres, considerando que privadas de liberdade constroem múltiplas identidades, sendo assim buscou entender quais são as múltiplas prisões que essas mulheres vivenciam. A quarta teve como objetivo verificar se os princípios da humanidade e da pessoalidade da pena foram contemplados na Lei nº. 11.942/2009, considerando os avanços no que diz respeito à saúde da mãe presa e do seu filho, assim como a permanência das crianças nas unidades prisionais para o exercício do direito à amamentação. Ainda no site da IBIC, pesquisando desta vez com o assunto referente ao presídio feminino, obtive-se 2 registros de dissertação:

⁴ Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=mulheres+presas&type=AllFields&filter%5B%5D=publishDate%3A%22%5B2013+TO+2016%5D%22&filter%5B%5D=topic_facet%3A%22PENITENCI%C3%81RIA+FEMININA%22 Acesso em 04 de maio de 2017 às 17:00

Quadro 3: BDTD- Assunto-Presídio Feminino⁵- 2 dissertações encontradas

1- EDUCAÇÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO DE MULHERES PRESAS Por Ramos, Ellen Taline. Publicado em 2013
2- PELA CORTINA DO DESVIO : A TRAJETÓRIA DE MULHERES PRESAS DO PRESÍDIO FEMININO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE Por Andrade, Fabiana Santos. Publicado em 2015

Fonte: site IBIC

A primeira objetivou desvelar as mulheres que vivem entre as grades, dando-lhes voz na perspectiva de entender a educação prisional e identificar se existem motivações para que as mulheres prossigam com os estudos, para tanto apresenta uma análise em dois presídios de São Paulo, enfatizando a precariedade da escola na prisão e a noção de educação para as mulheres encarceradas que pensam apenas na libertação corporal. A autora organiza o trabalho pensando nas noções de resistência e adaptação de Adorno. Apresentando a incongruência de que o espaço prisional não possibilita a ressocialização, mas a reprodução da violência, sendo em maior probabilidade para as mulheres que possuem um percurso histórico de subjugação ao masculino.

A segunda dissertação buscou descrever e analisar a relação entre a mulher e a prática criminosa ao longo do tempo e o quanto este sistema legitima papéis sexuais, apresentando a criminalidade feminina, associando à discussão de gênero através da abordagem teórica de Goffman e Foucault, pensando nas motivações para as práticas de inserção no mundo do crime e desvios dentro da prisão. Utilizando-se da abordagem do desvio de Howard Becker, obedecendo aos preceitos da escrita proposta pela etnografia antropológica, para a análise das entrevistas. A autora destaca que as mulheres presas burlam os estereótipos e práticas naturalizadas femininas e se assemelham ao masculino em praticarem crimes.

Essas dissertações representam importante acervo para esta pesquisa, considerando que se faz necessário pensar sobre o já dito sobre o objeto de pesquisa, remontando e multiplicando os sentidos. Uma vez que, o pesquisador que trabalha na perspectiva pós-crítica precisa estar em constante movimento para a construção de um saber diferenciado, considerando que “ocupamo-nos do já feito e sabido sobre o nosso objeto para suspender verdades[...]. Participamos da tradição do nosso objeto porque necessitamos saber o que já foi produzido, para analisar, interrogar, problematizar e encontrar outros caminhos” (PARAÍSO, 2012, p. 35).

⁵ Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=mulheres+presas&type=AllFields&filter%5B%5D=publishDate%3A%22%5B2013+TO+2016%5D%22&filter%5B%5D=topic_facet%3A%22Pres%C3%ADdio+feminino%22 Acesso em 04 de maio de 2017 às 17:20

Não nos colocamos aqui a fim de buscar respostas ou únicas verdades, estamos preocupados em descrever e problematizar processos por meio dos quais, significados e saberes específicos são produzidos, no contexto de diferentes redes de poder, indivíduos, grupos sociais, políticos e culturais (MEYER, 2012, p. 56).

Com esse propósito, na expectativa de perceber a relevância da pesquisa, para dentro o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), foram consultados e sistematizados alguns estudos realizados nesta área. No site utilizando-se do termo *prisão*, por entender que este remeteria de maneira geral aos estudos propostos. Encontrou-se 6⁶ dissertações de mestrado, dentre elas apenas uma na área de educação. Para maior análise listamos as pesquisas encontradas a seguir e suas áreas específicas:

Quadro 4: Biblioteca digital de teses e dissertações da UFS

Data de defesa	Título	Autor	Orientador	Programa	Tipo de documento
7-Ago-2012	Representações sociais de aprisionados(as) e técnicos(as), sobre programas de ressocialização (atividades de educação e trabalho) no sistema prisional no Estado de Sergipe	Santos, Ruth Conceição Farias	Cruz, Maria Helena Santana	Pós-Graduação em Educação	Dissertação
28-Jun-2014	Prevalência da comorbidade psiquiátrica em dependentes de drogas de abuso atendidos nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas do Estado de Sergipe	Andrade, Joyce Dalline Silva	Santana, Fernando José Malagueño de	Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas	Dissertação
20-Ago-2015	Pela cortina do desvio : a trajetória de mulheres presas do presídio feminino de Nossa Senhora do Socorro-SE	Andrade, Fabiana Santos	Jacquet, Christine	Pós-Graduação em Antropologia	Dissertação
24-Fev-2015	Ordem e transgressão em Sergipe d El Rei: a trajetória do sargento-mor Bento José de Oliveira (1763-1808)	Menezes, Wanderlei de Oliveira	Silva, Augusto da	Pós-Graduação em História	Dissertação

⁶Disponível

https://bdtd.ufs.br/simplesearch?location=%2F&query=pris%C3%A3o&rpp=10&sort_by=dc.title_sort&order=desc Acesso em 5 de outubro de 2016, às 9:45.

6-Ago-2014	Da arte de curar à prisão de um ocultista" : ocultismo, magia e ciência em Aracaju, SE (1923-1928)	Oliveira, Daiane de Jesus	Sousa, Antônio Lindvaldo	Pós-Graduação em História	Dissertação
9-Set-2013	"Aceitar Jesus, porque Satanás atenta...": as conversões neopentecostais no presídio feminino de Sergipe	Santana, Viviane Rocha de	Andrade Júnior, Péricles Morais d	Pós-Graduação em Sociologia	Dissertação

Fonte: site biblioteca digital de teses e dissertações da UFS

Essas pesquisas apresentam contextualizações necessárias ao estudo aqui proferido, destacando o estudo de Ruth Santos (primeira citada na tabela) por ser na área de educação, em que esta estudiosa utilizou como norte teórico as categorias de análise no que se refere ao trabalho, educação, gênero, sistema prisional e formação de professores, buscando de maneira geral, refletir sobre as possibilidades para se desenvolver processos educativos em ambientes hostis como os das prisões. A autora evidencia que as mulheres de sua pesquisa procuram mais os programas de ressocialização do que os homens.

Concomitantemente, além destas pesquisas, existem outras relacionadas a esta temática, porém, assim como evidencia Barros et al (2014) os estudos acerca da relação de gênero são inúmeros, contudo ainda insuficientes quando se trata de gênero e mulheres do crime, uma vez que “é preciso reconhecer a relação de gênero, pois a mulher criminosa rompe com o modelo cultural e social que foi moldado para ela, como se quisesse ocupar o lugar “valente” e “viril” do homem” (BARROS, et al, 2014, p. 24).

Destarte, o crescimento constante da população carcerária feminina enquanto um fenômeno recente, questiona a emergência de estudos de gênero neste ambiente, de forma a garantir que essas mulheres não sejam invisibilizadas em seus direitos, nem tão pouco tratadas como homens na prisão. Os direitos humanos, na perspectiva prisional, precisam abarcar os direitos das mulheres, para além da divisão sexual dos crimes.

Portanto, diante destas pesquisas, destaca-se a relevância deste estudo, uma vez que se torna de fundamental importância pensar sobre as mulheres que cometem crime, porém, desta vez, com o intuito de refletir a cerca de um sistema maior, que pode ser problematizado a luz de estudos educacionais no que diz respeito ao seu processo formativo imbuído nas questões sociais, políticas e por sua vez criminais.

Poucos são ainda os estudos que tratam da criminalidade feminina em relação à criminalidade em geral. Consequentemente, os dados são escassos e pouco reveladores da real dimensão deste fenômeno social. Por conseguinte, o processo educativo pode estar ligado as práticas criminais femininas através de seu caráter histórico de formação machista, sexista e heterossexual. Nessa perspectiva, acredita-se que o campo da pesquisa em educação, pode proporcionar maiores olhares sobre esta temática que ainda é nebulosa e que causa tanto receio aos chamados “cidadãos de bem”. Sendo interessante, ir além das muralhas dos presídios, olhando essas mulheres para além da identidade de criminosas, mulheres que se ressignificam e transformam-se em seus discursos como quem grita: Ei, eu existo!

2.3 PUNIÇÃO COMO PROCESSO EDUCATIVO: INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA PRISÃO

O sistema penal brasileiro é destaque na intersecção de eixos de vulnerabilidade social. Uma vez que, as relações penais estão imbricadas de processos classistas, racistas, homofóbicos e patriarcais. Nos processos punitivos considerados educativos e/ou reeducativos, é possível perceber a negação de identidade das pessoas que cumprem pena que parecem ser transformadas em apenas um modelo de ser humano: o universal, calcado na historiografia brasileira, referente ao homem branco, relacionando-se ao modelo Europeu.

Desta forma, identifica-se uma invisibilidade interseccional dentro dos presídios, que de um lado excluem as diversidades e monopolizam apenas a identidade prisional, e por outro lado, segue a ordem dominante, abrigando em sua maioria, os pobres e os negros. Destarte, o sistema de punições que existe no Brasil, é passível de questionamentos e problematizações, na medida em que sua, estrutura funcional possui uma inter-relação entre opressão e privilégios.

De acordo com Rodrigues (2013), interseccionalidade, diz respeito a,

Um conceito cunhado e difundido por feministas negras nos anos 1980, constitui-se em ferramenta teórico-metodológica fundamental para ativistas e teóricas feministas comprometidas com análises que desvelem os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais. (RODRIGUES, 2013, p. 1)

Desta forma, evidenciamos a emergência de se pensar no contexto do sistema prisional, sob a perspectiva interseccional, incluindo as categorias de gênero, raça e classe enquanto

ferramentas indispensáveis de análise, afim de fugir de concepções reducionistas e/ou essencialistas.

Pensar na mulher prisioneira sob a ótica de raça, classe e gênero é pensar na estatística nacional, apresentada no INFOPEN (2016), assim como no DEPEN, aos quais demonstram que temos hoje no nosso país mulheres presas que são invisibilizadas diante dos homens presos, mulheres que são em sua maioria pobres, negras e que se relacionam com uma figura masculina, refletindo, por sua vez, as características referentes ao sexismo, classe social e raça. Alves (2015), em sua dissertação de mestrado, estuda especificamente a interseccionalidade de mulheres presas, pensando na variante do racismo, patriarcado e viés classista, aos quais essas mulheres são submetidas constantemente nas relações de poder que são efetivadas na prisão.

Sobre a categoria racismo, destaca-se que atualmente conta-se com o paradoxo de que o racismo existe, porém, ninguém se identifica como racista. Coisas que se tem como feio e ruim é associado à cor negra, utilizando-se aqui de exemplos grosseiros e simplórios: uma pomba branca é sinônimo de paz, porém um corvo preto é sinônimo de azar. O cabelo liso e loiro é considerado belo e bom, no entanto, o crespo e preto é considerado feio, ruim, pixaim.

Na constituição brasileira de 1988, das competências no crime contra a vida temos: “XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais” (BRASIL, 1988, S/P). Especificamente sobre o racismo, a mesma constituição frisa que: “XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (S/P).

Dentro dessa perspectiva, sabe-se que no Brasil é crime discriminar, porém, o racismo está presente, mesmo que “ninguém queira ser racista”, desse modo, há uma contradição, pois ao mesmo tempo que se sabe que existe o racismo e que ele está presente, “nós” não somos racistas.

Segundo Lopes, há a necessidade de:

Um olhar atento sobre a realidade do povo brasileiro mostra uma sociedade multirracial [...] que faz de conta que o racismo, o preconceito e a discriminação não existem. No entanto, afloram a todo momento, ora de modo velado, ora escancarado, e estão presentes na vida diária (LOPES, 2000, p. 187).

É importante enfatizar que as pessoas não herdam geneticamente o racismo, esse advém das relações sociais, e, do mesmo modo que a pessoa aprende a ser racista, ela pode desconstruir esse aprendizado, a partir de uma educação contínua e significativa.

Sobre a categoria classe, evidenciamos que a sociedade se constitui por meio de fatos históricos, esses que estão em constante movimento e transformação. A arqueologia descrita por Foucault (1998) busca analisar esses fatos históricos na tentativa de elevar os pensamentos e evoluir discursos e verdades acerca da realidade.

Diante da realidade vivenciada no Presídio Regional de Paulo Afonso, torna-se interessante entender um pouco da história da pobreza, a fim de conhecer como essa constituiu-se historicamente e como se articula nos processos formativos de punição.

De acordo com Díaz (2012), no Império Romano, os pobres eram vistos como garantia de acesso ao reino dos céus, porém, com o advento do capitalismo a pobreza passa a ser vista como um castigo divino. O capitalismo constrói uma nova imagem a respeito dos pobres em que este passa a ser desnecessário para a salvação, pois o discurso produzido era que Deus sem motivo algum escolhe os que seriam salvos, desse modo, a esmola deixa de ter o significado para a salvação.

No século XVII, a circulação ou presença dos pobres nas ruas era sinônimo de atentado contra a ordem, e assim buscou-se a reclusão dos pobres a fim de zelar pela moral e a ética.

Díaz (2012) afirma que Foucault, em sua obra *História da Loucura*, estuda essa reclusão em que o trabalho era tido como encantamento moral, ou seja, o poder do trabalho não provinha da força produtiva, mas sim de princípios éticos e morais. E aqueles que não trabalhassem estariam infringindo uma ordem social e moral, portanto, seria aprisionado.

Sendo assim, as casas de reclusão tinham, como objetivo, corrigir os homens a fim de garantir uma felicidade social. Nessas casas, se aprisionavam todos os marginais juntos, entre eles os pobres e loucos aqueles que rompiam com os valores éticos.

Deste modo, procurava-se livrar-se da “sujeira da humanidade” varrendo os problemas para um mesmo local, onde aqueles que não fizessem parte da racionalidade definida pela burguesia eram excluídos. Nesse ínterim, acrescenta uma definição do autor supramencionado:

Ser pobre significa estar “do outro lado” da ordem desejada pela sociedade burguesa. [...] a pobreza impregnava seus “vizinhos” (loucos, marginalizados em geral) com as mesmas manchas que eram atribuídas a ela. Desse modo foram ficando excluídos da razão não somente os humildes e os loucos, mas também todos aqueles que [...] partilhavam o que, para a sociedade burguesa, representava valores negativos (DÍAZ, 2012, p. 57).

Com isso, percebe-se que a chamada burguesia sempre esmagou aqueles que não condiziam com seus valores morais, aqueles que não faziam parte da mesma classe. A organização do mundo ético sempre se deu de acordo com aqueles que estão no poder.

Segundo Marx (1867), a acumulação primitiva do capital desempenhou na economia política um papel no pecado original na teologia. Nesta época existiam dois tipos de gente: uma elite inteligente e uma população constituída de vadios que gastavam mais do que tinham.

A lenda teológica conta-nos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor do seu rosto, mas a lenda econômica explica-nos [...] que a elite foi acumulando riquezas e a população vadia ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da sua própria pele (MARX, 1867, p. 829).

A lenda teológica foi construída por aqueles que detinham o poder, na tentativa de varrer os marginalizados. Nesta mesma obra, Marx (1867) salienta que os lavradores e camponeses foram expulsos das terras com a dissolução das vassalagens feudais não tinham outra opção a não ser vender sua força de trabalho. Porém, não foram absorvidos na mesma proporção pelo trabalho industrial ou comercial. Houve mudança de estilo de vida, sendo normal que não houvesse adaptação da noite para o dia (p. 831).

Muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa Ocidental, no fim do século XV e no decurso do XVI, uma legislação sanguinária contra a vadiagem. Leis cruéis que puniam as pessoas, por aquilo que foram induzidas a se tornarem. Nessas leis, os chamados vagabundos sadios eram flagelados e encarcerados, amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue lhes corresse pelo corpo.

Ao passo em que a produção capitalista progredia, em que o trabalhador só tinha sua força de trabalho para vender, desenvolvia-se uma classe de trabalhadores que aceita as exigências do modo de produção como algo natural, assim se consolida o domínio do capitalista sobre o trabalhador, desde os tempos feudais.

Diante desse contexto histórico, cabe aqui pensar sobre o contexto classista e racista, ao qual o sistema prisional está amontoado. E, por meio de um olhar crítico de pesquisador, busca-se evidenciar tais problemas, na tentativa de produzir a arqueologia de discursos como prática de transformação. Tentando oferecer possibilidades de reflexões acerca da realidade encontrada e, se possível, levar tal produção às autoridades vigentes.

Neste percurso, as teorias foucaultianas foram de fundamental importância, para perceber as micro relações prestando atenção aos detalhes e aos discursos proferidos pelos presos e presas, buscando compreender a antropologia que estava presente, por meio de subsídios teóricos críticos, quando se entrou nas celas, e salas junto aos presos e presas, observou-se cada detalhe, a fim de entender a condição de estar do outro.

Nesse sentido, as obras de Foucault nos auxiliaram a entender a posição dos indivíduos, em que a ordem do discurso da exclusão e da vulnerabilidade presente nesta comunidade evidencia o sujeito desprovido de cidadania básica, corpos assujeitados a uma subordinação tão poderosa e alienadora, que desafia a lógica dos chamados direitos humanos.

A abordagem foucaultiana nos orienta, ainda, que toda produção do discurso é controlada, organizada e redistribuída com a função de conjurar poderes e dominar os acontecimentos, ou seja, as pessoas do presídio pesquisado possuem discursos, contudo não são livres na construção desses, pois possuem o que Foucault chama de medo do discurso. O medo do discurso advém da vontade de obter a verdade que o ser humano tem, mas que por conta das restrições e padrões estabelecidos, os discursos são condicionados e conjurados aos poderes dominantes.

No que se refere a categoria de gênero, Scott (1990) afirma que gênero é uma forma primária de dar significação às formas de poder, problematizando o binarismo histórico e desnaturalizando as relações sociais delineadas sob a prisma do sexo biológico (p. 72). Saffioti (1987) afirma que a tríade de patriarcado-racismo- capitalismo é o mais antigo sistema de dominação, sendo de suma importância lutar contra essa simbiose que de acordo com a autora, promove um constante desprazer. Portanto, pensar em raça, classe e gênero se faz necessário, uma vez que apresentando esta abrangência, considera-se a interseccionalidade como uma ferramenta heurística de fundamental importância no contexto social contemporâneo. Esta perspectiva de análise, favorece a construção de outros arranjos de gênero, classe e raça possíveis (p. 39).

Pensar no presídio sob o viés da interseccionalidade é estabelecer uma ponte com perspectivas pós-estruturalistas, em sua abordagem aberta, flexível e contextual que possibilita uma discussão dialógica que ziguezagueia entre as teorias do conhecimento, buscando construir uma nova teoria em consonância com a realidade.

Por conseguinte,

[...] o conceito de interseccionalidade pode se constituir num novo campo de investigação feminista capaz de encorajar feministas das mais distintas perspectivas a se engajar criticamente com seus próprios pressupostos de maneira reflexiva, situada e responsável (RODRIGUES, 2013, p. 10).

O conceito de interseccionalidade revela para um relativismo que desloca as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão, transformando-as em mero objeto de disputa discursiva. Desta forma, o sistema prisional precisa ser desvendado sob a ótica da perspectiva

histórica, de maneira contextualizada, prestando atenção nos hemisférios referentes a classe, gênero e raça.

Assim, a interseccionalidade ou a teoria interseccional, aborda o estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados a opressão, dominação ou discriminação. A teoria sugere e procura examinar como diferentes categorias biológicas, sociais, culturais, de gênero, raça, classe, interagem em níveis múltiplos e muitas vezes simultâneos. Pois, a injustiça e a desigualdade social sistêmica ocorrem na base multidimensional do cotidiano. A interseccionalidade, é compreendida também, sob o viés de como o poder, ou seja, as instituições, utilizam-se da identidade para promover exclusão e privilégios. Assim, como define Crenshaw (2000), a ela diz respeito a uma sensibilidade analítica, uma maneira de pensar sobre a identidade e sua relação com o poder. Para a autora, este termo traz à tona a invisibilidade de muitos cidadãos/as.

Para Crenshaw (2000, p. 8), “[...] a interseccionalidade pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos e entre questões de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos[...]”. Portanto, entende-se esta categoria enquanto uma oportunidade de problematizar as discriminações, de modo que as políticas e as práticas sejam, efetivamente inclusivas e protetivas.

É preciso enfatizar o compromisso com o ser humano e sua complexidade – uma criminologia que não produza criminosos, mas sim, sujeitos possíveis de denunciar o caráter androcêntrico e incluir uma perspectiva de gênero nas políticas penais. É preciso dar voz e visibilidade às mulheres - as estatísticas dizem somente sobre sexo e ignoram que o sexo contém gênero e o crime é uma realidade de homens, faz parte somente do mundo masculino. Estes aspectos contribuem para que as mulheres continuem sendo vistas como não-homens dentro de um contexto prisional construído para alojar homens presumivelmente violentos encarcerando homens e mulheres em um mesmo conjunto arquitetônico, mas se sobrepondo às práticas e dinâmicas carcerárias uma referência centrada no homem.

2.4 AS EXCLUÍDAS DA HISTÓRIA: A MULHER NO BRASIL

Esta sessão de análise tem o intuito de discutir, de maneira clara e objetiva, algumas particularidades no que se refere à construção da história da mulher, seu acesso à educação no Brasil e a relação dessa perspectiva histórica com a criminalidade feminina. Não buscamos por meio deste apresentar toda a história, uma vez que outros estudiosos já proporcionaram esse olhar amplo acerca desta temática. Pleiteamos, desta maneira, situar o campo de pesquisa dentro

da perspectiva historiográfica feminina, “tomando emprestado” o que outros autores já fizeram, a fim de pensar sobre o objeto de pesquisa ao qual nos propomos debater.

Pesquisas demonstram que as mulheres foram excluídas da história, uma vez que esta foi escrita através de um sujeito de caráter universal, representado pelos homens⁷.

Soihet e Pedro (2007) apresentam um arcabouço teórico analítico de fôlego, ao se pensar na história das mulheres e relações de gênero ao longo do tempo, demonstrando os múltiplos fatores que contribuíram para a construção da história das mulheres no Brasil (p. 71).

Margareth Rago (1995), no que lhe concerne, versa sobre a recente inclusão das mulheres na historiografia, que tem provocado um alargamento dos discursos nesta área, que até então era estruturada para pensar o sujeito universal (p. 49). Menezes (2002), por sua vez, sob um viés filosófico, de maneira similar apresenta um saber que foi construído ao longo da história caracterizado por uma intensa exclusão feminina, sempre colocada na mais ínfra invisibilidade,

[...] a história do saber das mulheres percorre a marginalidade, o submundo da razão, ou aquilo que poderíamos chamar de própria loucura. As mulheres aparecem então como as deusas, as bruxas, as loucas, as prostitutas, as santas ou qualquer outra imagem reducionista da qualidade do que seria humano (p. 14).

A partir desse contexto, a autora relata a emergência de pensarmos que tipo de saber foi construído ao longo da história, que se fez por meio de uma profunda exclusão, e história de silenciamento feminino.

De acordo com Follador (2009), ao longo da história, a imagem do feminino esteve ligada a ambiguidades,

Os homens [...], expressavam seus sentimentos e opiniões de forma dupla, ora demonstrando amor e admiração às mulheres, ora demonstrando ódio e repulsa. [...]. Essas características levam a dois papéis impostos às mulheres: o de Eva, que servia para denegrir a imagem da mulher por ele maculada; e o de Maria, santa mãe zelosa e obediente, que deveria ser alcançado por toda mulher honrada (p.6).

A autora relata a dicotomia e papéis sociais atribuídos à mulher ao longo da história, afirmando que o século XIX trouxe mudanças para as mulheres, considerando que foi um século

⁷Homem branco, ocidental que representava aos demais na história por meio de influências do iluminismo, que centrava o interesse na história política e no mundo público, aos quais as mulheres pouco ou nunca apareciam. “Todo discurso sobre temas clássicos como a abolição da escravidão, a imigração Europeia para o Brasil [...] evocava imagens da participação de homens robustos, brancos ou negros, e jamais mulheres capazes de merecerem maior atenção” (RAGO, 1995, p. 81).

no qual, em países mais desenvolvidos, elas buscaram seus direitos e tentaram igualá-los aos dos homens (p.12).

Monteiro (2012), por sua vez, salienta que os desdobramentos do fim do século XIX que se desencadeou um forte movimento a favor da mulher, de modo que a construção da democracia veio acompanhada da divisão dos papéis sexuais, assim como posições sociais referentes ao público e ao privado (p. 18). Nesse período o discurso acerca da mulher era baseado no coração, sentimento e sensibilidade, enquanto aos homens eram atribuídas as categorias de cérebro, inteligência, razão, lucidez e decisão; havendo algumas ressalvas como o fato de que a mulher pobre sempre trabalhou para ajudar no sustento da família. Assim como as transgressões das mulheres que habitavam o espaço público.

Menezes (2002) destaca, como exemplo disso, a história da sua avó Severina que mesmo vivendo em uma sociedade onde a mulher não poderia ter acesso ao saber, ela transgredia as regras e da janela da escola ouvia as lições, aprendendo a ler e escrever, um saber que não era reconhecido e nem podia ser divulgado, mas havia a sede de sentir-se humana. E assim o mundo da academia e ensino superior se constituiu na história apenas para os homens (p. 92).

A autora supracitada cita filósofos como Rousseau e Kant que defendiam que a educação das mulheres tinha como ponto de referência o espaço doméstico, pois, para eles, as mulheres não foram feitas para o saber, mas sua função é de agradar e manter o bem-estar da família, aquela que é apenas coração e sentimento e a razão e o pensar estariam a cargo dos homens. A partir do século XIX os movimentos feministas ganham espaço provocando rupturas epistemológicas no pensamento. Com isso, as mulheres vão entrando lentamente no espaço acadêmico, e assim percebendo o quanto o campo da filosofia é extremamente masculino. Nesse sentido, a autora chama atenção para a necessidade de resgatar a história não contada, construindo um diálogo com o tempo por meio da filosofia, dando novos sentidos, considerando que de acordo com a mesma não há ideal feminino assim como não há ideal de ser humano.

Segundo Menezes (2002), foi por meio do acesso à linguagem que os homens se apoderaram do mundo e construíram sua supremacia, levando-nos a uma outra perspectiva filosófica de se refletir acerca do processo histórico de subordinação feminina, problematizando a possibilidade de um diálogo com o tempo, em que nossos saberes enquanto mulheres sejam a marca de estudos demonstrando um rosto sem máscaras. Assim, ela nos instiga a escrever a nossa própria história, levando em consideração os avanços e produções filosóficas femininas (p. 94).

Soihet e Pedro (2007) afirmam que, em contraposição ao modelo de história universal, surge a partir da década de 1920 as contribuições do grupo de Annales⁸ que propunha ampliar os olhares da história, rompendo com o tradicionalismo e abrindo leque para as inúmeras possibilidades de historicizar o mundo (p. 84). O fato do conhecimento histórico ter se tornado relativo possibilitando representar o passado, assim como uma dada situação do historiador no tempo ao qual procura interpretar, pluralizou os objetos de investigação, permitindo, por sua vez, a integração da experiência social das mulheres na história. Essa nova forma de fazer história atrelada à eclosão do feminismo de 1960 marcaram a emergência de se pensar na história das mulheres, além disso,

As pressões e demandas do movimento feminista, desde os anos 70, assim como a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e na vida acadêmica forçaram uma quebra do silêncio das historiadoras. O alargamento temático e as novas produções intelectuais resultantes merecem, hoje, uma avaliação crítica (RAGO, 1995, p. 81).

Desta forma, multiplicaram-se as pesquisas neste âmbito havendo pressão das universidades e mobilização do mundo acadêmico em prol de produções historiográficas que tratassem da mulher. Porém, para além de se considerar a categoria mulher como homogênea ou em seu binarismo referente a homem e mulher, emergiu-se a necessidade de se pensar nas múltiplas identidades femininas dando enfoque nas diferenças (SOIHET e PEDRO, 2007, p. 86).

Nesse contexto, Rago (1995) afirma que a historiografia feminina foi fortemente marcada pelo marxismo que influenciou no processo de pesquisadoras tentando encontrar rastros da presença das mulheres no cotidiano da vida social, destacando a preocupação de se identificar os signos da opressão capitalista e masculina sobre elas. Frisando que o estudo pioneiro foi a mulher na sociedade de classes de Saffioti em 1969⁹ (p. 92).

Nesse percurso, é apenas na década de 1980 que emergem outras vertentes das produções acadêmicas sobre as mulheres, de modo que as estudiosas citam mulheres que fizeram sucesso enquanto símbolo de resistência no campo internacional de historiografia

⁸ A escola dos Annales, surgiu nos anos de 1930 na França, por intermédio de uma revista fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre. Se tornando um símbolo de uma nova corrente historiográfica, de modo que sua proposta seria romper com a visão positivista permitindo formas diferentes e múltiplas de se pensar a história. O início do século XX marcou um novo movimento historiográfico que prometia ser impactante e inovador, a medida em que questionava o tradicional, apresentando a possibilidade de uma história diversificada.

⁹ Ver mais em SAFFOTI, H. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

feminina, como Maria Odila Leite da Silva Dias¹⁰, Michelle Perrot, Joan Scott, Maria Izilda Santos Matos, Lúcia Viana Possas, Joana Maria Pedri, e outros estudos historiográficos que contribuíram para a desconstrução de imagens tradicionais das mulheres como passivas e irracionais, baseadas em uma perspectiva puramente biológica

Ao mesmo tempo, explicita-se a preocupação em desfazer a noção abstrata de “mulher” referida a uma essência feminina única, a-histórica de raiz biológica e metafísica, para se pensar as mulheres enquanto diversidade e historicidade [...] (RAGO, 1995, p. 85).

De acordo com Rago (1995, p. 84) “a história das mulheres no Brasil nasce no interior de uma historiografia do trabalho, em 1970”, havendo profundas modificações ao longo do tempo, incorporando temáticas variadas que vão surgindo ao decorrer dos estudos.

Concomitantemente, Monteiro (2012) afirma que ainda no século XIX, como produto da revolução industrial, a mulher ingressou em vários ofícios, ganhando visibilidade e gerando uma enorme problemática diante de seu papel social. Nesse contexto, a autora cita Scott, ao proferir que esse problema “implicava o próprio sentido da feminilidade e a sua compatibilidade com o trabalho assalariado, foi posto e debatido em termos morais e categoriais” (SCOTT, 1994, apud MONTEIRO, 2012, p. 3072).

Neste cenário, multiplicaram-se os questionamentos no que se refere à mulher e seu lugar na sociedade, debates que colocavam em oposição o lar e o trabalho, de modo que tal discussão contribuiu para a construção de escolas normais para as mulheres, como resultado também do movimento feminista¹¹ que levantava a bandeira para o processo de instrução da mulher e igualdade entre os sexos.

De acordo com Monteiro (2004), o processo de escolarização das meninas teve início na Europa por razões essencialmente religiosas, sendo que, por volta do século XVII, foram criados internatos e escolas de caridade para as meninas, o século XVIII foi rico em discursos sobre a formação dessas meninas e não faltaram projetos para se pensar sobre a educação do

¹⁰ Maria Odila Leite da Silva foi uma das precursoras, para a historiografia brasileira, se destacando pelo pioneirismo, autora de um livro que mais influenciou a história das mulheres no Brasil, o livro cotidiano e poder. (SOIHET e PEDRO, 2007, p. 288)

¹¹Sarti (2004), apresenta os caminhos que levaram o desenvolvimento do movimento feminista no Brasil, sendo este reconhecido nos anos 1970 como “[...] um movimento de mulheres que se configura em oposição à ditadura militar e que foi se desenvolvendo, nas décadas seguintes, dentro das possibilidades e limites que se explicitaram no processo de abertura política (p. 35).

chamado segundo sexo. Porém, como evidencia a autora, os discursos estavam longe de alcançar os hábitos tão firmemente arraigados, desse modo,

As meninas deviam continuar em casa, junto com às mães, com quem aprendiam os ensinamentos religiosos básicos. Embora se aceitasse a escolarização das meninas, estas deviam ter um currículo diferente daquele dado aos meninos, já que não se pretendia favorecer a sua inserção no mundo do trabalho (MONTEIRO, 2012, p. 3074).

No contexto brasileiro, essa perspectiva de educação e currículo diferenciado para as mulheres não foi diferente, contudo, de acordo com Louro (2008), no século XX, já haviam algumas escolas no país, em maior número para os meninos, havendo uma diferenciação curricular no que se refere às moças, havendo muitos discursos no que concerne a formas de educação para as mulheres, entretanto, uma concepção ganhava hegemonia, que era a suposição de que as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas, assim como a ideia de que ela precisaria ser a mãe virtuosa e pilar de sustentação do lar em primeiro lugar.

Neste âmbito, a educação das mulheres justificada por seu destino de mãe veio alocada na primeira lei de instrução pública do Brasil de 1827,

Art 12º - as mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem a economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na forma do art. 7º (BRASIL, 1827)¹².

Assim, a educação feminina se baseava no recato, pudor e formação cristã, de modo que o currículo escolar destinado para elas era baseado nessa perspectiva geral do ser mulher na sociedade.

Com a criação das escolas normais,¹³ o grande número de moças que entravam nas escolas e formavam-se eram destaques de polêmicas, uma vez que para alguns o educar seria a vocação natural da mulher, enquanto uma extensão da maternidade e para outros o trabalho seria incompatível com o casamento e a maternidade (MONTEIRO, 2012; LOURO, 2008; DEL PRIORI 2011; BRANDÃO, 1999; SANTOS, 2006).

¹² Legislação informatizada - lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm Acesso em 24 de maio de 2017 às 15:28.

¹³ De acordo com Louro (2008) tais instituições foram abertas para ambos os sexos, de modo que estudavam em classes, turnos ou escolas diferentes. Lembrando que a atividade docente no Brasil foi iniciada por homens. As escolas normais, por sua vez, tinha pretensão de formar professores/as que pudessem atender as demandas escolares que vinham surgindo, entretanto, as escolas estavam recebendo e formando mais mulheres que homens, esse movimento daria início a feminização do magistério.

Desta forma, considera-se importante analisar que a educação institucional e não institucional feminina desde os primórdios atende a modelos baseados na interseccionalidade entre gênero (padrões de ser mulher), raça (mulheres brancas como padrão de beleza), classe (mulheres pobres que não tinham acesso à educação escolar). Ou seja, a educação escolar e não escolar refletia padrões de comportamentos de como ser mulher na sociedade.

Neste palco histórico, Monteiro evidencia o caráter conservador que a educação vai se consolidando no Brasil, uma vez que,

[...] o caminho percorrido pela mulher na história da educação brasileira e os contornos em que foi se construindo a profissão docente, nos entrelaçamentos coma luta feminina, temos a clareza que tanto a luta da mulher como a da profissão docente continuam entrelaçadas cada vez mais necessárias e atuais. (MONTEIRO, 2004, p. 3093).

Portanto, pensar no processo histórico feminino está interligado com os caminhos do desenvolvimento da educação, da formação social, econômica, cultural, racial, e classista na perspectiva brasileira. Trata-se de uma luta conjunta por reconhecimento e visibilidade ao longo da história do país.

A compreensão destas questões é muito importante para a defesa de políticas públicas que garantam a cidadania feminina, tomando por base a indivisibilidade dos direitos humanos das mulheres. Nesse âmbito, estudos que relatem os papéis atribuídos à mulher e à emergência de desnaturalizações, faz-se necessários na contemporaneidade. É preciso situar o objeto de estudo em que se pesquisa. E é por meio deste rápido panorama histórico que buscaremos a seguir contextualizar a invisibilidade feminina na história e seu processo de educação diferenciada com o litígio da criminalidade feminina.

Utilizando-se das teias discursivas no que se refere à educação feminina e o que se espera de uma mulher na sociedade, pleiteia-se refletir sobre as possíveis associações entre a mulher que comete crimes e a mulher que a educação (em seu caráter escolar e não escolar) espera formar. Na tentativa de estabelecer uma ponte entre educação e seus respaldos no contexto da criminalidade feminina.

2.5 MULHER IDEAL X MULHER CRIMINOSA

Entende-se que toda discussão em torno do papel da mulher na sociedade necessita de uma contextualização histórica no que concerne, as atribuições e modelos sociais, tomando como ponto de partida seu processo de dominação. Nessa perspectiva, o seio da discussão em

torno da mulher em suas interfaces e vivências sociais, que podem ser conjugais, profissionais, do mundo do crime, entre outros, se entrelaçam no processo histórico e educacional do papel imposto à mulher considerada ideal, a quem caberia cuidar do lar e dos filhos, ficando atrelada ao espaço doméstico.

Desse modo, surgem inquietações no que diz respeito às diferenciações relacionadas às mulheres ao longo do processo histórico social e educacional. Portanto, objetiva-se refletir acerca do embate social entre as conceituações de mulher ideal e mulher inserida no crime.

O crime é um fenômeno plural que consiste em um ou vários atos de transgressão à norma estabelecida socialmente. Este possui uma definição social, cultural e jurídica, que por sua vez, se relacionam, embora se distinga quando uma se sobrepõe à outra. A definição social conta com o apoio da sociedade em considerar o que se deve ou não praticar, em relação a si e ao seu próximo, nesta, está presente a influência da concepção concebida pela religião, ao pensar o bem e o mal. A cultural implica na formação do pensamento social, podendo variar de cultura para cultura, de país para país, podendo estabelecer leis/regras não constitucionais e sua própria prática punitiva. A jurídica possui uma definição normativa, fundamentada no direito constitucional e penal, prevendo a punição ao descumprimento da norma. Entretanto, na concepção de Michel Misse (2001), o crime não existe fora do processo pelo qual você designa um evento como crime e uma pessoa como criminosa. Ou seja, o crime não se dar por si só, mas é a reação moral que designa o evento.

O crime não existe, o crime em si não existe, é preciso que alguém diga “isto é um crime” para que haja crime. É exatamente nessa conexão entre a reação moral que designa o evento, a acusação ao suposto autor do evento e os processos pelos quais o Estado lida com isso e com a reação moral que se constitui, vamos dizer assim, o ponto de unidade de todas essas áreas... – justiça criminal, segurança pública, criminalidade, violência, etc. (MISSE, 2001, p.25).

Os estudos acerca das relações de gênero são muitos, porém, ainda são insuficientes ao se pensar na complexidade entre a mulher na sociedade e sua inserção no mundo do crime, pois esta rompe com o padrão social estabelecido de mulher doce e frágil, levando-nos a outras identidades e subjetividades.

A história das mulheres no Brasil, como vimos no tópico anterior, demonstra um intenso paradoxo de exclusão, invisibilidade, inexistência e violação de direitos humanos. As mulheres eram treinadas no processo social, educativo, familiar e escolar para administrar a casa, lhes cabendo a manutenção da honra dos homens da família, a mulher ideal nesse sentido, era aquela que não precisava saber nada do espaço público, mas ser perfeita no que se referia ao espaço

doméstico e subalterno. Para a esposa, cabia apenas a reprodução sendo veladas também de sentir prazer.

Rosaldo (1979) ressalta a existência de um caráter universal da autoridade masculina e de desigualdade sexual, onde historicamente a mulher é colocada enquanto um ser “natural” definida pela biologia, trazendo à tona os fatores que torna a mulher o segundo sexo diante da figura masculina. Concomitantemente, longe de cometer anacronismos, a história deixa respingos no que se refere ao ideal de ser mulher, ainda nos dias atuais. De modo que aquelas que fogem deste ideal de mulher do lar, dócil e frágil são consideradas muitas vezes, transgressoras e desviantes. Esses adjetivos podem ser atribuídos às mulheres que adentram ao mundo do crime. Mulheres que se ressignificam e vão de encontro ao padrão firmado (p. 93).

São inúmeros os motivos que levam uma mulher ao mundo do crime, podendo ser em busca de uma libertação obscura, ou até mesmo por sujeição ao masculino, considerando que mesmo no mundo do crime existem divisões sociais entre os sexos, mesmo nesse mundo existem submissões e posições superiores ao masculino. Essas mulheres transgridem as regras e nos inquietam a pensar sobre o processo histórico social que as levam ao mundo do crime, pensando na sua relação com a perspectiva de gênero, educação e criminalidade.

O Estado possui uma estratégia de punição baseada em discursos, que dispõe o marginal enquanto inimigo público, o monstro que deve ser vomitado do seio da sociedade sadia, assim como evidencia Foucault (2013),

Efetivamente a infração lança o indivíduo contra todo o corpo social; a sociedade tem o direito de se levantar em peso contra ele, para puni-lo. Luta desigual; de um só lado todas as forças, todo o poder, todos os direitos. E tem mesmo que ser assim, pois aí está representada a defesa de cada um. Constitui-se assim um formidável direito de punir, pois o infrator se torna o inimigo comum. Até mesmo pior que um inimigo, é um traidor, pois ele desfere seus golpes dentro da sociedade. Um “monstro” (FOUCAULT, 2013, p.86).

Ser um transgressor social é ir de encontro à toda a sociedade que se revolta contra o criminoso. Ao se falar desses seres, a maioria das pessoas possuem repulsa, desprezo ou medo, onde o maior anseio é que paguem por seus crimes da pior maneira possível. No entanto, Souza (2005, p. 16) afirma que existe um processo de socialização para o crime, de modo que se reúnem os delinquentes já formados com os “novos” criminosos que são

estigmatizados/marcados como delinquentes e monstros sociais tornando-se praticamente impossível sua reinserção em sociedade, logo após o cumprimento da pena¹⁴.

Diante das atuais conjunturas sociais de rejeição ao criminoso localiza-se a mulher do crime, aquela que deveria ser dócil e frágil, aquela que de acordo com o processo histórico social é confiável e zelosa.

Silva (2005) demonstra em sua pesquisa que o perfil da mulher presa está baseado no perfil da mulher em sociedade, sendo necessário prestar atenção no conjunto de dispositivos que levam a mulher ao mundo do crime, enquanto uma cadeia de efeitos entrecruzados.

Moreira (2016) nos apresenta alguns aspectos da criminalidade feminina, também destacando que existe uma divisão sexual dentro da criminalidade e suas variações correspondem à respectiva posição social que o sujeito ocupa. Uma vez que, mesmo com o crescente aumento da participação das mulheres na vida pública, elas continuam priorizando a família e seu papel social continua a corresponder à imagem feminina histórica. Nesse sentido, ser criminosa seria renunciar à condição de mulher feminina, seria abdicar de sua trajetória histórica e ir de encontro ao papel atribuído de mulher ideal (S/P).

Ainda de acordo com Moreira (idem) as mulheres delinquem muito menos do que os homens, sendo geralmente incitadoras e cúmplices. “a dependência afetiva ou sexual tem papel preponderante na criminalidade feminina, particularmente em delitos de traição e de espionagem, do que o fator financeiro ou fanatismo político, ideológico” (MOREIRA, 2016, S/P). O autor explica sobre os múltiplos fatores de delinquência feminina que precisam ser levados em consideração nas políticas criminais, sendo um dos mais evidentes à relação de gênero e divisões sexuais existentes que condicionam a mulher do crime ao seu lugar inferior no que se refere à figura masculina.

Silva (2014, p.45) evidencia a migração para a vida do crime enquanto um meio de buscar a tão complexa liberdade “[...] escolheram a criminalidade, fugiram, abandonaram o lar, outras não apenas mataram os anjos do lar, mataram também o signo da masculinidade que lhes roubam a liberdade: companheiros”.

No que se refere à posição de desviantes e criminosas, França (2014), também evidencia essa falha na condição estruturante de ser mulher em sociedade,

¹⁴Neste trabalho não focamos na perspectiva de ressocialização social por meio da educação. Para maior aprofundamento ler trabalhos, como: CUNHA (2010), Leme (2007), Silva (2011), dentre outros presentes nas referências finais.

O reconhecimento de um delito por uma mulher como sendo uma falha de sua condição/estrutura biológica (genética) e como se não bastasse considerar que sua conduta criminal representa menor impacto, logo menos prejuízo para a sociedade do que a do homem, induzem a uma responsabilidade penal marcadamente discriminadora (FRANÇA, 2014, p. 216).

França (2014) cita Durkheim¹⁵ e afirma que somente com seus estudos que a reflexão sobre a criminalidade feminina começa a ser pensada a partir dos diferentes papéis ocupados em sociedade. Sendo necessário desvelar os aspectos sociais que diferenciam os homens das mulheres presas. Mulheres que rompem com o modelo padrão e se assemelham aos homens, havendo a emergência de se pensar nas demandas específicas da criminalidade feminina enquanto um direito de gênero.

Mesmo na condição de detentas espera-se comportamentos atrelados ao âmbito doméstico. De modo que os vários estudos citados até aqui comprovam o envolvimento das mulheres criminosas com uma figura masculina, assim como uma divisão sexual dentro do crime. Sendo necessário compreender a relação que se estabelece entre criminalidade, gênero e educação, uma vez que o lugar que a mulher ocupa mesmo no âmbito do crime está atrelado a educação machista e androcêntrica recebida desde o ventre da mãe que inicia o processo de caracterização dos sexos com base apenas na perspectiva biológica.

A educação neste contexto, se articula a um corpo de saber transversal, uma educação social que de acordo com Moura (2010, p. 646) que “[...] não constitui uma disciplina, mas uma indisciplina dos pensamentos de quem aceita os riscos de articular distintas formulações teóricas para fundamentar as práticas educativas que ocorrem no entremeio das relações sociais” (idem, ibidem).

Desta forma, tratamos aqui de uma educação que se constitui no meio social, pautada em formações e aprendizados específicos. Pensar nas mulheres presas é descosturar as amarras educacionais escolares e não escolares que ditam modelos de como ser mulher na sociedade. O presídio em toda a sua arquitetura impõe modelos educativos de como se comportar. As aprendizagens e marcas educacionais ficam estigmatizadas nas mulheres prisioneiras que são submetidas ao cárcere.

¹⁵ Vale ressaltar que aqui apenas citou-se Durkheim, baseando-se nos estudos de França, porém este autor possui influência dos estudos positivistas, e neste estudo tomamos como base a perspectiva pós-crítica em educação, que entretanto, nos permite o caminhar sob múltiplos olhares, de maneira flexível e aberta a possibilidades. Durkheim (1967) tem como base de suas teorias a influência do positivismo de Augusto Comte, pensando nos fatos sociais como coisas ele nos indica que existe um enquadramento social que dita regras de ser e viver em sociedade. Para o ilustre o indivíduo que faz existir a sociedade, mas é a sociedade que constrói o indivíduo por meio da educação. Nesse contexto o indivíduo é constituído de dois elementos que seria o individual e o social, sendo a educação responsável pela transformação do ser indivíduo em um ser social.

A educação, em seu caráter social, é extremamente patriarcal e androcêntrica, refletindo sobre a vida das mulheres e seus processos formativos educacionais no cárcere. Pois, é evidente que o presídio é caracterizado por uma tríade referente à classe, raça e gênero que estigmatiza e dita regras de formação de corpos disciplinados e facilmente manipuláveis.

Diante deste cenário, autores como Furlan (2013), Sardenberg (2010), Seffner (2011), Louro (2010), Diaz e Cruz (2015), dentre outros, destacam a necessidade de uma educação para além das conceituações de gênero. Tais estudos evidenciam a necessidade de se pensar para além de discursos determinantes e conceituações no que se refere às mulheres. Faz-se necessário situar de onde se fala, pensando nas características históricas e sociais atreladas ao ser e viver como mulher em sociedade. Nessas circunstâncias, pensar na mulher que comete crimes é pensar na teia de conjuntos sociais, educacionais e simbólicos em torno dessa temática, é descortinar a perspectiva histórico social de ser mulher, se debruçando sobre as categorias de gênero, educação e criminalidade em suas interfaces sociais, culturais, políticas e ideológicas.

2.6 INTERFACES IDENTITÁRIAS/SUBJETIVAS DE MULHERES APRISIONADAS

Diante da revisão de literatura, destaca-se a importância e emergência de estudos como este, que objetivem dar voz àqueles que por muitas vezes são silenciados e invisíveis diante das atuais conjunturas sociais e prisionais, evidenciando as múltiplas identidades e interfaces que se formam nesses espaços.

A priori, destaca-se a diferença entre identidade, subjetividade e objetividade, considerando que,

[...] a “identidade” pode ser compreendida como constituição do sujeito, desde que seu significado esteja na direção daquilo que se faz aberto e inacabado. Nesta perspectiva, a subjetividade é uma dimensão deste sujeito, assim como a objetividade que, a partir das relações vivenciadas, se faz construtora de experiências afetivas e reflexivas, capaz de produzir significados singulares e coletivos (MAHEIRIE, 2002, p. 31).

Todo processo de construção do sujeito é coletivo, rodeado de singularidades entrecruzadas que formam as múltiplas identidades e subjetividades. Maheirie (2002), sob uma visão psicológica, destaca que subjetividade é sinônimo da consciência do sujeito, sendo este “objetividade (pois é corpo) e subjetividade (pois é consciência), não podendo ser reduzido a nenhuma dessas dimensões” (MAHEIRIE, 2002, p. 35). A identidade, nesse sentido, vai aparecer enquanto produto das relações do corpo e da consciência com o mundo, diante do

contexto, tempo e espaço social em que se vive, de modo que o sujeito não apresentará apenas uma identidade pronta e acabada.

Hall (1999) destaca que com o advento da modernidade o sujeito apresenta múltiplas identidades, fragmentadas e nunca acabadas. Nesse sentido, a identidade da mulher presa vai além da criminosa, podendo ser também mãe, filha, esposa, irmã, prima, dentre outras, as quais as mulheres do cárcere constroem suas interfaces sociais e se apegam naquela que é aceita socialmente, construindo um outro de si. Se constituindo enquanto mulheres, que se ressignificam e adquirem processos educativos variados de antes, durante e após a prisão (p. 78).

Hall apresenta o efeito da globalização sob essas identidades plurirreferenciais:

[...] parece então que a globalização tem sim o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e “fechadas” de uma cultura nacional. Ela tem efeito pluralizante sobre as identidades mais posicionadas, mais políticas, mas plurais e diversas, menos fixas, unificadas ou trans-históricas. Entretanto o seu efeito geral permanece contraditório (HALL, 1999, p. 87).

O autor ressalta que as identidades estão em declínio, fazendo surgir novas identidades que fragmentam o indivíduo moderno, e constituem uma crise de identidade, sendo este um processo demasiadamente complexo, analisando como o conceito de identidade mudou: do sujeito do iluminismo (centrado e unificado, dotado de razão, identidade estável), para o sujeito sociológico (sujeito que forma-se por meio da relação com outras pessoas, fragmentando o sujeito estável produzindo o sujeito pós moderno) e depois para o sujeito pós moderno (não possui identidade fixa, a identidade enquanto uma celebração móvel um sujeito que se identifica de maneira diferente de acordo com o momento em que se vive) (HALL, 1999, p. 87).

Nesse contexto de identidades plurais, Alves, Melo e Cruz (2001) argumentam que a identidade é uma categoria do imaginário social, que se constrói dialeticamente no processo social mais amplo, repleto de contradições, considerando que: “[...] as possibilidades de diferentes configurações de identidades, metamorfoses que evidenciam imagens contraditórias, múltiplas faces estigmatizações e resistências à perda de uma identidade anterior à prisão” (p. 20).

A construção da identidade, para as autoras, se faz no cotidiano de cada presidiária, de modo que diferentes configurações e interfaces vão sendo construídas, um processo de perda de identidade anterior e resistências à nova identidade posta,

[...] a partir do delito, inicia-se um processo de perda da identidade do cotidiano da prisão (puta, ladrona, maconheira, passam a ser a identificação corrente). Mas em meio ao processo de perda da identidade anterior à prisão, vão se construindo resistências à perda da identidade anterior a prisão (a moça pobre, mas boa que roubou para comprar um terreninho para a mãe; a moça pobre, mas decente que foi levada ao crime e à droga por influência de traficantes e drogados [...]) (MELO, et al, 2001, p. 22).

Destarte, as autoras evidenciam o misto de resistências e enquanto defesa à necessidade de configurar uma nova versão de si, sendo estas características de mulheres presas que resistem a nova identidade de criminosa e se reconstroem diante do papel de mulher de verdade, evidenciado na sociedade.

Dubar (2005), sobre a crise das identidades, demarca que a identidade de uma pessoa é o que ela tem de mais valioso e a perda dessa identidade é sinal de angústia e morte, uma vez essa é reconstruída ao decorrer de toda a vida, sendo produto dos processos de socialização, possuindo múltiplas dimensões. E é nesse processo e crise de reconstrução e perda de identidade que situamos as mulheres presas (p. 67).

Nessa mesma perspectiva, Costa (2008) nos orienta que

Muitas das mulheres traficantes, apesar de conscientes de que seu ato representa transgressão à norma penal e sabedoras do repúdio social sobre a figura do traficante, não se reconhecem como tal, pois para elas, as identidades relacionadas a vida doméstica – mãe, companheira, filha- sobrepõem-se àquelas que dizem respeito à sua condição de traficante. De fato, na visão das mulheres traficantes, suas múltiplas identidades não estão dissociadas no cotidiano [...] (COSTA, 2008, p. 45).

Com isso, a autora chama atenção para a busca de uma nova identidade que foge da identidade de criminosa por medo da repressão social, bem como por não se aceitar como tal, já que as outras identidades do cotidiano se sobrepõem a esta. As mulheres não querem ser os monstros da sociedade, aquelas que a maioria das pessoas querem distância, e mesmo burlando a ordem social se reconstroem diariamente a fim de fugir desse estigma por meio dos discursos.

Silva (2014, p.86), por sua vez, destaca que

[...] as presas quando a si produzem, produzem um saber que realça sua singularidade existencial, inscrevem o sentido de suas vidas, e modo a enfatizar uma vida coerente, reta. Combinam acontecimentos, ocorrências, associam elementos que entrelaçam o fio condutor de suas vidas e experiências, de modo que aparecem sempre como injustiçadas, vítimas.

As mulheres presas buscam em seus discursos se ressignificar, a maioria se colocando como vítima combinando acontecimentos e uma identidade que foge daquela vivenciada no sistema penitenciário. Assim, as presas buscam, em seus discursos, meios de livrar-se da culpa, se desdobrando e adquirindo múltiplas subjetividades, na busca do outro de si, o lado positivo, aquele aceitável pela sociedade e por elas mesmas.

Essas vidas são marcadas pelas contradições, bem como pela esmagadora vulnerabilidade social, nesse sentido, faz-se necessário pensar que

“[...] suas vidas não se explicam facilmente por um roubo, um furto, suas vidas resultam de processos históricos [...] além da luta pela independência feminina, luta que em grande medida modifica o papel da família tradicional, são pontos explicativos para essa situação de mulheres excluídas socialmente, envolvidas com o crime” (SILVA, 2014, p. 64).

Não obstante, definir a mulher presa vai além do simples conceito de bandida ou criminosa, sendo de suma importância pensar no contexto social dessas vidas miseráveis, fruto do desajuste social e da perversa lógica do capital.

A definição de sujeito e construção de sua identidade são obtidos por meio de discursos construídos em diferentes tempos e locais. O ser humano é “livre” para pensar, porém, obedece a regras, e precisa, a todo momento, explicar as suas escolhas através de discursos, e esses precisam agradar ao todo, por isso que a sociedade influencia nos discursos e escolhas pessoais. De modo que mesmo sendo livres para escolher, em nome da moral e da ética, o sujeito é induzido a se auto supervisionar,

A arqueologia do saber, que o sujeito ocupa determinado lugar na ordem do discurso, que ele fala de um lugar, e, portanto, não é dono livre de seus atos discursivos [...]. Para ele, indivíduos diferentes podem ocupar o lugar de sujeito de um mesmo discurso, ou seja, a origem do discurso não estaria em sujeitos individuais [...] (FISHER, 2012, p. 54).

Nesse sentido, a arqueologia de Foucault, conforme Fisher (2012), nos leva a pensar sobre a ordem do discurso e sua influência sobre o social, de modo que o ser humano a todo momento precisa justificar suas escolhas por meio de discursos, porém, esses discursos precisam agradar ao todo, outrora, se não agradam e rompem com o contrato social são taxados de monstros, aqueles que devem ser punidos por toda uma sociedade.

Por conseguinte, as presas mesmo estando numa condição de “errantes”, imersas a processos de subjugação, dominação e coerção dos corpos, não se aceitam enquanto criminosas

ou como o mal da sociedade, colocando-se em seus discursos enquanto vítimas buscando um outro de si.

De acordo com Foucault (1970), na obra *A Ordem do Discurso*, o ser humano possui a vontade de obter a verdade, que põe em jogo o poder e o desejo, no entanto essa vontade de obtenção da verdade equipara-se a uma restrição de qualidade de discursos, um padrão construído pela sociedade, e por isso gera-se o medo do discurso.

Foucault (1970) nos orienta que é preciso pronunciar palavras, mesmo perante a caminhada arriscada e conflitante que é o discurso, pois entrar em uma discussão é entrar em um conflito e é preciso ter fundamentos para vencer esse conflito. É cômodo quando o outro simplesmente concorda, mas discursar é muito mais que simplesmente falar e o outro concordar. Discursar é uma luta, em que as armas são os argumentos e a força vem dos fundamentos. Sendo assim, o discurso é para o homem: “um lugar que o honra, mas o desarma e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém” (FOUCAULT, 1970, p. 7).

É importante enfatizar que discursar é ter vontade de possuir a verdade, mas isso não quer dizer que o sujeito seja possuidor da verdade absoluta, pois vão existir inúmeras vontades de verdades advindas de diferentes seres humanos que são mascaradas pela verdade dominante. Desta forma, o discurso verdadeiro vai ser aquele que comanda no momento, aquele que exerce o controle sobre uma gama de pessoas.

Entende-se então que o discurso faz parte de um jogo de verdades, em que o sujeito se relaciona com o outro e consigo mesmo. As presas utilizam-se dessa arma poderosa para forjarem a identidade de criminosas. É nesse contexto de identidades plurais que situamos nossa pesquisa, celebrando a vida de mulheres paradoxais, que se constituem dessas interfaces identitárias fragmentadas e reconstruídas diante das situações vivenciadas dentro e fora das prisões. Identidades diversificadas e estigmatizadas que lançam um novo olhar sobre a mulher com uma nova identidade, dessa vez de criminosa. Essas mulheres carregam consigo outras identidades de mãe, filha, esposa, demarcando subjetividades próprias que burlam a identidade de criminosa perigosa.

2.7 UM RETRATO DA VIDA DE MULHERES DO CRIME E SUA RELAÇÃO COM A FIGURA MASCULINA

No contexto da sociedade brasileira, falar em presídio e direitos humanos, muitas vezes, soa como uma afronta à moral e aos bons costumes, um aviltamento frente aos chamados

“cidadãos de bem”. Nesse sentido, as pessoas querem distância dos presídios e daqueles que os habitam. E, além disso, clamam por uma justiça desumana, pautada em senso comum e achismo.

É comum ouvir a assertiva de que bandido bom é bandido morto, tornou-se o que se pode chamar de modinha odiar os delinquentes e querer que eles passem por torturas para pagar pelo crime cometido.

Qualquer notícia de gastos para manter esses detentos na cadeia, soa como depreciação e pirraça ao trabalhador honesto. Falar dessas pessoas enquanto seres humanos que possuem histórias de vidas e uma voz a nos falar, parece ser uma forma de afronta ainda maior, pois é pensar naqueles que de acordo com o senso comum devem ser varridos do seio da sociedade.

A mídia funciona enquanto importante instrumento de reprodução dessa falsa ideologia, sendo uma ferramenta do controle ideológico do Estado. Esse que se configura enquanto um poderoso sistema de dominação, estando pautado de teorias que alienam e manipulam, assim ocorre com o sistema de punição que é falho, e culpam-se as pessoas por isso. Apontando os culpados para serem exterminados pela sociedade “direita”, com essa estratégia segrega aqueles que deveriam estar unidos e levam as pessoas a fazerem justiça com as próprias mãos, exercendo um poder extraordinário de maneira implícita.

Temos, atualmente, uma sociedade fortemente calcada de discursos paradigmáticos, como por exemplo, a assertiva pronunciada com frequência: “direitos humanos para humanos direitos”. Com base na proliferação de tais enunciados, ativistas dos direitos humanos soa, muitas vezes, como uma piada ou como defensores de bandidos. Entretanto, faz-se necessário esmiuçar tal conceito, enquanto mecanismo de pensar no direito de todos os seres humanos.

Todos temos direitos humanos assim como consta na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), entretanto, hoje, trabalha-se em sua perspectiva plural, pensando na igualdade de direitos com base nas diferenças.

Assim como nos chama atenção Tedeschi e Colling (2014), pensar em gênero e direitos humanos não é uma tarefa fácil, na medida em que a história dos direitos humanos atrelada aos paradigmas e padrões culturais referentes ao gênero, trata-se também de um processo de exclusões e invisibilidade, especificamente no que tange as mulheres (p. 37).

De acordo com os autores supracitados, os direitos humanos requerem três qualidades: “ser naturais (inerentes aos seres humanos), iguais (os mesmos para todo o mundo) e universais (aplicáveis em toda a parte)” (TEDESCHI e COLLING, 2014, p. 38). Entretanto, a igualdade e

universalidade são muito debatidas, considerando que as pessoas são diferentes e por muitas vezes requerem direitos diferentes.

Sobre este quesito, Silva e Rodrigues (2017) corroboram com Jelin (1994), quando ressaltam que advogar o direito a igualdade ou a diferença vai depender do contexto sociocultural em cada momento histórico, pois o direito de cada povo vai depender de seu estilo e necessidades específicas, havendo os direitos individuais e coletivos (p. 67).

Neste cenário, reporta-se a categoria de gênero enquanto importante instrumento de debate em torno dos direitos humanos, na medida em que, faz-se necessário pensar nas diferenças entre os povos, assim como nos direitos referentes ao todo. É importante enfatizar que direitos se equiparam de deveres, nessa perspectiva, entre as diversas discussões atinentes aos direitos humanos e diversidade, a reflexão de gênero torna-se fundamental, na perspectiva de questionar as idealizações referentes ao sexo, assim como problematizar por quem e para quem os direitos humanos se engendram.

A categoria de gênero proporciona um repensar sobre as posições históricas de direitos, em um constante caminhar sobre os conflitos sócias que de certo modo mascararam e naturalizaram discursos com base no biológico. Os autores estudados nos permitem perceber que as mulheres foram excluídas da história e dos direitos com base em suas características biológicas que se transformaram em desigualdade de gênero e de direitos.

Neste sentido, destaca-se a importância da categoria de gênero para os debates em torno dos direitos humanos, a fim de esmiuçar o tecido de incongruências da história, trazendo à tona os aspectos relacionados aos direitos em seu contexto coletivo e individual, entrelaçando-se na complexa e diversa sociedade contemporânea.

Pensar em direitos humanos no seio do sistema prisional é pensar nas relações que se estabelecem, garantindo a integridade física dos presos e presas. Foucault (2013) apresenta desde o século passado até as instituições modernas, o percurso histórico penal e os variados métodos de punir adotados pelo poder público na repressão da delinquência em defesa dos direitos públicos e particulares. De acordo com o referido, cada época criou seus métodos de repressão e punição dos corpos, como os suplícios em público, que funcionava como um “teatro do inferno” (p. 46), ou até mesmo como “um açougue em que cada pedaço era exposto no balcão” (p. 51).

Neste cenário histórico, os suplícios funcionavam enquanto um revelador de “verdades” agentes do poder e de seus simbolismos, entretanto no século XVIII, os suplícios começam a dar espaço a um outro processo de punição, baseados no direito de existir do criminoso, as

“[...]punições neste caso seriam baseadas em um castigo incorpóreo, um fundo que seria supliciante, porém, desta vez, sem espetáculos em público, um poder justificável baseado naquilo que os indivíduos são, serão ou possam ser” (FOUCAULT, 2013, p. 23). Seria um deslocamento de aplicação dos castigos baseados em novas verdades e novas práticas de punir.

Um sujeição corporal, padrões e ordens fixados de forma sutil, por meio de uma tecnologia política do poder, que tem por finalidade fabricar corpos dóceis e manipulados, através da disciplina. Assim, estabelece um contrato social e o criminoso seria aquele que rompe com o pacto, sendo, portanto, inimigo de todo o corpo social, de modo que a sociedade tem o direito de se levantar em peso contra ele, pois, “Constitui-se assim um formidável direito de punir, pois o infrator se torna inimigo comum. Até mesmo pior que um inimigo, é um traidor, pois ele desfere seus golpes dentro da sociedade” (FOUCAULT, 2013, p. 86).

É nessa perspectiva dos monstros que atingem toda a sociedade que se baseia o discurso proferido de que bandido bom é bandido morto, uma assertiva recorrente na atualidade que clama por uma justiça de maneira obscura que contemple as ruas, a fim de funcionar enquanto mecanismos de disciplina para aqueles que vivenciam tais práticas. Na atualidade, é muito comum notícias de linchamentos, punições em público e até mesmo mortes. Ato cometido pelos chamados “cidadãos de bem” a fim de eliminar o que seria a escória da sociedade, violências em público que por muitas vezes são aplaudidas, considerando que se clama por “direitos humanos para humanos direitos¹⁶”.

Parece que estamos vivenciando o que Foucault caracterizou desde os tempos mais remotos através da sentença de Damians, com cavalos desmembrando e retalhando seu corpo, sendo queimado ainda vivo. Isso me parece um grande retrocesso!

Por outro lado, temos os cidadãos revoltados com os altos índices de criminalidade e um caos social, que vos parece não haver outra solução além de fazer justiça com as próprias mãos como ato de protesto. Trata-se de um campo de análise paradoxal, repleto de incertezas e desafios.

É neste campo pragmático que situamos esta pesquisa, objetivando compreender as implicações no que se refere a assertiva de que bandido bom é bandido morto e a relação que as mulheres do crime ocupam neste campo, por meio da relação com a figura masculina.

Assumimos uma pedagogia que nos leva a pensar além do senso comum, descortinando esse sistema tão poderoso, a fim de denunciar a população que lota os presídios e o contexto

¹⁶Frase recorrente proferidas por cidadãos que se revoltam com os altos índices de criminalidade e perversidade humana, expressando essa revolta de maneira singular. De modo, que alguns fazem justiça com as próprias mãos e outros aplaudem e justificam tais ações.

social vulnerável, ao qual estão submetidos. Os detentos são em sua maioria pobres, negros, com baixa escolaridade e submetidos a condições sociais excludentes.

A prisão é resultado do desajuste social, os sujeitos presos são marcados pela miséria e perda de valores humanitários. Para Onofre (2007), esses sujeitos são

Parte da população dos empobrecidos, produzidos por modelos econômicos excludentes e privados dos seus direitos fundamentais de vida. Ideologicamente, como os “pobres”, aqueles são jogados em um conflito entre as necessidades básicas vitais e os centros de poder e decisão que as negam. São, com certeza, produtos da segregação e do desajuste social, da miséria e das drogas, do egoísmo e da perda de valores humanitários. Por sua condição de presos, seu lugar na pirâmide social é reduzido à categoria de “marginais”, “bandidos”, duplamente excluídos, massacrados, odiados (ONOFRE, 2007, p.12).

Nesse contexto da assertiva corrente de que bandido/a bom/a é bandido/a morto/a situamos as mulheres do crime, a fim de perceber se essas ocupam um lugar nesse enunciado, ou apenas são tratadas como homens, dentro de um sistema prisional pensado para o público masculino.

Historicamente, o presídio enquanto campo masculino nos evidencia suas contradições em detrimento do público feminino, assim como evidencia Adorno (1990), tratando as mulheres enquanto presos que menstruam (p. 101).

O presídio se caracteriza por sua rotatividade de entradas e saídas, assim como regimes dos internos, porém, esses indícios de número de homens e mulheres delinquentes apontam para o aumento da criminalidade em todo o país, mostrando um índice cada vez maior de crimes praticados por mulheres, demonstrando a discrepância de que crime seria uma tarefa masculina, assim como evidencia Alves (2001), que nos faz refletir acerca da posição desigual da mulher no direito penal ou pode ter a ver com a noção da figura tradicional masculina e feminina e seus respectivos papéis sociais historicamente atribuídos (p. 13).

O feminismo proporcionou mudanças sociais e contínuas na militância, mas, para se unir nesta causa, faz-se necessário conhecer o lado complexo dessas lutas, destacando assim como orienta Silva (2014): a história das mulheres que buscam a autoafirmação por meio de uma liberdade e emancipação diferenciada. Pois, “essas mulheres performatizam o papel de gênero, rompem com comportamentos previsíveis, assinalam definitivamente a multiplicidade do comportamento feminino [...] espectros que assombram os cemitérios machistas dos cabras viris (SILVA, 2014, p. 112).

Nesse campo pragmático, situa-se a propagação da justiça com as próprias mãos, de modo que possui como alvo o público masculino, porém, as mulheres do crime existem, seja como forma de se auto afirmarem, libertação e/ou sujeição ao masculino, elas existem, e nos evidencia o paradoxo de se pensar nos crimes, contexto e punições, assim como o respaldo dessas na sociedade como um todo.

O senso comum muitas vezes considera as pessoas encarceradas como irrecuperáveis, vagabundos e marginais de alta periculosidade, aqueles que transgrediram as leis com atos de violência contra a sociedade civilizada. Todavia, deve-se também questionar quem são os sujeitos encarcerados e suas trajetórias de vida, pois, de acordo com Leme (2007),

[...] antes de considerarmos “estas pessoas errantes” como vagabundas e preguiçosas, precisaríamos analisar com maior profundidade as verdadeiras causas da erupção da marginalidade e da violência na sociedade da periferia do capitalismo, evitando conclusões apressadas, que mais servem para mistificar do que revelar a realidade. (LEME, 2007, p. 154).

Faz-se necessário pensar além das aparências, refletindo sobre as verdadeiras causas da produção de violência, pois vivemos numa guirlanda de força maior, que leva as pessoas a acreditarem e a reproduzirem falsas ideologias que assim como afirma o autor supracitado só servem para mistificar e apaziguar o problema. E, enquanto isso, os índices de violência aumentam e os presídios continuam produzindo mais delinquentes.

É irrisório pensar, que por meio das punições atuais e das práticas de encarceramento, dominação e subjugação do sujeito preso, este retornará transformado para posterior convívio em sociedade. Torna-se fundamental, como ponto de partida, refletir e desmistificar essas ideologias, questionando-se qual o verdadeiro sentido de punir, pensando no corpo social.

Não obstante, Foucault (2013) nos leva a pensar na necessidade de estabelecer um equilíbrio entre as punições que são necessárias e as possibilidades de exercer os direitos humanos. Tendo atenção para não romantizar os delinquentes ou suavizar demais as penas, assim como considerar um processo valorativo humanista. Pois, para ele, entre o monstro vomitado e o princípio contratual da sociedade encontra-se um limite,

Entre o princípio contratual que rejeita o criminoso para fora da sociedade e a imagem do monstro “vomitado” pela natureza, onde encontrar um limite senão na natureza humana que se manifesta, não no rigor da lei, não na ferocidade do delinquente, mas na sensibilidade do homem razoável que faz a lei e não comete crimes (FOUCAULT, 2013, p.87).

É preciso, então, refletir sobre o sistema penal e as possibilidades de reintegração, estabelecendo limites e equilíbrios, a fim de fazer valer o direito penal, bem como os direitos humanos. Trata-se de uma problemática ciclópica, que requer estudos minuciosos, na tentativa de promover reflexões acerca desse paradoxo social.

É importante destacar que o problema da violência é social, cabendo medidas pautadas em direitos humanos, pensando-se no bem-estar coletivo. É evidente que fazer justiça com as próprias mãos é um equívoco, contudo, atualmente, essa assertiva é propagada e reproduzida com êxito.

De acordo com Amy Alves (2001), as mulheres do crime são em menor número, no entanto, elas existem, assim como existem papéis de mulher atribuídos socialmente, enquanto dóceis e frágeis sendo o mundo do crime algo destinado ao masculino viril. Nesse contexto, falar em mulheres presas é descortinar essas ideias arcaicas, pensando nas variantes de características que levam a mulher ao mundo do crime, apresentando enquanto hipótese para isso a possibilidade de liberdade ou subordinação ao masculino.

De acordo com Simone Beauvoir (1970), no conceito da biologia, definir o ser mulher é muito simples: “é uma matriz, um ovário, é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la [...]” (p. 22). A partir dessa afirmação, a ilustre autora faz uma analogia ao ser feminino, enfatizando que ser mulher vai além de ser apenas um ovário de procriação. No entanto, esta estudiosa destaca o quão a mulher foi e é considerada o outro do masculino, aparecendo como o negativo de modo que toda a sua determinação é limitada.

Ser homem é algo positivo e natural, assim como aponta a supracitada que ao se referir à humanidade usamos o termo homens, reforçando ainda mais a imagem da mulher enquanto subordinada. A autora cita Sto. Tomás que decreta a mulher como sendo um homem incompleto. A humanidade que encontramos nos dias atuais é masculina e a definição de mulher é produto desta sociedade,

É o que simboliza a história do Gênesis em que Eva aparece como extraída, segundo Bossuet, de um "osso supranumerário" de Adão. A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo "A mulher, o ser relativo" (BEAUVOIR, 1970, p. 10).

Beauvoir (1970) afirma, ainda, que o mundo é constituído pelo masculino, e as mulheres representam o outro da humanidade e exercem esse papel por excelência para serem chamadas de mulheres de verdade. Nesse sentido, a autora nos orienta a não nos intimidar por agressão e

não se impressionar por elogios interesseiros que só são dados quando a mulher cumpre seu brilhante papel de servir ao homem.

A mulher como o outro do homem, frustrada em seus valores enquanto ser humano, presa por laços afetivos que as prendem ao seu opressor, buscam muitas vezes, maneiras inadequadas de obter valor perante a sociedade. Por exemplo, as mulheres que adentram ao mundo da criminalidade, na tentativa de se auto afirmarem, burlam a ordem social e rompem com o papel da mulher frente a família tradicional nuclear. Neste caso, elas se percebem apenas como o outro do homem, portanto, assumem o papel de submissa, dócil e frágil, a qual compete apenas cuidar dos filhos e do lar.

Burlar a ordem e dobrar o sistema é algo que as mulheres infames fazem como meio de construir subjetividades. Silva (2014), assim como Beauvoir (1970), afirma que essas mulheres buscam a liberdade por um meio obscuro, salientando que estudar sobre essas mulheres confinadas é “[...] também um fugir, um furo na visão homogênea que lê o feminismo como um movimento que afetou da mesma forma todas as mulheres; um furo nas perspectivas sociais e jurídicas que olham as presas apenas como bandidas, sujeitas do mal”.

Portanto, para se pensar na mulher do crime, cabe pensar em suas relações com a figura masculina, a fim de perceber as identidades constituídas nesse labiríntico processo social e prisional que dita formas de se comportar para homens e mulheres, vivendo em um constante desprazer, assim como salienta a Safiotti (1987, p. 58).

Nesse sentido, faz-se necessário dar voz às internas do sistema penitenciário, as pesquisas feitas e livros lidos demonstram a necessidade de dar continuidade aos estudos acerca dessa temática que ainda é velada e mascarada. É preciso aprofundar-se sobre esse sistema na perspectiva de entender como vivem essas mulheres da prisão e qual a sua relação com a figura masculina. Mulheres que se reconstróem e possuem a necessidade de se afirmarem enquanto ser humanos.

Silva (2014) se refere a essas mulheres como infames, aquelas que escolhem a força e a violência como forma de se afirmarem socialmente. Buscam no mundo do crime a tão complexa liberdade. No interior das celas, essas mulheres idealizam a mulher que não foi, a mulher mãe, esposa, filha, irmã, que quer ser um dia. Assim, falar em mulher bandida, nos remete a pensar nas diferentes formas de viver, fugindo de verdades únicas e absolutas, pensando nas micro relações de poder, pois, “não se trata de pensar a utopia das não identidades, mas pensar a multiplicidade que atravessa o desejo de existir entre as mulheres presas, mulheres-devir” (SILVA, 2014, p. 29). Não se pode contar apenas histórias de conquistas e liberdades sobre o

feminismo, sendo necessário pensar nas vidas miseráveis, pois “o feminismo produz a liberdade, mas também a infâmia das mulheres” (SILVA, 2014, p. 39).

Com isso, a supracitada nos leva a pensar nas mulheres excluídas socialmente, marginalizadas, buscando fuga das carências sociais, físicas e emocionais, buscando uma liberdade paradoxal, bem como se inserir na sociedade do consumo que dita modelos.

As mudanças advindas dos movimentos feministas afetam todas as mulheres, de forma direta ou indiretamente, inclusive as presas que também romperam com o padrão de mulher enquanto anjo do lar. Quando foram para as ruas e vida do crime, elas também se constituem como um desses signos de liberdade, de força e violência.

Mesmo com os estudos feministas avançando, ser mulher na sociedade atual ainda demanda meios de se comportar e agir peculiares com relação aos homens, é comum ouvir que a dita mulher de verdade não pode fazer isso ou aquilo, bem como separar mulheres para casar (santas-Marias) e mulheres para diversão (putas-Evas). Essa lógica machista perdura nos dias atuais com uma força tamanha, a família nuclear tradicional que não quer e não se deixa contrariar e para justificar tais atos absurdos, usam como justificativa apenas a assertiva do ser mulher.

A subjetividade feminina é complexa e multidimensional, apontando diversas perspectivas de estudos, a autora Costa (2008), postula que o amor e o envolvimento com o crime é fruto da submissão feminina, de modo que a mulher traficante passa a conceber a sua identidade a partir do outro, “[...] no contexto de *sujeição* do feminino ao masculino, a mulher traficante passa a conceber a sua própria identidade a partir do outro com o qual se relaciona afetivamente de modo que até mesmo práticas ilícitas passam a povoar o seu cotidiano (p. 33).

A dominação masculina de fato é uma realidade contemporânea, que, na maioria das vezes, é naturalizada, demarcando a relação de poder entre os gêneros. A mulher presa, estando em um processo de dominação em múltiplos sentidos, carrega código e identidades distintas, “[...] como as de mãe, companheira, filha, as quais correspondem papéis sociais bem definidos” (COSTA, 2008, p. 44).

Esta pesquisa, pois, celebra as vidas paradoxais de mulheres que forjam a lei, e que ludibriam a imagem de mulher de verdade e nos faz pensar que essa mulher não existe e não pode existir, sendo demarcada apenas nas aleivosias dos machos que se consideram dominantes.

A luta feminista precisa abranger todas as irmãs, incluindo as mulheres presas. “Dessa forma, pensar as vidas das mulheres criminosas é desalinhar ainda mais o “tecido de incoerências” da história, provocar qualquer lógica de explicação e fomentar no mundo dos

objetos acadêmicos, o sensível, outro sensível” (SILVA, 2014, p. 32). Sarti (2004) nos leva a pensar nos fatores que contribuíram para a eclosão do feminismo dos anos 1970 aos dias atuais, contextualizando a luta de mulheres por visibilidade e direitos no âmbito social e as especificidades de gênero, discorrendo sobre um feminismo plural que abarca diferentes mulheres em diferentes contextos (p. 46).

E é nessa perspectiva de feminismo plurireferencial que enquadramos as mulheres do crime, enquanto mulheres devir que se ressignificam e atribuem a si múltiplas identidades na esperança de se afirmarem enquanto mulheres de verdade, aceitáveis, negam a identidade de criminosas e constroem um outro de si, sendo ao mesmo tempo mães, filhas, esposas, irmãs e mulheres detentas.

Diante dessa pesquisa, evidencia-se a necessidade de dar voz a essas mulheres que ficam invisíveis diante da atual conjuntura prisional destinada historicamente ao público masculino. É preciso pensar nessas mulheres para além da identidade/subjetividade de criminosas e para além de sua relação com a figura masculina.

3. AS INVISÍVEIS DO CÁRCERE BRASILEIRO

Pesquisas realizadas e esmiuçadas na revisão de literatura comprovam que a criminalidade feminina ainda é pouco explorada nas pesquisas acadêmicas brasileiras. Vários estudiosos pertencentes a diferentes áreas do saber relatam a dicotomia existente entre as mulheres do crime e o lugar que ocupam neste âmbito refletindo o seu lugar de submissão advindo do contexto histórico social patriarcal.

Muitos são os enfoques que podem ser dados a condição da mulher presa, porém neste estudo, pleiteou-se problematizar/questionar a invisibilidade de mulheres presas diante do público prisional masculino e sua relação com o contexto educacional. Sendo este, de suma importância, podendo funcionar como um alerta as autoridades sobre as especificidades femininas no cárcere e a emergência de mudanças nas práticas punitivas.

Assim, diante do referencial teórico adotado, discorreremos sobre a necessidade de pensar no contexto da criminalidade feminina brasileira (macro) e sua relação com a criminalidade feminina na cidade de Paulo Afonso (BA) (micro), supondo que os dados referentes ao menor número de mulheres presas com relação ao número de homens presos, em ambos cenários, fazem parte do mesmo contexto social/educacional machista e sexista em que posiciona a mulher em um lugar subalterno mesmo no mundo do crime.

3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL: CRIMINALIDADE NO BRASIL, BAHIA E CIDADE DE PAULO AFONSO

Em 2014, a rede de justiça lançou o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias- INFOPEN, com o intuito de coletar e divulgar informações a respeito do sistema criminal brasileiro. Porém, o Informativo da Rede de Justiça Criminal (2016), pontua a incongruência de que os dados relativos a este documento de referencia (INFOPEN), apresenta lacunas e fragilidades na sua produção e análise. Dentre outras coisas, este informativo, destaca pequenos textos de especialistas que analisam o INFOPEN e relata um diagnóstico da justiça criminal no Brasil, o número de mortos no sistema prisional, a falta de informação sobre o universo prisional feminino e o cenário de superlotação dos presídios.

Destes textos presentes no informativo, dá-se ênfase na perspectiva das mulheres, que, de acordo com Lima, Fonseca e Braga (2016, p. 8), “existiu um silêncio eloquente das mulheres no INFOPEN, uma vez que o texto final desse primeiro relatório trouxe apenas 7 referências às características femininas – 7 em 130 possíveis (88 gráficos e 42 tabelas)”. Cinco meses depois,

os Dados do Departamento Penitenciário Nacional- DEPEN lançou um segundo relatório específico sobre as mulheres.

Sobre esse quesito, os autores supracitados analisam os dois documentos referentes ao relatório geral do INFOPEN (2014) e o novo relatório do ENFOPEN lançado em novembro do mesmo ano, especificamente, do público prisional feminino, destacando algumas incoerências relevantes presentes nos dois relatórios.

Neste sentido, reportamo-nos a esta referência de informações penitenciária brasileira, entretanto, considerando as possíveis controvérsias que podem manifestar-se.

Assim, de acordo com o levantamento nacional do INFOPEN (2014) sobre as mulheres, temos uma população prisional total de 607.731 pessoas privadas de liberdade em todo o país em junho de 2014. Este documento destaca a incoerência de 2000 a 2014, ou seja, não se identifica dados por gênero para as pessoas custodiadas. Verifica-se que no que diz respeito a evolução prisional do Brasil de 2000 a 2014 que houve o crescimento da quantidade de presos e presas ao longo dos anos, destacando que a população carcerária feminina no ano de 2014 foi de 37.380 e dos homens 542.407. A população carcerária feminina segundo este documento cresceu 567% de 2000 a 2014, sendo que a população masculina cresceu em 220% na mesma variação de anos.

Na região da Bahia, no que concerne à população do sistema penitenciário segundo o gênero de 2007 a 2014, apresenta-se o crescimento de 94% de mulheres e 41% de homens encarcerados. Especificamente na cidade de Paulo Afonso, de acordo com dados de 2014, o presídio possuía 252 internos, sendo 242 homens e 10 mulheres¹⁷. Já em 2017 esse número teve aumento, de modo que de acordo com o coordenador de atividades laborais e educacionais¹⁸ o presídio conta com 413 internos, sendo 394 homens e 19 mulheres em regimes de pena diferenciados.

O presídio se caracteriza por sua rotatividade de entradas e saídas, assim como regimes dos internos, porém esses indícios de número de homens e mulheres delinquentes apontam para o aumento da criminalidade em todo o país, mostram um índice cada vez maior de crimes praticados por mulheres. Tal fato questiona o estereótipo da mulher como ser frágil e delicada, de acordo com padrões culturais e normas de condutas que ensinam aos indivíduos de cada geração as posições que se espera que ocupem na sociedade e as ‘formas estereotipadas de comportamento’. Porém, estes indivíduos, particularmente as mulheres inseridas no crime,

¹⁷Dados retirados da Pesquisa de monografia realizada por Almeida (2015) em referência.

¹⁸ Dados coletados durante a pesquisa de campo realizada no dia 4 de fevereiro de 2017, durante entrevista com o coordenador de atividades laborais e educacionais.

podem agir de forma contrária a esses padrões causando mudanças e conflitos dentro da sociedade, pois mesmo considerando que o indivíduo estaria integralizado por estes padrões, estes possuem uma grande porcentagem de individualidade, onde buscam a satisfação e outras necessidades próprias.

A este respeito, Alves (2001) reflete acerca da centralidade da figura masculina e sobre a desigualdade da mulher no campo do Direito Penal no Brasil. Falar sobre a mulher criminosa significa pensar no conhecimento produzido pela ciência sobre a criminologia feminina e seu contexto sexuado que ainda é contemporâneo, refletindo os elementos patriarcais e o androcentrismo na área. Estudos referentes a criminalidade feminina sob várias correntes teóricas e metodológicas, apresentam justificativas/ contextualizações/ interpretações acerca do adentramento da mulher brasileira ao mundo do crime, contudo, todos apontam para a história da mulher e sua invisibilidade social enquanto fator predominante que guiam as pesquisas neste âmbito (p. 91). O dualismo é historicamente “naturalizado” dentro de uma lógica dicotômica que implica um polo que se contrapõe a outro (portanto uma ideia *singular* de masculinidade e de feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se “enquadram” em uma dessas formas. Romper a dicotomia poderá abalar o enraizado caráter heterossexual que estaria, na visão de muitos/as, presente no conceito “gênero” (LOURO, 2013, p. 67).

Santos (2012) nos apresenta a história da prisão feminina no Brasil afirmando que está relacionada à história da colonização brasileira, desde que o Brasil serviu de exílio para os presos condenados da corte portuguesa. De acordo com o levantamento teórico feito pela autora, informações acerca da prisão feminina em períodos mais remotos são escassas e quase inexistentes,

Sendo assim, apenas no século XIX, mais especificamente em 1870, aparece em um relatório do conselho penitenciário do Distrito Federal uma das primeiras indicações sobre mulheres presas. Nesse relatório, constava que 187 mulheres escravas passaram pelo calabouço [...] tendo uma delas permanecido presa durante 25 anos (SANTOS, 2012, p. 83).

Ainda de acordo com Santos (2012, p. 84), em 1905 o mesmo relatório fez menção a um melhoramento da prisão feminina no Brasil sendo reservadas cinco células do antigo manicômio para elas. Já em 1924, “Lemos de Brito, o principal ideólogo das prisões femininas no Brasil, [...] elaborou um projeto de reforma penitenciária [...] ele propôs ao Estado construir um reformatório específico para a mulher” (p. 85).

Conforme a autora, a criação de presídios femininos no Brasil destinou-se a garantir a paz desejada nas prisões masculinas, na medida em que, eram compartilhadas. De acordo com

a ideologia de Lemos de Brito foi necessário criar procedimentos pedagógicos com o objetivo de transformar as mulheres que eram chamadas de vagabundas, em dóceis e obedientes as normas da prisão. Com a administração a cargo das freiras chamadas de irmãs do Bom Pastor, as presas só teriam dois caminhos que seria se adequar para a vida doméstica ou serem religiosas. Este projeto de purificação não atendeu as exigências do Estado, voltando a administração da penitenciária feminina a direção penitenciária central e apenas em 1966 que adquiriu autonomia administrativa e recebeu o nome de Instituto Penal Talavera Bruce (SANTOS, 2012, p. 84 a 85). “Consideramos importante destacar a história de Talavera Bruce, por ser a primeira penitenciária de mulheres construída no Brasil” (p. 85).

Santos (2012) destaca, ainda, que, no Brasil, também ocorriam práticas de punições desumanas que duraram até a constituição brasileira de 1824 e que somente em 1889 que se deu início as prisões com tratamentos humanizados. Esse sistema durou até 1940 com a publicação do novo código penal que regulamentou o processo de punição e liberdades, sendo considerado um avanço na forma de punição e cumprimento da pena. Essas mudanças perduraram até 1981 quando surgiu a Lei de Execuções Penais- LEP, sendo aprovada a lei somente em 1984 (Lei nº 7.210/84), esta que foi um grande marco para o sistema prisional que apresenta implicações de direitos e deveres dos apenados (p. 63).

Freitas (2014) também relata a história do cárcere feminino no Brasil, proferindo que foi somente no século XX que o Estado se preocupou com a situação das presas, devido ao aumento nos índices, provocando uma desestabilidade social. De acordo com a autora, foi esta lei que assegurava às mulheres, dentre outros direitos comuns a qualquer detento, independentemente do sexo, a conquista do direito ao alojamento em celas individuais e salubres, sendo as mulheres recolhidas em ambientes próprios e adequados a sua condição pessoal.

De acordo com França (2014, p. 220), a LEP de 1984 é considerada uma das mais avançadas do mundo, uma vez que legisla sobre múltiplos aspectos, direitos e deveres das pessoas presas, entretanto, destaca que as menções feitas à mulher são praticamente inexistentes. Ao analisar a LEP, lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, em seus artigos e decretos de 2007 e 2011, assim como suas modificações até o ano de 2015 constatou-se essa discrepância ao se tratar das citações referentes ao público feminino. Das 43 páginas analisadas, encontramos apenas 6 citações tratando especificamente das mulheres presas, vejamos a seguir,

SEÇÃO III- Da Assistência à Saúde- Art. 14 § 3ºSerá assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-

parto, extensivo ao recém-nascido. (Incluído pela Lei nº 11.942, de 2009) (p. 3).

SEÇÃO V- Da Assistência Educacional- Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição (p. 4).

SEÇÃO III- Da Direção e do Pessoal dos Estabelecimentos Penais- Art. 77. § 2º No estabelecimento para mulheres somente se permitirá o trabalho de pessoal do sexo feminino, salvo quando se tratar de pessoal técnico especializado (p. 18).

CAPÍTULO I- Disposições Gerais- Art. 82. § 1º A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal. (Redação dada pela Lei nº 9.460, de 1997) (p. 20).

Art. 83. § 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade. (Redação dada pela Lei nº 11.942, de 2009) (p. 21).

Art. 89. Além dos requisitos referidos no art. 88 (Art. 88. O condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório) a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa. (Redação dada pela Lei nº 11.942, de 2009) (p. 23)

Assim, por meio desta análise, é possível perceber que a LEP enquanto referência de lei de execução penal é feita quase que exclusivamente para o público prisional masculino, tratando as mulheres enquanto homens na prisão. Comprovando que no Brasil a criminalidade feminina é ignorada em suas especificidades. Esses dados indicam o caráter sexuada da criminologia que dissertamos até o presente momento, podendo apontar para formas discriminatórias de atendimento à mulher presa.

França (2014) fortalece essa afirmação ao proferir que “Não é necessário, pois, empreender mais nenhum esforço para se ter a certeza de que a LEP prevê, para a mulher, direitos vinculados à sua própria condição sexual” (p. 221).

Neste sentido, corrobora-se com a autora ao afirmar a necessidade de reformulação da referida lei de modo a garantir as singularidades relativas ao gênero feminino. Como por exemplo, a visita íntima, a qual muitas mulheres têm sido desprovidas deste direito, como veremos a posteriori na análise dos dados coletados na pesquisa de campo realizada.

Segundo o site do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal (2016), a população carcerária brasileira chega a mais de 600 mil detentos (dados do INFOPEN de 2014), de modo que de acordo com o diretor geral do DEPEN, Renato de Vito (entrevistado da reportagem) verifica-se que o crescimento da população penitenciária brasileira nos últimos anos não significou a redução nos índices de violência, nem tão pouco a sensação de insegurança da população, “isso significa que é preciso se repensar a prisão como instrumento de política pública para combater a criminalidade” (BRASIL, 2017, p. 1).

Ainda de acordo com a referida reportagem, em relação a taxa de encarceramento o Brasil encontra-se na sexta colocação mundial, com uma taxa de 306,2 detentos por 100 mil habitantes, de modo que dados apontam para o fato de que se considerados os números de pessoas que saíram e entraram no sistema penitenciário ao longo de 2014, pelo menos um milhão de brasileiros vivenciaram a experiência do cárcere no período de um ano.

O site justica.gov.br (2016) profere que o Brasil possui a quarta maior população carcerária do mundo, segundo dados do ministério da justiça de 2014, de modo que os Estados com maior população carcerária são: São Paulo, Minas Geraí e Rio de Janeiro. Especificamente na Bahia temos uma das menores taxas de encarceramento sendo de 101,8/100 mil habitantes.

Dados do INFOPEN (2014) informam que as características dos presos do país são baseadas em negros com porcentagem de 67,1% para 31, 3% de brancos. Com relação ao perfil escolar, indica que 8 a cada 10 presos estudaram até no máximo Ensino Fundamental.

Informes do DEPEN demonstram uma taxa de crescimento de cerca de 38% no encarceramento feminino no Brasil entre os anos de 2004 a 2008, taxa significativamente maior que a do encarceramento masculino no mesmo período. Um dado adicional importante é que 40% das mulheres encarceradas entre esses anos foram sentenciadas pelo crime de tráfico de drogas (Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional 2007).

Apesar do expressivo aumento da criminalidade feminina no Brasil, especialmente da participação de mulheres no tráfico de drogas, esse cenário ainda não justifica um proporcional interesse acadêmico pelo tema. A partir de uma abordagem que ignora o protagonismo e a intencionalidade feminina, as mulheres criminosas são vistas muitas vezes, como vitimizadas por homens criminosos. Sua participação na rede pode ser resultado da opressão, do medo e da falta de opção que caracterizam a vida de mulheres afetivamente envolvidas com esses homens.

No que concerne a esta afirmativa, durante estudos em comunidades populares no Rio de Janeiro, Zaluar (1993) cita apenas três mulheres envolvidas em atividades criminosas. Por causa do caráter transgressor e não usual de suas atividades, essas mulheres tornaram-se

verdadeiras lendas nas favelas onde viviam. Assim, faz-se necessário contextualizar a partir do espaço em que se fala, de modo que segundo o Plano Diretor do sistema penitenciário do Estado da Bahia (2007), na Bahia, o órgão responsável pelo Sistema Penitenciário é a Superintendência de Assuntos Penais- SAP, em regime especial da administração direta, integrante da estrutura da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos- SJDH, que tem por finalidade: “planejar, coordenar, executar, supervisionar, controlar e avaliar, em harmonia com o Poder Judiciário, os serviços penais do Estado” (BRASIL, 2007, p.6).

O SAP foi criado através do Decreto nº 10.388, de 27 de junho de 2007. Ainda de acordo com o documento supracitado, o Sistema Penitenciário do Estado da Bahia possui 22 (vinte e duas) Unidades Prisionais, sendo 09 (nove) localizadas na capital e 13 (treze) situadas no interior, dentre estas se encontra o conjunto penal de Paulo Afonso (BA).

É relevante enfatizar que em todo o Estado da Bahia só existe um conjunto penal feminino, localizado em Salvador, Capital do Estado. O presídio de Paulo Afonso onde a pesquisa foi realizada também é destinado à população masculina que é a maioria, contudo, possui uma ala improvisada para o público feminino.

Nesse sentido, o Plano Diretor do Sistema Penitenciário da Bahia afirma que,

Em 08 estabelecimentos penais do interior existem alas adaptadas para abrigar mulheres. Estas alas funcionam de forma precária, não estando preparadas para abrigar estas mulheres. Nestas unidades a situação da mulher encarcerada se agrava, pois são privadas de participação nas oficinas de trabalho e das atividades educacionais (BRASIL, 2007, p. 46).

Assim ocorre no interior da ala feminina do presídio de Paulo Afonso (BA) que conta com um espaço improvisado contendo, especificamente, no mês de março de 2017, 19 mulheres divididas em regimes fechado, provisório e semiaberto, considerando a rotatividade que é característica do sistema penitenciário. Essas mulheres ficam confinadas a um espaço que contém 5 celas com camas beliches feitos de cimento com colchão e um banheiro. Elas não possuem programas de reintegração, o que realizam é apenas ajudar na faxina (apenas 2 presas) ou a confecção de artesanatos, trabalho realizado por conta própria, são essas as atividades contabilizadas como remissão da pena.

3.2 PAULO AFONSO, BAHIA: CONHECENDO O CAMPO DA PESQUISA

De modo geral e introdutória, a cidade de Paulo Afonso, fica localizada no sertão da Bahia, faz fronteira com o Estado de Alagoas, Sergipe e Pernambuco.

De acordo com o site da cidade, com base nos dados do IBGE (2014), relatamos que o atual município de Paulo Afonso, nos primórdios do século XVIII, foi habitado por bandeirantes portugueses que, chefiados por Garcia d'Ávila, subiram o rio São Francisco e atingiram as terras onde hoje está localizada a Cidade. Seduzidos pela abundância de água e imensidão dos campos muitos se deixaram ficar. Encontrando os pacíficos índios mariquitas e pancarus, com eles dedicaram-se à lavoura e à criação de gado, embora desde meados de 1705, padres católicos tivessem iniciado a catequese dos silvícolas, principalmente, com intuito de evitar que fossem explorados pelos bandeirantes.

Em 3 de outubro de 1725, o sertanista Paulo Viveiros Afonso recebeu, por alvará, uma sesmária medindo três léguas de comprimento por uma de largura. Situada na margem esquerda do Rio São Francisco, que abrangia as terras alagoanas da Cachoeira, conhecida, então, como "Sumidouro". Não se conformando com a área que recebeu, o donatário ocupou, além das ilhas fronteiras (entre as quais a da Barroca ou Tapera), as terras baianas existentes na margem direita, onde construiu um arraial que, posteriormente, se transformou na Tapera de Paulo Afonso.

A localidade procurada como pouso de boiadas começou a exigir desenvolvimento comercial que atendesse à solicitação de gêneros, por parte, não só dos adventícios, como da população local. O lugarejo já era expressivo núcleo demográfico do município de Glória, quando o Governo Federal, em 15 de março de 1948, criou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, com a finalidade de aproveitar a energia da Cachoeira de Paulo Afonso. O acampamento de obras localizou-se nas terras da Fazenda Forquilha. Em torno das instalações da Usina cresceu a Cidade (SOUZA, 2016, p. 3).

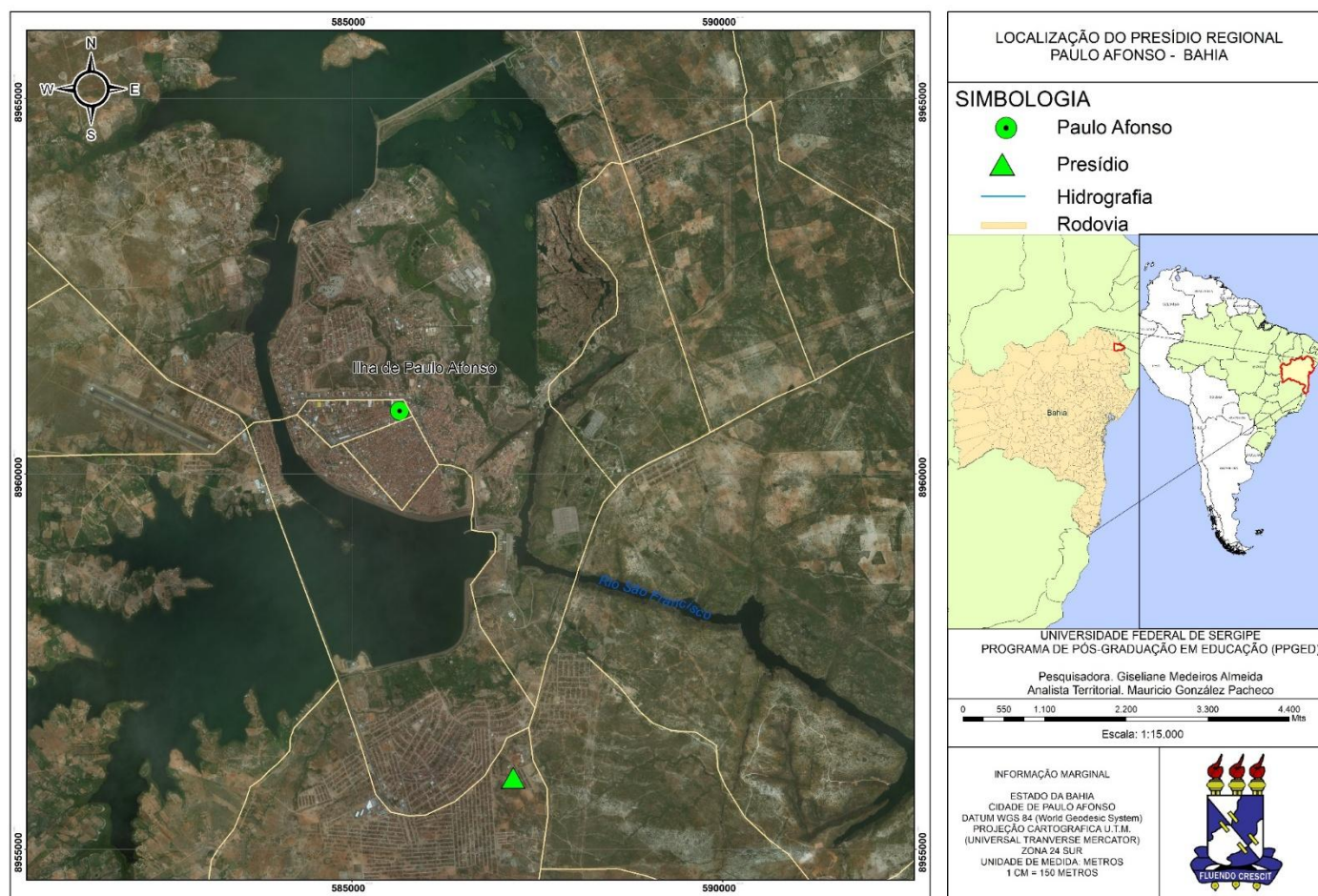
André Souza (2016), e sua pesquisa intitulada como: *Paulo Afonso: um muro, duas cidades*, teve como um de seus objetivos realizar um levantamento acerca da história da cidade. Para tanto, o mesmo destaca a soma de características culturais de vários estados da região, assim como a importância da cidade para o nordeste e sua função estratégica no processo de produção industrial¹⁹ (p. 26).

De acordo com Muccini e Malta (2017), Paulo Afonso tem hoje 101.757 habitantes, com clima semiárido, é uma microrregião homogênea do Sertão e ocupa uma área territorial de 1.700,40 quilômetros quadrados. Cidade turística, conhecida por suas belezas naturais e

Para conhecer mais sobre a história da cidade visitar o site <http://www.pauloafonso.ba.gov.br/novo/?p=turismo&i=3>

abundancia de água azul cristalina advinda do rio São Francisco. A ilha de Paulo Afonso, está localizada nas mediações do sertão da Bahia, fomentando curiosidade por parte de quem vem de fora, suas belezas, cachoeiras e riqueza cultural atraindo olhares do Brasil e do mundo (p. 56).

Figura 1: Mapa de localização da cidade de Paulo Afonso e do Presídio Regional de Paulo Afonso, Bahia



Fonte: criação do analista territorial Mauricio González Pacheco 2018

O município limita-se ao norte, com o município de Glória, de quem se desmembrou em 1958; ao sul, com os municípios de Jeremoabo e Santa Brígida e o Estado de Sergipe; a leste, com o Rio São Francisco e o Estado de Alagoas; a oeste, com o município de Rodelas. (Paulo Afonso, 2017). O Rio São Francisco é ainda o marco que separa os Estados da Bahia e Alagoas; Bahia e Pernambuco; e Alagoas e Sergipe.

Assim, o presídio pesquisado encontra-se localizado nestas mediações da cidade no Bairro Benone, distante do centro da cidade, caracterizado em sua maioria pela carência e altos índices de violência.

O site deepask²⁰ que apresenta dados demográficos, econômicos, de violência, administração, políticas públicas de todo o país favorece a pesquisa de Índice de Violência Humana- IDH, por cidade do Brasil. Vale ressaltar, que a reportagem do site adverte que a pesquisa é realizada a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Fundação João Pinheiro - FJP, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Assim, o IDH Municipal varia de 0 a 1 considerando indicadores de longevidade (saúde), renda e educação. Quanto mais próximo de 0, pior é o desenvolvimento humano do município. Quanto mais próximo de 1, mais alto é o desenvolvimento do município. Destarte, a cidade de Paulo Afonso, possui um IDH de 0,674 de renda e 0,572 de educação, em pesquisa realizada no ano de 2010. Esse dado, demonstra uma posição mediana sobre o ranking nacional dos municípios.

No que se refere à violência, o mesmo site nos informa que Paulo Afonso tem em média, 34,93 óbitos a cada 100 mil, habitantes, em detrimento de 26,99 óbitos a cada 100 mil habitantes da média nacional. O portal da transparência nos indica que a renda domiciliar per capita é de 531,71, possuindo 34 unidades básicas de saúde.

Desta forma, a cidade se revela no ano de 2010 na pesquisa realizada como mais violenta do que a perspectiva nacional avaliada. Assim como se demonstrando com uma renda per capita precária para a maioria da população assalariada.

Tais informações nos advertem para o contexto da cidade onde a pesquisa foi realizada, pensando em seus respaldos sobre a vida das mulheres e homens presos na Unidade Prisional.

É possível perceber de maneira preliminar de onde se fala, situando o leitor, apresentando algumas características concernentes a história e localidade do campo de pesquisa estudado.

3.3 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PRESÍDIO REGIONAL DE PAULO AFONSO, BAHIA

²⁰ Ver mais em <http://www.deepask.com/goes?page=paulo-afonso/BA-Veja-o-IDH-Municipal---indice-de-desenvolvimento-humano---do-seu-municipio>

Figura 2: Conjunto Penal de Paulo Afonso, Bahia



Fonte: google imagens

A imagem nos mostra como é a arquitetura de entrada do presídio. A priori, é importante relatar que para realização da pesquisa, as visitas e datas foram previamente agendadas junto ao coordenador de atividades laborais e educacionais que se disponibilizou a contribuir com o estudo.

Por meio de uma entrevista realizada com o coordenador de atividades laborais e educacionais, no dia 11 de fevereiro de 2017, constatou-se que a unidade prisional foi construída em agosto de 1996 e os módulos complementares foram construídos em junho de 2015. Sendo a estrutura física dividida da seguinte maneira:

Administração, de frente o modelo policial, atrás fica o módulo prisional feminino, que é aonde a gente vai daqui a pouco. Aí nós temos lá atrás os dois módulos e o prédio do semiaberto que é lá embaixo que a gente vai no segundo plano. Onde o conjunto penal possui a capacidade de abrigar 298 internos, porém, hoje nós temos na posição de hoje de manhã, ao todo são 413 internos... 19 mulheres e o restante composto por homens” (COORDENADOR, 2017).

Ao caminhar pela estrutura física, destaca-se a sensação de inquietude, uma vez que a arquitetura de todo o espaço fomenta o vigiar e o punir. As grades e os enormes cadeados refletem relações de poder e disciplinamento dos corpos.

De acordo com Foucault (1979), o poder se dissemina na sociedade atual por meio de técnicas e mecanismos de controle e disciplina, de uma maneira incorpórea, suave e mascarado,

que produz os chamados corpos dóceis e manipuláveis. Assim, o arranjo do sistema penal como um todo nos parece um laboratório de controle e coerção dos corpos, repleto de engrenagens de poder que se articulam nas tramas discursivas e pune os sujeitos em cada esfera de normas, regras, estrutura física e de funcionamento.

No que se refere às categorias de funcionários que a Unidade Prisional possui, o coordenador entrevistado respondeu que

Nós temos um diretor, um diretor adjunto, nós temos as coordenações de CRC, que é controle de registro e, e... É coordenação de registro e controle que é aonde passa toda a documentação do interno. Chegou aqui abre a pasta, matrícula penal, fotografia... Tá certo? Aí temos a coordenação administrativa, uma coordenação de saúde, a nossa aqui que é coordenação em educação e atividades laborativas e o coordenador de segurança que tem que tá aqui de domingo a domingo que é o grande responsável pelo dia a dia do presídio, tá? Ainda, temos também o setor de saúde e assistência social, psicologia. Sendo que o setor de saúde é o setor médico e o setor odontológico. Na parte operacional mesmo que é 24 horas são os agentes penitenciários masculinos e femininos. É exatamente, cada coordenação é... é... tem sua escala, tem seu dia a dia pra não deixar faltar atendimento para os internos. E eu sou da coordenação de educação e atividade educacional... ou... educação e atividade laborativa está atrelada a administração, tá? (COORDENADOR, 2017)

Essas dimensões citadas pelo entrevistado dizem respeito à organização interna do presídio, a fim de concretizar as leis judiciais referentes às punições por crimes cometidos. Assim, os seguimentos apresentados pelo referido, fazem parte da rede de justiça nacional.

Na segunda parte do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (2015), podemos perceber algumas diretrizes referentes ao funcionamento do sistema prisional, do cumprimento de medida de segurança, do monitoramento eletrônico e das alternativas penais (p. 6). Este Plano busca estabelecer algumas medidas ao sistema prisional, dentre elas o reconhecimento da monitoração eletrônica como política penitenciária, assim como,

[...] visam fixar diretrizes para o funcionamento do sistema prisional. São elas o fortalecimento da política de integração social; a ampliação da transparência, da participação social e do controle da execução penal; a definição de parâmetros para trabalhadores e metodologia prisional nacional; o respeito à diversidade; a melhoria das condições do cárcere; a garantia de tratamento digno do preso e a instituição de modelo de gestão prisional e combate aos fatores geradores de ineficiência (BRASIL, 2015, p. 6).

Desta forma, o plano busca estabelecer alguns parâmetros para efetivação dos objetivos esperados do sistema penal. Ainda, no que se refere a organização do Presídio de Paulo Afonso,

o coordenador apresentou toda a estrutura de maneira detalhada: os seguranças, agentes carcerários, diretor, assistente social, setor de monitoramento, dentre outros profissionais que atuam no presídio. Além de esclarecer regras, referentes à normatização de materiais permitidos para entrega aos presos (tanto homens como mulheres)²¹, bem como, normas direcionadas aos visitantes²².

Os primeiros espaços apresentados foram as salas referentes à administração, onde funciona a direção, a coordenação, o atendimento médico, o odontológico, a enfermaria, psicológico, serviço social, onde obtivemos uma conversa com a assistente social que informou algumas funções como providenciar carteirinhas, documentação, visitas íntimas, atendimentos físicos, sociais e materiais ao preso.

Logo em seguida, conhecemos os espaços referentes à fiscalização de onde os agentes penitenciários monitoram as câmeras instaladas nos diversos seguimentos do presídio, como celas, sala de aula, entrada, dentre outros. Posteriormente, observamos o espaço reservado para os presos em regime semiaberto, todos ficam juntos em uma área aberta. Em seguida, conhecemos a horta, onde trabalham 8 (oito) internos, a fábrica de corte e costura onde trabalham mais 8 (oito) internos, assim como a sala de aula, a ala feminina e a masculina. A própria estrutura organizacional do presídio adverte à configuração de espaços com significados específicos, pois, assim como assinala Foucault (2013), os presídios se assemelham a um panóptico, uma máquina de fabricação de efeitos de poder e disciplina dos corpos facilmente manobráveis.

O espaço destinado às presas é menor, havendo como já mencionado, apenas 1 (um) local grande, com divisões e camas e uma saída para um pátio pequeno, aberto com grades, cuja porta de ferro é aberta das 7h às 17h, demonstrando um pouco da rotina e disciplina do presídio.

O espaço de ampliação construído dentro do presídio, foi finalizado e entregue no mês de dezembro de 2015, sendo possível perceber nele a disciplina imposta em cada segmento, inclusive com salas de monitoramento, salas de visitas íntimas, corredores, celas, guarita de vigilância, parte direcionada a conversas do preso com o advogado, dividida com paredes e vidros temperados, para evitar ainda mais o contato físico do preso com os externos.

A estrutura do presídio impressiona, uma vez que a organização espacial é usada como meio de punição psicológica e social. Esse novo espaço é dividido com grades nas entradas,

²¹A tabela referente a normatização de entrada de materiais permitidos aos presos, traz uma lista de alimentos, materiais de higiene pessoal e de limpeza, entre outros, incluindo dinheiro, onde apenas é permitido a entrada de R\$ 30,00 (trinta reais) na 1º e 3º visita de cada mês.

²²As normas direcionadas aos visitantes, diz respeito a demandas de segurança, como apresentação de documentos e carteira de visitante, formas de vestimentas, cores de roupa, restrição de acessórios, dentre outros.

nos tetos, nas saídas com corredores apertados, onde as celas pequenas se distribuem, sendo fechadas com portas de ferro, evitando-se ao máximo a luz e o contato com pessoas. Neste espaço os presos podem ser vistos, mas pouco podem ver.

Na ala masculina destaca-se os novos pavilhões que abrigam os presos. Celas que em sua estrutura retratam o vigiar e punir, celas todas de grade com uma passarela em cima, onde ficam os agentes observando de cima a movimentação. Foi possível observar cada detalhe das celas sem precisar entrar nelas, observar inclusive o pátio e o que eles estavam fazendo naquele momento. Alguns estavam em uma quadra jogando futebol, enquanto outros apenas conversavam nos cantos, o cheiro forte de drogas e o rap alto são marcantes nesse seguimento. Os olhos curiosos e alguns receosos se faziam presentes.

De acordo com Leme,

As grades e os portões nos advertem que nesse espaço deveremos ser submissos, a arquitetura se impõe fazendo de nós pequenos fragmentos. Adentrar um presídio é saber que teremos nossas vontades e nossos desejos reprimidos (LEME, 2007, p. 141).

Desta maneira, os muros altos, a segurança, regras e normas do presídio, nos impõe sua ordem institucional, repleta de sentidos formativos e educacionais, na medida em que todos aqueles que tem acesso a este local, são marcados por suas conjunturas que nos advertem o quão pequenos, controláveis e manipuláveis somos.

O sistema penitenciário, assim como assinala Foucault (2013), desenvolve diversos tipos de punições aos prisioneiros/as, estando repleto de experiências pedagógicas e educacionais, no que se relaciona a reeducação que o indivíduo é submetido ao passar por aquelas enormes grades e câmeras de segurança. São impostas novas rotinas, novas roupas, novos horários, novas formas de se comportar e até mesmo de falar, surgindo então uma nova identidade, desta vez, a tão temida e desprezível identidade de criminoso/a.

Conforme ressaltado pelo diretor adjunto, o maior desafio hoje do sistema penitenciário está na dificuldade e resistência que se tem em implementar projetos de reintegração. Neste ponto, diante da realidade de repressão dos corpos na unidade prisional a perspectiva de integrar os indivíduos em sociedade é secundarizada, acaba apenas exercendo o papel do vigiar e punir. Em outras palavras, o objetivo da unidade prisional visa apenas o vigiar e punir, reproduzindo formas de violência institucional no Brasil. Nesse sentido, a realidade penal é árdua, cheia de complicações, desafios e complexidades que envolvem valores de toda uma sociedade, de modo que o sistema é organizado e pensado para reprimir e punir os corpos, havendo resistências

governamentais quando se trata do apoio ao retorno à vida em liberdade, mesmo estando descrito na LEP o direito à reintegração.

De acordo com o Plano Diretor do Estado da Bahia (2007),

O Conselho Penitenciário do Estado da Bahia, órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena, visa à reinserção social do condenado, a emissão de pareceres sobre livramento condicional, comutação de pena, indulto e a inspeção dos estabelecimentos e serviços penais (BRASIL, 2007, p. 14).

Destaca-se que o objetivo da instituição prisional é punir e preparar para o retorno à vida em sociedade, contudo, esse feito torna-se uma aleivosia, uma vez que, “em sua história, a cadeia não conseguiu transformar os criminosos em não-criminosos” (LEME, 2007, p. 123).

Não se trata de defender impunidades, trata-se de refletir sobre a sociedade que temos e que queremos, pois, o processo de punir se sobressai ao processo de retorno a vida em sociedade, havendo a necessidade de estabelecer um equilíbrio, bem como políticas públicas que se comprometam a concretizar leis que ficam apenas nas abstrações.

O presídio que em 2015 através de dados referentes à pesquisa de Almeida (2015) contava com 252 presos, hoje abriga quase 413 internos/as, destes, apenas 19 são mulheres.

Esses dados, relatam o constante aumento dos índices da criminalidade e aprisionamento masculino e feminino, assim como consta no INFOPEN (2014).

A literatura em criminologia indica o papel central dos homens ocupam neste âmbito, especialmente os parceiros afetivos na iniciação de mulheres em atividades criminosas (ZALUAR, 1993). Dessa forma, a análise da criminalidade feminina está intimamente relacionada à criminalidade masculina. Além disso, as particularidades do envolvimento feminino em tais atividades ficam obscurecidas por dados estatísticos que atestam para uma relevância periférica dos crimes cometidos pelas mulheres. Tais crimes teriam, portanto, uma gravidade e uma consequência social reduzidas, quando comparados aos crimes perpetrados por homens (SOUZA, 2005, p. 34).

As explicações tradicionais para a diferença entre as taxas de criminalidade feminina e masculina baseiam-se na imagem da mulher como naturalmente dócil, passiva e menos suscetível à prática de comportamentos violentos. Sob essa mesma perspectiva, a falta de atenção aos crimes femininos se deve, em grande parte, ao fato de as expectativas sociais sobre os papéis desempenhados pelas mulheres legitimarem a posição das mesmas como vítimas, mas não como perpetradoras de violência.

Nessa mesma perspectiva, França (2014) também destaca a importância da categoria de gênero como um dos referenciais na história da criminalidade feminina que busca romper com o modelo centrado no sexo. A questão da criminalidade feminina no Brasil, conforme a autora, ainda não foi suficientemente explorada, isto porque, vários autores não diferenciam a criminalidade feminina da masculina, evidenciando a invisibilidade de mulheres representada por apenas 6% do total, sendo considerada, portanto, insignificante.

Assim, se faz necessário estudos de gênero atrelados à criminalidade feminina que forneçam um enfoque para a mulher presa em suas interfaces de vida.

Ainda no que se refere a unidade prisional pesquisada, esta conta com uma pequena fábrica que funciona em um galpão amplo, onde funcionam as máquinas de costura e uma sala destinada à pintura das camisas. Nesta forma de trabalho dentro da unidade, empregam-se apenas 8 presos, exclusivamente homens, que recebem pelos serviços prestados, bem como se beneficiam com o abatimento da pena como referência a Lei de Execuções Penais- LEP nº 12.433, de 29 de junho de 2011, alterando alguns artigos da mesma lei de 1984, que a cada 3 dias de trabalhos prestados, há a remissão de 1 dia de pena.

No que se refere ao trabalho no processo de reintegração, Julião (2007, p. 44) afirma que a maioria das atividades desenvolvidas no presídio visa diminuir a ociosidade dos internos, destacando que, “[...] como é possível evidenciar, o trabalho destinado aos internos sempre está associado ao suor, ou seja, ao esforço físico e não intelectual”. Nesse sentido, o trabalho funciona como parte da pena visando tornar os corpos dóceis e úteis, assim como máquinas manipuláveis. Desta forma, os presos precisam se adaptar à cultura penitenciária, sendo cegamente obediente, uma vez que a conduta do preso conta na remissão da pena. Trabalhar é uma maneira de estar dentro do chamado bom comportamento, e, por conseguinte, apto a ser livre. Embora seja necessário pensar se de fato esse trabalho manual é um elemento de reintegração.

De acordo com Leme (2007), a reabilitação refere-se ao trabalho que tanto pode significar regalias, como meio de castigo, notando também que historicamente ressocializar está associado à reinserção no sistema produtivo, sendo considerado sinônimo de atividades remuneradas. Enfatizando também a pouca oferta dentro dos presídios,

Mesmo fazendo parte dos programas de reabilitação, hoje, nas prisões, o trabalho ainda é insuficiente para atender a todos aqueles que se encontram cumprindo pena. Quando existe, são atividades que não requerem nenhum tipo de qualificação e, por sua vez, não preparam os indivíduos para nenhum tipo de atividade produtiva compatível com as exigências do mercado; em outras

palavras não profissionalizam. Além disso os salários pagos são ínfimos (LEME, 2007, p. 27).

Assim, ocorre no interior do presídio de Paulo Afonso (BA) onde menos de 4% dos internos possuem oportunidade de trabalho. Considerando que alguns ajudam na faxina. Encontra-se então um duplo problema, a necessidade de ofertar maiores condições de trabalho e programas de reintegração e a qualidade desses no processo de formação dos internos.

Entende-se então, que oferecer trabalho distanciado de políticas de formação, consiste numa política empobrecida para mascarar a criminalidade e a farsa da reintegração, uma vez que trabalho por si só não garante a reeducação. Não obstante, um/a interno/a trabalhador/a nessas condições se tornará livre e desempregado/a como tantos outros/as, por não ter qualificação, assim como pela estigmatização de ex-presidiário/a, aumentando a probabilidade de retorno ao mundo do crime, os chamados reincidentes que são frequentes e denunciam o fracasso do sistema prisional.

Na LEP, o trabalho sempre esteve presente enquanto produto de remir a pena, contudo, a educação só entra em vigor como elemento de remissão a partir de 2011, por meio da Lei nº 12.433, de 29 e junho de 2011 que altera a Lei nº 210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remissão de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. A cada 12 horas de estudo abate um dia da pena.

Nessa perspectiva, ressalta-se a importância de intercalar a educação e o trabalho no processo de reintegração e qualificação do indivíduo preso, considerando como já citado anteriormente, a resolução atual da Lei de Execuções Penais propõe este feito como parte do sucesso da reintegração. No que se refere à educação, o presídio não possui uma escola, possui apenas uma sala de aula, que atualmente não está havendo atividades educativas para nenhum segmento. A sala de aula, assim como outros espaços, também monitorada pela segurança do presídio havendo várias câmeras espalhadas pelo espaço.

Leme (2007) se refere às salas de aula enquanto celas de aula, considerando que por mais que se projete um espaço físico para a prática educativa o pavilhão escolar não difere dos outros pavilhões. Porém, o autor chama atenção para olhar essas celas de aula no sentido positivo, o de que proporciona atividade do ser em sala de aula, bem como uma troca de aprendizagens e experiências, levando em conta que o sistema prisional possui cultura própria.

Assim, de maneira geral, caracterizamos o Presídio Regional de Paulo Afonso, destacando que o presídio campo de estudo empírico do presente trabalho, não se distancia do perfil dos presídios brasileiros como um todo, considerando seu sentido punitivo baseado no

vigiar e punir (FOUCAULT, 2013, p. 11), formando corpos dóceis e manipuláveis, um sistema que possui a mesma cultura nacional, porém apresenta as suas singularidades locais.

Assim, esta é a visão de quem fala de fora da prisão, na perspectiva de fomentar um olhar reflexivo sobre aqueles que são considerados os monstros da sociedade, pensando no sistema como um todo e seu respaldo na sociedade, especificamente refletindo sobre as mulheres que cometem crimes e a relação de gênero e educação que se estabelece na prisão.

4. O CAMPO DA PESQUISA E SEUS ENTRELACES DISCURSIVOS / REPRESENTATIVOS

Neste capítulo, buscaremos caracterizar/relacionar/analisar os referenciais teóricos e viés epistemológico adotado com os dados empíricos coletados no campo da pesquisa. Refletindo sobre os posicionamentos e discursos acerca dos questionamentos feitos durante as entrevistas, a fim de explorar as diversas dimensões que o estudo apresenta, assim como responder as questões problema levantadas, confirmar ou problematizar as hipóteses e suposições elencadas da pesquisa aqui descrita.

Os resultados da pesquisa foram organizados por eixos temáticos, sob um constante viés investigativo que a todo momento questiona e conversa com os dados, na perspectiva de sondar o máximo que eles têm a nos dizer com relação ao objeto de estudo.

Apresentar os entrelaces do campo da pesquisa não se constituiu como tarefa fácil, uma vez que se considera a temática instigante, com inúmeros pontos a serem explorados e problematizados. A produção dos dados constituiu uma difícil tarefa (transcrição; agrupamento das respostas; seleção de discursos; ordenamento por semelhanças e divergências; reordenamentos; pinturas de destaque; recorte de categorias a partir das falas e frequência de respostas; reordenação/recorte da seleção dos dados a serem analisados; organização textual; relação com a base referencial; teorização dos dados; construção do texto; resultados esperados e resultados obtidos;), um movimento de ziguezaguear entre o referencial teórico estudado e o campo empírico pesquisado, num constante ir e vir; agrupar e desagrupar; organizar e desorganizar (PARAÍSO E MEYER, 2012, p. 52).

Na tentativa de alcançar os objetivos elencados no início do trabalho referente a descrever e analisar o processo de construção histórica, trajetória subjetivas de mulheres presas no Conjunto Penal de Paulo Afonso (BA), com relação à sua invisibilidade diante do público prisional masculino. O acesso aos sujeitos desta pesquisa desafiadora e instigante, torna visível as vivências no cotidiano do cárcere, além disso, os discursos de presas abrem as cortinas e fecham as cortinas, em um constante reinventar-se, resinificar-se.

4.1 VISITANDO O XILINDRÓ

Em outubro de 2017, foi feita uma visita inicial à Unidade Prisional de Paulo Afonso (BA) a fim de conversar com o diretor sobre os propósitos da pesquisa e solicitar autorização.

Na parte de fora do Presídio, a pesquisadora sentia-se pequena, diante daqueles muros extremamente altos, com rolos de fio bem entrecruzados, ligados à uma eletricidade que não se sabe de onde vinha. Na parte da frente do presídio, de início via-se o plantão policial e do outro lado, um portão com grades apertadas e resistentes, que dava acesso aos carros que traziam os presos. Um outro portão menor dá acesso aos visitantes e funcionários. Na entrada deste portão, existe uma pequena grade que anuncia por onde caminhar, logo a frente um sistema de detector de metais, e, ao lado, existe um pequeno espaço onde localizam-se dois agentes penitenciários de plantão, encarregados de identificar e liberar a entrada na Unidade Prisional. Sempre junto aos agentes, encontrava-se um ou dois policiais que observavam o fluxo de idas e vindas de maneira atenta.

A pesquisadora, do lado de fora, sob um sol escaldante, ventos quentes que traziam a poeira daquele lugar sem calçamento, tentava comunicação com as pessoas que estavam dentro daquele espaço que de início parecia ser tão inatingível. Algumas pessoas que também aguardavam do lado de fora, tentavam puxar conversa e uma senhora perguntou: - “O que uma moça bonita como você veio fazer no xilindró? Eu venho porque é o jeito, meu netinho tá aí nesse muquifo”.

Sob um pequeno buraco quadrado feito na parede e gradeado, conversava-se com a agente penitenciária de plantão, solicitando autorização de entrada para dialogar com o diretor da Unidade Prisional. No mesmo momento, a agente passou um rádio, e o diretor se propôs a receber a pesquisadora. No momento da entrada, solicitou-se a documentação, o celular, pertences e assinatura de um termo de entrada na Instituição como visitante pesquisadora. Ao caminhar pelo corredor e passar pelo local onde estava o detector de metais, no processo de revista, o coração desta pesquisadora que aqui vos fala batia mais forte, era um misto de alegria por estar tendo acesso ao ambiente, bem como um receio e medo por este mesmo motivo. Não dava para saber o que se encontraria dentro desta Unidade.

Acompanhada de um policial, a pesquisadora foi bem recebida pelo diretor que, com muita educação, ouviu os objetivos da pesquisa e se colocou à disposição para auxiliar no que fosse preciso nos estudos. Autorizando a pesquisa, assinando o termo de anuência e no mesmo momento passando um rádio para o coordenador de atividades educacionais e laborais, destinando para ele a função de dar entrevistas e suportes de entradas e saídas. Sua justificativa de encaminhamento ao coordenador, se deu pelo fato de se tratar de uma pesquisa em educação e o coordenador disponibilizar-se-ia de um maior tempo para dar atenção no que fosse preciso.

Já com o termo de anuência assinado, tratou-se de inscrever o projeto junto ao comitê de ética nacional, que com a aprovação deu-se início a coleta dos dados. Embora no primeiro momento não tenha enfrentado barreiras, já com a autorização do diretor geral e com o parecer do comitê de ética travou-se uma luta para ter acesso novamente à Unidade. Foram 5 visitas interditadas, ora porque estava chegando internos e não havia como entrar, ora, porque era dia de visita e não teria ninguém para acompanhar a pesquisa, em outro momento a justificativa da agente foi a falta de outro funcionário; e no quinto dia justificou-se a impossibilidade de entrada em detrimento da calça da pesquisadora, que de acordo com a agente de plantão tinha um buraco não permitido.

Diante desses entraves, percebeu-se que seria necessário estabelecer uma confiança, e venceu-se pelo cansaço. Na sexta visita, a mesma agente cansada de dizer não, encaminhou a pesquisadora para o coordenador de atividades laborais que de forma muito educada se comprometeu com a pesquisa, disponibilizando seu número de celular e estabelecendo um cronograma de visitas.

A partir daí, iniciou-se as visitas de observação participante junto às presas e presos, chegando de mansinho, com muita cautela e vontade de ouvir e ser ouvida, foi se conquistando os pesquisados e o seu entorno, que se habituaram com as visitas frequentes e já abriam os portões sem desculpas ou justificativas.

Essa descrição de diário de campo fornece um empreendimento educativo, visto que a educação no que se refere a punição dos corpos está imersa em cada cena descrita, no formato da arquitetura, nos portões, nos cadeados, no sistema de entradas e saídas, nas normas, nas regras, enfim, todo o conjunto de funcionamento do sistema prisional reflete normas educativas/formativas para todos os indivíduos que os frequenta. Formas de vivências educacionais que afetam a cada um de maneira diferente, de acordo com a finalidade de entrada neste espaço. Mas assevera-se que este espaço de punição, vigilância, educação, marca o indivíduo ousado que se atreve a explorá-lo.

Destarte, visitar o xilindró nos leva a assumir uma educação não escolar somando-se a outras áreas do saber, como a Sociologia, o Direito e, por sua vez, a Antropologia. Esta última, de acordo com Roberto Cardoso de Oliveira (1996), relaciona-se ao olhar, ao ouvir e ao escrever, fomentando uma reflexão epistemológica, com base na etnografia que favorece um momento fecundo de interpretação e produção científica.

Oliveira (1996) destaca que o modo como olhamos e ouvimos o campo da pesquisa perpassa o modo como entendemos a realidade, sendo estas duas áreas os atos cognitivos mais

preliminares do trabalho de campo, sendo no ato de escrever que a reflexão do conhecimento se constrói crítica e cientificamente. De acordo com Tania Dauster (2007), entre a antropologia e a educação há a produção de um diálogo produtivo, de modo que não se trata de transformar o profissional da educação em antropólogos, mas de estabelecer relações e posturas na “interpretação de fenômenos tidos como de socialização ou de Educação. Isto implica em outras formas de problematizar e de construir o objeto de pesquisa de doutorado e mestrado” (DAUSTER, 2007, p. 197).

Desta forma, a antropologia atrelada à educação favorece assumir relações e posturas, construindo o conhecimento de modo peculiar, “metaforicamente, trata-se da aprendizagem de uma outra linguagem, de um outro código que levaria o profissional a elaborar outras dúvidas sobre os fenômenos tidos como educativos dentro e fora da escola” (DAUSTER, 2007, p. 201).

Visitar o xilindró é ter acesso aos seus mais variados processos educativos no que se refere à disciplina imposta, às punições, às regras, às adaptações, às formas de falar, de agir, de se comunicar, enfim, adentrar no cárcere é adentrar em processos de educação não formais que atrelados à antropologia nos favorece um olhar crítico e reflexivo sobre a realidade, desmontando discursos do sendo comum, descortinando um sistema prisional que é tão temido e receado por grande parte da população.

4.2 PERFIL DOS/AS PRESOS E PRESAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE PAULO AFONSO

Por meio da técnica de coleta e análise dos dados foi possível traçar um perfil dos presos e presas presentes na unidade prisional pesquisada, apresentando suas variáveis.

O roteiro de entrevistas aplicado com os presos e presas aborda 30 questões, destas, as 12 primeiras dizem respeito à categorização e descrição do perfil da população que cumpre pena em Paulo Afonso (BA). De modo geral, os/as presos/as entrevistados/as que fazem parte do sistema prisional pesquisado são, em sua maioria, pobres, com baixa ou nenhuma escolarização, pais/mães de filhos que tiveram que se distanciar, católicos ou evangélicos, moradores de cidades do interior que se localizam nos arredores da região onde o presídio está localizado.

Os/as detentos/as fazem parte de um mesmo sistema prisional, separados por alas. Neste cenário, presume-se que as regras de convivência seriam iguais para todos, entretanto, existem algumas diferenciações no que tange ao público prisional feminino.

A LEP (1984) analisada em momento anterior, adverte sobre alguns direitos específicos para a mulher que comete crimes, como por exemplo, os direitos referentes a maternidade.

Contudo, algumas questões relativas as condições específicas de ser mulher não são citadas, neste sentido, subentende-se que os direitos previstos devem ser iguais para ambos os sexos.

Todavia, sabe-se que a mulher não deve ser tratada como homens na prisão, uma vez que carecem de um olhar sobre suas individualidades, pensando na política criminal para além da “igualdade” bem como para além da divisão sexual do crime. Neste âmbito, percebeu-se algumas diferenciações, como o caso das visitas íntimas em que os homens tem direito duas vezes na semana e as mulheres não tem, assim como atividades de ressocialização referente a fábrica e a horta destinada apenas ao público masculino.

A fim de apresentar dados concernentes a população prisional feminina e masculina da unidade prisional em uma perspectiva de gênero, apresentamos a necessidade de ouvir o que essas pessoas têm a nos dizer. Entretanto, dar voz aos detentos e detentas não é tarefa fácil, considerando que em seus discursos costumam apresentar/manifestar um jogo de sedução e convencimento. Em cada palavra, frase e/ou discurso pronunciado é possível perceber a ânsia de ser aceito, de forjarem a nova identidade que lhes foi dada. Identidade, referente ao tão temido criminoso, ao qual, negam enfaticamente com todas as suas artimanhas discursivas, na perspectiva de produzir/inventar outras verdades sobre si mesmo.

Discursos que de acordo com Foucault (1979) atravessam relações de poder, e vontades de possuir uma verdade, esta que é momentânea e criada de acordo com cada contexto histórico. A verdade efetiva instala o descontínuo e o duvidoso em nosso ser em busca do saber, saber este que “[...] não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (FOUCAULT, 1979, p. 28). Neste cenário inconstante, repleto de produções de discursos e verdades em meio a relações de poder e produção do conhecimento que situamos nossa pesquisa, a fim de pensar no controle, disciplina e efeitos do poder em corpos paradoxais que dizem respeito as mulheres que cometem crimes.

Estudar a mulher é revelar o tecido de incongruências da história, esta que é marcada por uma produção que tem como centro a figura do homem. Assim, faz-se necessário estudos que contemplem um outro olhar, desconfiando de verdades absolutas e apresentando novas perspectivas de acordo com o tempo e espaço em que são produzidos.

Portanto, a partir da perspectiva foucaultiana, pensa-se sobre a análise do objeto de maneira peculiar, pensando sobre as verdades, relações de poder, mecanismos de disciplina, punição e controle dos corpos, assim como sobre os processos educativos que se fazem presentes em cada emaranhado da prisão.

São pessoas que a todo momento forjam a identidade de criminoso/as, que se reconstróem em seus pronunciamentos, que de maneira constante enfatizam a condição de seres humanos. Assim, “é necessário ponderar que o detento, para se safar da prisão, forja uma nova imagem, e isso se materializa na capacidade de dissimular, mentir e se conter” (SANTOS, 2007, p. 100).

Os presos e presas, em seus discursos, nem sempre falam o que querem, mas o que pode ser propício para o momento, assim, a partir dos dados coletados, temos amostras discursivas que em seus entrelaces, nos falam mais do que foi dito; e nos faz pensar sobre vidas extraviadas, repletas de complexidades que nem eles/as mesmos entendem.

Assim, a partir do agrupamento de respostas e depoimentos, se obteve um parâmetro geral concernentes a categorização e descrição do perfil da população pesquisada que cumpre pena em Paulo Afonso (BA). Em geral, os homens e as mulheres presos/as da Unidade Prisional pesquisada, não se distanciam do perfil nacional traçado no INFOPEN (2014), entretanto, possuem algumas peculiaridades que precisam ser problematizadas sob a lente de gênero e direitos humanos.

Neste tópico, apresentaremos uma análise dos dados coletados junto aos presos e presas, utilizando-se de quadros comparativos entre os dois públicos, uma vez que de acordo com Saffioti (1987), para se pensar sobre as mulheres, faz-se necessário pensar sobre as masculinidades hegemônicas e sua constante relação com o processo de submissão feminina (p. 74).

Estudiosos como França, 2014; Moreira, 2016; Santos, 2014; Silva, 2015; Souza, 2005 apontam que no cárcere é evidente as perspectivas de gênero, pois a prisão é um local social para além de suas paredes e trancas. Desta forma, a fim de problematizar tais questões à luz da realidade apresentamos esta pesquisa enquanto possibilidade de contribuição às produções acadêmicas que visam refletir acerca da mulher criminosa.

Para tanto, fez-se necessário ouvir o que os presos e presas tem a nos dizer, as entrevistas foram organizadas em quadros e tabelas. No que se refere ao perfil geral dos presos e presas temos,

Tabela 01: Categorização da amostra que cumpre pena em Paulo Afonso (BA) - sexo masculino e feminino

Categorização e descrição do perfil da população que cumpre pena em Paulo Afonso, BA - sexo masculino				
Idade – Frequência de respostas	Cidade residente – Frequência de respostas	Estado civil	Filhos	Cor

20 a 35	9	Paulo Afonso	3	Solteiro	7	1 a 2 filhos	7	Pardo	1
35 a 50	1	Ribeira do Pombal	1	Casado	3	3 a 5 filhos	3	Moreno	5
		Glória, Bahia	2					Branco	4
		Pedro Alexandre	3						
		Ilhéus	1						

Categorização e descrição do perfil da população que cumpre pena em Paulo Afonso, BA

- sexo feminino

Idade – Frequência de respostas		Cidade residente – Frequência de respostas		Estado civil		Filhos		Cor	
20 a 35	8	Paulo Afonso	9	Solteira/ Divorcia da/Viúva	10	1 a 3 filhos	8	Morena	10
35 a 55	7	Ribeira do Pombal, Novas Flores, Zorro	3	Casada/ Junta	5	4 a 6 filhos	6	Branca	5
		Rangel, Mata Grande, Tucano	3			Não tem filhos	1		

Fonte: Dados da pesquisa

A tabela mostra que em ambos os cenários (masculino e feminino) há a predominância de idades entre 20 a 35 anos, característica de jovens presos/as brasileiros/as como um todo, uma vez que, de acordo com os dados apresentados pelo INFOPEN (2014), e pelo INFOPEN específico para mulheres, a população prisional brasileira é majoritariamente jovem entre 18 a 29 anos.

Ruth Santos (2014) em sua pesquisa referente aos processos de ressocialização dos presos e presas do Estado de Sergipe, também identifica essa característica, citando pesquisas feitas em outros Estados brasileiros que comprovam a afirmação de que os presídios brasileiros como um todo são compostos, em sua maioria por jovens (p. 32).

Nesta perspectiva, é possível pensar sobre os jovens que cometem crimes sobre uma perspectiva de gênero, apresentando a realidade do sertão da Bahia, como uma amostra da ação educacional em que forma homem, cabras viris, que não choram e que são por excelência fortes, diante da cultura androcêntrica que ainda é fortemente enraizada na contemporaneidade do sertanejo.

Sobre a cidade onde os homens residem ou residiam antes da prisão, percebe-se que fazem parte da cidade de Paulo Afonso 30% dos internos, onde o Presídio está localizado, e os demais fazem parte das redondezas, cruzando um percurso de até 200 km, entre as cidades citadas e cidade de aprisionamento. Ribeira do pombal com 10% dos internos fica a 180 km;

Glória com 10% dos internos fica a 12 km; Pedro Alexandre com 30% dos internos fica a 108 km; com exceção de Ilhéus com 10% dos internos que fica a 763 Km.

Enquanto que as mulheres, em sua maioria, fazem parte da cidade de Paulo Afonso 60%, com 20% moradoras de Ribeira do Pombal, Novas Flores e Zorro; e 30% de Rangel, Mata Grande, Tucano.

Esses dados demonstram o perfil geral, localizando de onde essas pessoas falam, sendo importante pensar também sobre esse contexto cultural, social e educacional em que foram criados, um contexto marcado em sua maioria por cidades do interior, onde a cultura sertaneja está presente em cada fala e pensamentos expressados de visão de mundo.

No que se refere ao *estado civil* dos presos entrevistados, apenas 3 (30%) se dizem casados ou juntos, os outros 7 (70%) se intitulam como solteiros ou separados. Todos os entrevistados possuem filhos (100%); 9 (90%) deles se dizem cristãos, entre católicos e evangélicos, apenas 1 (10%) afirma não possuir religião. Sobre este mesmo quesito, temos 10 (66,67%) presas que são se intitulam como solteiras, divorciadas ou viúvas, em detrimento de 7 (46,66%) casadas ou juntas. Das 15 entrevistadas, apenas 1 (6,66%) não possui filhos; 13 (86,67%) são católicas ou evangélicas e apenas 2 (13,33%) afirmam não possuir religião.

No que tange a *cor*, a qual se identificam, do público prisional masculino 1 (10%) se auto declara pardo, 5 (50%) morenos, e 4 (40%) brancos. No que se refere às respostas das presas, 10 (66,67%) se intitulam como morenas, em detrimento de 5 (33,33%) que se auto declaram brancas.

Tais dados relacionados a cor e identificação pessoal, demonstram que a maioria dos homens e mulheres presos e presas, se consideram morenos/as, nenhum se identifica como negro. Como retratado na revisão de literatura, percebe-se, por meio dessas evidências, uma possível proliferação de negação da cor negra, uma vez que assim como salienta Lopes (2000), vivemos em uma sociedade racista em que tudo o que é ruim é associado a cor preta, dificultando a demarcação de identidades de pessoas negras.

Entretanto, o maior número de presos e presas se consideraram morenos/as, assim como possuírem histórias de vida de pobreza, evidencia a variante de que as cadeias são compostas em sua maioria por pobres e negros, assim como enfatiza Leme (2007), Silva (2014), o INFOPEN (2014), assim como os dados do Departamento Nacional e Estadual Penitenciário.

Alves (2015) pontua a emergência de se pensar na perspectiva prisional com enfoque na interseccionalidade, afirmando que atualmente temos um judiciário branco, elitista e sexista, ao qual invisibiliza o público prisional feminino. A autora chama atenção para o fato de que

para entender a vida das mulheres negras encarceradas requer do pesquisador/a se desembaraçar dos mitos sobre criminalidade. De modo que a partir da sua pesquisa referente à trajetória das mulheres aprisionadas percebeu que existe “[...] uma relação simbiótica entre prisão e racismo e as semelhanças impressionantes nas suas trajetórias de subordinação: pobreza, desemprego, segregação residencial e encarceramento” (ALVES, 2015, p. 106).

Sobre esse aspecto, destaca-se a predominância de filhos entre presos e presas, contudo, as responsabilidades não se equiparam, assim como os dados de desmembramento familiar com maior impacto quando se trata das mulheres presas que em sua maioria deixam seus filhos com os avós ou vão para abrigos. Enquanto que os homens os deixam com as mães, pois historicamente é algo considerado natural a mulher tomar conta dos filhos. No crime, esse viés é devastador, ao se tratar de diferenças de gênero, considerando que a mulher presa dismantela a estrutura social e prisional em suas esferas androcêntricas.

Souza (2005) nos adverte que esses acontecimentos estão atrelados aos modelos de socialização previstos para meninos e meninas, desde o seu nascimento. Moreira (2016) também relata essa dicotomia sobre o perfil da mulher presa, que está imbricado com o seu perfil em sociedade. No que se refere à sexualidade na prisão, também temos essa perspectiva de educação patriarcal dentro do presídio regional de Paulo Afonso, considerando que mesmo no crime existem as divisões sexuais, colocando a mulher como o segundo sexo.

Com relação à orientação sexual, todos os presos entrevistados se dizem héteros. É importante ressaltar que o simples fato de fazer a pergunta referente à orientação sexual para um homem parecia soar como uma afronta, alguns riram da pergunta, outros respondiam de maneira enfática, outrora balançavam com a cabeça como quem não carecia de tal questionamento tão evasivo. Essas reações nos advertem para a cultura heterossexual compulsiva em que vivemos.

Questionar um homem sobre a sua sexualidade parece, muitas vezes, uma afronta, dado o contexto histórico em que vivemos, ao qual, se educa meninas para a família e meninos para a liberdade. Sobre a perspectiva histórica de formação educacional brasileira, Monteiro (2004) ratifica que na historiografia brasileira não é possível estabelecer estereótipos comuns para todas as mulheres, uma vez que a educação e o comportamento de mulheres variava de acordo com a classe social a que pertenciam. Mas, de um modo geral as mulheres eram tratadas como o segundo sexo no processo educacional, colocadas em um processo subalterno ligado aos afazeres domésticos e privados, de modo que é através da religião que vai se edificando normas e valores.

Além da classe de mulheres que tinham acesso à educação escolar, existiam mulheres que não possuíam esta educação privatizada, contudo, também se entrelaçavam na educação familiar que refletia o mesmo patamar patriarcal essencialista, classista e racista que imperava na época.

No que se refere às presas, 10 afirmam gostar de homem, 1 delas se identifica como homem trans, 1 como lésbica, 1 afirma gostar de mulheres e homens e 13, afirmam não gostar de mulher e homem. Nesse sentido com a relação à sexualidade observa-se certa liberdade ou transgressão com relação à orientação sexual. Conforme Judith Butler (2014), existem regulações de gênero que precisam ser problematizadas, destarte, as mulheres presas ao falarem e praticarem sexo na prisão, vão além do ato em si, fugindo das regulações, explorando o amoroso que se materializa entre as companheiras de cela. Seria um processo de inteligibilidade dos corpos, outros arranjos possíveis de gênero.

Assim, vivemos o que Bento (2011, p. 26) chama de heterossexualidade compulsória e sexista, normalizadora e naturalizada, aqueles que fogem desta perspectiva são chamados de corpos estranhos, (CRUZ e DIAS, 2015, p. 57) sofrendo com as retaliações sociais, baseadas em estereótipos sociais. Particularmente, as mulheres presas vão de encontro às perspectivas normativas, vivem e desfrutam dos seus corpos com todo o prazer que este pode lhes oferecer. Para algumas, mesmo se identificando na perspectiva heterossexual, parece comum se deleitar sobre os braços de outras mulheres na busca do prazer. Já para o público masculino, percebe-se a ênfase na masculinidade, a bandeira de “homem” com virilidade que a todo momento é levantada nos discursos.

Sob estas colocações, percebe-se as incongruências frente às relações de gênero, uma vez que, ao mesmo tempo ditam-se modelos de como ser mulher e normas de como ser homem. Identificou-se uma diversidade maior de falas com relação à sexualidade entre as mulheres, que apesar de terem sido educadas dentro dos padrões femininos esperados de comportamento, zelo e lar, deterioram tais padrões em cada fala, ação e modos de ser e viver na sociedade. Bento (2011) nos convida a refletir sobre- heteronormatividade, de modo que até mesmo um feto, antes de se tornar corpo se põe expectativas futuras com relação ao sexo e comportamentos sociais desejáveis. Havendo o que a autora chama de próteses identitárias traduzidas em cores e brinquedos sexistas. Os corpos que escapam da normatividade social produzida, são considerados patologias e vivenciam o heteroterrorismo diário, impondo violências físicas, simbólicas e homofóbicas aos corpos considerados estranhos.

Nesta mesma perspectiva, autores como Louro (2010), Safiotti (1987), Scott (1990), dentre outros, nos convidam a pensar nas determinações de gênero, levando-nos a uma constante afrontamento e reivindicações para além dos padrões e naturalização de gêneros construídos nas tramas discursivas.

Os/as “criminosos/as” são parte da sociedade, e, portanto, apresentam as mesmas características concernentes ao binarismo e naturalização dos sexos e corpos; assim como o processo da interseccionalidade. É recorrente, ouvir na cadeia frases do tipo “vai virar mulherzinha, aqui”, produções discursivas encharcadas de machismo e reprodução de discriminação e preconceitos. Como se tratasse de um xingamento ser comparado a uma mulher na prisão, pois tal definição traduz as práticas de subordinação do corpo no ato sexual. Tal definição traduz violação dos direitos humanos, assim como o caráter histórico educativo ífero destinado à mulher.

Embora, poder-se-ia supor que os presos (assim como as mulheres) também se consolam nas caladas da noite, falar em tal ato seria um grande afrontamento para estes cabras viris, aos quais a sexualidade é enfatizada como bandeira de macho forte e dominante.

Assim, segundo Alves (2015), as mulheres presas representam

As vítimas históricas de três processos intimamente ligados: a opressão por sua cor, de gênero e de pobreza numa sociedade estruturada a partir de desigualdades entre homens e mulheres e conduzida por um Estado penal-racial, e reprodutor de uma concepção racializada de crime e castigo. (ALVES, 2015, p. 108).

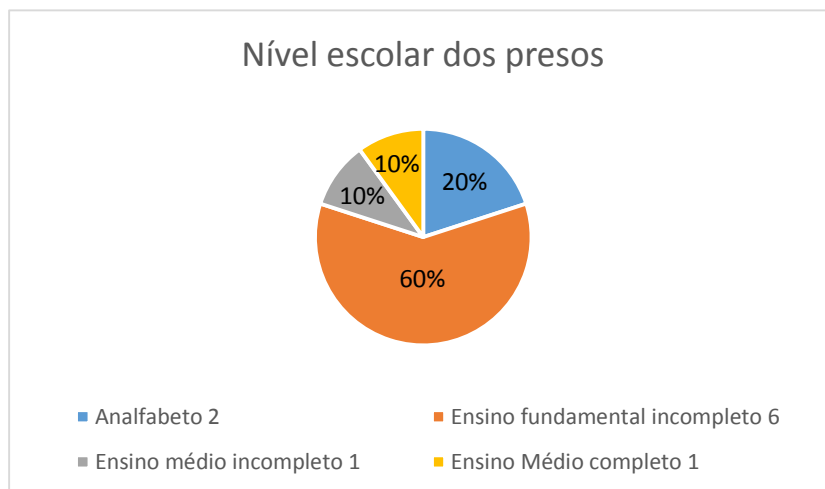
Desta forma, as mulheres presas demarcam um perfil de vulnerabilidade social em que se destacam as categorias de opressão por cor, gênero e pobreza, numa sociedade que carece de questionamentos/problematizações em torno de suas conceituações e formatações históricas. Estudos como este se fazem necessários a fim de desnaturalizar e trazer à tona a vida de mulheres presas como mulheres-devir, retirando-as da invisibilidade, assim como pensando-as sob o viés do cárcere específico para o gênero feminino.

4.3 EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA OS PRESOS E PRESAS: PRISIONEIRO E PRISIONEIRA SOB AS CORRENTES DOS SONHOS

Falar em educação dentro de uma penitenciária é reportar-se aos sonhos adormecidos, na medida em que, os presos e presas, em sua maioria, possuem baixa escolarização, evidenciando histórias de vida marcadas por um caráter subalterno e excludente.

Sobre o nível escolar dos presos, temos:

Gráfico 1: Nível escolar dos presos

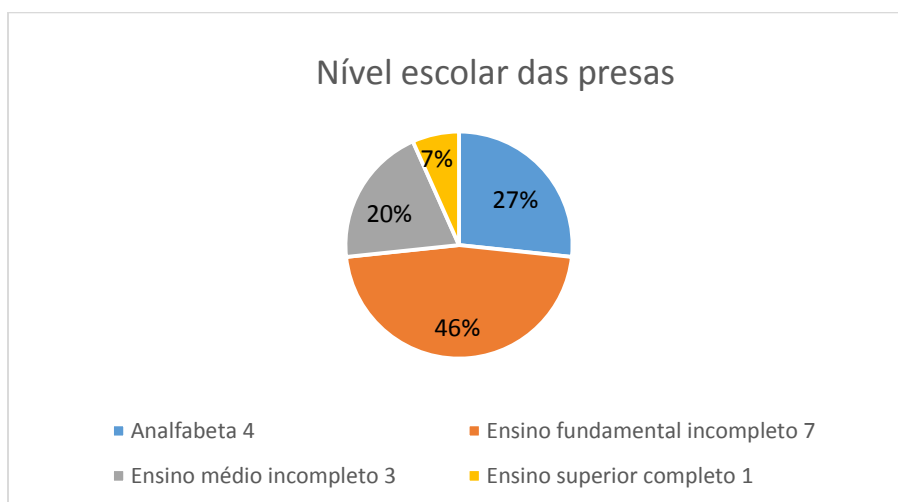


Fonte: Dados da pesquisa 2017

O gráfico destaca que dos presos entrevistados temos 20% analfabetos, 60% com ensino fundamental incompleto, 10% com ensino médio incompleto e 10% com ensino médio incompleto.

Os dados revelam que dos 10 presos entrevistados apenas 1 possui ensino médio completo, evidenciando as informações prescritas no INFOPEN (2014), aos quais demarcam a baixa escolarização dos presos que em sua maioria são pobres. Assim, nos reportamos mais uma vez para a perspectiva da interseccionalidade, referente a classe, raça e gênero que gritam em cada dado apresentado.

Gráfico 2: Nível escolar das presas



Fonte: Dados da pesquisa 2017

No que se refere ao público prisional feminino, temos 26,67% analfabetas, 46,66% com ensino fundamental incompleto, 20% com o médio incompleto e apenas 6,66% com nível superior.

Estes dados reforçam as características gerais de presos e presas que temos no país como um todo, considerando que de acordo com o INFOPEN (2014), as pessoas presas apenas com o fundamental completo são em “[...] 75,08% da população prisional, contra 24,92% de pessoas com ensino médio completo ou incompleto, ensino superior completo ou incompleto e acima de ensino superior incompleto” (BRASIL, 2014, p. 46).

Pesquisas realizadas (LEME 2007; JULIÃO 2007 SILVA 2011; SANTOS 2012; ADORNO 1990; BARROS 2014; COSTA 2008; THOMPSON 1980, dentre outros) apontam para o perfil da população que cumpre pena no Brasil, sendo em sua maioria pobres, negros e com pouca escolaridade. Esse perfil, também é evidente no conjunto penal de Paulo Afonso, Bahia, tanto no que diz respeito as presas como para os presos. A única mulher presa com nível superior, professora concursada, encontra-se presa por fraudes no INSS, entretanto, ela afirma que teve culpa, mas que ajudou muita gente e que Deus sabe até onde errou, assim como as outras, faz planos para sair ao cumprir sua pena e contar sua história de vida e luta. Respeitada por sua idade e por ser a única “estudada” ela é tida na cadeia como uma mulher exemplo, aquela que é inteligente e que sabe de muita coisa.

É importante destacar o caráter atípico de ter uma mulher com nível superior, presa e condenada, pois, assim como já relatado anteriormente, dados estatísticos nos revelam que a maioria dos presos/as possuem baixa escolaridade.

É possível perceber que os homens e mulheres presos/as fazem parte de um mesmo contexto educacional, com pouca ou nenhuma escolaridade. Sob a perspectiva de gênero, considera-se importante salientar que sobre esta categoria escolar, em específico, os homens e as mulheres se equiparam.

De acordo com o Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado da Bahia (2007) a quantidade de presos no Sistema Penitenciário, em setembro de 2007, de acordo com o grau de instrução é para os presos e presas, em sua maioria de analfabetos, seguidos de alfabetizados, Ensino Fundamental incompleto e completo, Ensino Médio incompleto e completo, sendo demarcado em todo o Estado apenas 21 homens e 1 mulher com ensino superior completo, em detrimento de 2 homens e 1 mulher com superior e pós-graduação. Vale ressaltar que sobre o dado referente ao ensino superior, tem-se mais homens, entretanto, é importante considerar a

variante de que temos mais homens presos no país. Ou, pode nos evidenciar que as mulheres presas possuem um grau de instrução menor do que os homens presos.

Porém, o sistema penitenciário é marcado por uma rotatividade diante dos seus internos, nesse sentido, os dados sobre esta perspectiva em específico, são inconstantes e de difícil análise. O que se percebe de modo geral é que a maioria dos presos/as, possui o ensino fundamental incompleto, relatando uma preocupante evasão escolar. A partir desses números é possível refletir sobre quem está sendo preso/a, quais são as condições históricas sociais que possuem, e qual o perfil do/a preso/a que a cadeia abriga atualmente, pois, de acordo com Julião (2007) a prisão é composta em sua maioria por pobres e negros, com pouca formação escolar,

Portanto, sendo alvo dos poderes e das acusações, com maior frequência os pobres passam a encher as prisões, de forma que essas são concebidas para eles. É por isso que as cadeias estão cheias de excluídos financeiramente e culturalmente, pois o código é criado pela classe dominante que estabelece as regras a partir de sua necessidade de controle (JULIÃO, 2007, p. 32).

A classe dominante dita as regras a fim de fortificar o controle e a coerção sobre os pobres, e, por meio de discursos ideológicos, os culpabiliza por seu sucesso ou fracasso. Não nos remete aqui pensar os/as presos/as penitenciários/as enquanto puramente vítimas, mas é preciso pensá-los/as enquanto sujeitos que possuem história, direitos, considerando-os/as como parte integrante da sociedade e não apenas como monstros. Pois, de acordo com Santos (2007) é característica fundante da prisão não reconhecer os internos/as como sujeitos.

Santos (2007) nos orienta que se faz necessário analisar a prisão buscando ir além de suas aparências. É preciso, então, pensar a violência e o alto índice de presos e presas no Brasil como um problema social e não individual, enfatizando a urgência de políticas públicas comprometidas com a ordem pública, pois enquanto houver o discurso dominante de culpabilização, bem como a reprodução de falsetas estrambóticas frente ao sistema penitenciário, ou a proliferação de discursos em que se predomina a assertiva: bandido bom é bandido morto, propagado pela mídia altamente burguesa, autoritária, sexista e racista, o problema do cárcere não será solucionado, e o presídio ao invés de punir os delinquentes e reintegrá-los/as à vida em sociedade, por meio das práticas de punição vigente, funciona como uma máquina de produção e reprodução de delinquentes.

Nessa complexidade de características, afirma-se a estreita ligação da educação com o sistema penitenciário, pois falar em reintegração é desmistificar de maneira minuciosa os elementos que indicam o fracasso do sistema penitenciário, uma vez que este vai além de suas

muralhas, evidenciando a soma das culturas massificadas que acolhem e que produzem, num contínuo processo de ressignificação de identidades.

É de fundamental importância analisar a prisão, transcendendo sua visibilidade, adentrando nesse complexo sistema, considerando-o enquanto uma sociedade com características próprias, imersa a conflitos, relações de poder e divergência de opiniões daqueles que o habitam. Para tanto, se estabelece um contraponto de vivências e discursos proferidos por presos e presas, evidenciando a perspectiva de violação de gênero e direitos humanos na prisão.

Nos gráficos, tanto os presos quanto as presas em sua maioria possuem ensino fundamental incompleto, fazendo parte, portanto, de um mesmo contexto vulnerável e subalterno social.

Ao se questionar sobre o nível escolar, surgiram vários discursos paralelos em torno da educação que nos lançam aos sonhos adormecidos, sonhos de criança, bem como a crença na educação enquanto redentora da humanidade. Além disso, evidenciou-se relatos da educação sexista que os presos e presas foram educados, a educação (escolar e não escolar), pois os processos educativos, assim como ratifica Moura (2010), são uma prática social multidimensional, que reflete o dinamismo da vida no campo sociais, abordando os processos educativos/formativos de populações vulnerabilizadas como: “[...] mulheres, idosos, presidiários, usuários de drogas, entre outros” (MOURA, 2010, p. 640).

Desta forma, falamos aqui de educação em seu sentido amplo e diversificado que atinge os espaços escolares e não escolares, mas que em contrapartida ambos os cenários educativos refletem a perspectiva binária de gênero, assim como processos de raça e classe estabelecendo padrões e modos de ser e viver enquanto mulher ou homem na sociedade. Conforme Berger e Luckman (2006), a socialização secundária compreende a internalização dos códigos, das regras e normas das diferentes instituições que compõem a sociedade. Na sociedade em que vivemos, a socialização secundária é constante. Ocorre continuamente durante toda a vida, porque há muitas mudanças no mundo social, fruto de contínuas redefinições nas instituições e nos papéis sociais. Tal processo habilita o indivíduo para o desempenho dos diferentes papéis sociais que a sociedade reclamará no decorrer de toda a sua vida.

4.3.1 “Meu sonho era estudar, não estudei porque não tinha condições”

A presa de número 12, com 52 anos, estudou até a 7ª série, possui 10 irmãos, vinda de família pobre, quando criança trabalhava como agricultora junto da família. Moradora do Bairro

Benone Rezende, na cidade de Paulo Afonso, que hoje constitui um dos bairros mais violentos da cidade. A entrevistada encontra-se em regime fechado, esperando julgamento pelo crime de tráfico de drogas, cumprindo pena há 8 meses e 1 dia. Ela afirma que: “para quem está sendo punido, não se conta por ano, mas por dia” (PRESA 12).

Silva (2014) versa sobre a vida das mulheres no cárcere, destacando que cada dia é vivido com muita intensidade por algumas que contam os minutos para voltarem para seus lares e muitas vezes para os seus filhos. A autora chama as prisioneiras de mulheres infames, devir que se ressignificam e a todo momento buscam escapatórias no que concerne à vida na prisão. A educação, por sua vez, funciona como um mecanismo de sonhos, aos quais perpassam a vida destas mulheres que ludibriam as regras e se constroem em seus discursos, buscando sempre serem aceitas para além da identidade estigmatizada que o presídio impõe.

Ao ser questionada sobre a educação e seus sonhos, a presa 12 afirma que não estudou porque tinha que trabalhar na roça, fazendo carvão para ajudar a família, completa dizendo o seguinte:

Meu sonho era estudar, não estudei porque não tinha condições, chegava tarde em casa correndo pra ir pra escola, trabalhava de dia e de noite eu ia pra escola, depois não foi dando mais, foi ficando cada vez mais difícil. Meu sonho era esse, só que eu não consegui botei meus filhos pra estudar. Minhas filhas tudinho terminaram as mais velhas e os dois mais novos estão estudando em escolas particulares que eu pago porque não tem escola em Paulo Afonso. As escolas do bairro onde moro só tem vagabundo pra aprender a fumar maconha. Essa minha filha que se envolveu com esse menino foi assim na escola. Porque eu pagava escola até a 4º série e na 5º eu botava, porque já eram maiores e tinham uma consciência pra não entrar em coisa errada, mas essa eu coloquei na escola bendito Manoel nascimento, e só conheceu o que não presta, e por isso eu fiquei com medo de colocar os meus outros filhos. Por isso eu tiro das guelas pra manter meus filhos nessa escola alegria do saber, porque as escolas aqui são todas desordenadas, as mães não tem ordem, os meninos se batendo, quando chega em casa é roupa rasgada, e machucados, não tem quem tome providência nenhuma e eu não tenho paciência e nem vou gostar que meu filho chegue em casa apanhado. Aí, eu pra ajudar tudo isso tiro das guelas e pago a escola deles. Só a maior que estuda no carlina, porque lá já é misturas diferentes, prefiro que vão estudar na rua. Porque no Benone os meninos são todos jogados a toa, eles fazem o que quer (PRESA 12).

No discurso da mulher presidiária que não estudou, observa-se uma forma de compensação por meio dos filhos, ao afirmar que seus filhos estudam em escola particular. De acordo com a mesma, a filha mais velha por ter estudado em uma escola pública do bairro, se envolveu com drogas junto com o namorado e isso foi o que a levou à condição de presa. Ela ainda afirma que atualmente apenas uma filha estuda em escola pública.

Esse discurso, para Foucault (1979), está repleto de significações sociais, uma vez que o ato de construir discursos e verdades transpassam a construção do conhecimento em suas múltiplas dimensões. Para Foucault (1979) o poder e o saber estão interligados, de modo que o poder é uma prática social, construído historicamente. Ele não está localizado em nenhum ponto específico da estrutura social, ele está localizado nas redes sociais, é ele que constitui as relações que se estabelece na sociedade como um todo.

O poder disciplinar fabrica o indivíduo, assim como o indivíduo fabrica o poder. Para entender como funciona é preciso fazer uma análise do funcionamento diário, das micropolíticas e das micro práticas sociais. Um poder que não se localiza no Estado ou em pessoas específicas, mas estar em toda parte, nas redes e engrenagens sociais. É através dessa análise que criamos novos saberes, no que dizem respeito as ciências humanas que passa a estudar e conhecer melhor os indivíduos em suas subjetividades e identidades. Foucault (1976) afirma que toda sociedade é atravessada por relações de poder e é isso que constitui o corpo social. O poder nos interroga e instiga a busca pela verdade através de discursos que acarretam efeitos de poder.

Desta forma, o discurso da presa atravessa uma verdade própria construída ao longo de sua vida, que por sua vez produz um efeito de poder sobre quem fala e quem ouve tal discurso. Para a detenta, a educação é um importante meio de crescer na vida, como ela não teve condições de estudar faz de tudo para manter seus filhos nas escolas. É compreensível para aqueles que estão à margem da sociedade ver a educação enquanto válvula de escape, a detentora da liberdade e do sucesso, considerando que esta é a única arma que podem possuir contra o sistema avassalador de exclusão social existente.

Fala-se aqui não apenas como pesquisadora, mas também como um ser humano que tem suas origens humildes, habituada a ser invisível, e desde criança trabalhar para ajudar os pais. Lembranças permeiam a mente de quem aqui vos escreve.

Portanto, ao ouvir a presa de número 12 falar que com a educação seus filhos poderiam vencer, lembrou-se dos seus sonhos adormecidos, compreendendo que para os excluídos socialmente, estudar é um meio de forjar esse sistema tão avassalador que desconstrói identidades, que constrói monstros e os culpa por isso.

No entanto, desde os tempos mais antigos, a educação possui uma história de segregação, de modo que sempre esteve atrelada à incorrigível lógica do capital, podendo ser vista nos estudos do autor Mészáros (2008), que afirma a necessidade de uma educação que vá além do capital, o mesmo compara a lógica do capital sobre a educação, a uma camisa de força,

a qual deve ser rasgada, destruída, não medir esforços para conseguir mudar os meios estabelecidos por ela, e ir além, à procura de uma mudança radical estrutural que possa finalmente nos dar a tão sonhada e tão difícil educação qualitativa.

A presa 12, entrevistada, ainda quando criança, afirma que não tinha sonhos, pensava apenas em trabalhar para poder ajudar os pais. Essas são consequências da acumulação flexiva do capital, provocando vários problemas sociais, afetando a educação, pois parece não haver mais certo e errado, tudo depende, e é assim que surge o dualismo nas instituições escolares.

Na história da origem da escola pública, o dualismo era um processo pelo qual, todos entravam em uma mesma instituição, mas saiam com currículos diferentes de acordo com sua classe social. A prática da educação diferenciada ainda é comum, considerando que de acordo com Gadotti (2004) a conduta dos profissionais que trabalham nas duas redes se altera, dependendo da clientela a que se atende.

Essa é a lógica da acumulação flexiva do capital que se centra no bem-estar dos mercados. Favorecendo a classe já favorecida e deixando de lado os menos favorecidos. Segundo a teoria marxista, só será possível vencer essa luta contra os burgueses através da educação, processos de socialismo e organização política.

Destaca-se que a presa 12, ao matricular seus filhos em escolas particulares, reproduz a ideologia dominante e faz valer o falso discurso de ter a impressão de estar entrando em uma classe que na realidade não está. Seus filhos possuem direito a uma educação de qualidade e pública, mas enquanto isso não ocorre, a presidiária, com receio que seus filhos vão para o mesmo lugar que ela, busca estratégias de protegê-los da exclusão e deterioração social, mesmo, como afirma ela, “tirando das goelas”.

O ser humano é formado a partir da relação social, ou seja, é produto do meio, de modo que as culturas não determinam a identidade do indivíduo, mas contribui para a sua formação pessoal. De acordo com Rodrigues (2007) na sociologia da educação, Durkheim adverte que o todo tem procedência sobre as partes, de modo que a consciência coletiva existe através das consciências particulares. Tudo o que se acredita e que se faz é condição de um meio social, portanto, somos constantemente influenciadores e influenciados,

Os homens criam o mundo social em que vivem- de onde mais viriam?- e ao mesmo tempo esse mundo criado sobrevive ao tempo de vida de cada indivíduo influenciando os modos de vida das gerações seguintes. [...] *Portanto, a sociedade faz o homem na mesma medida em que o homem faz a sociedade* (RODRIGUES, 2007, p.18, grifo nosso).

A partir disso, pensar no problema da evasão escolar das presas pesquisadas nos leva a questionar o meio onde estão inseridas e a influência na cultura sobre as ações do indivíduo. É importante destacar que com isso não se defende o fim das penalidades, mas a prática pedagógica nos remete a pensar no contexto social e cultural, na perspectiva de buscar meios de transformação social. Analisando os fatos a partir de um complexo de características e não apenas subjugando o ser humano com discursos pautados de senso comum e achismo.

A atividade aqui descrita requer uma posição crítica e política, frente à realidade, na tentativa de descortinar as mais obscuras ações da ideologia dominante. Assim, educação funciona como meio de aprender o seu devido lugar na sociedade, tendo como objetivo favorecer o desenvolvimento integral dos indivíduos. Para Durkheim, citado pelo autor referenciado, educação é o alicerce que permite a vivência em sociedade, bem como a possibilidade dos sujeitos serem iguais e diferentes ao mesmo tempo, iguais em direitos e deveres e diferentes em suas culturas, identidades e maneiras de se viver.

A educação não está restrita à instituição escolar, tem-se educação informal, criamos nossa própria forma de ver o mundo, baseada em senso comum, e a educação formal tem o papel de ampliar essa educação formando cidadãos críticos e autônomos que sejam capazes de construir sua própria história.

Pensar educação no seio do sistema penitenciário é pensar no seu contexto social, político e histórico. Leme (2007) argumenta sobre o papel da educação nesse processo, que par este estudioso é

Descortinar suas fragilidades e repensar as suas potencialidades, no sentido de serem utilizadas em favor das camadas subalternas. Historicamente, a escola assumiu papéis muito diferenciados, seja como instrumento de “inculcação” ideológica da classe dominante, seja no momento em que foi apropriada pelas classes populares (LEME, 2007, p. 134).

Portanto, ser educador é também pensar nas classes subalternas, denunciar as injustiças e refletir sobre as mudanças possíveis. É esquivar o olhar para os invisíveis da sociedade, aqueles que por conta das condições sociais excludentes não tiveram acesso ao ensino formal (escolar).

Ratifica-se a ideia de pensar o problema do cárcere e do fracasso do sistema penitenciário no sentido ressocializador, como um problema social, pois sem programas de reintegração aumenta-se os índices de violência e de reincidentes. O problema é complexo, por um lado o governo não dá os devidos incentivos capazes de amenizar a prática do crime ou

reintegrar o/a preso/a ao convívio social, e por outro, a sociedade vive num estado paradoxal, pretendendo que o sujeito retorne transformado e apto para conviver harmoniosamente em seu meio, porém, não lhe dá as devidas oportunidades para demonstrar tal transformação limitando suas oportunidades de exercer sua cidadania.

Isso indica uma sociedade doente, que gera cidadãos delinquentes e prejudica essa mesma sociedade. Denunciando mais uma vez o fracasso do sistema prisional, pois de acordo com Leme (2007, p. 126), a prisão “não consegue recuperar ninguém e, pelo seu modelo de organização e funcionamento, não podemos negar que ela é responsável pela produção de delinquentes. Diante de suas precariedades, a prisão é na verdade uma escola do crime”.

Assim, a sociedade trata o/a presidiário/a, como bicho, enjaulando-o/a e maltratando-o/a, e mesmo assim espera-se que ele/a reaja como transformado/a e útil a vida pública. Lamentável aonde se chega para esconder as mazelas do Brasil pela higienização social, varrendo a sujeira da humanidade para debaixo do tapete por meio de discursos ideológicos, que alienam não deixando as pessoas enxergarem além de seu mundinho individual.

Ressalta-se então a emergência de pensar no bem coletivo, de formar cidadãos com visões amplas, com opiniões próprias frente a realidade, pensando nas representações sociais. Para tanto, Onofre (2007) afirma que,

Pensar em educação escolar no presídio significa, nesse sentido, refletir sobre sua contribuição para a vida dos encarcerados e da sociedade em geral, por meio da aprendizagem participativa e da convivência fundamentada na valorização e no desenvolvimento do outro e de si mesmo. Significa, ainda, pensar uma educação escolar capaz de fazer do preso um homem “[...] informado e participante do mundo em que vive, adquirindo consciência crítica que favorece a capacidade de questionar e problematizar o mundo, condição necessária para a prática social transformadora (MELLO, 1987, p. 90 *apud* por ONOFRE, 2007, p. 24).

Ressalta-se então a importância da educação nesse processo, erradicando a opinião proferida de que nada pode ser feito, pois assim se limita as possíveis transformações. Tem-se a consciência de que a educação não é a única redentora e salvadora da pátria, mas possui um papel de suma significância na vida dos indivíduos. Acreditar que a educação serve exclusivamente à condição dominante é negar o seu valor social. Ela não é o único viés de mudança, mas possui um papel revolucionário na transformação social e individual, na perspectiva de mudança de mentalidades

Essa afirmação corrobora a opinião de Leme (2007) quando ratifica a ideia que até o momento houve um fracasso no processo de ressocialização, e para tanto se toma como ponto

de partida a necessidade de estabelecer um equilíbrio entre as maneiras de punir e de reintegrar socialmente, considerando o cenário social em que essas práticas são realizadas.

Em seus depoimentos, as presas afirmam a importância da educação escolar para a vida dos indivíduos, estabelecendo expectativas quanto à educação para os filhos. Desta forma, a educação escolar e não escolar, é um processo contínuo, e ser educador é fornecer subsídios de desenvolvimento humano, favorecendo a promoção dos indivíduos, a afirmação de identidade e a liberdade de pensamento.

4.4 CRIMES DE ACUSAÇÃO E JULGAMENTO: NÃO FUI EU/ NUNCA/ JAMAIS/ DEUS ME LIVRE!

Como vimos na revisão de literatura, autores apontam para o fato de que possuímos identidades sempre em construção, em um conceito plurireferencial e nunca unívoco, pronta e acabada. Assim, a tendência é buscar o melhor de si mesmo, entre as múltiplas identidades que fazem parte do nosso ser.

Dubar (2005) nos permite pensar sobre identidade como um campo de poder, sendo esta, um bem precioso para o sujeito que à constrói. A perda ou ressignificação de tal identidade idealizada pode provocar um desalinhamento no sujeito. Ao se tratar de presos e presas, Alves (2001) destaca o processo de ressignificação de uma nova identidade, desta vez, de criminoso/a, assumindo uma nova roupagem que a todo momento é negada e/ou justificada.

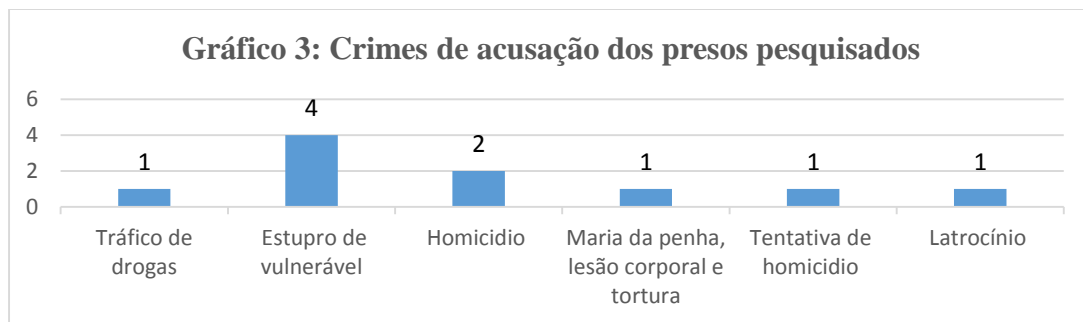
Ao se questionar aos presos e presas sobre os crimes de julgamento, foi comum ouvir as longas justificativas ou explicações de como “caíram²³”, os discursos nos levam as paradoxais tentativas de resistência a nova identidade, assim como uma necessidade de serem aceitos socialmente. Reportam-se aos crimes como quem grita: “sou ser humano”.

O medo de ser rotulado como um ou uma criminosa é evidente em todos/as os/as entrevistados/as. Pessoas que se enrolam em suas narrativas, que querem ser aceitos e do mesmo modo se aceitarem enquanto seres humanos. Em suas falas embaraçosas, muitas vezes se contradizem, choram e riem perante a complexidade de rotulação do possível monstro que deve ser retirado do convívio com a sociedade de bem.

Vivenciamos e conversamos com os/as presos/as, esses que vão de encontro aos chamados cidadãos de bem. Homens e mulheres que nos apresentam condições peculiares de vida, nos indicando as gritantes relações entre gênero, criminalidade e educação.

²³ Termo muito utilizado dentro do presídio que proferem para explicarem como foram presos/as.

Sobre os crimes de acusação e julgamento, temos,



Fonte: Dados da pesquisa 2017

No que se refere aos crimes de acusação e julgamento, percebe-se que 10% é referente a tráfico de drogas; 40% estupro de vulnerável; 20% homicídio; 10% com Maria da Penha, lesão corporal e tortura; 10% com tentativa de homicídio; e 10% presos por latrocínio.

Com relação a estes dados percebe-se que houve vários delitos citados, demonstrando um público masculino que cometeram crimes diversos. Dentre eles, identifica-se eles a predominância do estupro de vulnerável, 4 dos 10 homens entrevistados cumprem pena por estupro. Sempre de crianças próximas, como as filhas, namoradas (12 anos), enteadas, vizinhas, que fazem parte dos discursos, embaraçosos proferidos por esses homens.

Costa, Grossi e Macarro (2016) afirmam que “no Brasil, apenas no ano de 2009, através da instituição da Lei 12.015, o estupro foi reconhecido legalmente como um crime contra a dignidade e liberdade sexual” (COSTA et al, 2016, p. 126). Antes desta lei, o estupro era considerado crime contra os costumes. No que se refere especificamente ao crime de estupro de vulnerável a referida lei em seu artigo 217, afirma-o como

ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: Pena: reclusão de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. 1º Incorre na mesma pena para quem pratica ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave: Pena-reclusão de 10 (dez) a 20 (vinte) anos. 4º Se da conduta resulta morte: Pena-reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos (BRASIL, 2009, artigo 217. Apud COSTA et al, 2016, p. 126)

Desta forma, a legislação brasileira vincula as penas no que tange ao estupro de vulnerável. Ainda, de acordo com matéria publicada pela revista Galileu em 2016. Um levantamento realizado em 2014 aponta que 24,1% dos agressores das crianças são os próprios pais ou padrastos, e 32,2% são amigos ou conhecidos da vítima. Isso sem contar casos de

violência contra a mulher dentro de relacionamentos como namoros e casamentos, onde as linhas entre o consensual e a violência são mais nebulosas.

Além disso, de acordo a referida revista, os estudos que foram feitos sobre estupradores até o momento não identificaram nenhum tipo de patologia. O que leva um sujeito a cometer um estupro pode ser uma série de coisas. Entre elas, um não entendimento de que o que está fazendo é violência, não ver seu ato como violência sexual, e isso tem relação com a educação, uma questão cultural fortemente enraizada que,

os homens são ensinados a usarem a agressividade de maneira violenta, desde a infância são estimuladas a vivenciarem sua sexualidade até um ponto de serem reconhecidos como pessoas que 'precisam de sexo', 'que perdem a cabeça por sexo', que se tornam praticamente 'irracionais' quando o assunto é sexo", explica Solyszko (REVISTA GALILEU, 2016, p. 2).

O crime de estupro não está relacionado a sexo ou desejo sexual, estupro é reflexo da hierarquia sexista, pois sexo necessita de consentimento, enquanto o estupro configura-se no ato de forçar e constranger alguém a praticar atos sexuais contra a sua própria vontade. Podemos encará-lo como um mecanismo de controle social que tenta submeter mulheres à autoridade masculina, mediante violência física, psicológica ou moral, colocando-as como responsáveis pela conduta de seu agressor (VASCONCELOS et al 2015, p. 2).

Zúquete e Noronha (2012), realizaram um estudo referente aos pedófilos e agressores sexuais de crianças e adolescentes, apresentando narrativas a partir do cárcere. Por meio da pesquisa, discorrem que não existe um perfil único de agressores sexuais ou pedófilos, mas eles são oriundos de todas os estratos sociais. Advertem também que os estupradores podem ser os chamados “caras normais” e que a maioria dos casos acontecem com pessoas próximas. Assim, como também chamam atenção para as muitas dificuldades relativas ao diagnóstico psicopatológico de pedofilia.

Stevens (2001) citado por Zúquete e Noronha (2012, p. 147) coloca que pedófilos possuem uma crença distorcida sobre as relações sexuais e se devem a um conjunto de crenças que colaboram para que achem normal o sexo com criança.

Vejamos o que esses presos têm a nos dizer,

Pesquisadora- Qual foi o crime de acusação e julgamento?

Entrevistado- Duzentos e treze.

Pesquisadora- Qual é esse?

Entrevistado- É com criança de menor.

Pesquisadora- Há, é estupro de vulnerável?

Entrevistado- É. Na época que eu fui acusado disso ela tinha 6 anos, que foi em dois mil e treze né? Eu morava com a mulher que me botou aqui dentro,

eu vivia com ela né? Ai ela, foi ela que armou tudo isso. Ela armou isso, eu tenho certeza meu Deus que ela armou isso, eu fiz exame e tudo a menina fez e não deu nada.

Pesquisadora- A sua filha de seis anos? No caso o senhor tá sendo acusado por estuprar sua própria filha?

Entrevistado- É, minha própria filha.

Pesquisadora- Mas por que ela armaria?

Entrevistado- Eu num sei, porque durante uma semana que eu tava, que fiquei preso aqui, ai com uns quinze dias minha mãe veio, ai minha mãe disse, José vou lhe dizer uma coisa e você tem que ser forte, ai eu disse o que foi mãe? Ai ela disse, sua mulher colocou outro cara dentro de sua casa. Ai eu disse fica com ele pra lá, pode dizer a ela que eu não quero nem olhar na cara dela. Deixe ela viver a vida dela com quem ela quiser que eu vou ficar aqui, enquanto eu tiver preso e tiver vivo pra mim tá bom. (PRESO F)

O preso F, nega o crime de acusação com muito choro, justificativas e receio. No início, prefere não falar o nome do crime que está sendo acusado, se colocando enquanto vítima. Em pesquisa de Zúquete e Noronha (2012), os sujeitos estupradores também negam com veemência o crime repugnante de estupro de vulnerável, “[...] ao elaborar suas narrativas passam de agressor para o lugar de vítima da violência institucional, sentindo-se injustiçados [...]” (p. 151). Tais agressores constroem uma boa imagem de si, atribuindo fatores externos como justificativa de uma culpa que ele mesmo não consegue lidar.

Destaca-se a repulsa em ouvi-los por parte da pesquisadora, que no processo de análise dos dados, percebe-se cortando as falas e prosseguindo o mais rápido possível para as outras perguntas, entrevistas que deveriam durar até 15 minutos foram realizadas entre 5 a 10 minutos. Tal atitude não foi de maneira intencional, porém, considerou-se relevante citar neste estudo, a fim de pensar na análise do discurso descrita por Foucault (1970), em que os discursos possuem um poder extraordinário, por ir além das simples palavras, pensando neste campo enquanto complexo, repleto de relações de poder, onde as verdades são constantemente construídas e reconstruídas.

Sabe-se que o pesquisador precisa ter cautela para não se envolver com o campo de pesquisa, a ponto de prejudicar os resultados. Contudo, diante de todas as vivências e pesquisas, considera-se impossível não se envolver com este campo. O ato de ouvir acarretou uma certa repulsa, por se tratar de uma cultura de estupro²⁴ cada vez mais presente na contemporaneidade.

²⁴Cultura de estupro diz respeito a um termo cunhado na década de 70 por feministas americanas e é utilizado para descrever um ambiente no qual o estupro é predominante e no qual a violência sexual contra as mulheres é normalizada na mídia e na cultura popular. Ao disseminar termos que denigrem as mulheres, permitir a objetificação dos corpos delas e glamurizar a violência sexual, a cultura do estupro passa adiante a mensagem de que a mulher não é um ser humano, e sim uma coisa. (VASCONCELOS ET AL 2015)

A cultura educacional machista dominante que forma homens baseando-se na perspectiva biológica dos sexos, cultura fortemente enraizada na crença de que homem possui instinto e necessidades sexuais. Meninos que se formaram homens por meio de uma educação pautada no encorajamento e na força masculina. Homens que reproduzem de maneira obscura o patriarcado e machismo presente na formação social que tiveram. Neste sentido, tornam-se os seres, aos quais a sociedade repugna, aqueles que alcançam o mais alto patamar de repulsa social.

De acordo com Saffioti (1999), apenas 2% dos agressores sexuais são doentes mentais, possuindo patologias. Evidenciando que homens estupram muito mais pela educação machista e hierárquica que recebem desde criança. Estas são as faces do poder masculino alimentado desde a infância por meio da educação primária e secundária, que imperam na criminalidade e, por conseguinte, na naturalização de tais atos, considerando que ainda é comum justificativas referentes ao estupro, culpando a vítima através de questionamentos tendenciosos como por exemplo, que roupa estava vestida? Porque estava na rua tão tarde? Ela provocou?

Mesmo o crime de estupro sendo repugnado pela maioria da população, ainda se procuram justificativas reportando-se ao extinto do homem em detrimento do “bom comportamento” destinado à mulher. Ao se tratar de criança, a revolta é ainda maior, mas ainda é possível ver pessoas culpabilizando as próprias crianças de provocarem a situação, ou até mesmo as mães, avós, tias e mulheres próximas, que não cumpriram seus papéis de mulheres zelosas e protetoras. Portanto, no crime existem relações de gênero que precisam ser publicizadas, problematizadas e superadas.

Destaca-se que o objetivo da pesquisa não é julgar os crimes, nem tão pouco tentar entender a mente destas pessoas, entretanto os dados apontam para a forte presença da desigualdade de gênero na prisão. Essa desigualdade está presente também nos crimes cometidos, de modo que o aumento dos índices referente ao crime de estupro, representa a emergência de desmistificar essa cultura repugnante, a qual temos vivido.

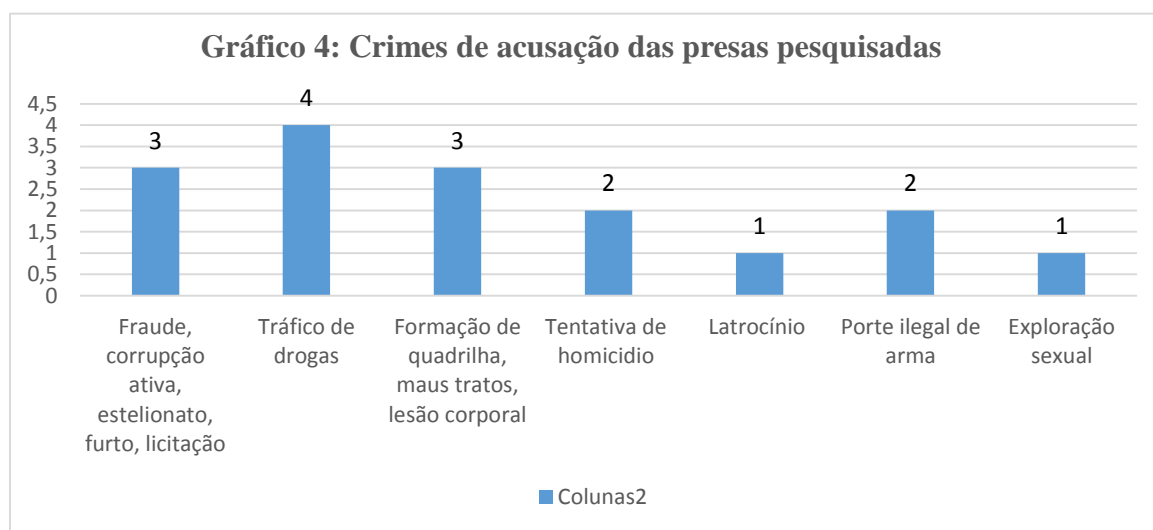
Há a necessidade de assim como afirma Sardenberg (2014) de pensar na transversalização do gênero, a fim de desnaturalizar uma educação centrada no androcentrismo que forma scripts de como ser homem ou mulher, desde o ventre da mãe. Ao se pensar nos

A cultura do estupro inicia desde o nascimento do bebê, quando se cria “caixinhas” normalizadoras, ou seja, roteiros pré determinados sobre cada gênero, considerando o que é ser menino (forte) e o que é ser menina (doce, frágil). Desde muito cedo meninos são criados para ser corajosos, enquanto as meninas devem buscar a perfeição. Costa et al (2016) em seu artigo, analisa o estupro coletivo praticado por mais de 30 homens que teve como vítima uma menina de 16 anos, enfatizando que a repercussão do caso fomentou um intenso debate em torno da cultura do estupro que é tão marcante na sociedade atual.

crimes cometidos pelas mulheres, os dados nos permitem perceber o caráter subalterno destes crimes, de modo que a atuação da mulher no universo criminal brasileiro está associada aos estereótipos de como ser homem ou mulher, pois os moldes estão presentes também no mundo do crime.

Saffioti (1987) nos adverte que “os homens devem vestir a máscara do macho, da mesma forma que as mulheres devem vestir a máscara de submissas” (p. 40). Assim, é também na divisão sexual do crime.

Com relação aos crimes cometidos por mulheres temos,



Fonte: Dados da pesquisa 2017

Com base no gráfico é possível perceber que 20% das mulheres são acusadas de fraude, corrupção ativa, estelionato, furto ou licitação; 26,66% por tráfico de drogas; 20% por formação de quadrilha, maus tratos ou lesão corporal; 33,33% por tentativa de homicídio, 6,66% por latrocínio; 13,33% por porte ilegal; e 6,66% por exploração sexual. Assim, como no público prisional masculino verifica-se a variedade de crimes aos quais os entrevistados/as estão sendo acusados/as.

Diante destes dados, a amostra pesquisada possibilita pensar sobre a multiplicidade dos crimes cometidos pelas mulheres entrevistadas. De modo que a maioria está presa por tentativa de homicídio, contrariando as estatísticas nacionais que demarcam que as mulheres em sua maioria são presas por tráfico de drogas.

Dados do INFOPEN (2014) relativo a mulheres indicam a predominância de tráfico de drogas entre os crimes cometidos por mulheres. Vale ressaltar, que existe uma rotatividade de entradas e saídas de presos e presas, assim, os crimes mais evidenciados por gênero vai derivar do momento em que a pesquisa está sendo realizada.

Sobre esta perspectiva, Breitman (1999) ratifica que os crimes são reveladores da distribuição de poder em sociedade, de modo que as mulheres do crime são possuidoras de carreiras desviantes, aquelas que quebram um conjunto de regras sociais, perpassando rotulações públicas baseadas em um ideal de ser mulher. Essas mulheres vão de encontro a identidades simbólicas de ser feminina construída historicamente, sendo assim, a mulher criminosa é vista como imoral e portadora de uma identidade feminina deteriorada (p. 52).

Moreira (2016) salienta que os dados estatísticos apontam para o fato de que, a participação da mulher se eleva especialmente em todos os delitos relacionados com sua tarefa de educação e cuidados historicamente lhes atribuídos. Frisando a incongruência da escassa participação feminina em delitos que envolvem a força física. Entretanto, as mulheres desta pesquisa demonstram um rompimento de padrões, uma vez que se sobressaem em sua maioria no crime de tentativa de homicídio (p. 63).

No que se refere aos crimes de acusação, pena julgada e tempo de prisão, identifica-se que todos os presos entrevistados já tiveram suas penas decretadas, estando na prisão há anos, enquanto que as mulheres em sua maioria cumprem pena sob um regime provisório e há meses.

Entre as 15 presas entrevistadas, 9 (60%) não tiveram suas penas julgadas, presas de 2 a 7 meses, em detrimento de 6 (40%), que já foram condenadas, estando reclusas de 2 meses a 1 ano, havendo apenas uma presa que cumpre pena há 4 anos.

No que diz respeito ao público prisional masculino, os 10 entrevistados (100%) tiveram suas penas julgadas, 70% estão presos entre 1 a 3 anos, 10% estão presos de 7 a 4 anos e 10% a 17 anos. Todos (100%) condenados com longas penas por regime fechado.

Nesse sentido, identifica-se a incongruência de que todos os homens presos entrevistados se encontram em uma situação de “estabilidade” na prisão, ou seja, já foram adestrados/acostumados/dominados sobre a identidade prisional e vida no cárcere (SANTOS 2007). Em contrapartida, as mulheres estão presas a menos tempo, evidenciando uma contradição relevante, no que se refere aos tempos de prisão e penas julgadas em ambos os cenários (p. 36).

De acordo com Moreira (2011), há a possibilidade de uma suposta benevolência jurídica e social concernente a delinquência feminina, sendo esta uma provável causa de menor preeminência da taxa de criminalidade feminina. Além disso, “as autoridades desconfiam menos das mulheres. A marginalidade continua associada ao universo masculino” (p. 5).

Assim, temos a evidência de que as mulheres fazem parte de divisões sexual do crime, desde a efetivação do crime (em seu caráter subalterno, sempre em posições inferiores aos dos

homens), até seu julgamento (com um possível abrandamento da pena). Entretanto, é importante ressaltar que as mulheres sofrem a penalidade de maneira mais intensa por meio dos estereótipos de gênero, que sustentam a imagem de mulher ideal de família.

Destaca-se que o impacto da prisão é mais devastador para mulheres, considerando que existem laços familiares, assim como os filhos que ficam com avós ou abrigos. É preciso pensar sobre essas mulheres que são ignoradas na sentença final e na prisão, em suas especificidades. Desde o momento da prisão que não se detecta a sua realidade de vida referente aos filhos, suas responsabilidades são enlaçadas em uma rede de poder que vai se desestruturando, havendo a necessidade de estruturar essas demandas dentro das nossas atuações profissionais, pensando nos núcleos familiares dessas pessoas.

Segundo Braun (2013), as mulheres sofrem múltiplas prisões, constituindo suas identidades em contextos sociais e culturais. Assim, a ausência de atendimento específico para a mulher, o desmembramento familiar, e as relações de gênero na perspectiva criminal aumenta a vulnerabilidade econômica. Destarte, com o advento da modernidade e eclosão do feminismo as mulheres, o número da criminalidade feminina tem aumentando consideravelmente (p. 43).

Silva (2014) destaca que o feminismo que liberta também prende, pois, as mudanças sociais decorrentes das conquistas feministas trouxeram duas grandes questões “ de um lado o posicionamento crítico de mulheres intelectualizadas do outro, o aumento do envolvimento da mulher com o crime” (ALVES, 2000, apud SILVA, 2014, p. 95).

Portanto, conforme nos alerta Breitman (1999), as detentas retratam determinações de sexo, patriarcal e capitalista, de modo que os delitos cometidos pelas mulheres são considerados menos violentos, e mais toleráveis socialmente. Assim, a autora relaciona o índice de criminalidade feminina com o tipo de educação que recebem desde a infância, onde as mulheres cabem a submissão e o adestramento, que deve moldar-se aos padrões femininos de fragilidade, passividade, subserviência e vocação de mãe do lar. Essas mulheres, rompem com tal molde e se ressignificam, se reinventam (SILVA, 2014). Desta forma, “ a conclusão que se pode chegar é que o cárcere é incompatível com a manutenção da vida conjugal familiar da mulher criminosa” (FREIRE, 1983, p. 13).

Assim, a educação fomenta tais papéis sociais e criminais, uma vez que os dados da amostra de Paulo Afonso se equiparam com os dados nacionais previstos no INFOPEN (2014), onde também é possível perceber essa discrepância com relação aos crimes, julgamento e cumprimento da pena por parte de homens e mulheres na prisão.

É interessante frisar, que, como citado anteriormente, na ala masculina tratou-se de uma escolha dos agentes quais presos que seriam entrevistados, uma vez que este público poderia acarretar problemas com seus discursos. Neste caso, é possível perceber por meio das respostas um padrão de presos considerados de bom comportamento, que trabalham ou que auxiliam no conjunto penal a fim de manter a ordem. Os presos, que, conforme destaca Foucault (2013), foram perfeitamente educados e moldados sobre os dispositivos de disciplina da prisão, fabricando os indivíduos máquinas.

Em referência aos discursos paralelos sobre os crimes de acusação e julgamento, aos quais os presos e presas faziam questão de proferir, criamos a categoria de recorte de falas referente a: “Não fui eu!” Com frequência de 10 (100%) respostas proferidas pelos presos, e 10 (66,67%) pelas presas.

Na ala masculina, 100% dos presos entrevistados negam seus crimes ou justificam tais atos, criando uma outra identidade de si mesmos, se ressignificam e burlam a tão temida identidade de criminosos. Ato comum entre os presos e presas, assim como vimos na revisão de literatura. (SILVA, 2012; LEME 2007; FREITAS 2014; FRANÇA 2014; BREITMAN, 1999; etc.).

Desta forma, os/as presos e presas em seus discursos dobram o caráter prisional identitário lhes atribuído e liberta-se nas fugas de suas identidades idealizadas. A identidade aparece aqui reforçando seu conceito plurívoco sempre em construção (HALL, 1989), que permite o reinventar-se constantemente.

4.4.1 MULHERES PRESAS REINVENTANDO-SE: DISCURSOS SOBRE OS CRIMES DE ACUSAÇÃO E JULGAMENTO

Ao se questionar sobre os crimes de acusação e julgamento, as mulheres tratavam de narrar cada detalhe, a maioria nega com afinco tal ato em contrapartida de outras que se justificam e explicam-se a todo momento.

É relevante enfatizar que as presas falaram mais do que os presos, se abriram e contaram suas histórias de vida, como quem se justificava para si mesmas. Mulheres que se expressaram e se definiam em suas minúcias, nos levando a este tópico de análise destinado especificamente para elas. Mulheres que choram, riem, se emocionam e fazem questão de ser ouvidas; mulheres devir que a todo momento se reporta para a família e os/as filhos/as, que se culpam por não estar cuidando deles/as e exercendo seu papel histórico atrelado a concepção de ser mulher de verdade.

Figura 3: Prisioneiras da cidade de Paulo Afonso



Fonte: site da cidade de Paulo Afonso

Essa figura foi retirada do site da cidade de Paulo Afonso, e nos apresenta um pouco da imagem destas mulheres vestidas de laranja, que representam uma identidade imposta de presidiária. Na foto, é fácil diferenciar as mulheres presas da visitante, Foucault (2013) nos adverte que todo o sistema prisional é pensado a fim de penetrar uma possível punição/formação, no mais íntimo ser das pessoas presas. Assim, as vestimentas fazem parte desse processo de ressignificação, subjetivação e nova identidade que se impõe, desta vez, a de criminosa. Assim, conversamos com as mulheres e ouvimos o que elas têm a nos dizer para além desta identidade, obtendo mais dados e relatos de vida.

Vale ressaltar que ter mais dados e falas das mulheres com relação a suas vidas foi algo intencional, uma vez que o foco desta pesquisa são elas. Todavia, se reportando aos homens para entender as mulheres em suas vivências de gênero, criminalidade e educação. Contudo, na ala feminina, os espaços foram abertos, deixando a pesquisadora junto das presas durante as manhãs inteiras, sem monitoramento, pois considera-se a mulher como tranquila e dócil. Em compensação, na ala masculina havia um monitoramento mais severo e perspicaz, pois na condição de homens fortes, historicamente maus, não se deve confiar. Tal relato aqui descrito registrado em diário de campo, diz respeito à relação de gênero, considerando que a pesquisadora por ser mulher e por estar grávida (no momento da pesquisa), para os agentes penitenciários, carecia de mais atenção e cuidados entre os homens presos e menos cuidados entre as mulheres que são consideradas mais tranquilas.

Nas primeiras visitas algumas mulheres ficaram receosas em falar, contudo, ao ver suas companheiras sendo entrevistadas, logo, também queriam expressar-se e contar suas histórias. Mesmo a pesquisadora explicando-lhes o objetivo da pesquisa, pareciam não dar muita importância desde que pudessem ser ouvidas por alguém de fora da prisão. Elas apenas queriam falar e contar com riqueza de detalhes o porquê de estarem ali isoladas do corpo social.

Em conversas coletivas elas afirmaram que são invisíveis por serem poucas e que ter alguém ali de fora das grades, para ouvi-las em suas justificativas, poderia ajudar, e se não ajudasse pelo menos seriam ouvidas, pelo menos alguém lembrou que existem.

Ouvir essas mulheres em suas especificidades não se constituiu tarefa fácil, na medida em que, seus discursos estão encharcados de vitimismo, construções positivas de si e tentativas de resgate de uma identidade deteriorada na prisão.

Destarte, faz-se necessário discutir sobre essas vidas de modo que,

Discutir as vidas das presas enquanto práticas sociais singulares, não significa entendê-las como autônomas. A prisão não é o ponto último das trajetórias das presas, é necessário pensar como se constituem as subjetividades das mulheres das margens e como se explicam, antes da prisão e na prisão, pensar inclusive nas formas de assujeitamento (SILVA, 2014, p. 43).

Concomitantemente, é indispensável ouvir o que estas mulheres têm a nos dizer, prestando atenção em seus discursos que se constituem suas verdades atreladas a relações de poder e identidades ressignificadas. Ao se questionar sobre os crimes de acusação e julgamentos, obtivemos algumas categorias de análise com base na frequência das respostas. Vejamos na tabela a seguir.

Tabela 02: Categorias de análise sobre os crimes de acusação e julgamento- Presas

Categorias	Frequência de respostas	Porcentagem
Não fui eu/ Eu não sabia	10	66,67%
Sim eu fiz, mas foi por dinheiro fácil/ Estava precisando	3	20%
Deus sabe até onde tenho culpa	2	13,33%
TOTAL	15	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados revelam que 66,67% das presas se dizem inocentes, em detrimento de 20% que assumem o ato justificando-se com base no dinheiro e 13,33% que afirmam ter apenas uma parcela da culpa que lhes fora atribuída.

A interna de número 3, solteira, tem apenas 23 anos, em seu corpo leva marcas da violência vivenciada, tatuagens com nomes de pessoas que a referida afirma nem lembrar quem são, movida pelo vício, já foi mãe 6 vezes, todos de pais diferentes, era viciada em crack e se prostituía; mãe solteira, sem família presente, afirma que ganhava a vida como podia, e que lembra dos 6 filhos, mas que recentemente tinha assumido a mais nova de apenas 2 anos e ao vê-la sem nada para comer acabava cometendo atos ilícitos, nunca havia sido presa, mas como desta vez ela caiu,

Eles ligaram pra mim e aí eu atendi, aí eu disse: quem é? Aí ele disse: não precisa saber quem é aí eu disse: preciso sim que você tá falando comigo, aí ele disse: precisa não, topa levar umas drogas em tal lugar? Aí eu disse: tá bom eu levo, pra ganhar meus dinheiros pra minha menina, minha menina estava sem nada e eu não queria roubar nem nada disso (PRESA 3).

No seu pronunciamento ela deixa espairer como funciona no mundo das drogas, em que não se pode conversar muito ou se identificar, apenas obedecer às ordens, fazer o que se manda e pegar a parte da renda que lhe cabe. Além disso, na fala da presa 3, evidencia-se o caráter relativo a pobreza e o caráter de crimes relacionais/ocasionais aos quais as mulheres ganham destaque, assim como assinala Souza (2005, p. 52).

A vida desta mulher retrata a desestruturação familiar vivenciada, sua figura e meios de vida vão de encontro a mulher ideal e zelosa esperada por todo um corpo social. Saffioti (1987) apresenta essa dicotomia cultural de santas e prostitutas, de modo que a primeira cabe o respeito social em detrimento do desprezo para com a segunda.

A presa de número 3 rompe com todos os papéis femininos consideráveis aceitáveis, indo de encontro a todo um corpo social que de acordo com Foucault (2013), sob este propósito tem o direito de se levantar em peso contra ela, uma vez que se constitui como um estorvo social.

Em Foucault (1970, 1976, 1979) aprendemos a pensar sobre as relações de poder que nos disciplinam, poder que não está apenas em uma instância, mas em todas as relações sociais. Para além disso, ele nos instiga a pensar nas resistências, nas fugas destes meios disciplinares. Sob este âmbito, as mulheres presas são por excelência exemplo destas fugas, pois, embora todos os seus passos sejam vigiados na sociedade antes, durante e depois da prisão, elas burlam o poder em todas as suas esferas. Elas constroem diagramas de pequenas liberdades, questionam suas posições e constroem um outro de si.

Silva (2015) afirma que estas mulheres embarçam o corpo social e seus moldes históricos de ser e viver como mulher em sociedade, proferindo em sua pesquisa sobre essas vidas que são silenciadas e muitas vezes negadas. As presas ao se dizerem não estão falando “uma verdade sobre si, elas se constituem no discurso, organizando suas vidas, preenchendo silêncios, explicando racionalmente suas escolhas” (SILVA, 2014, pp. 43-44).

Desse modo, as presas são também efeitos de poder, configurações históricas que se constroem quando se definem à luz da memória do esquecimento, a prisão lhes atribui uma nova roupagem social, desterritorializando as roupagens sociais de docilidade e passividade. Assim, elas se dizem, se explicam, se constroem e preenchem suas vidas por meio de seus paradoxais discursos.

Outra detenta, de número 8, também afirma ser filha da prostituição e das drogas, acusada por latrocínio e presa a 4 anos é a mais antiga da casa, respeitada por todas as outras veteranas, ela limpa as celas, faz artesanatos e ensina o que sabe as novatas que ouvem atentamente o que é a vida dentro da prisão. A mesma relata que a prisão a resgatou e que se não tivesse presa já havia morrido. Ver tudo como um processo de transformação e agradece a Deus por ter sido presa. A todo momento aconselha as calouras do crime, a se comportarem e contribuírem com o sistema, pois se hoje ela alcançou “respeito” das companheiras e agentes foi devido ao seu bom comportamento. “Eu sempre digo a elas, se comporte, porque é que as agentes gostam de mim? Porque eu ajudo, faço as coisas certinhas, não fico de bestagem, aí elas me ajeitam” (PRESA 8).

Seus discursos nos levam a pensar nas relações de poder estabelecidas no cárcere, assim como as verdades que são produzidas dentro da prisão sobre prisms diferenciados. No cárcere, são estabelecidos princípios de convivência entre as mulheres e um deles é o respeito e o zelo pelas mais velhas.

As relações de poder estão intrínsecas em todo o trajeto percorrido pelas presas nesta nova configuração de vida no cárcere. Foucault (1970) se refere ao poder em suas múltiplas esferas, de modo que está presente em todo o percurso social, inclusive nas identidades, meios de vida e convivência que se formam dentro da prisão. Pois, as presas na medida em que são produtos da ação do poder prisional, elas também (como a presa 8), veiculam poder uma sobre as outras.

Já a interna de número 4, uma senhora de 52 anos, afirma que caiu para traficar e proteger o marido e o filho, que as drogas funcionavam enquanto válvula de escape da vida miserável e ambiente extremamente violento,

Tô sendo acusada de tráfico, meu companheiro traficava, ele tinha colocado as drogas no mato e os homens chegou e pegou, bateram nele e em mim atrás de um arma. Acharam 45 pedras. Tenho uma filha que também foi presa por tráfico, e encontra-se em prisão domiciliar por conta do bebê. Tenho outro filho de 17 anos que também é envolvido e já levou 6 tiros, depois disso ele parou, mas ainda é usuário. Sou viciada em pedra e maconha, o chamado mela. Com os problemas quando tava aperreada, com meus filhos, usava para passar a enfrentar a realidade. Comecei a usar depois que meu filho entrou na vida do crime, era um sofrimento que não tinha tempo de dormir, nem de acordar. Tenho vontade de entregar ele para não vê-lo morto, cai para traficar coisa dele, para evitar a morte dele. Nem abrir a boca ele abre, por que a bala tá alojada. Sinto mais por ele do que por mim, tenho pena de ver ele tão novo e se acabando. Quando sair daqui vou pra longe. Moro no bairro Benone, que é muito violento, onde tudo o que o povo faz só desce pra rua onde moro. Lugar onde se ver as coisas e tem que ficar calado se não morre. Pode ver matando o irmão que não pode fazer nada. É preciso sobreviver! (PRESA 4).

A fala dessa senhora demonstra um pouco da realidade esmagadora vivenciada. Vale ressaltar que prestar atenção neste contexto não é ser ingênuo em afirmar que as entrevistadas são apenas vítimas, ou que são corretas, mas pensar nas condições vivenciadas, na baixa escolaridade e o que leva um ser humano ao mundo do crime. Para tanto, faz-se necessário partir de uma variante de características, considerando múltiplas perspectivas.

De acordo com Silva (2014), que faz uma análise das narrativas das presas em sua pesquisa “o vício parece ser a fuga da vida, a fuga de si, dentro de um contexto social que exige [...] um papel, uma profissão, uma prática aceita socialmente, sem conseguir, apropria-se da droga, como quem se vinga de sua própria vida, das exigências sociais” (SILVA, 2014, p.88).

A presa de número 4, em seu relato demarca essa fuga da vida miserável, por meio do uso de drogas, relatando um discurso que nos instiga a pensar que a vida dessas mulheres é bem mais complexa que apenas a definição de criminosas. A autora Silva (2014) afirma a necessidade de pensar além, dando ênfase nas histórias de vida e nas relações humanas.

A revisão de literatura feita nos proporciona um refletir acerca de quem estar sendo preso em nosso país. Sendo em suma, os/as pobres e negros.

Além disso, o discurso da presa de número 4, remete a sua relação com uma figura masculina no crime. Estudos feitos (COSTA, 2008; INFOPEN, mulheres, 2014; BREITMAN, 1999; MOREIRA, 2016; ALVES, 2001; SILVA 2012; FREIRE, 1983; FRANÇA, 2014; dentre outros, nos chama atenção para a necessidade de se pensar na criminologia feminina como questão de gênero, se debruçando sobre estes aspectos, bem como a relação subalterna da mulher que exerce funções secundárias no crime. Sendo assim é de suma importância pensar na criminalidade feminina como um processo educativo em todas as suas esferas como também

em seu sentido interseccional, considerando que é atravessada a todo momento pelas variantes de classe, raça e gênero.

Outra presa entrevistada, também afirma que caiu por meio de uma figura masculina, desta vez, referente ao seu companheiro,

meu marido matou o meu vizinho e a mulher do homem que morreu falou pros policiais que eu tinha apontado a espingarda, mas não foi. Ai quem foi presa fui eu por que acharam a espingarda e um pouco de maconha do uso dele, por que ele é usuário, esse rapaz que morava comigo é usuário, ele não deixa, ele tava com tuberculose e não deixava...

Pesquisadora- E ele foi preso?

Entrevistada- Foi o quê? Ele tá fugitivo (PRESA 9).

De acordo com o Relatório sobre Mulheres Encarceradas no Brasil de 2007, os graves problemas que caracterizam o sistema penitenciário brasileiro, encontram sua gênese nas inúmeras carências e deficiências estruturais que acompanham a história do país. Denunciando a constante violação dos direitos da mulher presa, e sua constante relação com a perspectiva de gênero.

No que corresponde aos direitos humanos das mulheres, Silva e Rodrigues (2017), resgatam o percurso histórico da mulher que em um determinado momento não era considerada um ser humano e, portanto, não teria direitos. Frisando que “as mulheres, enquanto grupo, demandam tanto direitos universais como direitos específicos, haja vista que, como todo e qualquer ser humano, tem necessidade de ordem individual, coletiva e social [...]” (SILVA e RODRIGUES, 2017, S/P).

Nesse sentido, na contemporaneidade ainda é emergente ações afirmativas e lutas feministas em prol dos direitos das mulheres que são violados constantemente. Ao se pensar no contexto de mulheres presas, esses direitos são duplamente contrariados. Pois ainda é engendrada a perspectiva do poder masculino como centro na perspectiva jurídicas, social e cultural. Havendo a necessidade de assim como afirma Scott (1990) explodir tais concepções arcaicas, incomodando, apresentando a categoria de gênero enquanto analítica e problematizadora destas perspectivas sociais fortemente enraizadas.

Destarte, as presas em seus discursos relatam essa divisão sexual do crime e a forte presença masculina em seus atos delituosos. Outra/o interna/o se intitula como homem trans e explica que caiu no crime por dinheiro fácil e destaca que a sua orientação sexual também contribuiu para a sua inserção na criminalidade.

Dinheiro fácil, porque, assim, eu sempre fui uma pessoa bem estruturada, sabe? Só que eu não tinha muito apoio da família, por causa da minha opção sexual...

Pesquisadora- Entendo.

Entrevistada- Aí isso que me afastou um pouco da minha família, aí no tempo que eu tava mais na diversão de amizade, aí agi por impulso, só isso (PRESO/A 11).

Utilizando-se de nome social dentro da prisão, ele (como prefere ser chamado), nos informou que ao ser preso o delegado perguntou em qual ala gostaria de ficar (masculina ou feminina), escolhendo a feminina por medo de ser estuprado ou sofrer atentados junto aos homens. Tal atitude do delegado revela um avanço no sentido de gênero na prisão, pois mesmo ainda não possuindo seu nome social registrado na carteira de identidade, o homem trans entrevistado foi tratado com respeito ao seu gênero.

De acordo com o site do Ministério da Justiça em 2014, a Secretaria de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República publicou uma portaria com normas para o recebimento de presos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros em presídios do País. Entre as normas, está a de que aos presos gays e travestis em presídios masculinos deverão ser oferecidos espaços de convivência específicos. A portaria também prevê que o preso LGBT tem o direito, se preferir, de ser chamado pelo nome social. Além disso, o nome social deve constar no registro de admissão no estabelecimento.

Segundo o texto, as pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas, e o Estado deverá garantir tratamento igual às mulheres transexuais ao das demais mulheres em privação de liberdade, garantindo o respeito ao uso das roupas femininas ou masculinas conforme o gênero, assim como o direito a visita íntima e a atenção a saúde e educação. Entretanto, a portaria não estabelece sanções para o presídio que não cumprir as normas.

O discurso do homem trans sobre as dificuldades de aceitação com relação a sua sexualidade é algo comum vivenciado por essas pessoas que rompem com os padrões. Pois, diante da atual conjuntura social, “a transexualidade seria, portanto, a materialização do impossível, o inominável, aquilo que transcende a capacidade de compreensão” (BENTO, 2011, p. 552).

Bento (2011) adverte que as múltiplas violências sofridas por transexuais e travestis que cruzam os limites dos gêneros e se colocam em posição de risco, sendo muitas vezes agredidas/as e mortas/os sem que haja punições, uma vez que há uma hierarquia até mesmo na morte. Chega então à instituição escolar, que funciona enquanto guardião dos modelos de gênero

e heterossexualidade, apresentando-se como incapaz de lidar com a diferença e pluralidade, havendo o desejo de eliminar aqueles que contaminam o espaço escolar.

Desta forma, considera-se importante pensar sobre o contexto dos discursos, o preso trans entrevistado relata que adentrou o mundo do crime em prol de dinheiro fácil. Profere com veemência a sua coragem ao aceitar a encomenda de morte de um homem, sequestrar e amarrá-lo junto ao seu comparsa. Seu discurso parecia querer assemelhar-se ao que é historicamente atribuído como masculino, no que se refere a sua virilidade, força, liberdade e por sua vez, coragem em cometer crimes no âmbito público e violento.

Ao se pesquisar um presídio é comum ouvir falas sobre os delitos proferidos com naturalidade, como -“aí o rapaz que tava bebendo mais eu veio me dar um tapa, aí eu fui e cortei ele” (PRESA 12), fazem parte das suas vivências. Alguns/as presos/as fazem questão de mostrar as marcas de violências sofridas (facadas, tiros, espancamento, tatuagens) como quem coleciona em seus corpos vestígios de uma vida repleta de lutas, criminalidade, violências e resistências.

Os discursos são construções de verdades e significados cotidianos, instáveis que sempre mudam de acordo com quem fala e com quem se fala. São acontecimentos descontínuos e múltiplos, influenciados por relações de poder que atingem a consciência do ser humano, assujeitando e dominando os pensamentos.

A educação é o que permite o acesso aos variados discursos, porém, esta é marcada por lutas sociais que constituem um sistema político que influencia nos discursos individuais por meio do poder. Segundo Foucault, “[...] o discurso nada mais é, do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (1970, p. 49).

Assim, estas mulheres burlam a ordem dominante e apresentam-se em suas falas e discursos como aquelas que se deleitam nas contradições da vida. Mulheres que negam a identidade de criminosas com veemência, que justificam seus atos delituosos e nos embaraçam em suas histórias de vida peculiares.

4. 5 CONTEXTO DE VIDA ANTES, DURANTE E APÓS A PRISÃO: ENTRELACES DISCURSIVOS E REPRESENTATIVOS

Na perspectiva de contextualizar de onde os presos e presas proferem seus discursos, fizemos algumas perguntas concernentes a suas histórias de vida, considerando as unidades de sentido referentes a antes, durante e após a prisão (perspectiva futura).

Sobre o questionamento referente a com quem residiam antes da prisão e orçamento doméstico; administração da casa; educação dos filhos, 6 (60%) dos presos responderam que moravam com a mulher, filhos ou a mãe; 3 (30%) responderam que moravam sozinhos e trabalhavam, ou faziam bicos; e 1 (10%) afirmou que morava nas ruas. Em contrapartida, sobre a mesma pergunta, 10 (66,67%) mulheres afirmaram que viviam com seus filhos; 2 (13,33%) com o companheiro; 1 (6,67%) com a companheira; e 2 (13,33%) sozinhas nos bares se prostituindo.

Com base nestas respostas é possível perceber que a maioria dos presos entrevistados moravam com suas companheiras, em detrimento da maioria das presas que moravam apenas com seus filhos, enquanto mães solteiras. Tais posicionamentos e modos de vida antes da prisão demarcam as intrínsecas relações de gênero.

Quanto aos vícios dos presos, apenas 3 (30%) afirmam que possuem vícios referentes a bebida e cigarro, entretanto, 2 (20%) afirmaram que já foram viciados em drogas como maconha e crack. Apenas 2 (20%) afirmam que na família possui viciados. No que se refere aos vícios das presas, 10 (66,67%) afirmaram ter vícios (cigarro, maconha, crack, pedra pó, cachaça), enquanto que 5 (33,3%) afirmam não ter vícios. Mas todas afirmam que hoje não possuem mais vícios nenhum, a não ser o cigarro que a maioria das presas fumam.

Sobre esses dados, evidencia-se a constante de os vícios predominarem-se sobre as presas, mais uma vez demarcando um rompimento com os padrões sociais de mulher dócil e frágil. Silva (2014) destaca que os vícios podem funcionar enquanto fuga da lastimante vida na prisão, de modo que as mulheres presas desmantelam as estruturas de poder, normas e regras que o espaço prisional impõe.

Sobre o relacionamento com as/os companheiras/os presas/os, 100% das/os entrevistadas/os afirmam que é tranquilo. No que diz respeito às relações de poder com os agentes, 100% dos presos e presas entrevistados/as afirmam que é “de boa” ou tranquilo, porém ressaltando que é preciso ter o respeito e saber seu lugar na cadeia. Pois existe uma relação de poder nesse processo que precisa ser respeitada para o bom andamento da vida no cárcere. Sobre estes dados, alguns agentes informaram que o presídio é estável, que raramente há ocorrências, afirmando até mesmo alívio quanto as possíveis rebeliões, considerando a atualidade violenta em que vivemos. As relações estabelecidas no cárcere, são relações intrínsecas de poder, monitoramento, vigilância e manutenção da ordem. Existindo uma vigilância hierárquica de modo que,

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que abrigue pelo jogo do olhar: um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam (FOUCAULT, 2013, p. 165).

Toda a estadia, meios de ser e viver em um presídio, se enquadram sob a perspectiva da disciplina, poder e coerção dos corpos que devem ser manipulados com eficiência, assim como um panóptico, uma espécie de laboratório de poder, repleto de mecanismos de observação e a capacidade de perpetuação da ordem.

O presídio se caracteriza pelo afastamento da sociedade externa. O ato de privar o indivíduo de sua liberdade provoca um mosaico de identidades, justificativas e reconstruções de si mesmos.

No âmbito prisional de acordo com Baratta (1999), os presos/as passam por um processo de acultramento e descultramento, de modo que, no cárcere, se perpetua a exclusão. Assim, a prisão acarreta danos que vai além do momento de punição, se estendendo para a família do apenado/a.

Ao se pensar sobre as relações familiares, destas pessoas privadas de liberdade antes, durante e depois da prisão, a maioria dos presos (70%) afirmam que a família apoia ou que a relação é do mesmo modo, e apenas 3 (30%) afirmaram que se afastaram, contudo, identifica-se que mesmo falando que a família continua do mesmo modo, a maioria não possui visitas regularmente, e assim justificam as ausências dos familiares como quem justifica para si mesmo na ânsia de exerceram o sentido de não estar sozinhos.

É perceptível que a todo momento fogem da identidade imposta de criminoso e tudo que possa estar vinculado a ela. Afirmar que não estão abandonados mesmo quando não recebem visitas, pode indicar uma negação de tal identidade deteriorada, pois, de acordo com Maheirie (2002) são as relações sociais que definem o sujeito e que caracterizam seu subjetivo e objetivo, todo processo de construção do sujeito e de sua identidade é coletiva, de modo que esta será sempre inventada em um processo constante que nunca estará fechado ou acabado (HALL, 1989). Assim, estar preso, parece ser um processo constante de invenção/ressignificação/justificativas à procura de uma identidade aceitável para os outros e para si mesmo.

As presas, por sua vez, atestam que recebem visitas regularmente, 9 (60%) afirmam receber visitas com frequência da família, dos filhos e da mãe; 1 (6,66%), afirma que apenas recebia da companheira, mas devido a uma traição não recebe mais visita nenhuma, e foi abandonada pela família por ser lésbica; 4 (26,66%) proferiram que não recebem visitas de

ninguém, afirmando que preferem não receber, para que os filhos não guardem a lembrança de uma mãe presidiária.

Sobre a perspectiva dos impactos do cárcere na família, Colmeia (2017), salienta que os efeitos negativos da prisão transcendem o/a condenado/a, lesando também os familiares cuja vivência passa a ser marcada pelo distanciamento, pela precariedade social, e pela estigmatização. São abaladas suas relações afetivas e suas possibilidades de inclusão (COLMEIA, 2017, S/P). Assim, para o autor, torna-se essencial, a adoção de medidas capazes de reduzir a problemática, situando-se nesse rol o acompanhamento dos familiares de presos e a conscientização, dentro e fora das grades, da importância da família.

Ao se tratar de mulheres presas, são duplamente punidas, considerando que a todo momento se culpam por não estarem exercendo seu papel primordial de mulher da família. Amanda Silva (2015) em sua pesquisa demonstra as incongruências de ser mãe e mulher atrás das grades, problematizando aspectos referentes a família monoparental que a maioria das mulheres em situação de cárcere levam consigo (p. 14).

A autora supracitada também chama atenção para o fato de que as mulheres prisioneiras vivenciam situações concernentes a diferenciações de gênero, que embora tenham evoluído em suas práticas criminais, chegam a cometer crimes na mesma proporção de periculosidade que os homens, sendo colocadas como coadjuvantes do crime.

Até aqui a pesquisa com base nos dados empíricos, teóricos e estatísticos, representam a constante evidência da divisão sexual do crime e posições subalternas da figura feminina com relação a figura masculina. Esta constatação perpassa o contexto de antes, durante e após a prisão.

Relativamente, presos e presas ocupam a prisão de diferentes modos, inclusive no que tange a participação nos processos de ressocialização.

Tabela 03: Como os presos/as entrevistados/as ocupam o tempo na prisão

COMO OCUPA SEU TEMPO NA PRISÃO?					
RESPOSTAS DAS PRESAS			RESPOSTAS DOS PRESOS		
Categorias	Frequência de respostas	Porcentagem	Categorias	Frequência de respostas	Porcentagem
Conversando, lembrando da família, assistindo, comendo, fumando	12	80%	Trabalho (faxina, horta, fábrica)	8	80%
Trabalho na faxina	2	13,33%	Conversando, jogando bola, dominó, assistindo	2	20%

Trabalho lavando roupas dos presos que chegam	1	6,67%				
TOTAL	15	100%		TOTAL	10	100%

Fonte: Dados da pesquisa 2017

A partir das categorias de respostas representadas na tabela é possível perceber que a maioria das presas (80%) ficam ociosas na prisão, em detrimento de 80% dos presos que fazem parte de atividades de ressocialização.

É importante destacar que o presídio de Paulo Afonso (BA), assim como a maioria dos presídios nacionais, faz parte de uma categoria de estabelecimentos mistos, ou seja, presídios pensados para homens, que dividem os espaços com as mulheres. Apenas 7% das mulheres ficam em estabelecimento próprio. Ainda não se tem uma diretriz nacional sobre a estrutura específica ao público feminino (INFOPEN, 2014).

As estruturas masculinamente mistas, que possuem regras pensadas para os homens que são a maioria, e o que sobra disso, é o que resta para as mulheres que ocupam tal espaço que não lhes é destinado, acarretando problemas sérios de estadia e violação dos direitos da mulher presa. Uma vez que, todo o funcionamento e organização da unidade apresenta o homem como o centro, inclusive nas atividades de ressocialização, dando-lhes preferência em detrimento das mulheres que por serem minorias muitas vezes, ficam invisibilizadas em tais ações de políticas públicas que já são escassas e insuficientes, e ao se tratar das mulheres em suas especificidades são praticamente inexistentes.

Cabe salientar que, dos 394 homens presos no presídio pesquisado, apenas 10% participam de atividades de ressocialização por meio do trabalho, destes foram entrevistados 8 trabalhadores do sistema, constituindo-se enquanto 80% dos entrevistados. Nesse quesito, torna-se relevante proferir que os presos pesquisados foram “escolhidos” pelos agentes ou pessoas de apoio que acompanharam a pesquisadora, um “chama lá fulano” era muito comum, como quem queria preservar a referida por ser mulher, ou por estar grávida de 9 meses. Não há como definir justificativas, entretanto, por meio do diário de campo registrou-se essas atitudes referente apenas ao público masculino, de modo que dos 394 detentos apenas foi possível entrevistas aqueles que apresentavam bom comportamento ou não eram “problemáticos” como algumas pessoas citaram.

É comum esse receio, medo e cuidado na ala criminal masculina por ser um público maior, bem como por se tratar de homens, aqueles que foram criados para a liberdade, que não choram e que são por “essência” bravos, cabras viris inconfiáveis (SILVA, 2012, p. 16).

As grades entre pesquisadora e pesquisado advertiam a necessidade de distância do público masculino. Uma mesinha improvisada do lado de fora de cada ala, demarcavam quem detinha o poder naquele momento. Quando a grande porta de ferro ungia ao se abrir, os enormes cadeados sendo abertos e as algemas sendo retiradas, o olhar de quem estava de fora tentava iminentemente descobrir para além daquilo que estava se vendo, era como se sempre tivesse algo a mais a se desvelar.

Aqueles homens tão “ferozes” eram soltos das suas jaulas e ainda presos sobre um espaço gradeado contavam sobre suas vidas, alguns riam, outros choravam ao falar do quão não eram criminosos, justificavam seus atos e negavam qualquer identidade que não fosse aceitável. Seres humanos paradoxais que apresentam características peculiares e que nos remete pensar sobre seus processos formativos de vida e o quão complexo é viver em um panóptico (FOUCAULT, 2013, p. 14), como meio de proteger a sociedade a sua volta.

Na prisão, um dos presos tratou de nos comunicar que quem define o preso é seu comportamento, deste modo, se eles procuram se inserir em atividades de trabalho e contribuir para a manutenção da ordem são bem vistos pelos agentes e funcionários do sistema, entretanto, são marcados pelos companheiros que receiam serem entregues em alguma atitude que fuja da ordem estabelecida.

No que se refere ao trabalho no processo de reintegração, Julião (2007, p. 44) afirma que a maioria das atividades desenvolvidas no presídio visa diminuir a ociosidade dos internos, destacando que, “[...] como é possível evidenciar o trabalho destinado aos internos sempre está associado ao suor, ou seja, ao esforço físico e não intelectual”. Nesse sentido, o trabalho funciona como parte da pena visando tornar os corpos dóceis e uteis, assim como máquinas manipuláveis. Desta forma, os presos precisam se adaptar à cultura penitenciária, sendo cegamente obediente, uma vez que a conduta do preso conta na remissão da pena. Trabalhar é uma maneira de estar dentro do chamado bom comportamento, e, por conseguinte, apto a ser livre. Embora seja necessário pensar se de fato esse trabalho manual é um elemento de reintegração.

Sendo assim, a educação e o trabalho dentro dos presídios funcionam como parte da pena e não como forma de reintegração e liberdade. Foucault (1986) salienta que esse momento é marcado pela descoberta do corpo enquanto objeto de poder, esse que se manipula assim como uma máquina:

O homem máquina de La Mettrie é ao mesmo tempo uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, no centro dos quais reina a noção de docilidade que une ao corpo analisável o corpo manipulável. É dócil um

corpo que pode ser submetido, que pode ser transformado e aperfeiçoado (FOUCAULT, 1986, p. 126).

Portanto, o corpo torna-se um objeto manipulável que oferece a coerção por meio da disciplina e da educação, que, de acordo com o autor, precisa de análises minuciosas. E o controle se constitui nesse processo minucioso dos corpos, definindo cada detalhe da rotina dos detentos, como por exemplo, o horário que fornece a exatidão e a aplicação. E por meio desse processo de manipulação que vai se construir os corpos dóceis disciplinados e obedientes. Foucault (1986) enfatiza que um corpo bem disciplinado e dócil será à base de uma dominação e coerção eficientes. A disciplina fomenta os corpos e os constrói enquanto aparelhos de poder que se adaptam às exigências, e sendo assim, o corpo se constitui como uma peça de uma máquina maior, ou seja, a máquina do poder. São técnicas de coerção individual e coletiva dos corpos.

Desse modo, evidencia-se que a educação muitas vezes funciona como meio de controlar e manipular os corpos assim como máquinas, reproduzindo diariamente atividades manuais, sem precisar pensar sobre o que se produz. Os presos por meio dos trabalhos prestados reproduzem a perspectiva dos corpos dóceis e manipuláveis, corpos que se adestraram e contribuem para o sistema, corpos que se colocam em uma via de mão dupla entre o agradar o sistema e ser parceiro dos companheiros presos.

Sobre este quesito, ao serem questionados sobre as relações de poder entre os agentes 100% dos presos e presas, responderam que é bom, tranquilo ou legal. Entretanto, Santos (2007) adverte que é “ [...] comum ouvir dos detentos avaliações positivas do trabalho, da educação escolar e de outras atividades que a instituição oferece. Nem sempre falam o que realmente pensam, mas o que convém para o momento (SANTOS, 2007, p. 100).

Essa afirmação nos leva a pensar no quão complexo é trabalhar com análise do discurso, visto que suas tramas precisam ser analisadas nas entrelinhas, sempre questionando os dados obtidos com a certeza de que os discursos são construídos a fim de produzir verdades, estabelecendo relações de poder, assim como assinala Foucault (1970), nos advertindo o campo discursivo enquanto complexo e multidimensional.

Ainda nas teias discursivas, questionou-se se aos presos e presas se consideravam-se criminosos/as. E nos dois públicos obtivemos uma única categoria concernente: “Não/Nunca/Jamais”, 100% dos entrevistados/as não aceitam esta identidade que se prolifera. Com a negação veemente de tal identidade eles/as apresentam entrelaces discursivos a fim de repelir ou justificar os atos delituosos, aos quais, estão sendo acusados/as.

Não. Me defino como inocente de um crime que eu não fiz senhora, né? Eu martelo minha cabeça, o juiz vem aí eu converso com ele só que ele diz que não pode fazer nada. Pode, ele como juiz eu falo minha verdade” (Preso B)

Eu fiz pra não morrer né? Realmente eu não me considero assim não, porque se eu não faço o rapaz tinha me matado (Preso C)

Nunca! Eu já lhe contei que foi um engano, uma armação, mas Deus sabe de tudo. Sou homem trabalhador, sempre fui. Nunca que eu ia estuprar meus fios. (Preso H)

Com essas falas, outros discursos se anunciam como a questão do não morrer, e a justificativa referente à armação, as quais demarcam outras vivências para além do momento da prisão. A negação da identidade de criminoso é comum nos entrelaces discursivos, os presos criam-nos e forjam tal definição apresentando-se como vítimas, nos levando em suas interfaces e jogos de verdade, como quem seduz o outro e a si mesmo, na tentativa de aderir identidades referente a homem trabalhador, inocente, pai de família; atribuem, a si mesmos outras identidades, fugindo a todo custo da enigmática e perversa criminalidade.

Zúquete e Noronha (2012) ressaltam que essa negociação de identidade é recorrente no âmbito criminal, associam-se ao que consideram um outro positivo de si mesmo (p. 45).

Claude Dubar (2005) demarca que a identidade de uma pessoa é o que ela tem de mais valioso, assim perder essa identidade pode ser o fim para algumas penas, pois identidade enquanto um campo de poder é construída e reconstruída por toda a vida, baseando-se nas relações sociais. Assim, os presos se veem com a identidade deteriorada, uma vez que são obrigados a se “desfazer” daquilo que eram fora do sistema, suas roupas, gostos, rotina diária, são reorganizadas de acordo com a nova ordem que se impõe (p. 23).

Foucault (2013) salienta que as punições são pensadas desde a organização da severa rotina do preso, de modo que tudo é arquitetado com o intuito de vigiar e punir. As grades, os portões, as algemas, os horários, vestimentas, normas, celas; fazem parte da manutenção dos corpos para se tornarem dóceis e manipuláveis. Todo esse processo incita uma nova identidade, a qual é fortemente relegada e fortemente forjada pelos presos e presas (p.14).

Sobre a vida após a prisão e projetos futuros, 100% dos presos e presas responderam que irão trabalhar e/ou voltar a liberdade. Todos apresentam discursos de mudança de vida, alguns com arrependimento, outros com naturalidade sentem-se injustiçados e que de acordo com o preso B, “estou pagando essa cadeia sem dever” (Preso B).

Tais posicionamentos de positividade e mudança com relação ao futuro são recorrentes na fala de todos/as os/as entrevistados/as, de modo que assim como afirma SILVA (2014), se

reconstroem e assinalam uma imagem positiva de si mesmo, imagem que perpassa o antes, o durante e as perspectivas de saída da prisão. Eles/as precisam se colocar no lugar de vítimas e proferir discursos que fomentem verdades próprias, mas que veiculados podem fomentar uma aceitação destas pessoas (p. 64).

Sobre os projetos pessoais e profissionais depois de cumprir a pena, das presas, 4 (26,67%) afirmaram que é trabalhar, 6 (40%) irão cuidar dos filhos e da família, 5 (33,33%) afirmaram que irão se regenerar, voltar a vida de antes.

Até aqui identificamos que os presos se remetem a liberdade, enquanto que as presas sempre fazem menção aos filhos e a casa, evidenciando que mesmo presas as mulheres ainda carregam consigo a responsabilidade atrelada ao ser mulher construída historicamente, havendo a necessidade de uma análise minuciosa a luz de lentes de gênero e educação.

4.6 DIFERENÇAS PERCEBIDAS POR PRESOS E PRESAS NOS PROCESSOS VIVENCIADOS DENTRO DA PRISÃO

Esta sessão empírica e teórica, tenciona consubstanciar-se com o objetivo geral da pesquisa, que buscou descrever e analisar o processo de construção histórica, trajetória subjetivas de mulheres presas no Conjunto Penal de Paulo Afonso (BA), com relação à sua invisibilidade diante do público prisional masculino, atrelando-se ao processo histórico educacional.

Destarte, apontamos alguns quadros comparativos elaborados de acordo com o recorte de falas entre presos e presas, a fim de pensar sobre as diferenças percebidas por eles/as no que se refere as vivências dentro da prisão e sua divisão sexual, com enfoque na educação. Ao se questionar para os/as entrevistados se percebem diferenças vivenciadas entre presos e presas, obtivemos algumas variantes, as quais, transformamos em uma tabela comparativa.

Tabela 04: Comparativo entre discursos de presos/as presas sobre diferenças de sexo na prisão

PERCEBE DIFERENÇAS NOS PROCESSOS VIVENCIADOS POR PRESOS E PRESAS AQUI NO PRESÍDIO?					
RESPOSTAS DAS PRESAS			RESPOSTAS DOS PRESOS		
Categorias	Frequência de respostas	Porcentagem	Categorias	Frequência de respostas	Porcentagem
Sim, eles têm direito a namorar, trabalhar, tem	12	80%	É mais fácil da mulher sair	2	20%

mais coisas para fazer					
Mesma coisa ou não tenho convivência	3	20%	A mesma coisa ou não tenho contato	8	80%
TOTAL	15	100%	TOTAL	10	100%

Fonte: Dados da pesquisa 2017

Conforme a tabela, observa-se que 80% das presas acreditam que os homens possuem privilégios e diferenças de tratamento, simplesmente por serem homens. Em detrimento de 80% dos presos que acreditam que é a mesma coisa para ambos os lados.

Os discursos evidenciam como os presos e presas visualizam suas vivências e as desvantagens de acordo com o sexo no cárcere. As mulheres em sua maioria demonstram insatisfação com relação aos direitos concedidos ao público prisional masculino, aos quais, lhes são negados, simplesmente pela condição de ser mulher. Todavia, 80% dos homens presos entrevistados, de maneira enfática afirmam não haver diferenças ou não saber. Nesse ponto, o binarismo histórico referente a ser homem ou mulher emerge incorporado e naturalizado, possibilitando questionar os padrões tradicionais que regem as relações sociais. Nesse sentido, a criminologia feminista atrelada a educação, pautar-se na perspectiva de gênero enquanto um norte teórico e prático que descortina as relações sociais desiguais no cotidiano do cárcere (SAFFIOTI, 1987; SCOTT, 1990; SARDENBERG, 1998; MACHADO, 2000; LOURO; 2008).

Na contemporaneidade, temos uma educação (escolar e não escolar) que ainda reproduz modelos de como ser homem ou mulher, de modo que desde a primeira infância, ainda no ventre, se encaixa o bebê a um determinado mundo (azul ou rosa). Os pais idealizam o ser menino ou menina, com base na perspectiva biológica, assim, aqueles que fogem a estas idealizações, sofrem o que Bento (2011), afirma ser um heteroterrorismo diário (p. 23).

Particularmente, as mulheres sofrem com uma educação sexista e patriarcal, baseada em moldes sociais, culturais, institucionais e não institucionais, ainda reproduzem a ideia do homem como centro, aquele que é forte e corajoso e a mulher como a submissa que frágil e dócil. Assim, naturalizam-se imagens referentes ao feminino e ao masculino, de modo que não cabe à mulher o acesso ao prazer ou ao trabalho na prisão, pois tais atos são considerados naturais ao público masculino, que possui extinto, e, por sua vez, força braçal para ter acesso aos trabalhos dentro do cárcere.

Ainda, conforme os dados da tabela 20% das presas, afirmam não ver nenhuma diferença ou não ter acesso a ala masculina. Essa pequena parcela, demonstra a naturalização

dos comportamentos atrelados aos estereótipos de papéis adequados ao homem e a mulher, e ao privilégios e direitos masculinos na prisão. Outrora, tal dado pode apenas representar um desinteresse da vida atrás das grades em suas dimensões mais profundas.

No que tange aos 20% dos presos afirmaram ser mais fácil a mulher sair da prisão. Neste aspecto, nos reportamos a Moreira (2016) quando afirma a possibilidade de haver um possível abrandamento da pena feminina,

Inúmeros criminologistas indicam como causa provável da menor preeminência da taxa de criminalidade feminina, a maior benevolência e posição tolerante do público e autoridades policiais e judiciais frente a mulher delinquente (MOREIRA, 2016, p. 5).

Assim, percebe-se que os padrões de gênero, estão imbricados na organização das relações sociais da prisão.

As presas, particularmente, destacam suas insatisfações sobre este quesito.

As mulheres tão querendo largar o crime né? Que prova, assim quem tem juízo, quem prova da cadeia não quer voltar mais. Eu mesmo com fé em Deus nunca mais eu boto meus pés aqui, eu já fui...

Pesquisadora- E por que é tão difícil estar aqui?

Entrevistada- É ruim, é ruim porque, sei lá é complicado.

Interrupção externa- Nós mulheres pensamos mais em nossos filhos do que os homens.

Entrevistada- É eu não tenho filho não, mas eu penso na minha vida, retomar minha vida

Pesquisadora- Vocês pensam mais nos filhos?

Interrupção externa- É a gente pensa em não fazer mais aquilo que fez, e os homens não, os homens entram hoje sai amanhã entra de novo.

Entrevistada- Todo dia chega alvará pra eles aí e nós estamos aqui dentro esquecidas.

Pesquisadora- Mas por que vocês acham que estão esquecidas?

Entrevistada- Porque quando chega um alvará aqui é uma vez por ano. A gente é minoria né? O juiz não pega no nosso caso, é isso que tá sendo esquecido aqui dentro. O juiz esquece da gente mesmo, esquece. As novatas que estão chegando vão embora e nós que já estamos aqui até agora. É poucas mulheres ai não tá nem ai. Acho que estão segurando a gente aqui pra botar gente pra trabalhar né? Porque se a gente for embora, é difícil chegar mulher presa aqui. Só chega mais homens, ai chega mais homens lá e...

Pesquisadora- Mas por que tu acha que os homens cometem mais crimes?

Entrevistada- Sei lá, sei não eu não sou do crime, eu não sei, eu não entendo não. Minha vida sempre foi trabalhar... (PRESA 2)

Sim, percebo! Aqui por as mulher ser menos, somos invisível. Eles tem o que fazer, tem fábrica pra trabalhar, tem a horta, todo programa é para a ala de lá. E nós aqui é fumo! Até pra namorar proibiram a gente. Ai as meninas tem que usar aerossol ai, Risos, é um tal de aerossol e chupa charque. (PRESA 5)

Observa-se que o sistema prisional se apresenta como um espaço proponente de violências de privação de liberdade como prática preferencial de punição e principal meio de controle da criminalidade – mediada pelo esquecimento, descaso da justiça e a invisibilidade da mulher encarcerada em um espaço masculino. Este fato provoca uma reflexão sobre o que significa fazer justiça, sobre o direito penal seletivo - nem todos os crimes são perseguidos, nem todas as pessoas e grupos são criminalizadas e como a sociedade reage ao fenômeno da violência e criminalidade. O saber jurídico - seus preceitos, espaços institucionais, suas práticas também reproduzem a dominação masculina. O Sistema androcêntrico macho-penal reproduz a ideologia da inferioridade da mulher - também se manifesta na maneira como percebemos a mulher na criminalidade e no sistema penal mulheres nas barbas da justiça dos homens.

Neste contexto, um dos discursos da Presa 2 demonstra sua visão com relação à ala feminina e masculina. De acordo com ela e sua parceira que interrompe a entrevista, as mulheres pensam nos filhos, assim como pensam em não voltar mais para a prisão, enfatizando também sobre as idas e voltas masculinas para a prisão, que são mais frequentes do que a feminina. A este respeito, França (2014), destaca que a ciência da criminologia possui uma realidade sexuada, de modo que, todo o sistema prisional como: as entradas e saídas, reincidências, projetos de ressocialização, prioridades entre feminino e masculino, assistencialismo, direitos, etc. Requerem ser pensadas sob a prima de estudos de gênero.

As mulheres integram um grupo minoritário na prisão. Uma presa ressalta a baixa frequência de novas mulheres na prisão comparativamente aos homens. A invisibilidade das mulheres presas é sobremaneira destacada. Tal postura é amparada pela percepção de que “a participação feminina, se comparada à masculina é praticamente invisível na criminalidade geral, uma vez que representa, aproximadamente, apenas 6% do total de presos” (FRANÇA, 2014, p. 213).

Eu sou a mais velha daqui né. No tempo que eu tou aqui já entrou e saiu muita gente e eu limpo lá fora né, então eu ouço as conversas e já ouvi muito disso. Mas minha opinião mesmo é que existe diferença sim. Eu faço faxina lá fora, na entrada, nas coordenações, na copa. E todo dia o que eu mais vejo é homem entrando nos carro da polícia. Mulher é mais difícil. A gente até fica surpresa quando chega uma ou outra aqui e a maioria por crime mais besta, ou que o povo considera besta né. Já os home eles tem mais cuidado, porque são mais violento né. E também tem a questão dos trabalhos que pra eles sempre tem mais, curso que em vez em quando vem. Sabe o que chegou uma vez aqui pra gente? Curso de boneca de pano. Será que pra eles lá vem um curso desse? Vem nada, vem outras coisas mais interessantes. Mas eu gosto sabe? Eu gosto de fazer artesanato e faço desde que entrei aqui. E também tem essa questão ai que as meninas estão dizendo de namorar né, que aqui a gente não tem vez nisso ai. Uma vez eu tava me engraçando com um rapaz lá do regime semi

aberto, ele ficava olhando pra mim e eu pra ele, mandava carta nas horas que eu saia pra fazer a faxina, sempre via ele. Mas as agentes ficaram me dando conselho e eu deixei pra lá. É como se elas tivesse mais cuidado com a gente. Pensam que a gente é besta! Risos (PRESA 8).

A presa de número 8 nos apresenta uma fala rica em detalhes sobre suas vivências dentro do cárcere. Ela afirma que é a mais velha cumprindo pena (7 anos), e que por fazer faxina, ter contato com todo o pessoal do presídio há mais tempo, consegue ter uma visão mais geral de como funciona o sistema. Revelando que poucas vezes chegam mulheres, que são crimes considerados bestas, que com os homens o agente tem mais cuidado, por que são considerados violentos.

Assim como os trabalhos de ressocialização em que se oferecem aos homens trabalhos braçais, como na horta (com exceção da fábrica de corte e costura, em que só trabalham homens), enquanto que para elas levam cursos destinados ao que é ser mulher na sociedade, sob este quesito a detenta rir, ao exemplificar um curso de bonecas de pano oferecido a pouco tempo. Ainda, enfatiza o cuidado das agentes com as mulheres presas e brinca ao dizer que elas pensam que as mulheres são bestas.

Esse discurso, de maneira peculiar, nos evidencia o grande aporte de diferenciações de gênero na prisão, assim como também os processos educacionais latentes, que estão presentes em cada fala da presa. O ato da faxina, das punições, trabalhos de ressocialização, namoros, cursos de aperfeiçoamento, envolvimento com a comunidade prisional com um todo, etc. São atos formativos educacionais de forma institucional e não institucional, que refletem conceituações e padrões de gênero. Uma vez que, ao adentrar em um presídio essas mulheres precisam se adaptar as novas regras que se impõe, e esse processo de adaptação e de vivências, são por sua vez, processos educativos que assim como evidencia Foucault (1998; 2013) disciplinam e formam os sujeitos em dóceis e manipuláveis.

Especificamente sobre o curso de boneca de pano, que aparece na fala da presa, no site da prefeitura da cidade de Paulo Afonso (BA), encontrou-se notícia sobre tal atividade socioeducativa, realizada no dia 26 de junho de 2017. A qual afirma que a oficina teve como objetivo recuperar a autoestima das mulheres em situação de prisão, além de trabalhar a autoconfiança, despertar novas perspectivas de vida e prepará-las para o mercado de trabalho.

Figura 4: Oficina de boneca de pano realizado pelas presas



Fonte: Site da prefeitura de Paulo Afonso Bahia²⁵

Pensar sobre o discurso desta presa é esmiuçar as características de gênero e educação sexista no cárcere em cada palavra citada. França (2014) afirma que a insignificância com a qual a criminalidade feminina vem sendo tratada é preocupante, uma vez que ainda se associa à mulher a visão engendrada de dócil e frágil, aquelas que representam menos perigo, e que, por conseguinte, se deve mais cuidado do que punições.

as mulheres constituíram-se como duplo alvo em seu contorno de vítimas, porque, se a sociedade via refletida nelas praticamente toda a imagem de moralidade que cabia a sociedade ter, ficava a cargo dos homens moldá-las para tal finalidade. Assim, como furto dessa visão de mulher e dessa vida em sociedade, era geralmente relativo a crimes praticados por homens que tratava a legislação (CANCELLI, 2001, p. 52. Apud por FRANÇA, 2014, p. 2014).

Tais padrões de ser mulher na sociedade são retratados por alguns autores trabalhados na revisão de literatura como Follador (2009), Louro (2004), Rosaldo (1979), Souza (2005), Moreira (2016), Silva (2014), Furlan (2013), dentre outros que compõem a perspectiva da mulher ideal e da mulher criminosa, enquanto imbricadas em processos formativos educacionais patriarcais, androcêntricos e sexistas.

Tais discursos evidenciam as interfaces do cárcere com relação a gênero, criminalidade e educação, apresentando algumas incongruências relevantes em torno da vida de mulheres presas que ora são invisibilizadas diante dos presos, destacando a possibilidade de sofrerem

²⁵ <http://pauloafonso.ba.gov.br/novo/?p=noticias&i=5615>

múltiplas prisões, bem como a incongruência de serem tratadas como homens na prisão, outrora sofrerem discriminação e violação dos direitos específicos no cárcere com base no sexo.

Ao se pensar sobre as situações de maus tratos vivenciadas por ambos os sexos, temos a seguinte tabela:

Tabela 05: Comparativo de vivências de maus tratos na família entre internos e internas

VIVENCIA OU VIVENCIOU SITUAÇÃO DE MAUS TRATOS OU VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA?					
RESPOSTAS DAS PRESAS			RESPOSTAS DOS PRESOS		
Categorias	Frequência de respostas	Porcentagem	Categorias	Frequência de respostas	Porcentagem
Sim, já apanhei muito de homem	8	46,67%	Não, nunca sofri	10	100%
Sim, por conta da minha orientação sexual	2	20%			
Não, nunca sofri maus tratos	5	33,3%			
TOTAL	15	100%	TOTAL	10	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Com base na tabela, percebemos que 100% dos presos afirmam nunca terem sofrido violências na família, enquanto que 8 (46,67%) mulheres, afirmam já terem apanhado de seus companheiros, 2 (20%) sofreram violências pela orientação sexual, e apenas 5 (33,3%), afirmam nunca terem sofrido maus tratos.

Tais dados indicam a constante violência de gênero sofrida pelas mulheres. Em reportagem ao site Data Folha, Bárbara Santos (2017), profere que uma em cada três mulheres sofreram algum tipo de violência no Brasil no último ano. De modo que, só de agressões físicas o número é alarmante, sendo 503 mulheres brasileiras vítimas a cada hora.

Os dados da referida reportagem, com base em uma pesquisa realizada pelo Data Folha, mostram que 22% das brasileiras sofreram ofensa verbal no ano passado, um total de 12 milhões de mulheres. Além disso, 10% das mulheres sofreram ameaça de violência física, 8% sofreram ofensa sexual, 4% receberam ameaça com faca ou arma de fogo. E ainda: 3% ou 1,4 milhões de mulheres sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento e 1% levou pelo menos um tiro. Ainda, a pesquisa mostrou que, entre as mulheres que sofreram violência, 52% se calaram. Apenas 11% procuraram uma delegacia da mulher e 13% preferiram o auxílio da família.

Tedeschi e Colling (2014) destacam os altos índices de violência contra a mulher com base nas hierarquias entre os sexos e na cultura machista que ainda é presente na sociedade atual, cultura naturalizada que gera violências diárias contra as mulheres em todas as esferas, violências que muitas vezes levam a morte dessas guerreiras. Vale ressaltar que temos, atualmente, uma forte cultura de estupro, no qual a violência sexual contra as mulheres é normalizada na mídia e na cultura popular. Ao disseminar termos que denigrem as mulheres, permitir a objetificação dos corpos delas e glamurizar a violência sexual, a cultura do estupro passa adiante a mensagem de que a mulher não é um ser humano, e sim uma coisa (p. 84).

A cultura do estupro inicia desde o nascimento do bebê, quando se cria “caixinhas” normalizadoras, ou seja, roteiros pré-determinados sobre cada gênero, considerando o que é ser menino (forte) e o que é ser menina (doce, frágil). Desde muito cedo meninos são criados para ser corajosos, enquanto as meninas devem buscar a perfeição.

Assim como evidenciam Silva e Rodrigues (2017), muitas das conquistas obtidas pelas mulheres foram através de lutas que se converteram em políticas públicas. Os autores nos levam a pensar no contexto da sociedade atual e os desafios enfrentados que nos guiam para um retrocesso como as pautas conservadoras em curso no congresso brasileiro e nosso contexto político de presidência de Dilma e logo após de Temer que vão de encontro aos direitos humanos (p. 46).

A epidemia da violência de gênero é algo enraizado, mas que deve ser enfrentada, sendo a superação da invisibilidade um componente importante da luta pelos direitos humanos das mulheres em sua diversidade cultural e social.

Assim, “romper estas barreiras apresenta-se como uma tarefa urgente e necessária, fundamental para todos aqueles que apostam num mundo mais humano e democrático” (TEDESCHI e COLLING, 2014, p. 52).

Diante desta árdua realidade, o que podemos fazer é continuar com a luta, através de organizações coletivas, reflexões e teorizações de gênero, transcendendo os espaços, pensando na educação enquanto a base de mudança de paradigmas e transformação de mentalidades. Havendo a necessidade de pensar nas feminilidades e masculinidades, criando e educando homens e mulheres em prol de direitos humanos e igualdade, pensando em políticas públicas que visem reformas políticas e educacionais com base na perspectiva de gênero e direitos humanos. Tentar tamanho feito é uma árdua, difícil e emergente tarefa a ser enfrentada.

Por conseguinte, ainda nesta linha de caracterização e descrição de vivências entre presos e presas, na condição de presidiários/as, indagou-se sobre o que eles e elas mais sentem falta, deste modo se obteve o seguinte dado:

Tabela 06: Categorias de respostas sobre o que mais os presos e presas sentem falta na prisão

DO QUE MAIS SENTEM FALTA NA PRISÃO?					
RESPOSTAS DAS PRESAS			RESPOSTAS DOS PRESOS		
Categorias	Frequência de respostas	Porcentagem	Categorias	Frequência de respostas	Porcentagem
Dos meus filhos	13	86,67%	Filhos/Família	2	20%
Trabalhar ou liberdade	2	13,33%	Liberdade	8	80%
TOTAL	15	100%	TOTAL	10	100%

Fonte: Dados da pesquisa 2017

É importante enfatizar que, mesmo quando os presos lembram dos filhos, enfatizam também o quesito de liberdade. Estas falas revelam relação de gênero, no sentido da crença veiculada que aos homens cabe à liberdade e para as mulheres o lar e os filhos

A partir do recorte das falas mais citadas, nos referenciamos com 3 categorias de respostas concernentes as lembranças. Assim, 70% dos presos afirmaram que gostam de lembrar da família, 20% afirmaram não saber e 1% afirmou que recorda da sua agricultura.

Enquanto que as mulheres em sua maioria 12 (86,67%), proferem discursos de sentimento de saudades do filho ou da casa, destacando mais uma vez a experiência de gênero e educação estereotipada, na perspectiva da criminalidade feminina.

Eu gosto de lembrar das coisas boas, quando eu sair daqui fazer as coisas boas, trabalhar, cuidar da minha filha. Pensar na liberdade (PRESO I).

A pessoa lembra mais de casa né? Eu sempre quando chego vou fazer um exercício tem dia que a gente fica o dia todo aí chega mais cansado, aí leio a bíblia um pouco (PRESO J).

Eu gosto de lembrar dos meus filhos. Há, quando eu fico reclamando com ele, Bryan venha aqui, venha aqui, quando eu fico reclamando, aí eu lembro e começo a dar risada.

Pesquisadora- Como foi, quando ele tava com seis meses aí você entregou?

Entrevistada- Não, jamais eu dei... Quando ele tava com dois meses entreguei pra avó (PRESA 6).

Há, gosto de lembrar os momentos feliz, assim, da minha vida, né? Com meu filho, quando a gente ia passear, viajava, minha mulher também... Muitas festas.

Eu tinha uma vida, né? Razoável, aí entrei nesse mundo do crime. É só momento de fraqueza, coisa que, sei lá. Eu não vou querer isso mais não (PRESA 9).

Em seus discursos, eles/as nos advertem sobre os padrões de ser e viver enquanto homem ou mulher no cárcere. Existe um ideal de comportamentos estereotipados em cada fala, os dados demonstram a constante de gênero e educação sob a prisma de comportamentos e falas diferenciadas, uma vez que esses seres humanos em suas falas refletem a perspectiva formativa machista e patriarcal. Homens presos que a todo momento falam da tal liberdade perdida como quem perde uma “botija de ouro”. Enquanto que as mulheres presas falam da família e dos filhos sob a mesma proporção de angústia e perda.

Ainda, existe a minoria de homens (20%) que afirmam lembrar dos filhos e da casa, esse dado pode demonstrar um compromisso também com a família, entretanto, mesmo com esta especificidade, não se distanciam da perspectiva da liberdade como bem mais precioso que fora perdido em meio ao crime.

Pensar na liberdade para os homens, família e filhos para a mulher, dentro da prisão, remete aos modelos sociais em que vivemos, considerando que, tais conceituações são marcos da contemporaneidade que assim como versam Follador, 2013, Saffioti (1987), Butler (2006), Scott (1990), dentre outros, precisamos pensar sobre homem e mulher sob uma cadeia de efeitos entrecruzados, para além das caixinhas normalizadoras. Sob esse viés, a educação funciona enquanto importante ferramenta de transformação de mentalidades.

Assim, o ideal de ser mulher previsto no meio social e fomentado por instâncias educacionais escolares e não escolares está intrinsecamente ligado ao adentramento da mulher no mundo do crime, assim como as suas penas e vida na prisão. De acordo com Souza (2005), os crimes cometidos por mulheres estão associados ao modelo de socialização para as meninas desde o seu nascimento, daí podendo ser um indicativo da origem da participação subalterna nos delitos e caracterização não violenta dos crimes femininos.

Braun (2013), assim como França (2014), destaca que as mulheres sofrem múltiplas prisões, uma vez que,

[...] uma mulher que assume esse perfil social, é condenada à prisão, verifica-se um esfacelamento, quase que completo da estrutura familiar. E os desdobramentos completamente diferentes daqueles demonstrados pelos homens submetidos às mesmas condições (FRANÇA, 2014, p. 22)

Assim, faz-se necessário pensar nas mulheres presas e sua relação com a figura masculina sob o viés de gênero e educação, como cruciais no universo prisional, lançando um novo olhar sobre as mulheres que cometem crimes, alertando as autoridades sobre a emergência de mudanças, assim como, expandindo estudos neste âmbito que ainda é escasso e genérico.

Muitos são os enfoques que podem ser dados à mulher presa, neste caso, se reportou-se a perspectiva de gênero e educação, enquanto uma estratégia de se pensar sobre a trajetória de vida das prisioneiras, pensando-as para além da identidade de criminosas. Se reportar aos homens na prisão se fez necessário, pois baseando-se em Safiotti (1987), considera-se que estudar a mulher é voltar-se aos homens, a fim de descosturar as amarras sociais, descortinando as normalizações e papéis engendrados.

Cabe a/ao interno/a cumprir as expectativas da instituição, o que por si só traduz uma realidade de sujeição e coisificação em um presídio masculino, no qual ser mulher é ficar num segundo, último plano, simbólico e concreto - vivem excluídas dentro de um espaço de exclusão. A questão da criminalidade e as formas de seu controle ainda são permeadas por mitos - com grandes cargas emocionais - o medo se transforma em demanda por vingança. Problemas sociais são resolvidos com soluções penais, punição e tecnologia de reforma, disciplina e inibição de crimes.

Neste sentido os resultados deste estudo interrogam, problematizam e procuram evidenciar as diferenciações vivenciadas entre homens e mulheres na prisão e seus processos educacionais, demonstrando que os desdobramentos femininos são pautados em padrões sexistas e desiguais que violam direitos humanos das mulheres dentro do cárcere.

4.7 EXPRESSÃO DA SEXUALIDADE FEMININA NA PRISÃO: AEROSSOL E CHUPA CHARQUE

Em um dia de sol, no mês de fevereiro de 2017, com nove meses de gravidez, a pesquisadora se dirige pela 11ª vez, para o presídio campo da pesquisa, para mais uma sessão de entrevistas. Entretanto, desta vez, os conteúdos das entrevistas abriram espaço para um leque de possibilidades de compartilhamentos de vivências “secretas”, conteúdos íntimos até então não revelados sobre o cotidiano da prisão.

Entre uma entrevista e outra, conversamos sobre a vida, a família, os sonhos, as alegrias, as tristezas, etc. e por um instante esquecemos da condição que nos separava. Entre os varais, estendendo roupas, lavando o pátio, fumando, comendo e tomando banho, foi possível

conversar sobre diversos assuntos, inclusive a sexualidade. As internas de maneira mais confiante já falavam de maneira mais descontraída.

Uma delas, mulher lésbica, contou que está namorando e estava apaixonada por outra companheira (interna/menina), que não tinha família. Mas que isso lhe custou caro, pois tinha uma esposa que ia lhe visitar e que estava procurando os meios de tirá-la do presídio, mas que com a traição havia abandonando-a.

Em meio aos varais estendendo roupas, algumas presas conversavam sobre sexo, uma delas com um cigarro na boca, fazia gestos lambendo o cigarro para a outra que gargalhava e mostrava o dedo. Outra, depilava as pernas em um banco próximo ao banheiro, que via a ação das companheiras e balançava a cabeça de um lado para o outro com um sorriso no canto da boca, como quem tentava disfarçar. Em meio a esta cena, a pesquisadora ao entrevistar a presa de número 6, com um olhar atento ao que se passava aos redores, questionou para a entrevistada sobre a sexualidade, havendo várias interrupções externas,

aqui tá na moda o aerossol e o chupa charque...(interrupções externas, risos conjuntos);

Pesquisadora: mas o que é esse aerossol e chupa charque?

Presa/Pesquisada: O frasco de desodorante que as meninas usam para enfiar, amarra na cintura e tome...(risos). Aqui tão virando tudo sapatona, de noite o pau come. (risos). E o chupa charque é porque é salgado, uma chupa a outra, tá ligada? (Risos). E enquanto isso, os home tem direito a duas visitas íntima por semana. O povo aqui pensa que a gente não tem necessidade, aí nós se vira como pode, mete o dedo, aerossol, chupa charque... (Risos). Mas eu num faço isso não são as meninas ai! (Risos coletivos e interrupções externas). Mentira! (PRESA 6).

O aerossol assim como descrito pela entrevistada, diz respeito a um frasco de desodorante vazio, em que colocam a camisinha amarram na cintura e a outra penetra na companheira. O chupa charque, por sua vez, concerne à prática de sexo oral, elas intitulam desta forma porque afirmam que a vagina é salgada.

A expressão da sexualidade dessas mulheres nos chama atenção para as estratégias (linhas de escapatórias) traçadas por elas dentro da prisão. Em Foucault (1998), aprendemos a pensar sobre o poder que disciplina que gera mecanismos de controle, mas, para além disso, leva-nos a refletir sobre as estratégias, fugas e resistências em detrimento destes poderes (p. 142).

As presas, ao se amarem uma com as outras, estão quebrando barreiras impostas pelo sistema, considerando que elas não possuem o direito a visitas íntimas e nem tão pouco a exercerem a sexualidade entre elas. Conforme destaca solicitando segredo, a presa de número

1 “tais práticas são proibidas, pois sexo é proibido aqui na cadeia, nós mulher não tem direito nem de se pegar (Risos). Se o chefe souber castiga nós. Ele diz que é para evitar doença, mas doença a gente pega é se num gozar” (PRESA 1).

A este respeito, vale ressaltar que o coordenador de atividades laborais e educacionais, afirma saber de tais atos sexuais, contudo não há castigos para essas práticas, mas que não pode desleixar, pois é necessário impor ordens.

Desta forma, diante desses discursos percebe-se que o coordenador exerce o seu poder de disciplina e controle por meio das regras impostas e as presas burlam essas ordens nas madrugadas se deleitando uma sobre a outra. Embora tenham seus dias controlados e vigiados, elas amam-se e se consolam sobre o silêncio da noite. No momento em que os portões das celas fecham, quando as luzes são apagadas, quando as agentes e policiais dormem, elas exercem seu poder de liberdade dentro da prisão.

Os discursos nem sempre são daqueles que os proferem, pois fazem parte de um contexto repleto de mecanismos de controle e efeitos de poder. Conforme assinala Foucault (1970), discursar é ter vontade de possuir uma verdade que é momentânea. Em vigiar e punir (2013), Foucault nos adverte sobre as múltiplas forças que dobram os núcleos de poder, os gestos das presas no que se refere à sexualidade questionam a totalidade da disciplina e controle imposto. Pois, ao adentrar no sistema prisional as mulheres presas são despidas de suas identidades, suas roupas, modos de se comportar, de comer, de falar, de ser e viver, mudam em suas mais íferas esferas, carecendo de se adestrar ao que o sistema obriga.

Ao surgir o assunto da sexualidade, durante as entrevistas as presas sempre davam um jeito de retomar tais acontecimentos, ora como forma de rir, outrora como maneira de falar um pouco mais de algo que parece ser tão interessante e prazeroso em meio a um ambiente hostil que não tem muito o que fazer, ocupar a mente e gargalhar das vivências também se constitui uma estratégia de fuga.

Ao falar em liberdade, reportamo-nos a Dráuzio Varella (2017) quando afirma que a prisão, por muitas vezes é um espaço de liberdade feminina, visto que, no cárcere, as mulheres fogem temporariamente das imposições machistas extramuros, uma vez que elas são reprimidas desde o momento do nascimento, impondo-se modelos de como ser e viver enquanto mulher na sociedade.

Varella (2017) afirma que 80% das presas de sua pesquisa relatam um comportamento homossexual, de forma sutil, entre as grades as mulheres exercem um poder de fuga, da disciplina imposta, bem como dos estereótipos e padrões sociais.

Em entrevista para o site El País (2017) Varella, nos informa que,

O único lugar em que a mulher tem liberdade sexual é na cadeia. Não existe nenhum outro local na sociedade onde ela é livre assim. As mulheres são reprimidas desde que nascem: a menina de dois anos de idade senta com a perna aberta e a mãe diz “fecha a perna”. Essa repressão ocorre o tempo inteiro. Comportamentos que são aceitos e naturalizados para um homem são execrados para mulheres. E no presídio, sem os homens, não existe essa repressão social. Isso faz com que elas tenham o comportamento social que desejarem ter. A homossexualidade está muito mais próxima do universo feminino do que do masculino, e o que a cadeia faz é criar condições que dão liberdade para que a mulher se comporte do jeito que ela achar melhor, sem repressão. E do outro lado você tem a solidão. Essa mulher vive praticamente sozinha, pouquíssimas recebem visitas íntimas, apenas umas 120 de um total de 2.200 (S/P).

O autor versa sobre uma possibilidade de liberdade feminina na prisão, alegando que as mulheres presas não sofrem repressão social, entretanto, estas mulheres são parte do meio e pesquisas feitas até aqui demonstram que as imposições patriarcais e machistas reinam até mesmo nas prisões.

Contudo, ao se ponderar sobre o argumento da liberdade sexual, é interessante pensar sobre este aspecto relacionado às mulheres encarceradas, haja vista que elas se libertam dos cadeados das prisões e viajam nas emoções ao se permitirem gozar uma com as outras. Pois, mesmo em meio a vergonha, padrões morais, considerados corretos, trazidos de fora da prisão, em sua maioria, elas se permitem sentir um prazer diferenciado, se reinventando, criando estratégias de fugas que nesta pesquisa, exemplificado por meio do aerossol e chupa charque.

Dados referentes às mulheres presas, sobre a solidão enfrentada, atos homossexuais na prisão, amores bandidos, dentre outros, são visíveis em várias pesquisas em âmbito nacional (SILVA, 2015; COSTA 2015; PIMENTEL 2017; BRAUAN 2013; dentre outros). Elas vivenciam múltiplas prisões e formas, adotam estratégias de enfrentamento, de escapar da disciplina.

Em entrevista com a presa de número 5, sobre a sexualidade, foi retomado o assunto mais badalado do momento: aerossol e chupa charque,

Gosto de mulher não, de homem... (Risos e interrupção externa). Ela já ficou com mulher... (Risos).

Entrevistada- Não.

Entrevistada- Meu crime de acusação foi... (Interrupção externa)- Aerossol (risos). .

Entrevistada- Aerossol... não! É mentira dela.

Pesquisadora- É o que, que ela disse?

Entrevistada- É não, num pode falar não que é mentira dela. (Risos)

Pesquisadora- O que Que eu gosto de aerossol, risos...
 Pesquisadora- O que é isso? Gostar de aerossol?
 Entrevistada-
 é isso, aerossol?
 Entrevistada- Aerossol é um negócio que bota nas pernas e fica metendo.
 Interrupção externa- Ela que experimentou esse negócio aí. Risos
 Entrevistada- Não experimentei não Jaque, é mentira. Risos... Ai, como é que se diz, desconcentrou tudo agora, risos...
 Interrupção externa- Porque como aqui não tem homem, aerossol é aquele espray, num tem aqueles espray?
 Pesquisadora- Há, é aqueles spray desodorante?
 Entrevistada- Ai bota uma camisinha, bota uma camisinha e faz relação. Risos...
 Pesquisadora- há, entendi. Risos... Espere aí... aerossol é aquele frasco de desodorante, aí uma amarra e a outra usa?
 Entrevistada- Isso, a gente se vira com o que tem. Risos
 Interferência externa- Eu não quero nem me pagando a ouro isso aí.
 Entrevistada: Quer nada, tu que já me ensinou (PRESA 6).

As presas em geral, falavam do aerossol e do chupa charque, com entusiasmo e muitas risadas, outras vinham disfarçadamente de suas celas e sentavam ao lado, a fim de ouvir ou participar da conversa. Entre os diálogos contavam histórias de sexo com companheiros diferentes, descreviam as cenas, gaiteavam sem medo de julgamentos. A presa de número 11, a mais velha da casa, lavava o pátio, com um balde cheio de água e derramou sobre os pés e pernas das mulheres ali sentadas que sorriam. Ao derramar a água ela explanou o motivo do seu ato: “pra ver se baixa esse fogo” (PRESA 11).

O comportamento dessas mulheres ao falar de sexo de maneira aberta e descontraída revela que os corpos presos se libertam na fuga das identidades sexuais e papéis de gênero. Inspirada em Foucault (1970, 1988, 1998, 2013) arrisca-se a dizer que essas mulheres possuem uma ética de existência peculiar, que se compartilham e envolvem-se, mas que também se calam e se protegem diante do poder disciplinar do cárcere. São essas as múltiplas forças que dobram e desmantelam os núcleos de disciplina e poder na prisão.

Concomitantemente, é importante frisar que assim como afirma Silva (2014), são poucas as mulheres que saem da prisão e continuam mantendo um relacionamento com a companheira de cela, uma vez que “[...] de modo geral a sociedade aponta as prisioneiras como homossexuais, como se os papéis entre homens e mulheres fosse essencialista, muitas mulheres quando saem da prisão retornam para os companheiros ou parceiros” (p. 152).

Silva (2014) versa sobre amizade feminina na prisão, se reportando aos conceitos foucaultianos, nos instiga a pensar em uma amizade que se trata de uma mistura de amor, amizade e paixão, misturadas no enclausuramento. Em “A história da sexualidade I”, Foucault

(1988) apresenta a perspectiva histórica de discursos referentes ao sexo entrelaçado a interesses e relações de poder, fomentando pensar sobre a sexualidade nada mais como corpos com os quais a construção/fabricação do prazer é possível (p. 173).

No que se refere a sexualidade, algumas mulheres vão além da homossexualidade pontual, vivenciada apenas na prisão, como a presa de número 2, que afirma ser lésbica desde que nasceu. Ou ainda o preso (como prefere ser chamado) de número 9 que se identifica como homem trans

Sou lésbica desde o dia em que eu nasci. Nunca fiquei com homem não, nem tenho vontade, nunca fiquei com homem não e nem tenho inveja de quem fica, nunca tive vontade não, desde criança eu sou assim. Minha mãe ainda me levou no médico pra saber o que eu tinha de errado, mas ele falou que não tinha nada de errado. Sofri, eu não tive amor de mãe não, minha mãe me rejeitou por causa disso, desde os doze anos. Com doze e ela queria que eu casasse, aí eu falei que não, não ia casar não, eu não gostava de homem. Aí meu pai sempre me ajudou, sempre ficou do meu lado. A primeira vez que eu menstruei eu conversei com ele não foi com ela, ele que resolvia meus problemas todos (PRESA 2).

Pesquisadora- Tem muito tempo que você se assumiu enquanto trans?

Entrevistada- Tem, minha mãe fala que desde 6 anos... Eu não gostava de penteado, minhas roupas era diferente e meu primeiro beijo foi com uma menina. Eu sofri mais assim, na parte do meu pai que ele não aceita, sabe? É tanto que eu morava com ele e eu saí de La, fugi de casa, porque ele nunca aceitou (PRESO 9).

A presa de número 2 relata que sofreu e ainda sofre preconceitos homofônicos por ser lésbica. Ela chora ao falar do desprezo de sua mãe que se acorda com ela, adveio justamente pelo seu jeito “diferente” de ser. Relata que sua mãe a levou ao médico, entendendo ser a homossexualidade uma doença. No fim do século 19, tomou força a teoria de que a homossexualidade era uma doença mental, e deveria ser tratada. Até 1973 a homossexualidade era considerada um ‘transtorno antissocial da personalidade’. Robert Spitzer, considerado o pai da classificação moderna das doenças mentais. O conhecimento biológico e sociológico também foi incorporado, em um modelo que não enfatizava um claro limite entre normalidade e anormalidade

O psiquiatra Robert Spitzer desempenhou um papel fundamental na criação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM, na sigla em inglês), tido até hoje como a "Bíblia" da psiquiatria mundial. Desmistificando a homossexualidade, em suas pesquisas, o médico determinou que a homossexualidade não era uma doença desde que os homossexuais se sentissem confortáveis com sua sexualidade, valendo a mesma lógica para os heterossexuais.

Em 1973, Spitzer conseguiu firmar um acordo no qual ficava estipulado que, para descrever pessoas cuja orientação sexual, seja homossexual ou heterossexual, lhes causava angústia, o diagnóstico passaria a ser o de ‘distúrbio de orientação sexual’. "Um transtorno médico deve estar associado a uma angústia subjetiva, sofrimento ou incapacidade da função social", disse Spitzer²⁶ ao jornal norte-americano *The Washington Post*.

A esse respeito, é oportuno lembrar que a comunidade médica é unânime ao afirmar que nenhuma orientação sexual é doença. Em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria retirou a palavra da lista de transtornos mentais ou emocionais e a decisão foi seguida por todas as entidades de psicologia e psiquiatria no mundo²⁷. Apesar de o Conselho Federal de Psicologia pedir que psicólogos não colaborem com serviços que propõem uma “cura” da homossexualidade, o projeto já foi aprovado por três Comissões da Assembleia (Constituição e Justiça, Saúde e Combate à Discriminação) e vem causando polêmica. Alguns o acusam de ser inconstitucional. “Se garante auxílio para um homossexual que queira ser heterossexual, e não para um heterossexual que queria ser homossexual, ele é discriminatório”, diz o deputado Carlos Minc (PT). Outros o acusam de ser impertinente.

Mais importante que considerar a homossexualidade um problema psicológico, passível de ser tratado, é educar a população para respeitar as individualidades. Diferenças não são escolhas, e sim tendências que fazem parte da natureza das pessoas.

O preso de número 9, como homem trans, também conta um pouco de sua trajetória de exclusão e luta por aceitação que se inicia dentro de sua casa. Sobre esta perspectiva, Berenice Bento (2011) nos leva a refletir sobre os limites das instituições sociais em lidar com sujeitos que fogem as normas de gênero, enfatizando que,

O que está posto é uma evidente disputa com os valores hegemônicos que localizam e conferem direitos apenas a uma parcela da humanidade. Essa disputa revela a precariedade de um sistema de gênero e sexualidade assentado no império do biológico e, consequentemente, na genitalização das relações sociais. Essa precariedade pode ser observada quando milhões de pessoas ocupam espaços públicos demandando humanidade e tencionando os limites

²⁶ Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151229_psiquiatra_homossexualidade_jp?ocid=socialflow_facebook> Acesso em 29.12.2015.

²⁷ Essa questão voltou à tona recentemente por causa de um projeto de lei – inédito no mundo – que está tramitando na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O deputado estadual e pastor evangélico Édino Fonseca (PSC) propõe que verbas públicas sejam usadas no tratamento de pessoas que “voluntariamente optarem por deixar a homossexualidade”. No caso de menores, os pais poderão escolher se a criança ou o adolescente deve passar pelo tratamento. Para Édino, a homossexualidade é um distúrbio psicológico. “O tratamento vai desfazer os bloqueios que levaram aquela pessoa à homossexualidade”.

dos direitos humanos, quando pessoas transexuais reivindicam direitos e explicitam o debate sobre a diversidade/diferença de gênero (p. 559).

São esses limites sociais, no que tange a um sistema de gênero, baseados na perspectiva biológica, que precarizam e invisibilizam os direitos humanos frente a diversidade de gênero, são esses processos castradores que as presas/os nos relatam em seus discursos.

Para Butler (1998), o gênero não é binário senão múltiplo, e ocorre de acordo com as condições de cada mulher e de cada homem, aparece como o meio discursivo/cultural mediante o qual se produz uma ‘natureza sexuada’ ou um ‘sexo natural’, embora os sexos pareçam ser binários, em sua morfologia e constituição, isto não ocorre (p. 56).

As pessoas são ‘transgêneros’, cada vez mais, transcendem/transgridem a atribuição de gênero conforme seu sexo ao nascer. A forma de resistir às normas de gênero faz-se por via de *performances* subversivas de gênero, que desestabilizam esta equação sexo/gênero/desejo; por exemplo, *performances* em que o sexo e o gênero não correspondam, ou em que a hegemonia da heterossexualidade é contestada²⁸. Butler concebe gênero não é uma categoria ontológica, mas que se faz”, que “se constrói”, que é, em última análise, performance.

Cruz e Diaz (2015) destacam o corpo em seu sentido sociocultural, chamando atenção para a dificuldade em se pensar sobre gênero e sexualidades na prática educadora, considerando a naturalização do corpo em suas práticas culturais, que condicionam representações e imaginários sobre o feminino e o masculino, condicionando o certo e o errado, dentro ou fora dos padrões sociais em um constante processo de discurso civilizador. Abordam uma discussão acerca do corpo imerso a campos de poder, político, cultural, social, identitário, disciplinador, dominador, bem como libertador/emancipador (p. 81).

Os corpos que fogem às normatizações são taxados de estranhos, portanto, sofrem com as imposições sociais que ditam o que é correto. Esse processo é nomeado por Berenice Bento (2011) de heteroterrorismo, de modo que aqueles que fogem do tradicional (homem e mulher baseados no sexo biológico) sofrem julgamentos diários.

As presas em suas falas se reportam para múltiplas formas de viver a sexualidade, consideram injusto serem taxadas como corpos sem sexualidade, assim como não possuir direito ao sexo simplesmente por ser mulher. Isso fica explícito nas falas da presa 3, que afirma,

é assim, tem gente que gosta de mulher e tem gente que não gosta, ai como a gente não tem visita aqui, a gente fica com vontade de namorar, de matar a

²⁸ Através das *performances*, podemos observar como os gêneros são produzidos e reconhecidos como corpos e, em simultâneo, perceber o modo como artistas criticam a criação de corpos dóceis e a ficção do binarismo hegemônico de gênero.

vontade que a gente sente.. não tem visita íntima aqui. Ai tem vez que sobe pra cabeça ai a gente vai lá e chupa charque, mas quem pensa muito não faz... Não eu não sou contra não. No primeiro dia que eu cheguei aqui até me deu vontade de ir namorar, ai peguei e falei não Érica você não é assim. Um dia você vai namorar lá fora, e eu espero namorar lá fora com um homem. As vezes me dá vontade de namorar, ai eu digo, há meu Deus o que eu vou fazer agora sem namorar, risos... A gente sente necessidade física né, mas o maior não deixa. Mas os homens têm, dia de sábado e de quarta (PRESA 3).

Desta forma, a presa 3 retrata sua percepção de vivência diária com relação à sexualidade, nas entrelinhas ela nos diz que chupa charque e ao mesmo tempo tenta se justificar ressaltando que se controla e que pensa em namorar lá fora. Ainda, a presa de número 11, nos informa que “Gosto dos dois. Sei curtir a vida. Risos” (PRESA 11).

De acordo com Silva (2015),

[...] é a fuga das identidades de gênero fixadas que aproxima as pessoas, em nome da busca de um tipo de prazer que o sistema proíbe, complementando essa vontade humana de realização do desejo físico, mas também afetivo [...]. Trata-se como sugere Foucault de uma atitude, de um modo de sentir, que além de questionar o possível da libertação. Essas são, pois, relações antidisciplinares, anti-institucionais, são criações, o imprevisível e que ultrapassam qualquer categoria de gênero, de sexo, de etnia (p. 157).

Assim, as presas expandem as relações, em meio ao pátio, estendendo roupas, conversando, fumando um cigarro, dormindo juntas, tomando banho, elas constroem um mundo, ao qual, o sistema não pode controlar. Temos de um lado a tentativa sem sucesso de controle do sexo, e de outro, um jogo de relações que se recriam e se reinventam, liberdades vivenciadas por meio da sexualidade que vai além do aerossol e chupa charque, pois são “[...] diagramas de liberdades nas quais as presas [...] se constituem demasiadas humanas” (SILVA, 2015, p. 161).

São nesses contextos que as mulheres constroem suas subjetividades, apaixonando-se, compartilhando-se, erotizando-se, brigando, rindo e chorando. Quebram a frieza e a força da disciplina cotidiana no presídio. Mulheres que assumem múltiplas identidades, que desmantelam os padrões idealizados do corpo feminino referente ao dócil e frágil. O feminino transgressor de identidades de gênero, que se reinventa e cria outros arranjos possíveis de experimentar o corpo.

Tratamos de vidas que subjetivam a prisão de maneiras diferenciadas, que vivem a sexualidade como modo de libertação. Que transgridem as normas de gênero e que transforma um corpo violado a um corpo repleto de fugas e prazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E assim chegamos ao final da pesquisa que celebra as invisíveis do cárcere, necessitando de últimas palavras que representem as respostas para as perguntas elencadas no início da pesquisa, assim como considerações em torno dos objetivos traçados, o que se viu, viveu e concluiu em torno da vida das prisioneiras de Paulo Afonso (BA). Porém, para além dessas variantes, consideramos importante não fechar parênteses, nem apresentar conclusões fechadas, destacamos a priori, a sensação de dever cumprido, de ter tocado e atingido o centro e objeto desta pesquisa, que diz respeito as mulheres presas.

Torna-se exitoso, argumentar que não pretendemos afirmar verdades sobre a relação das presas com o crime, nem tão pouco julgarmos os/as sujeitos/as da pesquisa, mas de uma maneira peculiar buscamos refletir sobre a arte de existir dessas pessoas que burlam as regras e são temidas por um corpo social. Se fez necessário ao decorrer do estudo desmistificar imagens referentes aos homens e mulheres presos/as percebendo-os antes de tudo, como seres humanos. Compreendemos os diferentes jogos de verdade que legitimam seus discursos, reinventando-se e nos apresentando contextos de vida peculiares.

A partir de estudos teóricos e práticos de maneira interligadas, foi possível estabelecer a relação entre educação, gênero e criminalidade feminina, demarcando que tais categorias estão intimamente relacionadas no que se refere a vida de mulheres no cárcere em suas interfaces subjetivas e identitárias.

Respondendo as questões/problemas elencadas, foi possível perceber que o perfil da população que cumpre pena no presídio regional de Paulo Afonso (BA), basicamente é composto por homens e mulheres pobres, com pouca ou nenhuma escolarização, pais e mães, os quais se distanciaram de seus filhos/as, católicos ou evangélicos, moradores da região onde o presídio está localizado. Pessoas que em sua maioria se identificam como morenos/as²⁹ e que a todo momento se ressignificam e apresentam-se através de discursos positivos sobre si.

Os perfis destes presos/presas se assemelham aos dados prescritos no INFOPEN (2014), onde demarcasse a população prisional nacional é em sua maioria de pobres, negros, com baixa ou nenhuma escolaridade. Especificamente sobre as mulheres presas, destacamos em seus

²⁹ Os presos e as presas em sua maioria se identificaram como morenos/as, entretanto a pesquisadora percebeu que todos aqueles que se identificavam com tal nomenclatura, são negros. Identificando uma variante importante com relação a negação e/ou ressignificação de identidades.

discursos a construção de um outro de si, sempre se reportando a imagens de mulher mãe de família, trabalhadora e do lar, assim como evidenciado na perspectiva de padrões históricos de como ser e viver enquanto mulher na sociedade.

No que concerne a questão de como o público feminino vivencia as diferenças e seletividade de gênero comparativamente ao público prisional masculino, a pesquisa revelou inúmeras formas de assujeitamento do feminino sobre o masculino, o qual é fomentado no cárcere. Uma vez que, dentro de uma mesma unidade prisional são muitas as variáveis de diferenças e vivências entre os presos e presas elencadas, dentre elas destacamos: a incongruência de que existem trabalhos de ressocialização apenas para o público prisional masculino; apenas os presos possuem direito a visita íntima; a inconstância e descaso com os julgamentos das mulheres em detrimento de um possível abrandamento da pena; Leis que são especificamente para os homens, as quais as mulheres precisam se adequar, com exceção do feminicídio, Maria da Penha e questões de maternidade na prisão.

Assim, temos a evidência de que as mulheres fazem parte de divisões sexual do crime, desde sua efetivação (em seu caráter subalterno, sempre em posições inferiores aos dos homens), até seu julgamento (com um possível abrandamento da pena). Entretanto, é importante ressaltar que as mulheres sofrem a penalidade de maneira mais intensa por meio dos estereótipos de gênero, os quais sustentam a imagem de mulher ideal de família.

Existe um grande aporte de diferenciações de gênero na prisão, assim como também os processos educacionais latentes, que estão presentes nas falas das presas. O ato da faxina, das punições, trabalhos de ressocialização, namoros, cursos de aperfeiçoamento, envolvimento com a comunidade prisional, são atos formativos educacionais de forma institucional e não institucional, refletindo conceituações e padrões de gênero. Uma vez que, ao adentrar em um presídio essas mulheres precisam se adaptar as novas regras, e esses processos de adaptação e de vivências, são por sua vez, educativos, como evidenciados por Foucault (1998; 2013) disciplinam e formam os sujeitos em dóceis e manipuláveis.

Percebemos que a divisão sexual do crime, possui dois lados, ou seja, a criminalidade feminina está associada ao processo educacional (escolar e não escolar) que advém de uma cultura heterossexual compulsória e sexista, assim como a incongruência de que em alguns momentos a mulher é tratada como homem na prisão (através de falta de leis específicas, apoio médico, etc), e ao mesmo tempo são diferenciadas na prisão por serem mulheres, no que se refere, as visitas íntimas que não possuem direito, pois acredita-se que a mulher não possui o tal “instinto masculino”.

Foi possível estabelecer uma visão concernente aos crimes, penas e julgamentos, considerando que grande maioria dos homens entrevistados já foram julgados, enquanto as mulheres continuam em sua maioria em regime provisório, aguardando a sentença ou audiência. Neste aspecto, em específico as mulheres se dizem esquecidas, afirmam que por serem minoria, seus julgamentos são mais lentos.

Esses dados comprovam o que Moreira (2011) coloca, ao se pensar no abrandamento da pena feminina, centrado na perspectiva de que a mulher é dócil e frágil, e, portanto, não lhes cabe a vida pública criminal. Uma herança histórica, educacional e formativa, a qual se apresenta nos dias atuais (p. 48).

O estudo foi capaz de revelar alguns paradoxos referentes a criminalidade, com foco para a feminina, relatando de maneira peculiar as vivências dessas mulheres no cárcere, referenciando tais vivências com base nos processos formativos sociais educacionais evidentes nas divisões concernentes ao gênero.

Observamos que a violência institucional se mostra presente, pois essas mulheres sofrem toda a sorte de desrespeito aos seus direitos, as suas especificidades (sexualidade, diversidade sexual e maternidade) desde o encarceramento em prédios superlotados e a inadequação deles a realidade feminina, até a imposição de castigos como: a negação da feminilidade, o distanciamento da família, a submissão, à falta de assistência à saúde, ao acesso à justiça entre outros.

Com relação ao modo como as mulheres vivenciam suas experiências nos discursos sobre o seu dia a dia e constroem estratégias de sobrevivência na prisão, verificamos o ato de se reconstruir diariamente, mulheres que se ressignificam e constroem uma identidade positiva de si a fim de serem aceitas, identidade atrelada a construção histórica de mulher submissa e confiável, que em contrapartida, são por excelência, exemplos de resistência de tais modelos, na medida em que cometem crimes e rompem com o padrão sabrecado de ser mulher.

Essas mulheres ludibriam as regras e desmantelam o poder do cárcere. Uma forma de estratégia de sobrevivência evidenciada durante a pesquisa diz respeito as práticas sexuais, as quais o aerossol (ato sexual com fracos de desodorantes vazios) e o chupa charque (sexo oral), são gritantes como categorias nativas de experiências múltiplas de vivências na prisão. Mulheres que se deleitam umas sobre as outras sobre o silêncio da noite, quando as grades e os enormes cadeados são fechados, estas mulheres buscam fugas do disciplinamento dos corpos por meio de mecanismos de sobrevivência no cárcere. Mulheres que riem e choram, que se

contradizem em seus discursos em busca de uma verdade própria, estando a todo momento na ânsia de serem ouvidas, falando de suas vidas como quem gritam: ei eu existo!

Além de retrocessos e diferenciações com base no gênero vivenciadas pelas mulheres na prisão, a pesquisa foi capaz de apresentar alguns avanços, como o fato de um homem trans ter relatado que ao ser preso o delegado perguntou em qual ala gostaria de ficar (masculina ou feminina), escolhendo a feminina por medo de ser estuprado ou sofrer atentados junto aos homens. Tal atitude do delegado revela um avanço no sentido de gênero na prisão, pois mesmo ainda não possuindo seu nome social registrado na carteira de identidade, o homem trans entrevistado foi tratado com respeito ao seu gênero. Vale ressaltar que existe um avanço também no sentido jurídico, uma vez que o Ministério da Justiça em 2014, publicou uma portaria para o recebimento da população LGBT em presídios do país, de forma que o Estado deve garantir respeito conforme o gênero.

No que diz respeito aos processos formativos educacionais constitutivos da vida no cárcere, a pesquisa adotou a perspectiva de educação escolar e não escolar, no seu sentido dialógico, social, cultural, político, formativo e humanitário, assumindo um compromisso ético e político com a pesquisa em seu âmbito educacional. Ao questionar a educação em seu sentido ciclópico, entendido como um prolongamento do sentido da educação, perdendo a invisibilidade ou neutralidade, questionamos a reprodução das práticas educativas enraizadas as quais estruturam concepções de gênero, estereótipos de como ser homem ou mulher baseados no binarismo, reproduzindo ideias machistas e sexistas expandidas e reproduzidas mesmo dentro das prisões.

Todos os processos vivenciados na prisão constituem-se como educativos/formativos, considerando que marcam os indivíduos que ali vivem em todas as suas esferas. O ato de punição, regras, a nova identidade imposta, vivências no cárcere, amizades, namoros, formas de vestir, pronunciar, rotinas, atividades de reeducação, a disciplina, dentre tantos outros elementos que são por excelência, processos educativos.

Pensarmos a educação sob o cenário e perspectiva do sistema prisional feminino, tornou-se pertinente, uma vez que o próprio ato punitivo é um recurso educativo, outrora, aplicado as práticas vivenciadas de natureza carcerária, considerado marcante na vida dos indivíduos, constituindo-se enquanto um processo deliberativo/formativo/educacional de vida.

Assim, a educação contemplada nesta pesquisa diz respeito a educação escolar e não escolar (institucional e não institucional) visto em alguns momentos sob a perspectiva da formação escolar dos presos e presas, assim como a educação que se prolifera no campo social

remetendo a seus sentidos diversos, em seu caráter transdisciplinar que pensa no indivíduo de maneira contextualizada enquanto uma ferramenta de emancipação, consciência social, política, cultural e econômica, promovendo o desenvolvimento do indivíduo de maneira integral.

Ambas as perspectivas educacionais se demonstraram imersas a valores patriarcais, sexistas, homofóbicos, classistas e racistas, refletindo tais aspectos dentro da vida no cárcere.

A educação sob a epistemologia pós crítica, significa descosturar as amarras educativas tradicionais, em prol de se pensar em um universo amplo de desenvolvimento do indivíduo como parte de um meio social extenso e pragmático. Uma educação a qual sirva a um projeto de ser humano, evidenciando suas potencialidades, educando para a vida, para além das amarras sociais.

Desta maneira, alcançamos o objetivo geral da pesquisa, descrevendo e analisando o processo de construção histórica, trajetória subjetivas de mulheres presas no Conjunto Penal de Paulo Afonso (BA), destacando a diversidade de experiência e invisibilidade da condição do público feminino comparativamente ao masculino, atrelando-se ao processo educacional. Assim como os objetivos específicos, aos quais nos destinamos a descrição da população a qual cumpre pena no referido presídio; as relações de poder e interfaces subjetivas vividas por mulheres inseridas no crime e sua relação com a figura masculina; a concepção feminina de identidade e o modo como as detentas constroem e representam essas identidades nas experiências compartilhadas no cotidiano do sistema prisional; e refletimos sobre as múltiplas aprendizagens e processos educacionais que o sistema prisional impõe.

Retomando as hipóteses elencadas, confirmamos a perspectiva de que o presídio é considerado um espaço educativo/reeducativo/ressocializador, portanto, apresenta uma pedagogia própria, que contribui sobremaneira para a construção do imaginário social de mulheres e homens presos/as, reproduzindo os discursos sexistas, racistas e classistas, caracterizados na formação social do Brasil, sendo interessante descortinar e problematizar as verdades nesse âmbito. Nesta linha de reflexão, a criminalidade das mulheres está intimamente associada ao processo educacional estruturado em uma cultura heterossexual compulsória e sexista, constituindo-se como estratégia de saída da invisibilidade social feminina, ora como forma de libertação, outrora como sujeição ao homem.

O que nos instiga é pensar que a base de toda esta perspectiva criminal relacionada ao gênero é a educação. Educação primaria e secundaria (escolar e não escolar), uma vez que o ser humano é formado a partir do meio, onde a cultura não determina, mas o constitui. Se temos

uma educação calcada na cultura androcêntrica, onde se cria meninos para a liberdade e meninas para o lar, logo esta concepção reflete em todos os âmbitos sociais, inclusive no contexto criminal.

Assim, sob a perspectiva pós-crítica aprendemos a ser flexíveis, se adaptar ao ambiente da pesquisa, caminhando sobre o que já foi produzido em relação ao objeto, estabelecendo novos sentidos. Desta forma, esta pesquisa, sob a égide de outros estudos, contribui para se pensar na criminalidade feminina de uma maneira diferenciada, no que tange a sua relação com gênero e educação. Por meio deste minucioso trabalho, buscamos descrever pesquisas feitas no campo da criminalidade com destaque para a criminalidade feminina e de mulheres presas em seus múltiplos enfoques, analisando o que já foi dito, a fim de pensar sobre um novo trajeto e perspectiva histórico social, em tempos e espaços diferentes, desta vez proferido sob as mulheres presas no presídio regional de Paulo Afonso (BA).

As mulheres presas vivenciam uma invisibilidade no que tange aos direitos específicos de ser mulher no cárcere, como também ocupam um processo que chamamos de hipervisibilidade, estando relacionado ao lugar onde seus corpos ocupam no sistema prisional, mulheres as quais carregam consigo os estigmas sociais atreladas aos papéis históricos.

Se, por um lado são invisibilizadas, por outro, são visíveis na produção de corpos puníveis e descartáveis. Assim as categorias de raça/classe/gênero estão interligadas e produzem vulnerabilidades específicas, sendo de fundamental importância para se pensar em um projeto de corpo e de vida, o qual pode ser potenciado sobre a encruzilhada prescrita na teoria e na prática, alavancando estudos que dialoguem com o contexto e suas variáveis.

Destarte, as mulheres pesquisadas são signos de contradições, imersas a uma sociedade onde a luta pela liberdade, democratização, direitos e deveres, são contraditórias, tendo em vista a vivência em um sistema no qual se fortalece excluindo os/as marginalizados/as.

Presumimos, que, em meio a essas vidas, em meio a este espetáculo da vida real, é possível estudar as relações de gênero na prisão e intensificar pesquisas neste âmbito ainda enigmático, podendo levar os dados coletados e resultados para fins governamentais, acadêmicos e sociais.

Assim, despeço-me revivendo as memórias transformadas em escrita, agarrando-se às experiências da prisão e toda a sua representação (punição, dor, solidão, abandono, culpa, disciplina, risos, lágrimas, brincadeiras, amizades, namoros, etc.) um tema de estudo, ao qual espera-se ter sido esmiuçado nesta pesquisa, a fim de dar voz às mulheres presas que são silenciadas e invisibilizadas. Pleiteou-se impulsionar estudos sobre esta temática que ainda é

incipiente, assim como alargar mentalidades, pois como educadora aprendi a pensar nas práticas de desenvolvimento humano em suas diferentes concepções.

Como educadora, aprendi a ouvir e ser ouvida, sonhei, me tornei, busquei e busco uma compreensão das mazelas sociais, reportando-me a um campo que traz lembranças da infância, atreladas a um sentimento de dúvidas e incertezas, o qual questiono o porquê que alguns amigos de infância se encontram na situação de presidiários e em contrapartida, a pesquisadora que aqui vos escreve se torna mestre em educação.

Por fim, findo o trabalho sem calar as palavras, repleta de pensamentos, inquietudes, e dúvidas, mas também, com a certeza que esta pesquisa pode provocar um alargamento de mentalidades, proporcionando às mulheres presas um falar para além das grades, expressando um espetáculo da vida real que se materializa nesta pesquisa de mestrado.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios**. Recife, **Revista Usp**. 1990.

ALMEIDA, Giseliene Medeiros. **Pedagogia como prática de liberdade**: o papel da educação no processo de reintegração na comunidade feminina do presídio regional de Paulo Afonso – Bahia. Paulo Afonso, 2015. 105f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alagoas, curso de pedagogia, 2015.

ALVES, Amy. C. Faria. **De gente a gente só tem o nome**: a mulher no sistema penitenciário em Sergipe. IN: São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, p. 95, 2001.

ALVES, Enedina do Amparo. **Rés negras, judiciário branco**: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção e da punição em uma prisão paulista, 2000.

ANDRADE, Michelle Silva de. Machado, Marília Novaes da Mata. **Constituição da subjetividade por mulheres aprisionadas**. Minas, 2016. Disponível em http://pepsic.bv.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1809-89082016000100020 Acesso em 31 de maio de 2017, às 20:59.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivros, 2005, p. 7-70.

ASCON/PM/PA. **Internas do presídio regional participaram de oficina de boneca de pano**. Disponível em <http://pauloafonso.ba.gov.br/novo/?p=noticias&i=5615> publicado em 26/06/2016. Acesso em 02/07/2017, às 20:31h.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

BARROS, Ana Maria de. Et al. **Criminalidade e análise de gênero**: a mulher e o crime. Um estudo na penitenciária de Garanhuns- PE. **Revista Unieducar**. 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo**: Fatos e mitos. 4ª edição, tradução de Sergio Milliet. Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**; tradução Maria Helena Kuhner.- 2ª ed. –Rio de Janeiro : Bestrand Brasil, 2002.

_____, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989. Cap. I e VI 313 p.

BREITMAN, Mirian Rodrigues. **Criminalidade Feminina**: outra visão dos papéis da mulher. Porto Alegre, 1999, pp 200-223.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, (42), p. 250-274, jan-jun de 2014.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BRASIL, **Conselho Nacional de Educação**: Conselho Pleno. Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006.

_____, Ministério da educação. **Leis de diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394/1996. Volumes 1, 2 e 3.

_____, **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm, acessado 15/09/013.

_____, **Legislação informatizada - lei de 15 de outubro de 1827**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm Acesso em 24 de maio de 2017 às 15:28.

_____, **Levantamento nacional de informações penitenciárias, Infopen- Mulheres, DEPEN-** Departamento Penitenciário Nacional, Junho de 2014.

_____, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/>. Acesso em 05/05/2017 às 19:15.

_____, **População carcerária brasileira chega a mais de 622 mil detentos**. Ministério da Justiça e segurança pública do governo federal, Brasília, 26/04/2016. Disponível em <http://www.justica.gov.br/noticias/populacao-carceraria-brasileira-chega-a-mais-de-622-mil-detentos> . Acesso em 5 de fevereiro de 2017, às 16:05hrs.

_____, **Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado da Bahia**. PRONASCI, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. **Brasil tem 4ª maior população carcerária do mundo, diz estudo do Mj**. Justiça. Gov.br. Notícias do cotidiano, Brasília, 24/06/2016. Disponível em <http://www.justica.gov.br/noticias/populacao-carceraria-brasileira-chega-a-mais-de-622-mil-detentos> Acesso em 19 de janeiro de 2017 às 12:07

BRANDÃO, Zaia. **A intelligentsia um percurso com Paschoal Lemme** – por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH/Editora da Universidade São Francisco- EDUSF, 1999.

CALIMAN, Geraldo. **Pedagogia social: contribuições para uma teoria geral da educação social**. IN: **Pedagogia social: contribuições para a evolução de um conceito**. Roberto da Silva (orgs.)... [et al]. – 1 ed.- São Paulo. Expressão e Arte Editora, 2011.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Et al. **Direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTQI: inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na educação e na formação docente**. João Pessoa. Editora da UFPB, 2016. 74p.

CAVALCANTI, Fernando. Drauzio Varella. **O único lugar em que a mulher tem liberdade sexual é na cadeia**. São Paulo. 9 de julho de 2017. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/05/politica/1499276543_932033.html Acesso em 20/12/2017 às 19:40.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **Trajetória e perspectivas do feminismo para o próximo milênio**. In: Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares/ Elizate Passos, Ívia Alves, Márcia Macêdo (organizadoras)- Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 283 p. (coleção Bahianas, 3), 1998.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Pedagogia social: contribuições para uma teoria geral da educação social. IN: **A pedagogia social e o adolescente autor de ato infracional**. Roberto da Silva (orgs.)... [et al]. – 1 ed.- São Paulo. Expressão e Arte Editora, 2011.

COSTA, Elaine Cristina Pimentel. **Amor bandido**: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas. 2. Ed. – Maceió : EDUFAL, p. 153, 2008.

COSTA, Patrícia Rosalba. GROSSI, Miriam Pillar. MACARRO, Maria José Marco. “Não Dói o útero e sim a alma”: A violência sexual que fere, que mata, que dilacera as mulheres do Brasil, 2008.

CONNEL, R. W. **Políticas da masculinidade**. Educação e Realidade. Porto Alegre: Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS), 1995.

COLMEIA, Zé. **Família e cárcere**: os efeitos da punição sobre a unidade familiar e a necessidade de inclusão. Rio de Janeiro, 2016.

CUNHA, Elizangela Lelis. **Ressocialização**: O desafio da educação no sistema prisional Feminino. Campinas, vol. 30, n.81, p. 157-178, maio.-ago.2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n81/a03v3081.pdf>.> Acesso em 15 de setembro de 2014, às 01:12hrs.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**.2000. Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> Acesso em 13 de fevereiro de 2018.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, Gênero, Cidadania: Tradição e Modernidade**. 1. ed. São Cristóvão: Editora -UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

DAUSTER, Tania. **Antropologia e educação**. São Paulo: Forma e Ação, 2007.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 5. Ed. – Cortêz – São Paulo, 1997.

DIAS, Alfrancio Ferreira; CRUZ, Maria Helena Santana. **A produção/reprodução do corpo generificado na escola**. Cadernos de Pesquisa, v. 22, n.3, pp. 25-41, 2015.

DIAS, Esther. **A filosofia de Michel Foucault**. Tradução de Cesar Candiotto.- 1.ed.-São Paulo:Editora Unesp, 2012.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo, 2005.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhando com Foucault**: arqueologia de uma paixão. Editora: Autêntica, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no collége de France. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio.- 18 ed. Janeiro de 2009- São Paulo. Pronunciado em 2 de dezembro de 1970.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Ghilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.

_____, Michel. **Microfísica do poder**; organização e tradução de Roberto Machado.- Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 41^a. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2013.

FURLAN, Cássia Cristina; MULLER, Verônica Regina. **Gênero, sexualidades e docência**: (re) pensando práticas. Revista Educação em Questão, Natal, v. 46, n. 32, p. 3-4, maio/ago. 2013.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. **A mulher na visão do patriarcado brasileiro**: uma herança ocidental. Revista fato&versões n.2 v.1, p.3-16, 2009.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. **Revista Ártemes**, Vol. XVIII N° 1, Jul-dez. 2014.pp. 212-227.

GARRIDO, Adriana Oliver. **Fatores sociais de criminalidade**. Paracatu, 2006.

Cf. GEERTZ, Clifford. **A interpretação da cultura**. São Paulo: LTC, 1989. A cultura como uma teia de significações tecidas pelo homem e de descrição densa é a interpretação do fato descrito etnograficamente, procurando esses significados, ou seja, motivos, interesses e objetivos.

GILLIGAN, C. 1982. **In a different voice**: Psychological theory and women's development. Cambridge, Harvard University Press, 184 p.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada, Rio de Janeiro, Editora LTC, 1988.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975

HALL, Stuart. Cap. 2. A identidade em questão; cap. 3. Nascimento e morte do sujeito moderno. In: **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, P. 7-46.

HALL, Stuart. **A identidade na pós-modernidade**. Rio e Janeiro: DP&A, 1999.

HELLER, Agnes- **Cotidiano e Historia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JULIAÃO, Elionaldo Fernandes. **Educação escolar entre as grades**. Elenice Maria Cammarosano Onofre (org.) IN: As políticas de educação para o sistema penitenciário: análise de uma experiência brasileira. São Carlos: EduFScar, 2007.

LEME, José Antonio Gonçalves. **Educação escolar entre as grades**. Elenice Maria Cammarosano Onofre (org.). IN: **A cela de aula**: tirando a pena com letras. São Carlos: EduFScar, 2007.

LIMA, Paulo Marco Ferreira. **A Mulher Delinquente** – Algumas Perguntas e Algumas Considerações. In: REALE JÚNIOR, Miguel e PASCHOAL, Janaina. (coords.) **Mulher e Direito Penal**. Rio de Janeiro, Forense, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias de sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010b.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9º ed. São Paulo: Contexto, p. 443-481, 2008.

LOPES, Véra Neusa. **Superando o racismo na escola IN: Racismo, preconceito e discriminação**. 2 impressão Org. Kabengele Munanga- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. 2000.

MACHADO, Evelcy Monteiro. **Pedagogia Social no Brasil**: políticas, teorias e práticas em construção. IX congresso Nacional de Educação- EDUCERE. 26 a 29 de outubro de 2009. PUCPR. Paraná, 2009.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em Confronto**: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo? Série Antropologia nº 284. Brasília, 2000.

MAHEIRIE, Kátia. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. Revista **INTERAÇÕES**, Vol. VII, nº 13, p. 31-44, jan-jun, 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Melanésia. 3ª. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. **A chamada acumulação primitiva**. Tradução: José BARATA- MOURA e Álvaro PINA (publicado segundo o texto da 4 edição Alemã de 1890. Direitos de tradução em língua portuguesa reservados por Editorial Avante- Edições Progresso Lisboa- Moscovo, 1982, 1867.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

MENEZES, Magali Mendes de. **Da academia da razão a academia do corpo**, p. 13-22. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002.

MEYER, Dagmar Estermann. PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós críticas em educação**. Horizonte: Mazza Edições, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2º edição, São Paulo, Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hicitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

MISSE, Michel. 2011. “**O Papel do Inquérito Policial no Processo de Incriminação no Brasil**: algumas reflexões a partir de uma pesquisa”. Revista Sociedade e Estado, 26(1):15-27.

MONTEIRO, Ivanilde Alves. **A mulher na história da educação brasileira**: entraves e avanços de uma época. Universidade Federal da Paraíba- João Pessoa. 2012.

MORAES, Roque. GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**: processo reconstrutivo de múltiplas faces. Rio Grande do Sul, 2006, p. 117-128.

MOREIRA, Cinthia Lopes. Aspectos da criminalidade feminina. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, X, n. 40, abr 2007. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4088>. Acesso em out 2016.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves. ZUCCHETTI, Dinora Tereza. **Educação além da escola**: acolhida a outros saberes. Cadernos de pesquisa, v. 40, n. 140, p. 629-648, maio/ago, 2010.

MUCCINI, Sandra. MALTA, Sergio. **Período pioneiro da hidroelétrica de Paulo Afonso-BA**: uma contribuição da historiografia de base local e regional. Rios Eletrônica. Nº 1, agosto de 2017. Disponível em: http://F:/Mestrado%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o%20UFS/disserta%C3%A7%C3%A3o/CIDADE%20DE%20PAULO%20AFONSO/periodo_pioneiro_da_hidreletrica_de_paulo_afonso_ba.pdf acesso em 06 de agosto de 2017 às 23:50.

MUSUMECI, B.; ILGENFRITZ, I. **Prisioneiras: Vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro, Garamond, p. 150, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de antropologia**. São Paulo, USP, v. 39 nº1, 1996.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Educação escolar entre as grades**. Elenice Maria Cammarosano Onofre (org.). IN: **Escola da prisão**: espaço de construção da identidade do homem aprisionado? São Carlos: EduFScar, 2007.

PAULA, Adilton de. Educar o Brasil com raça: das raças ao racismo que ninguém vê (in) SANTOS, Genilda; SILVA, Maria Palmira (org.). **Racismo no Brasil**: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI. São Paulo: Fundação Perseu Amparo, 2005.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisas pós- críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de pesquisa**, vol. 34, n. 122, p. 283-303, maio/ago. 2004.

PIMENTEL, Elaine. Mulheres e violências: interseccionalidades. IN: **Prisões femininas**: por uma perspectiva feminista e interseccional. Brasília, 2017.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1994. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/246524851/A-Mulher-Na-Historia-Do-Brasil-Mary-Del-Priore> Acesso em 19/05/2017 às 20:15.

_____, Mary Del. **Histórias Íntimas**- sexualidade e erotismo na história do Brasil. 2ª reimpressão, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**: a brutal vida de mulheres- tratadas como homens- nas prisões brasileiras. 1 ed. Editora Record. Rio de Janeiro- São Paulo. 2015.

RODRIGUES, Cristiano. **Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

ROSALDO, M. Zimbalist. Introdução; A Cultura e a Sociedade: uma Revisão Teórica. In: ROSALDO, et al. **A mulher a cultura e a sociedade**. São Paulo: Paz e Terra. 1979.

RAGO, Margareth. **As mulheres na historiografia brasileira**. UNICAMP, Campinas 1995.

_____, Margaret. **Epistemologia feminista, gênero e história**, 1998. Disponível em file:///F:/Drive/Mestrado%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o%20UFS/disserta%C3%A7%C3%A3o/historiografia%20feminina/epistemologia_feminista.pdf Acesso em 19/05/2017 às 20:02.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação**. Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, nº.19, p.37-50, 2006.

SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. 16(2) julho/dezembro. 1990.

SAFFOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SAFFIOTI, H.I.B. **A síndrome do pequeno poder**. In: M.A. AZEVEDO; V.N. 1989.

SAFIOTTI, Heleith I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna. 1987.

SOUZA, André Luiz Oliveira Pereira de. **Paulo Afonso**: um muro duas cidades. Universidade federal de Sergipe, Aracaju. 2011.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **Percepções da Diferença**. vol. 01. ed. Nove&Dez Criação e Arte. 2007.

GUERRA, (orgs.), **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo, Iglu Editora, p. 13-21.

SANTOS, Bárbara Ferreira. **Os números da violência contra mulheres no Brasil**. Reportagem do Exame. 8 mar 2017, 13h27 - Publicado em 8 mar 2017, 11h07. Disponível em <http://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil/> acesso em 10 de agosto de 2017, às 04:15.

SANTOS, Nivalda Menezes. **O celibato pedagógico feminino em Sergipe nas três primeiras décadas do século XX**: uma análise a partir da trajetória de Leonor Telles de Menezes. 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

SANTOS, Ruth Conceição Farias. **Representações sociais de aprisionados (a) e técnicos (as), sobre os programas de ressocialização (atividades de educação e trabalho) no sistema prisional no Estado de Sergipe**. São Cristóvão, 183 f. 2014.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Da transversalidade à transversalização de gêneros aportes conceituais e prático-políticos**. In: Travessias de gênero na perspectiva feminista/ Ivya Alves; Maria de Lourdes Scheffler, Petilda Serva Vasquez e Silvia de Aquino, organizadoras. Salvador: EDUFBA/ NEIM, 2010. (Coleção Bahianas. 12) [online].

SARDENBERG, Cecilia M. B. **O enfoque de gênero**: fundamentos teóricos e aspectos práticos. Salvador: Ed. NEIM/UFBA, 1998.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970**: revisitando uma trajetória. Rev. Estud. Fem. [online]. 2004, vol. 12, n.2, pp. 35-50. www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf

SEFFNER, Fernando. **Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 561-572, 2011.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. **Pedagogia e Educação não escolar no Brasil**: crítica epistemológica, formativa e profissional. João Pessoa- PB, 265f, 2015.

SILVA, Amanda Daniele. **Mãe/mulher atrás das grades**: a realidade imposta pela cárcere à família monoparental feminina. São Paulo, cultura acadêmica, 2015.

SILVA, Carmem. **Experiências em pedagogia feminista**. IN: **Os sentidos da ação educativa no feminismo**. Carmem Silva (org.). Recife: SOS CORPO- Instituto feminista para a democracia, 2010.

SILVA, Lucineide Ribeiro da. **A escola no sistema prisional**. – Salvador, 67f, 2011.

SILVA, Salete Maria da; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira. **E Book Direitos Humanos das Mulheres** - I Unidade. Universidade Federal da Bahia, 2017.

SILVA, Vanuza Souza. Michel Foucault: história ética e subjetividade. IN: **Campos heterópicos, disciplina e resistências: a prisão feminina sob o olhar de Michel Foucault**. Edufal, Maceió, 2015.

_____, Vanuza Souza. **O entre da liberdade, as prisões: os feminismos que emancipam, prendem?: uma história do gênero feminino na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande (1970-2000)** – Recife: o autor, 2014. 300f.

SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 27, nº 54, p- 281-300. 2007.

SOUZA, S.B. Criminalidade feminina: trajetórias e confluências na fala de presas do Talavera Bruce. **Democracia Viva**, 33:10-16, 2005.

SORJ, Bila. “**O Feminismo na encruzilhada da modernidade**”, in: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, C., in: Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: fundação Carlos Chagas, p.15-23, 1992.

STEVENS, Cristina. Et al. **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília, 2017.

TEDESHI, Losandro Antonio. COLLING, Ana Maria. Os direitos humanos e as questões de gênero. **História Revista**. 10 de agosto de 2014.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, p. 05, 1980.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras**. 1ª edição. São Paulo. Companhia das letras. 2017.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007. Disponível em: http://www.polo.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa.pdf Acesso em: 20 de agosto de 2016.

ZALUAR, A.. Women of gangsters: Chronicle of a less-than-musical city. **Estudos Feministas**, 1(1):135-142, 1993.

ZÚGUETE, José Gonçalo Estrela. NORONHA, Ceci Vilar. Prisões numa abordagem interdisciplinar. IN: **Pedófilos e agressores sexuais de crianças e adolescentes: narrativas a partir do cárcere**. Edufba, Salvador, 2012.

WOLF, Maria Palma. BARRETO, Vicente de Paulo. VEIGA-NETO, Alfredo. O sistema prisional brasileiro. Um espelho da sociedade. **Revista do instituto humanos unisinos**. 18 de maio de 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Ofício ao diretor do presídio



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – Mestrado e Doutorado em Educação
Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos", 29 de agosto de 2016

OFÍCIO S/N

Ao Ilmo Sr. Diretor do Conjunto Penal de Paulo Afonso

Major Jorge Gomes dos Santos Junior

Assunto: Dados quantitativos/estatísticas da população carcerária do **Conjunto Penal** de Paulo Afonso–Bahia.

A aluna/mestranda do Programa De Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe – **GISELIANE MEDEIROS ALMEIDA** – está desenvolvendo sua pesquisa de dissertação de mestrado com o título: “AS INVISÍVEIS DO CÁRCERE: INTERFACES IDENTITÁRIAS DE MULHERES APRISIONADAS”, com o objetivo geral de *descrever/analisar a diversidade de gênero e particularidades do processo de construção da subjetividade e identidade de mulheres da população carcerária do Conjunto Penal de Paulo Afonso–Bahia.* Para o desenvolvimento da pesquisa a referida aluna necessita do valioso apoio e colaboração de V. S^a no sentido de possibilitar o seu acesso às informações necessárias à produção do conhecimento na área de Educação.

Inicialmente os dados solicitados referem-se à caracterização do perfil da população encarcerada da referida instituição, ou seja, quantitativos de variáveis como: sexo, faixa-etária, procedência, raça, número de filhos, estado civil, escolaridade, categoria profissional, situação de trabalho, tempo de inserção no presídio, tipo de crime praticado e reincidência.

Em fase posterior – a mestranda também necessitará de ter acesso à população encarcerada para a realização de observações, entrevistas complementares para o aprofundamento de aspectos subjetivos, experiências vividas pela população carcerária feminina do Conjunto Penal de Paulo Afonso–Bahia.

Respeitosamente,

Orientadora

Prof^a Dr^a Maria Helena Santana Cruz

CV: <http://lattes.cnpq.br/4620908024396665>

APÊNDICE B- Termo de anuência assinado pelo diretor do presídio

ESTADO DA BAHIA
PRESIDIO REGIONAL DE PAULO AFONSO, BAHIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ESTADO DA BAHIA
PRESIDIO REGIONAL DE PAULO AFONSO
CIDADE DE PAULO AFONSO

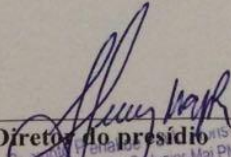
TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que autorizamos a pesquisadora Giseliane Medeiros Almeida, desenvolver o projeto de pesquisa para o programa de pós graduação em educação- PPGED, na condição de mestranda em educação, intitulado como: *As invisíveis do cárcere: interfaces identitárias de mulheres aprisionadas*, sob orientação da Professora Dr^a Maria Helena Santana Cruz, cujo objetivo é descrever e analisar o processo de construção histórica, trajetória subjetiva e identidades de mulheres presas no Conjunto Penal de Paulo Afonso, Bahia, com relação a sua invisibilidade diante do público prisional masculino, atrelando-se ao processo histórico educacional

A pesquisa se dará no Presidio Regional de Paulo Afonso, entre os meses de novembro de 2016 a Fevereiro de 2017. Garantindo anonimato aos participantes.

A aceitação está condicionada ao comprometimento da pesquisadora na utilização dos dados e materiais coletados, exclusivamente para os fins científicos.

PAULO AFONSO, 21 / 10 / 16.


Diretor do presídio
Jorge Carlos dos Santos Junior-Maj PN
DIRETOR



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Programa de PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –
MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO NPGED/UFS
CEP: 49.100-000- TEL, FAX:(079) 3194 6759

Aos dirigentes do Presídio Regional de Paulo Afonso, Bahia

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa intitulada como: ***As invisíveis do cárcere: interfaces identitárias de mulheres aprisionadas***, sob a responsabilidade da pesquisadora Giseliene Medeiros Almeida, sob orientação da Professora Dr^a Maria Helena Santana Cruz, cujo objetivo é descrever e analisar o processo de construção histórica, trajetória subjetiva e identidades de mulheres presas no Conjunto Penal de Paulo Afonso, Bahia, com relação a sua invisibilidade diante do público prisional masculino, atrelando-se ao processo histórico educacional.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevistas e conversas sobre perspectivas gerais do Presídio Regional de Paulo Afonso, Bahia, como a sua história, sua estrutura, quantidade de funcionários, presos e presas, estatísticas de crimes entre homens e mulheres, políticas de reintegração social e visão pessoal enquanto dirigente da instituição.

Os riscos decorrentes de sua participação são mínimos e podem ser resumidos em constrangimentos ou desconforto, contudo nos responsabilizamos pelos dados coletados mantendo em segredo a sua identidade. Se você aceitar participar estará contribuindo para o estudo sobre a vida de mulheres na prisão, assim como possibilitar apresentar as medidas emergenciais necessárias para aqueles que vivem atrás das grades.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone fixo 75- 3692 1359 ou pelo celular 75 98889-5035, ou poderá entrar em contato com o **Programa de Pós-Graduação em Educação (NPGED)**, **ppged@ufs.br**, tel: (79) **3194 6759**, – (Universidade Federal de Sergipe, Didática II, sala 103, Jardim Rosa Elze, São Cristóvão, CEP: 49100-000).

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ____/____/____

Assinatura do participante:

Assinatura do pesquisador:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Programa de PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –
MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO NPGED/UFS
CEP: 49.100-000- TEL, FAX:(079) 3194 6759

Aos internos e internas do Presídio Regional de Paulo Afonso, Bahia

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa que tem como título: *As invisíveis do cárcere: interfaces identitárias de mulheres aprisionadas*, sob a responsabilidade da pesquisadora Giseliene Medeiros Almeida, sob orientação da Professora Dr^a Maria Helena Santana Cruz. Tendo como objetivo, pensar sobre a vida de mulheres na prisão, bem como o processo de construção histórica, trajetória subjetiva e identidades dessas mulheres e como muitas vezes são invisíveis diante do público prisional masculino.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevistas e conversas sobre a vida antes e durante a prisão, assim como o que pensa para o futuro. Os riscos com sua participação são mínimos e podem ser resumidos em constrangimentos ou desconforto, mas nos responsabilizamos pelos dados coletados, mantendo em segredo a sua identidade, de modo que seu nome será substituído por números ou nomes fictícios. Se você aceitar participar estará contribuindo para o estudo sobre a vida de mulheres na prisão, podendo oferecer benefícios como o ato de ouvir o que vocês internos (a) tem a nos dizer, assim como levar a pesquisa aqui feita, aos governantes a fim de apresentar emergências do conjunto penal.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo telefone fixo 75- 3692 1359 ou pelo celular 75 98889-5035, ou poderá entrar em contato com o **Programa de Pós-Graduação em Educação (NPGED)**, **ppged@ufs.br**, tel: (79) **3194 6759**, – (Universidade Federal de Sergipe, Didática II, sala 103, Jardim Rosa Elze, São Cristóvão, CEP: 49100-000).

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ____/____/____

Assinatura do participante:

Assinatura do pesquisador:

APÊNDICE E- Roteiro de coleta de dados- aos dirigentes da instituição

Título da pesquisa: As invisíveis do cárcere: interfaces identitárias de mulheres aprisionadas

Objetivo: Descrever/analisar a diversidade de gênero e particularidades do processo de construção da subjetividade e identidade de mulheres da população carcerária do conjunto penal de Paulo Afonso, Bahia.

Pesquisadora: Giselliane Medeiros Almeida

Orientadora: Dra Maria Helena Santana Cruz

- 1- Quando foi construído e desde quando funciona o presídio na cidade de Paulo Afonso, Bahia?
- 2- Como é dividida a estrutura física do conjunto penal? O conjunto penal é construído para abrigar quantos presos e presas?
- 3- Quantos e quais categorias de funcionários o conjunto penal de Paulo Afonso Possui?
- 4- Qual a quantidade total e diferenças de quantidade de presos e presas por regime de detenção?
- 5- Quais estatísticas de crimes cometidos homens e mulheres e reincidências destes crimes?
- 6- Existem Políticas de reintegração de presos homens e mulheres? Quais são?

APÊNDICE F- Programa de visitas- aos dirigentes (diretor e vice-coordenador) do conjunto penal

1- Dados quantitativos/ estatísticos da população carcerária do conjunto penal de Paulo Afonso (BA) concedidos pelos dirigentes da instituição;

- Para a realização de coleta destes dados solicitamos a resposta de questionário e entrevista com a pesquisadora como previsto no roteiro emanado. Para tanto serão necessárias uma ou duas visitas.

2- Observações do espaço físico do conjunto penal com registro em diário de campo;

- Para observação do espaço físico solicitamos 2 visitas monitoradas;

3- Entrevista com os internos e internas;

- De início solicita-se visitas coletiva, para obter uma visão geral de como é a vida no cárcere em ambos os lados masculino e feminino. Para tanto será preciso 3 visitas em cada ala;
- Logo em seguida conhecendo um pouco do perfil dos presos e presas, pretende-se entrevista-los em particular. A quantidade de internos e internas entrevistados (a) dependerá da autorização deles. Para tanto, será necessário no mínimo 5 visitas.

Cronograma prévio de visitas

Data	Procedimentos	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set	Out.	Nov.	Dez.
12/01/2017	Visita aos dirigentes	X											
13/01/2017	Visita aos funcionários	X									X		
15/01/2017	Observação do espaço físico	X									X		
16/01/2017	Observação do espaço físico	X										X	
17/01/2017	Visita coletiva aos internos	X										X	
18/01/2017	Visita coletiva aos internos	X										X	
19/01/2017	Visita coletiva aos internos	X										X	
20/01/2017 21/01/2017 24/01/2017 26/01/2017	Entrevistas particulares com os detentos e detentas												X

APÊNDICE G- Roteiro de coleta de dados- aos internos e internas

Eu, Giseliane Medeiros Almeida, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão- SE, estou realizando uma pesquisa de campo, cujo objetivo é descrever/analisar a diversidade de gênero e particularidades do processo de construção da subjetividade e identidade de mulheres da população carcerária do conjunto penal de Paulo Afonso, Bahia.

Quanto à publicação dos resultados da pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Roteiro de entrevista semiestruturada

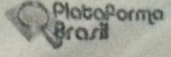
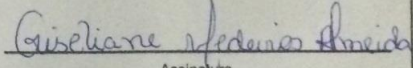
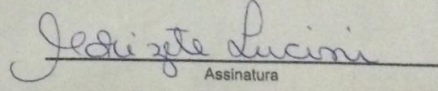
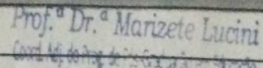
Perfil do interno:

- 1- Sexo
- 2- Idade
- 3- Cor
- 4- Naturalidade
- 5- Cidade onde reside
- 6- Bairro
- 7- Escolaridade
- 8- Tipo de escola que frequentou
- 9- Estado Civil
- 10- Número de filhos? Quantos e idade?
- 11- Religião
- 12- Orientação sexual
- 13- Crime de acusação e julgamento?
- 14- Pena julgada e Tempo de prisão
- 15- Percebe diferenças nos processos vividos entre presos e presas?
- 16- Participa de encontros com companheiros ou conjugue?
- 17- Pessoas com as quais residia
- 18- Como ocorre a divisão das atividades familiares: orçamento doméstico; administração da casa; educação dos filhos.
- 19- Possui algum vício? Na família alguém possui?
- 20- Vivencia situações de maus tratos, violência na família?
- 21- Alguém da família já foi ou está preso (a)? Conhece alguém nessa situação?

- 22- Como caracteriza as relações sociais na família antes e depois da prisão?
- 23- Recebe visitas de familiares? Com que frequência?
- 24- Do que mais sentem falta?
- 25- Como é o relacionamento, as relações de poder com os (a) companheiros (a) presos (a)?
- 26- Como é o relacionamento com os agentes penitenciários e com a gerencia do conjunto penal?
- 27- Possui alguma doença? Adquiriu antes ou depois da prisão?
- 28- Com ocupa seu tempo na prisão? Participa de algumas atividades de ressocialização? Quais?
- 29- Como você se define? Considera-se criminoso (a)?
- 30- Quais seus projetos pessoais e profissionais?
- 31- Possui alguma memória/lembrança que gosta de recordar na prisão?

ANEXOS

ANEXO 1- Processo de autorização plataforma brasil: folha de rosto

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: AS INVISÍVEIS DO CÂRCERE: INTERFACES IDENTITÁRIAS DE MULHERES APRISIONADAS			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 40			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7, Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Giseliene Medeiros Almeida			
6. CPF: 097.701.444-44	7. Endereço (Rua, n.º): CAMPOS SALES CLERISTON ANDRADE casa PAULO AFONSO BAHIA 48603440		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 75988895035	10. Outro Telefone:	11. Email: gisele_ufal@hotmail.com
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: 09 / 11 / 2016		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE		13. CNPJ: 13.031.547/0002-87	14. Unidade/Órgão:
15. Telefone: (79) 2105-1805	16. Outro Telefone:		
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>MARIZETE LUCINI</u>		CPF: <u>562.961.930-68</u>	
Cargo/Função: <u>Coordenadora Adjunta</u>			
Data: 09 / 11 / 2016		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.		 Prof.ª Dr.ª Marizete Lucini Coord. Adj. de Reg. de Pesquisas em Saúde Mat. SIAPE 1696052	

ANEXO 2- Parecer final do comitê de aprovação de ética

UFS - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO DE ARACAJÚ
DA UNIVERSIDADE FEDERAL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AS INVISÍVEIS DO CÂRCERE: INTERFACES IDENTITÁRIAS DE MULHERES APRIIONADAS

Pesquisador: Gisellane Medeiros Almeida

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 62429816.0.0000.5546

Instituição Proponente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.917.194

Apresentação do Projeto:

O projeto pertence ao Programa de Pós Graduação em Educação da UFS e pretende estudar a relação entre educação, gênero e criminalidade feminina no contexto macro e micro do Conjunto Penal de Paulo Afonso/Bahia.

Objetivo da Pesquisa:

Descrever e analisar o processo de construção histórica, trajetória subjetiva e identidades de mulheres presas no Conjunto Penal de Paulo Afonso/BA, em relação à sua invisibilidade diante do público prisional masculino, atrelando-se ao processo histórico educacional.

Objetivo Secundário:

- Descrever e caracterizar a população que cumpre pena, principalmente enfocando a temática da criminalidade no Brasil e a participação da mulher nesses índices.
- Verificar os fatores que contribuem para a imersão das mulheres no mundo do crime e suas trajetórias antes de ser presa.
- Analisar as relações de poder e interfaces vividas por mulheres inseridas no crime e sua relação com a figura masculina;
- Investigar como são representados os referenciais memoriais de identidade feminina em privação de liberdade;

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sãoatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

E-mail: cephu@ufs.br

Continuação do Parecer: 1.917.194

*Caracterizar o contexto macro e micro/ político, social e cultural retratados sob lugares que a mulher ocupa na vida social e no cárcere.

*Estudar a relação entre a história da educação, gênero e criminalidade feminina.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Adequada.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

É uma pesquisa qualitativa, com análise textual discursiva e gravação de falas; com 5 grupos: Grupo 1 com 10 mulheres para realização de observação participante e conversas coletivas; Grupo 2 com 10 indivíduos do sexo masculino para observação participante e

e conversas coletivas; Grupo 3- 10 Entrevistas semi estruturadas com o público feminino; Grupo 4 com 10

Entrevistas semi estruturadas com o público masculino;

Grupo 5 com 2 entrevistas com o dirigente da unidade prisional e com o coordenador de atividades laborais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos adequados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não se aplicam.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_780290.pdf	16/01/2017 00:21:27		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEPRESOS.pdf	16/01/2017 00:20:54	Gisellane Medeiros Almeida	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEDIRIGENTES.pdf	16/01/2017 00:20:24	Gisellane Medeiros Almeida	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	25/11/2016 18:05:51	Gisellane Medeiros Almeida	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	ROTEIROCOLETADEADOS.pdf	24/10/2016 21:06:23	Gisellane Medeiros Almeida	Aceito

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sãoatório

CEP: 49.060-110



UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2108-1808

E-mail: cepfu@ufs.br

ANEXO 3- Declaração de análise da versão final assinada pela orientadora

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	
---	---	---

DECLARAÇÃO

Declaramos ao NPGED que a versão final da Dissertação/Tese intitulada: **AS INVISÍVEIS DO CÁRCERE: INTERFACES IDENTITÁRIAS DE MULHERES APRISIONADAS** do(a) aluna (a) **GISELIANE MEDEIROS ALMEIDA** atende às exigências propostas pelos membros da Banca Examinadora ocorrida em 23/01/2018

Maria Helena Santana Cruz

(Professor Orientador)

Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos”
17 de ABRIL de 2018

ANEXO 4- Declaração de revisão ortográfica da dissertação

DECLARAÇÃO DE REVISÃO ORTOGRÁFICA DE DISSERTAÇÃO

Eu, Ariene Braz Palmeira, Brasileira, Casada, inscrita sob o Registro Geral de número 3.379.044-2, Órgão Expedidor SSP/SE, Graduada e Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe, residente e domiciliada à rua Praça da Matriz, 47, Povoado Sítios Novos, Poço Redondo/ SE, declaro para o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe que revisei a Dissertação intitulada: **AS INVISÍVEIS DO CÁRCERE: INTERFACES IDENTITÁRIAS DE MULHERES APRISIONADAS**, da aluna **GISELIANE MEDEIROS ALMEIDA**.

Declaro, ainda, que a Dissertação cujo título fora supramencionado encontra-se de acordo com as normas gramaticais vigentes, bem como com as normas da ABNT.

Poço Redondo/ SE, 20 de março de 2018.

Ariene Braz Palmeira
Mestre em Letras pela UFS
<http://lattes.cnpq.br/2888066002641218>